

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

NILTON JOSÉ CRISTOFOLINI

**DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE
JOINVILLE/SC E A OCUPAÇÃO DOS MANGUEZAIS DO
BAIRRO BOA VISTA**

**FLORIANÓPOLIS
2013**

NILTON JOSÉ CRISTOFOLINI

**DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE
JOINVILLE/SC E A OCUPAÇÃO DOS MANGUEZAIS DO
BAIRRO BOA VISTA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina como parte dos requisitos para a obtenção do Grau de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Messias Bastos

**FLORIANÓPOLIS
2013**

NILTON JOSÉ CRISTOFOLINI

**DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE
JOINVILLE/SC E A OCUPAÇÃO DOS MANGUEZAIS DO
BAIRRO BOA VISTA**

Esta Tese foi julgada aprovada para a obtenção do título de Doutor em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 19 de abril de 2013.

Prof^a. Ruth Emília Nogueira, Dr^a.
Coordenadora do Programa de PPGG/UFSC

Banca Examinadora

Prof. José Messias Bastos, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Aloysio Marthins de Araújo Júnior, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Carlos José Espíndola, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Isa de Oliveira Rocha, Dr^a.
Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. Francisco Carlos Duarte, Dr.
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Florianópolis
2013

À Deus, pelo dom da vida.
À memória de minha querida
companheira, Anita Prachthäuser
Cristofolini (10/10/1960 -
16/12/2012).

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas merecedoras de agradecimentos, dentre as quais destaco a dedicada Professora Dra. Margareth Afeche de Castro Pimenta, pela orientação prestada até junho de 2011. Na sequência os trabalhos foram efetuados pelo estimado Professor Dr. José Messias Bastos, que igualmente contribuiu de maneira ímpar com sugestões de leitura, opiniões, correções do texto e críticas construtivas para a realização desta tese.

Estendo os agradecimentos aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pelos debates proporcionados nas aulas que, juntamente com os colegas de curso, direta e indiretamente, ajudaram o aprofundamento da pesquisa, sobretudo por ocasião da discussão do projeto, na disciplina de Seminário de Tese ministrada pelo Prof. Dr. José Messias Bastos, bem como na banca de qualificação composta pelos professores Margareth Afeche de Castro Pimenta, Maria Lúcia Herrman e Idaleto Malvezzi Aued.

Agradeço à Nilzete Farias Hoenicke, Gilberto Alves, Cladir Gava Colonetti, Silvio Braga, Nelson Pio, Werner Schrör Leber, Sergio Gomes Delitsch, Letícia Cristofolini e Anita Prachthäuser Cristofolini por terem contribuído com sugestões, críticas e correção do texto.

Também agradeço os importantes depoimentos, que propiciaram o esclarecimento de dúvidas e a fundamentação da pesquisa, especialmente, prestados por Alcione Gomes Filho, Ari Pereira, Clenilto Pereira, Dario Dalsenter, Darli Martins, Edemilson Becker, Fábio Napoleão, Francisco Carlos Duarte, Gert Roland Fischer, Ivo Reinert, Jackson Ferreira, Juarez dos Santos, Nelson Pio, Naum Alves Santana, Nilson Wilson Bender, Osmar Pinoti, Paulo Konrad e Valdete Daufemback Niehues.

Finalmente sou grato ao incentivo dos filhos, Diogo e Letícia; dos pais, Hilário e Inês; irmãos: Marli, Osni, Celso, Wilson e Nilo e particularmente da minha mulher Anita (*in memoriam*), pela paciência, compreensão e companheirismo demonstrado durante a realização da pesquisa.

RESUMO

Esta tese compreende uma análise do desenvolvimento socioeconômico de Joinville/SC e da ocupação de áreas de manguezais, especialmente as do bairro Boa Vista, feita em base a pesquisa de campo, por meio de entrevista participante, depoimentos, estudo de imagens, dados estatísticos e literatura pertinente. Assinala-se uma estreita relação desse processo com fatores histórico-geográficos atrelados a vários fatores como: cultura dos imigrantes europeus, investimento público em infraestrutura, extrativismo e beneficiamento da madeira e da erva mate, política nacional de substituição de importações, transferência da Fundação Tupy da região central para áreas de manguezais situadas na região leste da cidade, diversificação da atividade produtiva em setores têxtil, metalmecânico, plástico e tecnologia da informação, êxodo rural, forte urbanização nacional, movimento migratório e segregação socioespacial associada à formação de um exército de reserva de mão de obra. A análise infere que a busca do crescimento econômico capitalista, pautado na concorrência, no lucro, na acumulação do capital, influencia na desarticulação do homem do ambiente da natureza e da sociedade. Nesse contexto, também se assinala que o baixo poder aquisitivo da classe trabalhadora e a falta de uma política habitacional refletem-se na expansão urbana horizontal sobre essas áreas de manguezais, e que a realização de infraestrutura sobre dessas áreas, igualmente, proporcionou a melhoria das condições de moradia e sua integração à malha urbana. Por fim, alerta-se que esse fenômeno ainda continua em curso em Joinville e que poderá se agravar nos municípios circunvizinhos que apresentam expressivo crescimento econômico-demográfico, como é o caso do município de Araquari.

Palavras chaves: Desenvolvimento socioeconômico, industrialização, urbanização, degradação do manguezal, segregação socioespacial.

ABSTRACT

This thesis involves an analysis of the socioeconomic development of Joinville / SC and occupation of mangrove areas, especially those of Boa Vista neighborhood, made through field research by interviewing participant testimonials, imaging studies, statistical data and literature. It is noted a close relationship of this process with historical and geographical factors linked to several factors such as: culture of European immigrants, public investment in infrastructure, extraction and processing of wood and yerba mate, the national policy of import substitution, the Tupy Foundry transferring from the central area to mangrove areas located in the eastern region of the city, diversification of production in the textile, metalworking, plastics, information technology, rural exodus, strong national urbanization, migration movement and spatial segregation associated with the formation of an army reserve of manpower. The analysis infers that the pursuit of capitalist economic growth, based on competition, profit, capital accumulation, influences the dislocation of man's environment and the nature of society. In this context, it also notes that the low purchasing power of the working class and the lack of a housing policy reflected in the horizontal urban expansion on these mangrove areas, however, the realization of infrastructure on these areas also provided improved housing conditions and its integration into the urban fabric. Finally, warning that this phenomenon is still ongoing in Joinville and may worsen in surrounding counties that have significant economic and population growth, as the case of Araquari.

Keywords: socioeconomic development, industrialization, urbanization, degradation of mangroves, socio-spatial segregation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do município de Joinville.....	85
Figura 2 – Colônia Dona Francisca (Joinville).....	96
Figura 3 - Empresa Madeireira joinvillense no século XX	120
Figura 4 – Fábricas Döhler, Lepper, Nielson e Schulz.....	128
Figura 5 – Indústria CISER Parafusos e Porcas em 1959 e 2012.....	138
Figura 6 – Grandes unidades industriais de Joinville	141
Figura 7 – Condomínio Business Park	147
Figura 8 – Porto e Estação Ferroviária de Joinville	154
Figura 9 – Carroções parados na Estrada Dona Francisca	156
Figura 10 – O uso da bicicleta em Joinville	159
Figura 11 – Transporte público: do bonde puxado a burro ao ônibus.	162
Figura 12 - Sistema Viário da região de Joinville	166
Figura 13 – Primeira Planta de Joinville em 1852	167
Figura 14 - Expansão urbana do município entre os anos de 1937 a 2004.....	170
Figura 15 – Joinville nas décadas de 1950 e 2010	174
Figura 16 – Verticalização urbana em cidades da região Sul do Brasil	178
Figura 17 – Verticalização urbana em cidades catarinenses	179
Figura 18 - Área urbanizada no município nos anos de 1937 e 1990..	182
Figura 19 – Densidade Demográfica dos Bairros em 2000 e 2010.....	191
Figura 20 – Bairro Boa Vista.	196
Figura 21 – Conjuntos Residenciais do Bairro Boa Vista.....	202
Figura 22 – Região de Manguezal Urbanizada do Bairro Boa Vista ..	203
Figura 23 - Keller & Cia instalada na área central, na rua Pedro Lobo	205
Figura 24 – Antiga e atual área de instalação da Fundação Tupy.....	212
Figura 25 – Localização da Tupy e bairros da região leste do município.....	213
Figura 26 – Tupy ao lado da Lagoa do Saguauçu, na região de manguezais.....	214
Figura 27 – Área de Manguezais ocupada nos bairros Comasa e Jardim Iriiriú	227
Figura 28 – Vista parcial do bairro Boa Vista.....	233
Figura 29 – Vista parcial da região contemplada pelo Projeto Mangue.....	234
Figura 30 - Área de manguezal ocupada em Joinville antes da urbanização	236
Figura 31 – Moradias em área de manguezal urbanizada no bairro Boa Vista	238

Figura 32 – Áreas de manguezais em processo de ocupação (1980)..	239
Figura 33 – Região do bairro Boa Vista.....	247
Figura 34 - Escola Municipal e Loteamento Ulysses Guimarães	252
Figura 35 – Região de manguezal urbanizada no bairro Boa Vista	257
Figura 36 – Etapas da urbanização de uma área de manguezal ocupada	258
Figura 37 – Áreas de manguezais em 1966 e 1989.....	259
Figura 38 – Zoneamento Urbano do Bairro Boa Vista	260
Figura 39 – Fechamento e transformações do Canal do Linguado	264
Figura 40 – Região geográfica afetada pelo fechamento do canal do Linguado	266
Figura 41 - Município de Araquari e Região Circunvizinha.....	270
Figura 42 – Região em processo de conurbação entre Joinville e Araquari.....	276
Figura 43 – Pontos de povoamento de Araquari, em 2003, nas imediações da BR 280, entre as localidades de Porto Grande até Volta Redonda	280
Figura 44 – Pontos de povoamento de Araquari, em 2010, nas imediações da BR 280, entre as localidades de Porto Grande até Volta Redonda	280
Figura 45 - Área de manguezal de Araquari em processo de ocupação (2009).....	282
Figura 46 - Região litorânea de Joinville e municípios circunvizinhos.....	283

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Lotes produzidos no período de 1949 a 1996.....	172
Gráfico 2 - Lotes produzidos entre os anos de 1949 a 1966.....	183
Gráfico 3 - Lotes produzidos entre 1967 a 1976.	185
Gráfico 4 - Lotes produzidos de 1977 a 1992	187
Gráfico 5 - Lotes produzidos de 1993 a 2005.	188
Gráfico 6 - Lotes produzidos de 2006 a 2010.	189

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População Brasileira (1940 - 2010).....	37
Tabela 2 - População Catarinense (1940 - 2010)	38
Tabela 3 – Nº de protestantes e católicos em Joinville.....	81
Tabela 4 - População Joinvillense (1940 - 2010).....	102
Tabela 5 – Joinvillenses nascidos dentro e fora do município (1980 – 2010)	105
Tabela 6 – Região de nascimento da população joinvillense	105
Tabela 7 – Estados da região Sul de nascimento da população joinvillense	106
Tabela 8 – Rendimento salarial da população do município.....	109
Tabela 9 – Empresas fundadas entre os anos de 1856 a 1914.....	117
Tabela 10 – Exportação de erva mate e madeira (1892 – 1938)	121
Tabela 11 – Empresas fundadas entre 1920 a 1945	123
Tabela 12 – Indústrias que encerraram as atividades	125
Tabela 13 – Indústrias fundadas entre 1946 a 1973	137
Tabela 14 – Indústrias fundadas entre 1974 a 1989	143
Tabela 15 - População economicamente ativa em Joinville.....	152
Tabela 16 – Cidades brasileiras mais verticalizadas	177
Tabela 17 – Área de construção residencial aprovada pela PMJ (2007 a 2011)	190
Tabela 18 - Evolução Populacional dos Bairros Boa Vista, Espinheiros, Comasa, Iririú, Jardim Iririú, Guanabara e Fátima (1980 a 2010)	201
Tabela 19 – Nº de funcionários da Fundação Tupy (1938 a 2010).....	215
Tabela 20 – Loteamentos aprovados pela PMJ, no Bairro Boa Vista (1953 – 1999)	229
Tabela 21 – Os 17 maiores proprietários de terras urbanas – 1994.....	248
Tabela 22 – Loteamentos Públicos aprovados pela Prefeitura Municipal	251
Tabela 23 – Evolução Demográfica do Brasil, da região Sul do país, do Estado de Santa Catarina e de municípios da região Norte-Nordeste (2010 e 2011)	268

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 CRESCIMENTO ECONÔMICO E A OCUPAÇÃO DE ÁREAS DE MANGUEZAIS	31
1.1 EXPANSÃO COMERCIAL, URBANO-INDUSTRIAL E A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO	32
1.2 ABORDAGEM CONCEITUAL DE SUSTENTABILIDADE, MEIO AMBIENTE, ECOSSISTEMA MANGUEZAL E ESPAÇO	39
1.3 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PERTINENTE AO ECOSSISTEMA MANGUEZAL	54
1.4 INTERESSES CAPITALISTAS NA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO .	62
1.5 KARL MARX E MAX WEBER: PERSPECTIVA REVOLUCIONÁRIA E COMPREENSIVA DA REALIDADE CAPITALISTA	71
1.6 CATOLICISMO, PROTESTANTISMO E CAPITALISMO	73
2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE JOINVILLE E A OCUPAÇÃO DOS MANGUEZAIS DO BAIRRO BOA VISTA	85
2.1 INSTALAÇÃO DA COLÔNIA DONA FRANCISCA	88
2.2 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL JOINVILLENSE	98
2.3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO.....	112
2.3.1 Transporte Hídrico e Rodoferroviário	154
2.3.2 A Cidade das Bicicletas	158
2.3.3 Transporte público na cidade	161
2.4 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO INTRAURBANO EM JOINVILLE.....	166
2.4.1 Horizontalização e verticalização urbana no município	173
2.5 O BAIRRO BOA VISTA	195
2.6 A INDÚSTRIA DE FUNDIÇÃO TUPY	203
2.7 OCUPAÇÃO DOS MANGUEZAIS DO BAIRRO BOA VISTA .	223
3 REFLEXOS DA EXPANSÃO ECONÔMICA JOINVILLENSE	241
3.1 CONSEQUÊNCIAS DA FALTA DE UMA POLÍTICA HABITACIONAL.....	246
3.2 TRANSFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BAIRRO BOA VISTA	256

3.3 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO ENTORNO GEOGRÁFICO DO MUNICÍPIO	263
CONSIDERAÇÕES FINAIS	285
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	292

INTRODUÇÃO

Através deste trabalho de pesquisa, dialogou-se com vários campos de conhecimento para analisar as questões e temáticas levantadas e foi utilizada a formação socioespacial como parâmetro de análise, pelo fato de possibilitar melhor entendimento dos elementos de investigação, isto é, o desenvolvimento socioeconômico e a ocupação dos manguezais do município de Joinville, no Estado de Santa Catarina.

A partir de meados do século XIX, a crise econômica europeia, decorrente das transformações da nova divisão territorial do trabalho, assim como a promissora possibilidade de continuar reproduzindo sua existência em Joinville levou muitos agricultores, artesãos, profissionais liberais e perseguidos políticos a emigrar daquele continente. A Sociedade Colonizadora de Hamburgo e o Estado Brasileiro também despertaram essa corrente migratória.

A formação socioespacial aproxima-se da perspectiva interdisciplinar, delineada pelas ciências sociais, como a geografia, história, economia, urbanismo, sociologia e filosofia, tendo em vista que a ciência fracionada não consegue dar conta do referido tema (LEFF, 2007), uma vez que seu entendimento “pressupõe olhares diversos sobre uma mesma realidade” (BRASIL, 1994, p. 8).

Por ser um município costeiro, Joinville apresenta extensas áreas de manguezais que acabaram sendo ocupadas e ao mesmo tempo degradadas para a realização de empreendimentos imobiliários, aliados aos interesses capitalistas, produtivistas, que se expandiram ao longo do século XX e ainda continuam se desenvolvendo no século XXI. Apesar de a legislação ambiental proibir sua ocupação, esses espaços foram utilizados para a instalação de indústrias e residências dos empregados.

Por que essa ocupação indevida aconteceu de maneira inevitável no entendimento de muitos agentes envolvidos? Ainda que a resposta pareça óbvia, faz-se necessária uma investigação mais profunda e criteriosa para além do senso comum que, simplesmente, considera os interesses da indústria. O que foram exatamente esses interesses capitalistas da indústria? Em que Joinville difere dos outros municípios brasileiros? Que peculiaridades estiveram presentes para que configurasse um quadro de degradação e ocupação ilegal? A análise socioespacial se utiliza de ferramentas descritivas e explicativas para organizar com detalhes os diversos aspectos imbricados nos empreendimentos públicos e até mesmo os privados, que se encontra em determinada região ou parcela de território.

Com base no paradigma da formação socioespacial (SANTOS, 1985 e 1999)¹ que leva em conta a síntese de múltiplas determinações ou combinações econômicas, políticas, sociais, históricas e naturais (MARX, 1983; CHOLLEY, 1964), especialmente discutida por Armem Mamigonian (1996), investiga-se o desenvolvimento econômico e a ocupação das áreas de manguezais do bairro Boa Vista.

Dentro desse paradigma da formação socioespacial as relações capitalistas em franca ascensão constituem um importante conceito político-econômico, histórico-geográfico, que serve como parâmetro de análise desta pesquisa.

De acordo com a perspectiva marxista, o pensar e o agir do homem em sociedade são orientados principalmente pelos interesses econômicos, legitimados pela produção e reprodução da existência humana para a satisfação das necessidades de sobrevivência e seu bem-estar. Sob essa perspectiva se privilegia o materialismo histórico (MARX, 1987, p. 30), pautado na interpretação socioeconômica da realidade, segundo a qual “[...] O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política”. A situação concreta do homem influencia ideologias, atividades econômicas e culturais (OLIVEIRA, 2008), uma vez que “A vida da sociedade humana assenta-se na produção material” (OHLWEILER, 1985, p. 7).

Também se considera a influência cultural no desenvolvimento da cidade (WEBER, 2000, HARRISON; HUNTINGTON, 2002), particularmente dos imigrantes e seus descendentes. Contudo, parâmetros da escrita servem apenas para o delineamento da pesquisa e não o contrário. Sob este ponto de vista, desenvolveu-se a tese em três eixos paradigmáticos.

A escolha do tema de análise deve-se ao interesse em compreender as contradições do desenvolvimento socioeconômico de Joinville que, por um lado, alcançou o status de cidade mais industrializada e populosa do Estado de Santa Catarina e, por outro lado, permitiu a segregação socioespacial e a destruição de aproximadamente 6.000.000m² de áreas de manguezais ao longo das décadas de 1960 a 1980, das quais quase 700.000m² (SEPLAN-PMJ, 2011) no atual bairro Boa Vista.

¹ Segundo Carlos José Espíndola e Marcos Aurélio da Silva (2004, p. 01), “a noção de formação social está ligada à evolução de uma dada sociedade em sua totalidade histórico-concreta”.

Por que isso aconteceu? Há culpados? Não havia legislação sobre a preservação dos manguezais? Em um município com tanto território, por que se ocuparam essas áreas? O bairro Boa Vista teria sido preservado se a Tupy não tivesse se transferido para a região leste? E se esta fundição não tivesse crescido tanto e necessitado de tantos trabalhadores, o que teria ocorrido com a cidade e sobretudo com o bairro? Por que o poder público não retirou as famílias que se instalaram nos manguezais e as transferiu para outro local? Há respostas para todas essas perguntas? Nesta tese tentam-se responder algumas.

O desenvolvimento socioeconômico tem sido ansiosamente buscado por conta do emprego e renda, ascensão social e econômica, segurança, bem estar social e melhores perspectivas que ele gera. No entanto, nem sempre isso aconteceu sem problemas que, ao menos em parte, acredita-se poderiam ter sido evitadas.

O recorte espaço-temporal da análise compreende o desenvolvimento socioeconômico joinvillense e a ocupação das áreas de manguezais do bairro Boa Vista, especialmente a partir de meados do século XX, quando esse processo mais se evidencia.

No primeiro eixo abordam-se conceitos utilizados para a análise da formação socioespacial, dentro dos quais se destaca o de espaço, que permite uma melhor compreensão da problemática discutida. Nessa perspectiva, a geografia é a ciência que se ocupa do espaço da natureza e da sociedade. Logo, as organizações econômicas, políticas e sociais, configuradas em grupamentos geográficos urbanos será o foco principal dessa investigação.

Antes mesmo da era cristã, o filósofo Aristóteles já destacava que o homem é um ser político, que não vive de modo neutro e “natural” nos espaços geográficos ocupados. Ainda que dependa da natureza e dos demais seres vivos, seja pela necessidade de alimento, água e ar, o homem possui capacidade de se desnaturalizar por meio do capitalismo.

Não há “um mundo pronto e acabado” para os seres humanos. O homem cria e recria constantemente suas interações e espaços. Sua ação é envolta de interesses e motivações. Sempre tem objetivos. A não-neutralidade em relação à natureza é um pressuposto básico não exclusivo da geografia, mas do campo de investigação das várias ciências atreladas à compreensão do espaço. A geografia física trata do espaço como algo natural, como a existência física de recursos naturais. Porém, o espaço físico é apenas uma parte do espaço contemplado. Muitos pensadores já analisaram o tema. Conforme Pereira (2009), “a natureza, no entanto, é vista como anterior ao homem, mas, por outro lado, ela é tanto exterior como faz parte do próprio homem.”

De acordo com Scheler (2003, p. 28), o ser humano não está apenas no mundo, mas “*tem*” um mundo, no qual está inserido. A partir desse entendimento assinala que o animal não tem um “objeto” específico para se ater. Ele carrega uma estrutura biológica e instintiva para onde quer que ele vá, de maneira que um caramujo desloca a sua própria casa. O animal não se afasta do meio ambiente, “[...] ele não consegue transformar este meio ambiente em um objeto”. Disso segue que o animal pode até ter uma “consciência” diferente das plantas, observa o filósofo, mas não tem uma autoconsciência de si, não consegue dominar-se, ou seja: “Ele não possui a si mesmo, não detém o poder sobre si mesmo – e por isto também não é consciente de si” (SCHELER, 2003, p. 38s).

Os conceitos filosóficos ajudam a entender por que o espaço nunca é ocupado de modo simplesmente natural e indiferente. O ser humano ocupa os espaços com intenções que visam a determinados benefícios pessoais. E sobre esses fins se assenta a presente Tese. Apesar das ambições desafiadoras buscar é uma necessidade.

O segundo eixo diz respeito ao crescimento econômico sob a ótica capitalista e suas intenções no espaço. Por vezes, planejamentos são realizados sem considerar o problema da segregação socioespacial. Como se verá, o capitalismo é um sistema econômico, uma forma de organização espacial e de aproveitamento de recursos que implica ocupação do espaço.

Sejam as pessoas conscientes ou não, a produção industrial capitalista orientou-se e se orienta por buscas e intenções que transcendem a mera transformação da natureza em produtos comercializáveis. O lucro e a exploração da natureza são apenas parte de uma racionalização econômica que configura espaços sociais e espaços naturais. Em torno dessa questão governos e instituições privadas estenderam suas redes. A velocidade do crescimento econômico e da produção modificou a configuração da natureza e também a percepção de empresários e empregados sobre a mesma. Nesse segundo eixo de análise insere-se este estudo da ocupação do espaço em Joinville e sua relação com os empreendimentos capitalistas que nortearam sua economia ao longo do século XX.

Também é destacada a compreensão do capitalismo segundo dois relevantes pensadores: Karl Marx e Max Weber. Enquanto Max Weber assinala a vocação protestante para o trabalho, Karl Marx investiga o sistema a partir das invenções tecnológicas, surgidas no Renascimento e intensificadas durante a Revolução Industrial, quando da expansão dos mercados pela produção e a utilização da matéria extraída da natureza.

Nesse sentido, tanto o operário migrante ao ofertar seu trabalho, quanto o empresário ao oferecer emprego, são norteados pela lógica do capital e emprego em união dialética, por vezes inconsequente, com a finalidade de obter ganhos e rentabilidade, satisfação das necessidades básicas e daquelas que elevam a qualidade de vida.

Como não há indústria sem trabalhadores, torna-se compreensível a instalação de suas famílias nas proximidades da empresa. Essa comprovação é feita mediante relatos bibliográficos divulgados por Carlos Ficker (2008) e por Apolinário Ternes (1988), bem como por meio de depoimentos coletados e notícias veiculadas em periódicos de circulação local. Nesse contexto, apresentam-se imagens da expansão da malha urbana e tabelas com a respectiva evolução demográfica.

Joinville é um município pautado em atividades produtivas, sobretudo industriais, permeado por córregos, rios, áreas alagadiças e de manguezais, parte das quais urbanizadas desde a colonização promovida pelos imigrantes, principalmente alemães detentores de cultura e aspirações protestantes.

De que forma o protestantismo influencia a expansão econômica industrial da cidade e a ocupação das áreas de manguezais? Neste trabalho de pesquisa, igualmente, levou-se em consideração esses aspectos político-culturais para a compreensão da formação socioespacial.

O terceiro eixo paradigmático desta pesquisa compreende o desenvolvimento socioeconômico e a ocupação dos manguezais em área específica da cidade de Joinville, o bairro Boa Vista. Discorre-se sobre a contextualização desse processo dentro do cenário econômico-político regional, estadual, nacional e mesmo internacional. Analisam-se peculiaridades do município como, por exemplo, de ser pouco verticalizado e, ainda assim, ser o mais populoso e industrializado do estado de Santa Catarina.

Joinville é uma cidade peculiar entre as cidades brasileiras de médio porte, visto que aproximadamente 500 mil habitantes ocupam uma área urbanizada superior a 200 km². Por que a área urbana se expandiu tanto sobre os manguezais?

Esses três eixos paradigmáticos permeiam esta tese. Necessariamente, não indicam a distribuição e a quantidade dos capítulos que a compõem, porém servem como panorama indicativo das composições e das intenções que nortearam a investigação.

Tendo presente o pensamento do escritor pacifista Liev Tolstói (autor do famoso romance Guerra e Paz – 1869), “Se queres ser universal fala da tua aldeia”, analisa-se a relação que se estabelece entre

o estudo de caso do mencionado desenvolvimento socioeconômico do município de Joinville e a ocupação de áreas de manguezais do bairro Boa Vista.

Para melhor entendimento desse processo, pontua-se inclusive o fechamento do Canal do Linguado, cujas consequências se alastram para além do respectivo território².

Cremer et. al. (2006) apontam problemas desencadeados pelo fechamento do Canal do Linguado que juntamente com os manguezais, o rio Palmital, a Lagoa do Saguauçu e demais cursos hídricos integram a baía da Babitonga, uma das mais ricas e complexas regiões estuarinas do litoral sul brasileiro. Na contracapa da mencionada obra, os referidos autores destacam a importância da baía para a população, bem como os conflitos decorrentes da degradação da natureza, ao assinalarem:

Diversas são as formas de interação da população com esse ambiente, seja pela pesca amadora, comercial ou de subsistência, pelo turismo, pelos esportes náuticos, pelo porto de São Francisco, pela contemplação [...] E evidentes são os crescentes conflitos, agravados pelos impactos sofridos em virtude do mau uso dos recursos.

Assim como em vários outros municípios brasileiros, a expansão da indústria proporciona aumento de emprego e renda sem, no entanto, haver uma preocupação com a preservação dos recursos naturais, ao permitir a destruição de ecossistemas estuarinos³, necessários para o desenvolvimento e à sobrevivência da atividade pesqueira.

Apesar de a indústria se tornar o principal agente impulsionador de urbanização, interessa analisar como ela se comporta no espaço geográfico joinvillense. Nesse sentido, é pertinente a análise de Corrêa (2005, p. 8) ao observar que:

² De acordo com Santos (2001, p. 19), “território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é à base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi”.

³ Um estuário compreende uma área costeira semifechada, dentro da qual acontece o encontro das águas doces continentais com as águas oceânicas, uma vez que estabelece ligação direta com o mar (CREMER, 2006). Em função de suas características, a região estuarina propicia a manutenção e reprodução de inúmeras espécies de seres vivos.

O espaço urbano, como se indicou, é constituído por diferentes usos da terra. Cada um deles pode ser visto como uma forma espacial. Esta, contudo, não tem existência autônoma, existindo porque nela se realizam uma ou mais funções, isto é, atividades como a produção e venda de mercadorias, prestação de serviços diversos ou uma função simbólica, que se acha vinculada aos processos da sociedade. Este é, por sua vez, o movimento da própria sociedade, da estrutura social, demandando funções urbanas que se materializam nas formas espaciais.

Dentro de um contexto histórico-geográfico brasileiro, delineado pela industrialização acelerada, buscou-se a compreensão da configuração socioespacial no município de Joinville, sobretudo a partir de 1950, quando a indústria de Fundição Tupy é instalada sobre áreas de manguezais do bairro Boa Vista.

Todavia, não se pretende analisar o ecossistema dos manguezais, mas sim compreender sua ocupação vinculada a fatores sociais, político-econômicos e culturais do desenvolvimento, uma vez que todos os segmentos da sociedade, empresários, governo e trabalhadores, direta e indiretamente, estiveram e estão envolvidos nesse processo que resultou em degradação da natureza.

Também é verificado que o operário sem qualificação profissional (peão de fábrica), pouco exigente e recebendo baixo salário, vive e se adapta em condições ambientais adversas no seu contexto.

De forma análoga ao caçador que lê nas pegadas “deixadas pela presa, uma série coerente de eventos” (GINZBURG, 1989, p. 152), busca-se a compreensão do desenvolvimento econômico e a ocupação dos manguezais, com o intuito de perceber as causas e consequências desse processo contraditório, norteado pela lógica dos interesses capitalistas, onde o público e o privado se encontravam em união dialética.

Sobre o tema em análise, investigam-se trabalhos de autores que abordam essa temática, entre os quais se destacam:

- Luiz Alberto de Souza (1991) estuda a ocupação dos manguezais como uma decorrência da indústria, dos promotores imobiliários, dos pobres e da política do Estado;

- Isa de Oliveira Rocha (1997 e 2004) analisa a industrialização da cidade, desde a sua gênese e a exportação catarinense, vinculada ao dinamismo e diversificação do seu parque industrial, assinalando a

influência da indústria automobilística e dos ciclos expansivos e recessivos na economia brasileira;

- Naum Alves Santana (1998) busca a compreensão da estreita relação entre a realização de loteamentos⁴ e a expansão da malha urbana;

- Fábio Napoleão (2005) contextualiza a origem, expansão e crise da industrialização joinvillense de materiais de PVC;

- Ex-Prefeito Marco Antônio Tebaldi (2008) apresenta a implantação do Projeto Mangue como uma estratégia do poder público, tanto para melhorar as condições de moradia das famílias instaladas sobre áreas de manguezais, sem qualquer tipo de infraestrutura urbana, quanto para conter o avanço dessa ocupação;

- Carlos Ficker (2008) descreve a história de Joinville, desde sua fundação até o ano de 1965 e assinala a importância da erva mate para o seu crescimento econômico;

- Apolinário Ternes (1981, 1986, 1988) resgata aspectos históricos da formação joinvillense, seu desenvolvimento econômico e a expansão da Fundação Tupy S.A.;

- Dilney Cunha (2008) aborda a contribuição dos imigrantes, imbuídos de ideais de progresso econômico, egressos de um contexto de miséria e opressão em processo de industrialização. Também sugere que o capital industrial se beneficia desse ideal de progresso, espírito de ordem, disciplina, dedicação e trabalho dos imigrantes;

- O Plano Básico de Urbanismo (1965) apresenta um perfil-diagnóstico, histórico-geográfico da cidade e diretrizes para o seu emergente crescimento;

- Marta Vannucci (2002) investiga a importância do ecossistema manguezal.

Por conta do aumento da competitividade dos mercados, nas últimas décadas, percebe-se a instalação de grandes indústrias na região de Joinville, devido à disponibilidade de infraestrutura urbana, serviços públicos, portos (marítimo e hídrico) e incentivos fiscais, muitas vezes sem considerar as consequências socioambientais dessa prática estabelecida pela dinâmica do capital.

⁴ Segundo o proprietário da Imobiliária Cruzeiro, Ari Pereira (2011), no passado, a PMJ reunia donos de imobiliárias para estudar a configuração das ruas e loteamentos que passariam a estabelecer a estruturação dos bairros da cidade.

Para a realização deste trabalho, focaram-se os danos ambientais⁵, bem como os possíveis benefícios sociais dessa ocupação de áreas de manguezais para a cidade, fundamentados em leituras de pesquisas, teses, dissertações, artigos, ensaios e documentos relevantes, disponíveis em bibliotecas (UFSC, UDESC, UNIVILLE), no Arquivo Histórico Municipal e na internet, bem como notícias, falas, diálogos, depoimentos e entrevistas realizadas com representantes do poder público municipal, moradores nascidos em Joinville e migrantes, empresários e promotores imobiliários que vivenciaram esse processo que perpassa o crescimento econômico da cidade.

No primeiro capítulo são expostas as análises conceituais referentes à natureza e sua degradação, legitimada pelos interesses do crescimento econômico.

Também são abordadas questões da legislação ambiental, referentes à ocupação das áreas de manguezais, com o intuito de estabelecer a relação que acontece entre o homem, a sociedade e o meio ambiente.

No segundo capítulo se analisa a caracterização histórico-geográfica de Joinville, compreendendo-se seu desenvolvimento resultante, inicialmente do extrativismo madeireiro e ervateiro, do comércio e, mais tarde, da indústria, com destaque especial para a Fundação Tupy que influenciou o desenvolvimento socioeconômico, bem como a ocupação de áreas de manguezais.

Pressionada pela indústria, a expansão horizontal da malha urbana ganha maior expressão na região leste do município sobre as referidas áreas, ignorando a proposta de verticalização do Plano Básico de Urbanismo de 1965.

Neste capítulo, igualmente são analisadas as razões que levaram o poder público a permitir a ocupação dessas áreas, contrariando a legislação ambiental (Decreto-Lei n.º 9.760 de 1946 e a Lei n.º 4.471 do Código Florestal Brasileiro de 1965) e por que a própria indústria toma esta decisão.

No terceiro e último capítulo, é discutida a expansão do crescimento econômico joinvillense sem uma política habitacional, que atualmente acontece de maneira mais intensa no entorno geográfico do município, como é o caso de Araquari. Para evitar erros passados do

⁵ Segundo Leite (2000), danos ambientais representam alterações prejudiciais aos diferentes tipos de ecossistemas, com implicações negativas para interesses econômicos e o bem estar social.

referido processo de desenvolvimento, que resultaram em degradação da natureza e segregação socioespacial, evidencia-se o problema nesta tese, sugerindo-se o intenso envolvimento do governo e sociedade, por meio da elaboração e execução de um planejamento urbano democrático e mais consistente possível.

1 CRESCIMENTO ECONÔMICO E A OCUPAÇÃO DE ÁREAS DE MANGUEZAIS

Ao longo da história, povos e moradores degradaram a natureza. De forma menos agressiva, ao circular no seu interior para praticar a caça e a pesca artesanal. E nos últimos séculos, de maneira mais intensa, ao construir habitações no seu interior, visando desenvolver atividades ligadas à pesca e à agricultura intensiva. Tal fenômeno, no entanto se agrava significativamente a partir de meados do século XX, com o desenvolvimento do setor produtivo e a instalação de moradias por parte da classe trabalhadora.

Historicamente, a economia dos povos pode ser subdividida em um período pré-técnico e período técnico. No primeiro período, o mais longo, o homem teria vivido mais integrado à natureza (ROUSSEAU, 1973). Contudo, pesquisadores geógrafos sempre partem do estudo do período técnico, isto é, o “período em que o ser humano passou a escolher, do meio natural, aqueles espaços, aquelas situações considerados fundamentos para o exercício da vida” (SANTOS, 1999, p. 187).

O período técnico considera a ocupação do espaço e as crises da racionalização. Muito embora o ser humano⁶ tenha evidenciado sua empreitada técnica há cerca de 10.000 anos, a ciência geográfica não costuma analisar aspectos econômicos tão remotos. Milton Santos (1997a) destaca que somente nos últimos séculos o ser humano transforma a natureza em objeto exploratório, a serviço dos interesses que orientam a economia de mercado com todas as suas implicações.

O desenvolvimento socioeconômico é marcado por descobertas de técnicas de trabalho que proporcionam aumento de produtividade, maior conforto e longevidade do ser humano⁷. Mas com isso, emergem os problemas urbanos, relacionados à crescente necessidade de espaço para a concentração de pessoas e recursos naturais na satisfação de suas necessidades.

⁶ Assinala-se que o conceito de homem, assim como suas derivações, humano, humanizar, humanidade, remete e está associada à palavra húmus, terra fértil, que propícia a vida e, conseqüentemente, a funcionalidade da natureza, da qual depende o bem estar social.

⁷ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), a expectativa de vida do brasileiro de 54,6 anos, em 1960, subiu para 73,5 anos em 2011.

A intensificação da exploração de recursos naturais gera consequências incalculáveis à sociedade, conforme se verifica em diversos acontecimentos catastróficos, como: nas usinas nucleares do Japão, em Mihama/Fukuide, em 2004, e Fukushima em 2011 e, na antiga União Soviética, atualmente denominada Rússia na cidade de Chernobyl em 1986, na qual houve fuga de radiação; no vazamento de petróleo da plataforma operada pela empresa British Petroleum, no Golfo do México, em 2010, e da Bacia de Campos/RJ operada pela Chevron, em 2011; nas guerras civis e militares em todo o planeta, várias das quais coordenadas por nações desenvolvidas, a exemplo das deflagradas no Afeganistão, em 2001 e, no Iraque, em 2003; a supressão de expressivas áreas de vegetação na Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, restinga e manguezais.

Nesse sentido, sugere-se despertar a conscientização e articulação da sociedade, junto ao Estado e às instituições privadas, com o intuito de trabalhar para que o desenvolvimento econômico seja ambientalmente menos impactante.

1.1 EXPANSÃO COMERCIAL, URBANO-INDUSTRIAL E A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO

O desenvolvimento brasileiro está direta e indiretamente associado à expansão urbana, comercial, industrial e de prestação de serviços, influenciado por ciclos econômicos expansivos e recessivos, particularmente analisados por Rangel (1983, 1992) e Mamigonian (1999).

Ciclo econômico é a denominação dada às flutuações que ocorrem nas variáveis representativas da atividade econômica, elevando ou diminuindo a produção, o emprego e a renda. O “ciclo” deriva do fato de que tais flutuações são periódicas e apresentam amplitude e durações previsíveis (LEITE, 2000).

Nikolai Dimitrievich Kondratiev é um dos principais defensores dessa teoria cíclica. O economista russo é conhecido por tentar provar, estatisticamente o fenômeno das “ondas longas”, períodos econômicos de aproximadamente 50 anos de duração, denominados ciclos de Kondratiev.

Segundo Ignácio Rangel (2005), os acontecimentos que ocorrem no decorrer da formação histórica brasileira se dão a partir de relações econômicas postas no plano interno nacional e internacional. Esses acontecimentos acompanham os ciclos longos de Kondratiev, reguladores da economia mundial. A flutuação longa tem na “fase A”

seu período expansivo e, na “fase B”, seu período depressivo. Na fase depressiva, o Brasil se ajusta à crise, por meio da substituição de importações, em relação ao plano externo. Internamente, sofre rupturas que alteram a estrutura de poder vigente, proporcionando um novo pacto dual, com uma nova classe dominante que passa a conduzir o país.

Os ciclos que se evidenciam em flutuações da atividade econômico-produtiva são frequentes no regime capitalista e não numa economia planificada que segue um rigoroso planejamento (RANGEL, 1983).

Segundo Kondratiev, a economia mundial oscila entre períodos expansivos e recessivos, marcados por flutuações econômicas que variam a cada 50 anos (Apud MAMIGONIAN, 1999). Ao passo que Juglar reconhece a existência de ciclos menores, que mudam a cada 7 a 11 anos. Ele “constatou fases de expansão dos negócios, seguidos de crise e de anos de depressão” (MAMIGONIAN, 1997, p. 68).

O economista Ignácio Rangel (1986 e 1992) destaca que quando a economia dos países desenvolvidos entra em fase recessiva, a brasileira se reestrutura internamente e se dinamiza por meio da substituição das importações⁸, conforme se verifica no Brasil, por ocasião das guerras mundiais e durante o ‘milagre’ brasileiro (1968 a 1973), quando em Joinville a indústria alcança uma expansão sem precedentes, provocando a ampliação do número de empregos e o expressivo ingresso de migrantes.

A substituição de importações consiste num “processo de desenvolvimento parcial e fechado que, respondendo às restrições de comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos” (TAVARES, 1972, p. 35).

A expansão econômica brasileira vincula-se ao contexto histórico-geográfico internacional delineado pela política econômica dos países capitalistas desenvolvidos, especialmente EUA, Japão, Alemanha, Inglaterra, França, Itália, Espanha. Entretanto, nos últimos anos, países em processo de crescimento, a exemplo da China, Índia,

⁸ “A substituição inicia-se, normalmente, pela via mais fácil de produção de bens de consumo determinados, não só porque a tecnologia nela empregada é em geral, menos complexa e de menor intensidade de capital, como principalmente porque para estes é maior a reserva de mercado” (TAVARES, 2000, p. 42).

Rússia, África do Sul e o próprio Brasil, igualmente, estão adquirindo cada vez mais expressão política nos mercados econômicos mundiais.

A recessão econômica que se evidencia com a queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque, (a grande depressão) em 1929, provoca o declínio da monocultura cafeeira. A diversificação agrícola e a industrialização surgem como opção viável para a expansão econômica brasileira, transformando a ideia de que o “café sustenta o Brasil” para a ideia de que “o Brasil sustenta o café”. Com isso, oligarquias regionais se tornam menos dependentes da economia cafeeira (SILVEIRA, 2007).

A crise cafeeira de 1930⁹ provoca profunda reestruturação da economia brasileira, beneficiada pela mão de obra dos imigrantes e a política de substituição das importações. Essa crise contribui para o desenvolvimento interno, caracterizado pela industrialização nacional periférica. O mercado nacional passa a assumir papel de destaque, até então desempenhado pela demanda internacional e se torna a principal fonte dinamizadora econômica do país (OLIVEIRA, 1997).

Apesar de diferentes estudiosos das relações econômicas, como Adam Smith (1981 e 1983), Karl Marx (1996), Max Weber (1991) e John Keynes (1992) terem desenvolvido conceitos e teorias explicativas para cada período e modelo de desenvolvimento econômico¹⁰, nos três últimos séculos se evidencia um padrão de consumo e progresso tecnológico capitalista.

Nesse contexto, verifica-se a contradição da expansão comercial e urbano-industrial, acompanhada pelo aumento da produção e do consumo, frente à crescente exploração, degradação e escassez de recursos naturais (MARX, 1996).

Bastante remota e difícil de identificar, a origem dessa contradição nos últimos séculos é confirmada pela expansão das forças produtivas e urbano-demográficas. No Brasil, e particularmente em Joinville, a indústria é carro chefe, estimulada pelo Estado e a própria

⁹ Essa crise acontece na fase “b” de Terceiro Kondratiev (1920 a 1948), quando a industrialização começa a projetar-se no Brasil (RANGEL, 1990).

¹⁰ Adam Smith (1981, 1983) propõe a divisão do trabalho para racionalizar os custos e aumentar a produtividade. Karl Marx (1974) defende o materialismo histórico e a acumulação do capital por meio da Teoria da Mais Valia. Max Weber (1989) considera a importância do trabalho como fator determinante para o progresso econômico individual e coletivo. John Maynard Keynes (1992) assinala a intervenção do Estado na economia como agente promotor do emprego e desenvolvimento econômico.

sociedade ao demandar emprego e renda para suprir as necessidades de consumo.

Segundo Corbisier (1976, p. 165), “o processo de industrialização acarreta, necessariamente, a integração econômica do país, pois não se trata mais de produzir matéria-prima para o exterior, porém bens de produção e manufaturas para o consumo interno”.

Ao longo da formação das cidades, constata-se a priorização de certos grupos e setores econômicos que implica ganhos consideráveis para alguns e ganhos próximos do limite de sobrevivência para muitos, por vezes sob a tutela dos próprios governos que legitimam essa lógica desigualitária, ao deixar de se preocupar, por exemplo, com moradia das famílias de baixa renda e a preservação da natureza.

No Brasil, essa realidade é estruturada em raízes históricas presentes desde a colonização, coordenada pela metrópole portuguesa, ao buscar incessantes lucros sem se importar com a situação social, a começar pelas comunidades indígenas dizimadas e escravizadas.¹¹

Ao analisar a evolução histórica da destruição da Mata Atlântica, que já recobriu todo o litoral brasileiro, Warren Dean (1996) destaca o despertar da conscientização e movimentação pró-ambiental que resulta em projetos de reflorestamento e conservação da própria Mata Atlântica.

De acordo com Milton Santos (1990), à medida que o homem vai ocupando o espaço natural, suas configurações vão sendo transformadas com novas composições que impulsionam novos mecanismos e fatores condicionantes.

A industrialização, a expansão econômica e o crescimento urbano-demográfico ocasiona o desaparecimento de áreas ambientalmente importantes, como é o caso dos manguezais, destruídos pela ocupação.

Entre os fatores que influenciam a urbanização, evidencia-se a mecanização do campo e a industrialização das cidades, uma vez que o empobrecimento dos pequenos produtores rurais pressiona seu êxodo, em busca de emprego nas indústrias que necessitam a contratação de mão de obra para a expansão da produção.

Monte-Mór (1994) observa que a urbanização, impulsionada pela indústria e a concentração da atividade econômica provoca a supervalorização do espaço e sua ocupação, sob a lógica da propriedade

¹¹ Nos tempos de sua colonização, países como Brasil e Estados Unidos implantaram uma economia propiciadora de grandes lucros para grupos dominantes, por meio da escravidão e exploração de recursos naturais.

privada, dividida e comercializada em partes, transformadas em mercadoria comercializável.

A cidade é modificada com a produção e os investimentos lucrativos que estimulam a elevação demográfica e a atuação do poder público, do Estado, que se reveste de caráter político, bem como se torna meio e instrumento de poder nas mãos de uma classe dominante, que se apresenta como legítima representante da sociedade sem, no entanto, abdicar de seus interesses¹² (CARLOS, 2001).

Com o expressivo ingresso de migrantes e a expansão urbana, surge a necessidade de ampliação de espaço para circulação, transporte, moradia e trabalho. Nesse sentido, Santos (2002) assinala que ela é o palco, onde atuam conjuntamente vários atores: homens, empresas e instituições.

Para Singer (1998, p. 12), "a constituição da cidade é, ao mesmo tempo, uma inovação da técnica da dominação e da organização da produção". Nela acontece a articulação de um conjunto de atividades econômicas, sociais e políticas que, direta e indiretamente, interagem com os problemas do planeta, pois tudo aquilo que ocorre no seu interior resulta em consequências positivas ou negativas, dentro e fora do respectivo espaço territorial (DIAS, 2002).

Embora sejam divergentes na forma de analisar a realidade social, Marx (1996) e Weber (1991) concordam com a relevância do mercado para o desenvolvimento das cidades. Enquanto Weber considera seu espaço necessário para o fortalecimento do mercado e vice-versa, Marx assinala o despertar do mercado e do modo de produção capitalista, com a substituição das manufaturas pelas fábricas e a formação do exército industrial de reserva¹³.

Na década de 1920, a população urbana brasileira se limitava a aproximadamente 10%, contra 90% da rural (IBGE, 2010). Em 1940, essa população aumenta para 31,2%, e a rural diminui para 68,8%. Já, em 1970, a população ultrapassa a rural e, em 2010, chega a 84,4%, contra 15,6% da população rural (Tabela 1).

¹² Nesse contexto, Foucault (1979, p.148) lembra que "se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio de censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento, à maneira de um grande superego, se apenas se exercesse de um modo negativo, ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo".

¹³ Karl Marx (1996) utiliza o conceito de exército industrial de reserva, correspondente a força de trabalho que excede a necessidade de produção, para identificar o desemprego estrutural da economia capitalista.

Tabela 1 - População Brasileira (1940 - 2010)

Ano	Urbana	Aumento urbano na década	Rural	Total	Aumento demográfico na década
1940	12.880.182	45,8%	28.356.133	41.236.315	
1950	18.782.891	67,9%	33.161.506	51.944.397	26,0%
1960	31.533.681	65,2%	38.657.689	70.191.370	35,1%
1970	52.084.984	54,4%	41.054.053	93.139.037	32,7%
1980	80.436.409	38,0%	38.566.297	119.002.706	27,8%
1991	110.990.990	24,3%	35.834.485	146.825.475	23,4%
2000	137.953.959	16,7%	31.845.211	169.799.170	15,6%
2010	160.925.792		29.830.007	190.755.799	12,3%

Fonte: IBGE, 2012b.

Na Tabela 1 mostra-se um quadro comparativo, a cada dez anos, entre 1940 a 2010, da população nacional urbana e rural. Nos anos de 1950, 1960 e 1970 ocorre grande aumento da população urbana, respectivamente, 67,9%, 65,2% e 54,4%, estimulado pelo Governo JK (1965 – 1961) e o ‘milagre’ econômico brasileiro (1968 – 1973). Em contrapartida, nas décadas seguintes (de 1990 e 2000) verifica-se uma diminuição desse aumento. A população rural apresenta pouca variação, em decorrência da mecanização do campo. A partir da década de 1940, a expansão demográfica urbana brasileira, praticamente, acompanha o aumento da população nacional, que sobe de 41.236.315, em 1940, para 190.755.799, em 2010. Ao contrário da população rural permanece estabilizada, ao subir de 28.356.133 habitantes, em 1940, para 29.830.007, em 2010 (Cf. Tabela 1). Esse aumento populacional nas cidades, associado à nova divisão territorial do trabalho, implica ampliação da área urbana, uma vez que mais de 140 milhões de habitantes são empregados nesse espaço, principalmente nas indústrias. Já, no campo, a modernização do processo produtivo possibilita a elevação da produtividade para atender o crescente consumo de alimento nas áreas urbanas, sem aumentar o número de trabalhadores. Nas cidades a maioria da população acaba se atrelando à indústria, como é o caso do município de Joinville, principalmente até a década de 1990.

Num primeiro momento, o crescimento das cidades está bastante vinculado ao aumento do número de emprego na indústria, responsável por atrair grande número de trabalhadores do campo. Já num segundo momento, esse crescimento deve-se mais a expansão do setor terciário, ligado a prestação de serviços, ao comércio. O expressivo aumento demográfico urbano se verifica tanto no Brasil (Ver Tabela 1), quanto no Estado de Santa Catarina (Tabela 2) e em Joinville (Tabela 4, capítulo 2.2).

Tabela 2 - População Catarinense (1940 - 2010)

Ano	Urbana	Crescimento urbano na década	Rural	Total	Crescimento demográfico na década
1940	253.717	43,0%	924.623	1.178.340	23,9%
1950	362.717	89,8%	1.097.785	1.460.502	45,8%
1960	688.358	81,0%	1.440.894	2.129.252	36,3%
1970	1.246.043	157,5%	1.655.691	2.901.734	56,5%
1980	3.208.537	13,1%	1.333.457	4.541.994	12,3%
1991	3.627.933	16,3%	1.473.695	5.101.628	5,0%
2000	4.217.931	24,4%	1.138.429	5.356.360	16,7%
2010	5.247.913		1.000.523	6.248.436	

Fonte: IBGE, 2012b.

Na Tabela 2 é exposto um quadro comparativo por década, da população urbana e rural catarinense, no período que se estende de 1940 a 2010. Nos anos de 1950, 1960 e 1970 acontece maior crescimento urbano no estado de Santa Catarina, em parte, alavancado pela expansão da economia brasileira. Já nas décadas de 1980, 1991 e 2000 ocorre menor crescimento demográfico-urbano, devido à própria conjuntura econômica nacional, associada à globalização e a política neoliberal.

Estabelecendo-se um comparativo entre as tabelas 1 e 2, percebe-se que o Estado de Santa Catarina apresenta características semelhantes às do Brasil, muito embora a urbanização é evidenciada mais tardiamente, isto é, a partir da década de 1970, quando a população urbana de 42,9% salta, em 1980, para 70,6% e, em 2010, chega a 84%. Mais lento em Santa Catarina, o processo de urbanização sugere a influência da pequena propriedade agrícola, configurada pela presença

de descendentes de imigrantes europeus, que ajuda a manter os trabalhadores no campo.

Entre os anos de 1940 a 2010, a população absoluta brasileira cresce quase cinco vezes, passando de 41.236.315, em 1940, para 190.755.799 habitantes, em 2010. A partir dos anos de 1950, a evolução urbana passa por estágios de crescimento demográfico: urbanização aglomerada com mais de 20 mil habitantes, urbanização concentrada, muitas cidades de tamanho intermediário e estágio de metropolização, com aumento significativo de cidades milionárias, e grande número de cidades médias, com aproximadamente meio milhão de habitantes (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Essa transformação socioespacial está associada à nova divisão territorial do trabalho que implica a substituição do trabalho manual no campo pelas máquinas e o artesanato na cidade pelas fábricas, que passam a produzir em série, em função do desenvolvimento da técnica. Com isso, ocorre a geração de excedente de mão de obra, fruto da extraordinária migração, que passa a suprir as novas demandas impostas pela nova sociedade em formação.

Na sequência, apresentam-se alguns conceitos utilizados nesta pesquisa, considerando sua relevância para a análise da ocupação das áreas de manguezais do bairro Boa Vista, face ao crescimento econômico do município de Joinville.

1.2 ABORDAGEM CONCEITUAL DE SUSTENTABILIDADE, MEIO AMBIENTE, ECOSSISTEMA MANGUEZAL E ESPAÇO

Desde o surgimento das primeiras civilizações, desponta entre os homens o interesse pelo crescimento econômico, como forma de vencer desafios do dia a dia e garantir sua sobrevivência.

Com o aumento da população e a divisão do trabalho são descobertas novas técnicas e instrumentos para aliviar o esforço físico e enfrentar as crescentes dificuldades e demandas sociais. Isso resulta em aumento da produtividade, criação de cidades e maior concentração humana em espaços reduzidos.

A partir de meados do século XVIII, invenções tecnológicas na produção do aço, fabricação de máquinas a vapor e mecanização da fiação e tecelagem originam, na Inglaterra a primeira revolução industrial que desencadeia o surgimento das fábricas e do trabalho assalariado, controlado pelos donos do capital, isto é, os proprietários dos meios de produção.

As fábricas representam a produção em grande escala, que ocasiona a superação da manufatura, bem como a transformação das pequenas vilas em cidades, e o agravamento dos problemas ligados à ocupação do espaço, sobretudo para os mais pobres e excluídos do processo produtivo, isto é, os desempregados analfabetos, mendigos, doentes, crianças, idosos, deficientes.

Passados dois séculos da primeira revolução industrial, surgem eventos e organizações internacionais, buscando encaminhar o desenvolvimento das cidades de maneira mais adequada, frente à gravidade dos problemas ambientais e sociais que emergem, muitas vezes associados à concentração dos recursos na mão de poucos, que se reflete na degradação e segregação socioespacial.

Na segunda metade do século XX, face à efervescência do desenvolvimento econômico dos países em processo de industrialização e ao crescente número de pessoas que vivem em estado de miséria, acontecem eventos e discussões em torno da fome e do esgotamento dos recursos naturais¹⁴, a exemplo do Clube de Roma, em 1968 (WILLIAM, 1972) e da Comissão Brundtland¹⁵, em 1987, que além da contenção da poluição, chegam a sugerir o controle da natalidade¹⁶.

Atentando para os interesses dos países do centro do sistema capitalista, é apresentada pelo Clube de Roma a proposição de limitar o crescimento econômico dos emergentes, ao passo que, em seu relatório intitulado “Nosso Futuro Comum”, a Comissão Brundtland estabelece o conceito de “Desenvolvimento Sustentável”. Esses eventos, bem como uma série de outros, inclusive realizados no Brasil, a exemplo do Rio 92 e Rio+20, contribuem para o despertar da consciência ambiental e a necessidade de um crescimento econômico atento às necessidades

¹⁴ Recurso natural sugere a compreensão economicista da realidade, presente na cultura e sociedade capitalista contemporânea.

¹⁵ Na década de 1980, a ONU indicou a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, para chefiar a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Em 1987, após realização de diversos estudos e debates voltados às questões ambientais, a Comissão produziu um documento chamado Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland, no qual estabelece o conceito de desenvolvimento sustentável.

¹⁶ Em fins do século XVIII, Thomas Malthus (1766 – 1834) tornou-se conhecido ao divulgar a teoria, conhecida como Malthusiana, que afirma que o crescimento da população mundial acontece em um ritmo geométrico contra o da produção de alimentos que aumenta em uma velocidade (progressão) aritmética.

presentes, sem comprometer as condições de vida das futuras gerações (BRUNDLLAND, 1991).

Embora esses e outros acontecimentos representem uma preocupação política dos países, no sentido de encaminhar as necessidades das diferentes sociedades humanas para um desenvolvimento econômico que contemple a preservação ambiental, sua concretização é dificultada pelo crescente consumo capitalista que resulta em esgotamento e degradação dos recursos naturais numa velocidade superior a sua capacidade de recomposição (HARRIBEY, 2001).

A consciência ambiental se refere à percepção de que tudo o que prejudica a natureza volta-se contra o homem e à própria sociedade. Segundo a visão quântica e holística da realidade (CAPRA, 1999, 2000, 2002), as coisas estão todas articuladas e interligadas. Essa compreensão da realidade contrasta com a visão capitalista e imediatista, que não se preocupa com as consequências do consumismo. Embora se veicule a ideia de que essa é uma forma interessante de compensar o esforço individual, que em sua totalidade contribui para o progresso e o bem estar social, por trás disso se encontram interesses da classe econômica, politicamente hegemônica, que busca obter vantagens e benefícios em relação à ampla maioria da sociedade, conforme a teoria da luta de classe analisada por Marx (2007).

O interesse em torno da preservação do meio ambiente decorre de uma série de acontecimentos e desastres ecológicos, associados ao mau uso e exploração dos recursos naturais, à ocupação de áreas proibidas e às diversas formas de poluição que ocasionam degradação da natureza, extinção e diminuição do número de espécies de seres vivos, escassez de alimentos, miséria e fome. “A consciência ambiental se manifesta como uma angústia de separação e uma necessidade de reintegração do homem na natureza” (LEFF, 1999, p. 117).

Segundo Fernandes e Sampaio (2008), a degradação do meio ambiente está vinculada a atividades sociais, já que os problemas apresentados pela natureza fazem parte de sua própria dinâmica.

O conceito de degradação da natureza decorre da percepção da importância dos seus recursos para a manutenção do processo de desenvolvimento econômico e o atendimento das necessidades de produção e consumo. Segundo Tocqueville (apud WEFFORT, 2011), a racionalização econômica mostra mais claramente a dimensão da crise

ambiental¹⁷, resultante da exploração econômica feita de maneira desmedida, sobretudo nos últimos séculos.

Ao menos no Ocidente, a natureza sempre tem sido degradada. Desde a Idade Média (476 d.C. a 1453), cidades europeias não configuram exemplos de preservação dos recursos naturais. Contudo, a elevação da produção e do consumo demandados pelo aumento da população, exige novos encaminhamentos e cuidados para com a natureza.

Para Castelnou et. al. (2003), o despertar da preocupação ambiental traz consigo a ideia de que o modelo de desenvolvimento econômico, adotado pelas sociedades industrializadas ou em vias de industrialização, não podem continuar em ritmo de exploração e crescimento inconsequente, sob pena de comprometer as condições de vida humana no planeta.

Pesquisas científicas mais recentes evidenciam o consenso de que a natureza é diretamente sensível às ações do homem. Por essa razão, percebe-se a mobilização de parcela da sociedade, especialmente dos países mais desenvolvidos, no sentido de que a manutenção do atual ritmo de crescimento econômico gera escassez de alimentos e de recursos naturais que impossibilita a continuidade desse processo, a menos que a humanidade esteja disposta a enfrentar os riscos e consequências ambientais desastrosas.

O aumento da população humana e em consequência disso o aumento do consumo dos recursos naturais implicam a crescente intervenção do homem no espaço geográfico natural, que se evidencia nos últimos séculos com a acumulação de capital.

Recursos naturais são bens de valor econômico, abundantes ou escassos, presentes na natureza, a exemplo da energia, minerais, água, terra, ar e alimentos que, além de garantir a sobrevivência das diferentes espécies de seres vivos, podem ser utilizados, no dia a dia, para a satisfação das necessidades humanas.

Sob essa perspectiva, a Lei Federal nº 6.938/81 dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e, em seu artigo 3º, inciso I, o meio ambiente é definido como "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permitem, abrigam e regem a vida em todas as suas formas" (BRASIL, 1981, p. 1).

¹⁷ De acordo com Henrique Leff (1999, p. 112): "A questão ambiental emerge como uma crise de civilização".

De acordo com José Afonso da Silva (2004, p. 20), o conceito de meio ambiente deve ser “abrangente de toda a natureza, envolvendo o artificial e original, bem como os bens culturais correlatos, compreendendo, portanto, o solo, a água, o ar, a flora, as belezas naturais, o patrimônio histórico, artístico, turístico, paisagístico e arquitetônico”.

A exploração de maneira desmedida (arbitrária) de recursos naturais está associada à perspectiva imediatista e consumista da sociedade que permite aos homens a acumulação de capital, sem se importar com as consequências futuras.

Dependendo da maneira como se promove o crescimento econômico, são provocadas maiores ou menores consequências socioambientais, isto é, impactos ambientais que afetam o equilíbrio do ecossistema e a qualidade de vida da sociedade como um todo. Diante disso, torna-se necessário contemplá-lo no decurso da expansão econômica da cidade (SAMPAIO, 2003). Entretanto, como os anseios em relação ao progresso material quase sempre prevalecem, a natureza acaba ficando em segundo plano.

Impacto ambiental constitui: “Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais (CONAMA, 1986, p. 1).

De acordo com Branco (2000), Impacto ambiental compreende um fenômeno natural ou decorrente da ação humana que contraria as leis da natureza, podendo ser identificado pelas alterações e desequilíbrio do ecossistema, dificultando sua autorregeneração.

Tendo presente que o dano ambiental desencadeia consequências negativas à sociedade, sobretudo a médio e longo prazo, devem ser coibidos para impedir que eles continuem acontecendo; Gert Roland Fischer¹⁸ (1983, p. 6) destaca que a destruição dos manguezais “não só limita os recursos pesqueiros costeiros, como também afeta a pesca em alto mar. Várias espécies de peixes, moluscos e crustáceos encontram alimento e abrigo nesse ecossistema”.

¹⁸ Engenheiro florestal, fundador e Presidente, em Joinville, da Associação de Preservação e Equilíbrio do Meio Ambiente (APREMA). Em 1987 foi condecorado, em Bruxelas, com o prêmio Global 500.

João Manoel Vieira Neto (2012) considera que a destruição desse ecossistema, por meio de sua ocupação, assoreamento e poluição dos recursos hídricos, particularmente da Lagoa do Saguáçu, na região de Joinville, dificultam a reprodução dos seres vivos.

Ao degradar os recursos naturais, o homem ocasiona prejuízos à natureza e conseqüentemente à sociedade, uma vez que destrói o habitat de inúmeras espécies de seres vivos que lhe fornece alimento necessário para a sua sobrevivência e bem estar social.

Richard Domingues Dulley (2004, p. 21,25) descreve que para a “espécie humana, seu meio ambiente corresponderia à natureza conhecida, modificada em relação aos interesses do seu sistema social produtivo”. E considera que o fato de o homem “ser a única espécie que dispõe da capacidade de pensar e entender a natureza transformou e continua transformando seu meio ambiente (a natureza conhecida para o seu uso)”. O referido autor também escreve:

O importante a ser destacado é que além do meio ambiente humano, há os meios ambientes de todas as demais espécies, que não são constituídas exatamente pelos mesmos elementos da natureza que constituem o meio ambiente humano. Entretanto, há elementos que podem ser comuns a várias espécies. O conjunto dos meios ambientes de todas as espécies conhecidas pelo homem constituiria o ambiente, ou seja, a natureza conhecida pelo homem. Para efeitos práticos, o ambiente se confundiria com ela. Dessa forma, tudo o que ocorre na natureza conhecida pelo homem, ocorreria também no ambiente. E isso porque a natureza deve ser e é pensada no espaço e no tempo (DULLEY, 2004, p. 25).

O desenvolvimento sustentável é “fundado em bases tecnológicas, de equidade social, diversidade cultural e democracia participativa” (LEFF, 1999, p. 120), com o intuito de satisfazer as necessidades de consumo da humanidade, degradando e explorando o mínimo possível a natureza.

Esse modelo de desenvolvimento requer ações tanto da parte dos governantes como dos grupos hegemônicos capazes de contemplar, positivamente, os desejos e destinos da sociedade.

Na atualidade, a cidade se constitui o meio ambiente, a natureza transformada em objetos pelo homem, através da técnica. “No princípio,

tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens, a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos” (SANTOS, 1999, p. 53).

Nesse sentido, a natureza se subdivide em ecossistemas que compreendem um ambiente habitado por seres vivos, os quais estabelecem relações e interagem entre si e com os elementos orgânicos e inorgânicos nele existentes, necessários para a sua sobrevivência.

Na visão do ecologista Evaristo Eduardo de Miranda (1995, p. 32):

Um ecossistema contém componentes bióticos, como plantas, animais, micro-organismos, e componentes físicos ou abióticos, como água, solo e outros. Esses componentes interagem para formar uma estrutura com várias funções vinculadas aos vários processos físicos e bióticos (transpiração, produção, acidificação).

O espaço é uma categoria central na concepção filosófica (KANT, 2006), sociológica (CHINOY, 2006) e, sobretudo, geográfica (SANTOS, 1999), escreve (CORRÊA, 2001). Configurado pela ocupação e o desenvolvimento das atividades econômicas, esse conceito tem sido compreendido de várias maneiras por pesquisadores geógrafos.

Segundo Corrêa (2001, p. 145), “o espaço urbano, visto enquanto objetivação geográfica do estudo da cidade apresenta, simultaneamente, várias características, que interessam ao geógrafo. É fragmentado e articulado, reflexo e condição social e campo simbólico e de lutas”. Sua dimensão transcende a natureza física, como montanhas, rios, estradas, árvores. Ele constitui “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 1998, p. 12).

A geografia é uma ciência que tem como alvo e finalidade (telos) explicar e descrever as transformações do espaço, sem esquecer o tempo, via de regra entendido como periodização.

Espaço é uma abstração que compreende tanto a natureza física quanto a humana. Na *Crítica da Razão Pura* (1787), Kant contempla as categorias tempo e espaço, uma vez que elas apresentam interdependência.

Entendendo-se o tempo como cronologia, periodização e processo (SANTOS, 1999) na ocupação do espaço, contempla-se as

contradições sociais, norteadas pela racionalização capitalista. Nesses termos, Corrêa (2001, p. 148) escreve:

Ao se constatar que o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, e que esta fragmentação articulada é a expressão espacial de processos sociais, introduz-se o terceiro momento de apreensão do espaço urbano: o de ser um reflexo da sociedade. Assim, o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais que tendem à segregação, refletindo a complexa estrutura social em classes, própria do capitalismo. A jornada para o trabalho, por outro lado, aparece como consequência da fragmentação capitalista que separou lugar de trabalho de lugar de residência.

Sendo a geografia uma ciência humana e física que inclui natureza e sociedade, bem como a ocupação do espaço, os manguezais urbanizados precisam ser analisados pelo viés histórico-natural.

O paradigma socioespacial pressupõe que a ocupação dos espaços físicos (terras, regiões, território) é influenciada pela cultura e necessidade material. Nesse sentido, Corrêa (2001, p. 292) assinala:

a natureza e o espaço socialmente produzido, do qual o homem é parte integrante, constitui o ambiente geográfico. Este, contudo, não é vivenciado nem percebido do mesmo modo pelos diversos grupos sociais diferenciados entre si segundo um amplo leque de atributos que se combinam entre si de modo complexo: renda, sexo, idade, as práticas espaciais associadas ao trabalho, crenças, mitos, valores e utopias. A percepção do embate cultural.

De acordo com Brunet (Apud SANTOS, 1999, p. 92), “o geógrafo se esforça por realizar o velho sonho do filósofo: apreender o real em sua totalidade”, visto que o todo é sempre mais que a soma de suas partes. Analisadas separadamente, as partes não esclarecem o significado do todo. A visão da totalidade explica as razões e as funções de cada parte. Uma cidade tem muitas partes. Tem a população, o interesse de quem a ocupa, o ecossistema, a elite econômica, os governantes e a relação econômica com outros municípios dentro do

Estado. Santos (1999, p. 93) apresenta da seguinte maneira essa concepção:

Eis por que se diz que o Todo é maior que a soma de suas partes. Tomemos o caso de uma dada sociedade, uma Formação Social. O que a caracteriza no Tempo 1 não é aquilo que a define no Tempo 2. Imaginemos que ela dispõe de uma população global em crescimento, de uma população urbana em crescimento e de uma produção industrial também em crescimento. No Tempo 2, encontraremos situações diferentes daquelas do Tempo 1. A população total já não é a mesma. Assim, no momento B, imediatamente consecutivo ao momento A, o Todo é diferente do Todo anterior.

O conhecimento da totalidade implica a análise das partes de maneira integrada, visto que geógrafos trabalham dialeticamente as partes da totalidade, bem como a própria totalidade. A formação da sociedade, o desenvolvimento econômico e a ocupação de manguezais não acontecem de maneira interdependente. Qualquer território habitado será sempre um complexo, passível de recorte para uma análise mais aprofundada.

Ao analisar a totalidade, sem reduzi-la em parte e, ao mesmo tempo, tratar de uma parte para compreender o todo, incorre-se em uma situação aparentemente contraditória. E não há como avançar sem correr riscos e sem deixar lacunas. A escolha de um campo de investigação é um dado que o geógrafo compila como quem monta uma estrutura. A partir da realidade material, desenvolve-se o pensamento e a questão conceitual, importantes para qualquer ciência e para a própria geografia.¹⁹

Dentre as várias partes importantes da análise, o conceito de trabalho merece destaque especial nas sociedades modernas, uma vez que, socialmente dividido por funções e atribuições, “constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial” (SANTOS, 1999, p. 104). Segundo Durkheim (1983), a geografia não pode ignorar que o mundo

¹⁹ Ao analisar o Espaço e Noção de Totalidade, Milton Santos (1997, p. 91-103) baseia-se em filósofos como: Wittgenstein, Sartre, Merleau Ponty, Hegel, Whiteread, Cassirer.

natural é representado pela diversificação da natureza, assim como no mundo social e político essa diversificação se dá pela divisão social do trabalho.

O trabalho é o mecanismo que motiva e orienta todas as economias modernas. Ao se tornar assalariado no século XIX, seu conceito muda a organização econômico-social dos espaços habitados. No entendimento de Blay (1978, p. 15):

As formas de alienação a que a liberdade urbana conduz o trabalhador, analisadas por Marx e Engels, apresentam um mecanismo histórico que encontra, na circunstância atual, rara semelhança. Mostraram, eles, que a cidade liberta o homem, permitindo-lhe trocar o trabalho livremente pela sobrevivência; mas, ao permiti-lo, faz com que o valor de seu trabalho lhe escape e o submeta: o homem se aliena, ao alienar seu trabalho. Além disso, como na cidade as necessidades se lhe apresentam concentradas, ao satisfazer à primeira, imediatamente o indivíduo passa a ter novas necessidades. Às novas necessidades correspondem novas relações sociais entre os homens, o que lhes cria uma “interdependência materialista”. Isto é, os homens se ligam entre si, não por serem indivíduos, mas por serem forças produtoras privadas. Os indivíduos deslocam seus objetivos como seres humanos para privilegiar a satisfação de necessidades materiais. Nesta segunda fase da alienação empenham seu trabalho na produção.

A estruturação do espaço, analisada por clássicos das ciências humanas, merece igualmente a consideração política. Ao estudar esse conceito, Milton Santos & Maria Laura Silveira (2003) também se apoiam em pesquisadores geógrafos, historiadores, sociólogos e filósofos.

A partir de pesquisas realizadas por Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e Sergio Buarque de Holanda, Santos & Silveira (2003, p. 26-36), fica evidenciada a análise de como o meio natural é influenciado por interesses econômicos, técnicos e científicos.

Durante séculos, o território brasileiro teve seu espaço delimitado por interesses estrangeiros, na maioria das vezes, europeus aportados. Já

Santos & Silveira (2003, p. 31) chegam a denominar de arquipélago a tomada do território brasileiro. A ocupação do espaço se dá para atender aos interesses econômico-produtivos da sociedade, sobremaneira articulada pelo capital.

No município, o espaço urbano apresenta-se configurado por interesses públicos atrelados ao privado. Comparando-se o desenvolvimento da atividade produtiva capitalista de Joinville com a de outra cidade economicamente expressiva, Blumenau (que atravessa semelhante processo de colonização), verifica-se que a primeira alicerça-se principalmente na indústria de base do setor metal-mecânico, ao passo que a segunda está vinculada à indústria têxtil. Assim como o setor têxtil, em Blumenau, o metal-mecânico, em Joinville, aperfeiçoa-se e se internacionaliza.

Neste município, porém, a atividade econômica industrial é mais diversificada, embora a representatividade da indústria desse setor metalmeccânico não seja a mesma de algumas décadas passadas, ainda continua sendo o mais expressivo na região norte-nordeste de Santa Catarina, particularmente em Joinville, objeto de investigação. Correlacionada a interesses políticos estaduais, bem como ao fator geográfico natural e sociocultural dos imigrantes, a setorização econômica dos empreendimentos se manifesta também no sul do Estado, onde se destaca a indústria cerâmica e, no Vale do Itajaí, o segmento têxtil.

A distribuição dos campi da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) igualmente reflete essa economia setORIZADA. Em Florianópolis, ficam as ciências humanas; em Lages, as veterinárias e, em Joinville, as engenharias. Nesse contexto, percebe-se que cada região orienta seus cursos acadêmicos para os respectivos interesses econômicos e sociais, dos quais os empresários industriais (integrantes do grupo econômico hegemônico) nunca são excluídos.

Áreas próximas a córregos, rios e oceanos, bem como manguezais, configuram ecossistemas sujeitos à forte pressão da ocupação humana.

De acordo com Odum (1982 apud BENATO, 1999, p. 11), cerca de três quartos das áreas costeiras do planeta, entre 25° N e 25° S, sustentam formações vegetais do tipo Mangue. Essa vegetação tem sua distribuição controlada principalmente por clima, flutuação das marés, salinidade e tipo de substrato.

O Manguezal envolve um ambiente de interface, sobre pântano salobro, onde ocorre a mistura de águas da drenagem dos continentes com as do oceano. Esta mistura floclula partículas de matéria orgânica e

argila, formando um substrato movediço, em condições anaeróbicas e salinas que permitem o desenvolvimento de poucas espécies de plantas. Seu espaço constitui um lugar costeiro, sobre o qual se estabelece o encontro dos ecossistemas terrestres e marinhos, contendo águas dos córregos, lagos, rios e do oceano. Seu solo geralmente é lodoso, fazendo com que as árvores apresentem raízes aéreas, como forma de se adaptarem ao ambiente alagadiço e salgado. Neste ambiente é encontrada a maior diversidade de micro-organismos por metro quadrado do mundo, entre larvas e algas (SCHAEFFER-NOVELLI, 1989).

Conforme apontam pesquisas científicas realizadas: “Estima-se que 70% das espécies relacionadas à pesca costeira comercial ou recreativa são dependentes do manguezal em alguma etapa do seu ciclo de vida” (CREMER, 2006, p. 15).

Os manguezais existem em quase todos os continentes. No território brasileiro, estão presentes em quase toda a zona costeira, representando uma área em torno de 25.000 km² (SANTOS, 1997). Concebem ecossistemas dependentes das águas ricas em sais, provenientes dos mares e oceanos, com a influência das águas fluviais continentais. Bigarella (1946) assinala que no manguezal verifica-se a presença de certo número de plantas halófitas, designadas por mangue, que se desenvolvem sobre áreas lodosas e alagadiças dos rios e da baía.

Recentemente surgidos na escala geológica, os manguezais se desenvolvem em diferentes regiões litorâneas do mundo. De acordo com a Resolução nº 303, de 20 de março de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA, item IX do Art. 2º), manguezal compreende:

[...] ecossistema litorâneo que ocorre em terrenos baixos, sujeitos à ação das marés, formado por vasas lodosas recentes ou arenosas, às quais se associa, predominantemente, a vegetação natural conhecida como mangue, com influência fluvio-marinha, típica de solos limosos de regiões estuarinas e com dispersão descontínua ao longo da costa brasileira, entre os estados do Amapá e Santa Catarina (CONAMA, 2002, p. 1).

Esse mesmo conceito de manguezal também é apresentado no novo Código Florestal Brasileiro, *ipsis litteris*, em seu Artigo 3º, item XIII, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Enquanto “mangue” refere-se à vegetação arbórea, as espécies vegetais, a palavra “manguezal” compreende o “bosque de mangue” ou “mangue”, à cobertura vegetal (PANITZ, 1986 apud BENATO, 1999, p. 11).

Área de alimentação por excelência, o manguezal favorece a reprodução de espécies marinhas, fluviais e terrestres. Seu ambiente acelera a decomposição do material orgânico e inorgânico, permitindo uma deslumbrante regeneração da vida.

Segundo Almeida (1996), os manguezais possuem alta produtividade biológica. Sua importância está essencialmente ligada à grande concentração de material orgânico que, além de servir de *habitat* e alimento para inúmeros seres vivos (plantas e animais), auxilia a manutenção e o equilíbrio de outros ecossistemas existentes no planeta.

Por abrigar diversas espécies em estágio inicial de seu desenvolvimento, os manguezais são considerados “berçários da vida marinha”. Atuam como “exportadores de matéria orgânica para as cadeias alimentares costeiras adjacentes; na ciclagem e armazenamento de nutrientes; no equilíbrio do fluxo das águas, promovendo a estabilidade da linha costeira” (CREMER, 2006, p. 15).

Antônio Silveira Ribeiro dos Santos (1997, p. 105) considera sua relevância ligada ao fato de:

[...] formar barreira de proteção das áreas ribeirinhas, diminuindo as inundações; proteger a terra ante a força do mar, retendo segmentos do solo; filtrar os poluentes, reduzindo a contaminação das praias; é uma grande fonte de alimento para a população ribeirinha; fornece proteção aos alevinos; grande fonte alimentar aos peixes, moluscos e crustáceos, principalmente; constitui-se em um enorme gerador de plâncton.

O manguezal compreende três espécies: o mangue-branco (*Laguncularia racemosa*), o mangue-vermelho (*Rhizophora mangle*) e a siriúba (*Avicenia schaueriana*) (IPPUJ, 2010-2011), que se adaptam ao solo salinizado e se constituem de árvores e arbustos de tronco fino, folhas grossas. A vegetação forma um único estrato arbóreo que funciona como criadouro de peixes, moluscos e crustáceos, atuando como grande “creche” e, por isso desempenha um papel extremamente importante no desenvolvimento da fauna fluvial e marinha (EITEN, 1983).

Sua importância se torna mais evidente à medida que se consideram as funções de:

formar uma barreira de proteção das áreas ribeirinhas, diminuindo as inundações; proteger a terra ante a força do mar, retendo segmentos do solo; filtrar os poluentes, com isso, reduzindo a contaminação das praias; fornecem grande quantidade de alimento para a população ribeirinha, bem como aos peixes, moluscos e crustáceos; e são geradores de grande quantidade de plâncton (SANTOS 1997, p. 106).

Devido à relevante função que os manguezais desempenham, eles deveriam ser objeto de práticas conservacionistas, uso balanceado e não degradante da zona costeira. E sugere que sejam tratados como reserva da biosfera (VANNUCCI, 2002).

Em função da importância que os manguezais desempenham sua destruição ou mau gerenciamento ocasiona o desaparecimento dos processos essenciais que asseguram a manutenção da cadeia alimentar e o equilíbrio dos ecossistemas. Por consequência, ocorre diminuição da atividade pesqueira, presente nas lagoas, rios e mares que banham a zona costeira, bem como o enfraquecimento da produção artesanal em suas imediações (VIANA, 2003).

Para Marta Vannucci (2002, p. 204), a destruição desse ecossistema está associada ao “desmatamento para projetos de implantação industrial, urbano-turística e contaminação dos mangues e seus produtos por substâncias químicas, particularmente derivados de petróleo e metais pesados”. Segundo a autora:

Num teatro, as personagens desaparecem após terem desempenhado seu papel; deixam atrás de si uma lembrança e uma lição. No palco da Terra, os ecossistemas que deixam de existir deixam atrás de si uma lição, com frequência esquecida, e uma tragédia em termos de degradação e empobrecimento do mundo no qual nossos filhos e netos deverão sobreviver (VANNUCCI, 2006, p. 12).

Nesse sentido, faz-se necessária a conscientização da população de que essas áreas são importantes para o bem estar social, bem como de

ações pontuais e incisivas, capazes de assegurar a preservação desse patrimônio ambiental que as áreas de manguezais constituem.

Para garantir sua funcionalidade ecológica, assinala-se o imperativo categórico de manter o manguezal como área de preservação permanente (APP), livre da ocupação humana que o destrói. Por mais significativo que pareça o benefício econômico de sua ocupação (instalação de unidades industriais, residenciais e toda a infraestrutura urbana necessária), questiona-se até que ponto ele compensa as consequências negativas de sua destruição.

Muitas vezes, enxerga-se o manguezal apenas como ambientes impróprios e propícios à proliferação de insetos (maruins, mutucas, borrachudos e mosquitos), por vezes transmissores da febre amarela e dengue, como é o caso do mosquito *Aedes aegypti* e malária, transmitida pelo mosquito *Anopheles*²⁰. Devido à importância que exercem, merecem ser tratados como patrimônio da humanidade, e que não podem ser destruídos para satisfazer necessidades do interesse do capital, conforme se verifica no município de Joinville. Visto que, nesse caso poder-se-ia ter alcançado um crescimento econômico equivalente, sem degradar tanto a natureza.

Em função disso, verifica-se a necessidade de ser estabelecida uma relação menos degradante entre homem e natureza, economia e sociedade, a fim de ampliar qualidade de vida. Toda e qualquer ação de indivíduos ou grupos humanos deve ser pautada no interesse da coletividade, sob o risco de se comprometer o processo de desenvolvimento socioeconômico.

A preservação da natureza é uma maneira de garantir bem estar social, visto que a sua destituição implica aumento dos preços dos alimentos, penalizando, sobretudo, os trabalhadores de baixa renda, como é o caso da poluição e assoreamento dos cursos hídricos da região de Joinville (rios Cachoeira, Bucarein, Lagoa do Saguacu, baía da Babitonga, bem como de áreas de manguezais), que dificulta e até mesmo impossibilita a pesca artesanal, a navegação e a prática de atividades desportivas, de lazer e recreação.

²⁰ Segundo literatura que trata desse problema, os mosquitos *Aedes aegypti* e *Anopheles* costumam se procriar em ambientes artificiais, contendo águas poluídas. Para maiores informações a respeito, sugere-se consultar: Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Secretaria do Estado da Saúde de Santa Catarina, 2008 (SANTA CATARINA, 2008).

Diante disso, urge estabelecer a preservação da natureza como prioridade nos diferentes espaços geográficos, a fim de que não ocorra agravamento dos problemas sociais e, conseqüentemente, da sobrevivência e existência humana.

1.3 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PERTINENTE AO ECOSISTEMA MANGUEZAL

A ampliação das atividades econômicas, o aumento demográfico e a urbanização do espaço demandam o envolvimento e a atuação da sociedade para assegurar a preservação dos recursos naturais, necessários à garantia de um meio ambiente saudável.

Por conta da preocupação com o esgotamento desses recursos naturais e a manutenção do ritmo de crescimento econômico desencadeiam-se, no âmbito mundial e nacional, questionamentos e debates que resultam em eventos e organizações governamentais e não governamentais, entre os quais, destacam-se: o Clube de Roma, em 1968; Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente (Estocolmo) em 1972; Fundação SOS Mata Atlântica em 1986; IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) em 1989; II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (Rio 92); Protocolo de Quioto em 1997; e Rio+20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável) em 2012.

Mesmo com a realização desses eventos e organizações, a sociedade continua se deparando com desafios de práticas agrícolas que ocasionam contaminação do solo, água, ar, assoreamento dos cursos hídricos e desmatamentos que alteram o quadro da natureza e provocam desertificação e destruição de importantes ecossistemas, causando sérios prejuízos à fauna, à flora e ao próprio homem.

Apesar do modelo econômico, baseado na obtenção da mais-valia não conter a degradação, a questão ambiental que se tornou planetária, muitas vezes é usada para frear o desenvolvimento das forças produtivas dos países emergentes.

Segundo José Messias Bastos (2013), inúmeras ONGs recebem financiamentos para deter a trajetória desenvolvimentista de várias nações.

Nos últimos tempos, cada vez mais se descobre que a natureza é um bem frágil e finito, que deve ser preservado sob o risco de se comprometer o bem estar social. A análise da destruição de áreas de manguezais do município de Joinville pode servir de parâmetro para

outras cidades que vêm intensificando seu crescimento econômico, como é o caso da vizinha Araquari.

A escassez crescente de recursos naturais está despertando a necessidade da preservação como forma de assegurar qualidade de vida e a própria sobrevivência da espécie humana. Também demanda a busca de possibilidades de desenvolvimento econômico que comprometa o mínimo possível, a natureza, a exemplo da ocupação de áreas importantes para o equilíbrio do ecossistema, à manutenção da biodiversidade. Para que isso não ocorra, o crescimento econômico deve acontecer com responsabilidade socioambiental.

Nesse sentido, destaca-se a histórica atuação do professor Aziz Nacib Ab´Saber, buscando assegurar a preservação da natureza, o equilíbrio do meio ambiente. Por exemplo, seus trabalhos foram importantes para o tombamento da Serra do Mar, que ajudou a garantir a manutenção de parte de sua floresta nativa.

Nos últimos tempos, antes de sua morte, ocorrida em 17 de março de 2012, empenhou-se em combater as perniciosas mudanças pleiteadas pelos defensores dos interesses ruralistas, ao mesmo tempo em que buscava a transformação do Código Florestal de 1965 em Código da Biodiversidade.²¹

Cada vez mais se discute o papel social das empresas, principalmente no que se refere a responsabilidade ambiental. De acordo com Donaire (1999), além da proteção ao meio ambiente, busca-se promover a criação de oportunidades de emprego e educação de qualidade, entre outras questões, em conformidade com os anseios da população.

As pessoas não podem apenas esperar ações do Governo, das empresas privadas ou de organizações não governamentais. Todos precisam empenhar-se em preservar o meio ambiente. Segundo Spers (2009), a responsabilidade social proporciona, inclusive, vantagens

²¹ Por conta de sua intensa produção científica, inúmeras vezes foi premiado por organizações como a Unesco e o Ministério de Ciência e Tecnologia. O Deputado Ivan Valente (2012, p. 2) lembra “dele falando do construtivismo exagerado de São Paulo, que fez com que a maior parte do espaço público da cidade tenha virado mercadoria, submetida ao jogo especulativo, para ele, ‘daqueles que acumularam recursos através de um sistema econômico anti-humano e corrupto’. Na sábia leitura de Aziz, “essas pessoas vão sempre trabalhar pela continuidade de um social dividido e extremamente desumano”.

competitivas para empresas, governos, entidades e pessoas que a possuem.

O Instituto Ethos (2012) considera a responsabilidade social uma forma eficiente de conduzir os negócios da empresa parceira e corresponsável pelo desenvolvimento socioeconômico. Empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de atender as demandas dos acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade e governo, incorporando-as ao planejamento de suas atividades.

Amparada em leis e projetos sociais, o despertar da consciência ambiental, no Brasil, tem como marco a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA)²², em 1973, com o propósito (entre outros) de desenvolver a Educação Ambiental “para o uso adequado dos recursos naturais” (SENADO FEDERAL, 1973).

Entre os direitos constitucionais a serem garantidos pelo Estado consta a defesa e o direito a um Meio Ambiente preservado (CF, 1988, Art. 225). Nesse contexto, foram criadas secretarias do meio ambiente, conselhos, fundações, entre outros órgãos públicos, com o intuito de preservar a natureza.

Um dos aspectos fundamentais da educação ambiental consiste em reafirmar a identidade do cidadão, em relação ao espaço geográfico habitado (MACHADO, 2003).

Para Dias (1992), a educação ambiental se caracteriza por incorporar dimensões de caráter social, econômico, político, cultural e histórico.

Devendo considerar as condições de cada país, região e comunidade, a fim de compreender a natureza complexa do meio ambiente e interpretar a interdependência entre os diversos elementos que o configuram, com o intuito de utilizar racionalmente os recursos naturais para a satisfação das necessidades do homem no presente e futuro. Neste sentido, “a educação ambiental adquire um sentido

²² Vinculada ao Ministério do Interior, a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) tem suas funções transferidas para o Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, criado sob o Governo do Presidente José Sarney (1985 a 1990), em 15 de março de 1985, pelo Decreto nº 91.145. O mesmo ocorre com as funções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), criado em 31 de agosto de 1981, pela Lei nº 6.938. Em 1990, esse Ministério é transformado em Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República e, dois anos após, em Ministério do Meio Ambiente em 1992 (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2012).

estratégico na condução do processo de transição para uma sociedade sustentável” (LEFF, 1999, p. 128).

Com base na Lei nº 938/81, que prevê a instituição da Política Nacional do Meio Ambiente, a Educação e o conhecimento das leis naturais e sociais figuram como um dos principais mecanismos para fomentar a preservação da natureza e o desenvolvimento socioeconômico, propiciador da qualidade de vida a toda sociedade. Assinalando-se que esta Educação Ambiental e a Geografia da natureza sejam ofertadas aos estudantes, com o intuito de prepará-los para o exercício da cidadania.

No Art. 225, cap. VI, inciso VI, da Constituição Brasileira (1988), é destacada a importância de se “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente e ainda compete ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988a, p. 1).

A referida Constituição Federal (1988) contempla a importância estratégica da educação como forma de promover à conscientização da comunidade em busca de um desenvolvimento sustentável, capaz de preservar a natureza, fonte de recursos e inúmeros benefícios sociais.

O desenvolvimento sustentável demanda uma política que fomenta o uso de tecnologias e instrumentos adequados para cada contexto e realidade, a fim de se respeitar os limites estabelecidos pela natureza, regulados pelo Estado, organizador das funções socioeconômicas.

Com base na realização do Estudo do Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), o artigo 36 da Lei nº 9985/2000 determina ao empreendedor “apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral”, como forma de mitigar a degradação decorrente das atividades econômicas específicas desenvolvidas.

A exigência da compensação ambiental remonta à Lei nº 6.938/81, que regulamenta a Política Nacional do Meio Ambiente. Entre outros aspectos, a referida lei estabelece a “proteção dos ecossistemas”, mediante “a preservação de áreas representativas”, “controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras” (Art. 2º, itens IV e V), sob a iminente “imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos” (Art. 4º, item VII).

A internacionalização dos mercados também estabelece orientações e exigências em defesa da natureza. Cada vez mais consciente e conhecedora de seus direitos, a sociedade exige o comprometimento socioambiental das empresas, no sentido de degradar o mínimo possível os recursos naturais, visto que atualmente são compreendidas mais eficazmente as consequências negativas da degradação.

A responsabilidade social passa a ser mais um componente do produto oferecido pelas empresas, assim como já é o nome, a qualidade, o atendimento, etc.

Cada vez mais, as empresas são estimuladas a desenvolverem suas atividades de maneira a satisfazer as necessidades sociais, nas respectivas nações, gerando emprego, renda e produtos e, ao mesmo tempo, impactando o mínimo possível o meio ambiente.

Nesse sentido, são percebidos avanços na consciência em favor da proteção das florestas e dos animais, da criação de reservas biológicas, da preferência por fontes de energia 'limpa', renovável, bem como de combate à escravidão e ao trabalho infantil.

Indústrias exportadoras que adotam medidas de proteção ambiental agregam valor a seus produtos, pois cada vez mais o mercado está atento às responsabilidades socioambientais²³.

Ao afirmar que todas as pessoas têm direito a um ambiente ecologicamente equilibrado, essencial para o seu bem estar, em seu Artigo 225 a Constituição Federal confere a todos esse direito e responsabilidade.

O envolvimento de governos, empresas e da população com a preservação do meio ambiente torna-se estratégico para o crescimento econômico das cidades.

Assim, a relação harmônica entre homem e natureza pode assegurar melhores condições de vida para as gerações presentes e futuras que a de vir.

A prevalência da ideologia de consumo e exploração capitalista, contudo, faz com que se deixe de observar os dispositivos legais, por conta dos interesses capitalistas. Para tanto, permite-se a exploração e a

²³ Semelhante atitude verifica-se em relação às pessoas, proibidas por órgãos colegiados de participarem do processo político-eleitoral brasileiro, devido à transgressão da Lei Complementar, nº 135, aprovada em 05 de maio de 2010, também conhecida como Lei da 'Ficha Limpa'.

degradação dos recursos naturais, dentre os quais pode-se incluir o próprio espaço de ocupação.

Apesar de estar contemplada na legislação ambiental que a natureza é um bem público e patrimônio da humanidade, nas últimas décadas, governos e sociedades têm priorizado o crescimento econômico, muitas vezes sem se preocupar com a degradação, denotando-se aí uma grande contradição.

Essa legislação emerge dentro de um contexto de preocupação mundial com a escassez de recursos naturais, cuja degradação ocasiona prejuízos ambientais e sociais.

Entretanto, destaca-se que no mercado se evidencia pelo lucro da mais-valia, segundo a qual são considerados, acima de tudo os benefícios e vantagens individuais, que não atentam para as consequências da desigualdade social.

Frente à exploração capitalista, até que ponto o Estado encaminha a expansão urbana dentro dos parâmetros da lei, que proíbe a ocupação de áreas que deveriam permanecer preservadas. Para tanto, sugere-se a ampliação da fiscalização, estratégica para o cumprimento da legislação, sabendo de antemão as dificuldades a serem enfrentadas.

Com a intenção de garantir a funcionalidade dos ambientes naturais e impedir que ecossistemas sejam degradados, a legislação brasileira define os manguezais como áreas de Preservação Permanente (APP), contíguas ou não à malha urbana.

Em seu Art. 2º da Lei 4.771, o Código Florestal Brasileiro estabelece:

Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural, situadas: a) ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:

- 1) de 30 metros para os cursos d'água de menos de 10 metros de largura;
- 2) de 50 metros para os cursos d'água que tenham de 10 a 50 metros de largura;
- 3) de 100 metros para os cursos d'água que tenham 50 metros a 200 metros de largura;
- 4) de 200 metros para os cursos d'água que tenham de 200 a 600 metros;
- 5) de 500 metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 metros; [...] b) ao

redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água, naturais ou artificiais; c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura; d) no topo de morros, montes, montanhas e serras; e) nas encostas ou partes destas com declividade superior a 45° equivalente a 100% na linha de maior declive; f) nas restingas, como fixadoras e dunas ou estabilizadoras de mangues (definidos em resolução do CONAMA); g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais; h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação (BRASIL, 1965, p. 1).

O Código Florestal (Lei Federal no 4771/65) também enquadra como áreas de preservação permanente (APP) as florestas e outros tipos de vegetação localizada proximamente aos rios, cursos d'água e nas restingas, na qualidade de fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues (SIQUEIRA FILHO, 1998).

Assim como no Estado de Santa Catarina os manguezais são enquadrados como Áreas de Proteção Especial, no âmbito federal, pelo Decreto nº 14.250/81 e, no municipal, pelo Código Municipal do Meio Ambiente, em seu Art. 49, item V, da Lei Complementar nº. 29, de 14 de junho de 1996, são considerados áreas de preservação permanente.

Em seu Art. 3º, inc. I, a Lei Federal nº 7.661/88, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), estabelece prioridade no tocante à sua conservação e proteção, a saber:

Art. 3o O PNGC deverá prever o zoneamento de usos e atividades na Zona Costeira e dar prioridade à conservação e proteção, entre outros, dos seguintes bens:

I – recursos naturais, renováveis e não renováveis; recifes, parcéis e bancos de algas; ilhas costeiras e oceânicas; sistemas fluviais, estuários e lagunares, baías e enseadas; praias; promontórios, costões e grutas marinhas; restingas e dunas; florestas litorâneas, manguezais e pradarias submersas [...] (BRASIL, 1988b).

Já, no § 4º, capítulo 2, Art. 225, a Constituição Federal de 1988 enquadra a Zona Costeira como patrimônio nacional, dentro da qual os manguezais estão circunscritos.

Segundo a Lei nº 7.661/88, Art. 3º, “Zona costeira é o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e uma faixa terrestre”.

Em seu Art. 23, a referida Constituição Federal estabelece que é da “competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios [...] VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII - preservar as florestas, a fauna e a flora”. (BRASIL, 1988a, p. 1). E o artigo 225 determina que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo às presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988a, p. 1).

A Resolução do CONAMA nº 303/2002, em seu art. 3º, inc. X, igualmente considera toda a extensão do manguezal como área de preservação permanente (APP). Mesmo assim, nos dias atuais se verifica sua destruição.

Compreendidos em cidades costeiras brasileiras, muitas áreas de manguezais sofreram invasões, aterro e urbanização, inclusive, pelo Poder Público, como é o caso do município de Joinville, conforme será exposto no capítulo seguinte.

Apesar da ampla legislação preservacionista nas diferentes esferas governamentais (Federal, Estadual e Municipal), a atitude do homem contemporâneo continua sendo predatória. Tendo por base a análise feita por Souza (1991), a ocupação dos manguezais está atrelada ao artifício legal que garante ao cidadão brasileiro a posse e o uso das terras públicas da União, mediante o seu requerimento e pagamento de um valor monetário irrisório.

À revelia da legislação, a invasão dos manguezais revela a fragilidade do Estado e do Poder Público em contê-la, frente aos interesses econômicos, delineados pela classe hegemônica, particularmente vinculada ao capital industrial.

Embora em seu Art. 186, item IV²⁴, a Constituição Federal (1988) assinala a função social da propriedade, esta função não pode destruir a natureza. Diante disso verifica-se a necessidade de um Estado capaz de encaminhar a implantação de um planejamento urbano que promova a expansão econômica, ocupando o mínimo possível as áreas destinadas à preservação permanente.

Para maior conscientização da necessidade e importância da preservação dos manguezais, sugere-se a divulgação da legislação ambiental por meio de eventos, palestras, estudos e debates esclarecedores a serem realizados no espaço da cidade pelas diferentes instituições civis, governamentais e não governamentais.

Ao contemplar a preservação da natureza e atentar-se para as necessidades sociais de curto, médio e longo prazo, a legislação se torna um instrumento necessário na construção de uma sociedade sadia.

Não obstante a legislação ambiental brasileira proíba a destruição dos manguezais, esta prática é legitimada pelo próprio Estado capitalista, visando promover um crescimento econômico que não leva em conta as consequências socioambientais.

1.4 INTERESSES CAPITALISTAS NA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

O problema da degradação e o seu esgotamento se evidencia com o aumento da população que demanda cada vez mais alimentos e espaço para ocupação, sobretudo nas grandes cidade e aglomerações urbanas.

A Terra encontra-se “[...] fragilizada diante da predatória ação desenvolvimentista do homem contemporâneo, focado no individualismo, no lucro e no antropocentrismo” (MELLO, 2007, p. 42). Não fosse a ‘cegueira’²⁵ humana, configurada pelos interesses capitalistas imediatistas, certamente haveria maior consciência da necessidade de preservar a natureza, estratégia para a garantia e manutenção da biodiversidade e do bem estar social.

O planeta terra já dá sinais de esgotamento ao não conseguir mais suportar a produção cada vez mais intensa de bens de consumo, frente à

²⁴ De acordo com a Constituição Federal (1988, Art. 186, Item IV), a função social da propriedade acontece quando à exploração favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

²⁵ Para compreender a limitação a ‘cegueira’ humana, influenciada pela cultura do consumo e o ‘mundo da aparência’, sugere-se a leitura do *Ensaio sobre a Cegueira* (SARAMAGO, 1995), bem como a reflexão em torno do *Mito da Caverna* (Livro 7, da obra “A República”, do filósofo Platão).

ganância e cegueira do próprio homem em explorar a natureza de maneira desmedida, sem dispensar os cuidados necessários de que a terra precisa. A partir desta premissa, certamente que será necessário um planeta e meio para suprir a demanda de recursos naturais.

Para Gil Portugal (apud DULLEY, 2004), a preservação da biodiversidade é uma forma de aumentar as chances de o homem descobrir melhor as funções e utilidades das espécies, inclusive na produção de medicamentos que representam a cura e a prevenção de doenças.

A destruição dos manguezais evidencia-se na sociedade capitalista, na medida em que apenas prioriza interesses economicistas²⁶, imediatistas do sistema²⁷, segundo Coggiola (2004), contraditório por instaurar a crise nas relações entre homem, sociedade e meio ambiente.

A busca do lucro e consumo inconsequentes revela a desarticulação entre homem, sociedade e meio ambiente, bem como a fragilidade do crescimento econômico, obtido à base da exploração e degradação dos recursos naturais.

Muito embora Estados socialistas também degradem o meio ambiente, a destruição dos manguezais está associada ao modo de produção capitalista, por vezes, legitimada pela expansão econômica, geradora de emprego e renda.

A perspectiva imediatista do modo de produção e reprodução capitalista da existência humana (MARX, 1996), no atual contexto de desenvolvimento socioeconômico-cultural (WEBER, 2000) em que as diferentes sociedades se encontram, dificulta a compreensão dos inúmeros benefícios que a preservação da natureza lhe proporciona. Por consequência desse contexto, a degradação dos recursos naturais e a segregação socioespacial são banalizadas e aceitas como algo inerente à formação da sociedade.

Hobsbawm (2004, p. 562) faz uma crítica ao atual estágio de desenvolvimento econômico, técnico-científico ao assinalar que:

²⁶ “A perspectiva economicista privilegia o livre mercado como mecanismo para internalizar as externalidades ambientais e para valorizar a natureza, recodificando a ordem da vida e da cultura em termos de um capital natural e humano (LEFF, 1999, p. 123).

²⁷ O capitalismo constitui um sistema político-econômico caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção, livre mercado (lei da oferta e procura) e a busca do lucro.

O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica. As forças geradas pela economia técnico-científica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana.

Em uma entrevista sobre seu livro que deu origem ao filme *A Corporação*, Bakan (2008, p. 8,13) denuncia os desdobramentos negativos do sistema capitalista:

O capitalismo é inerentemente autodestrutivo e a corporação é um reflexo institucional disso. Não existem limitações, no próprio sistema econômico, para o grau de exploração com o fim de gerar riqueza [...]. As corporações são empresas que, pela própria natureza e com autorização do Estado, só podem se preocupar em gerar riqueza para seus acionistas, sem se importar com as consequências para o restante das pessoas. E que cada vez mais mandam no mundo, consequência da globalização neoliberalista, cujos efeitos fazem eco em países periféricos como o Brasil – constantemente explorados na sua força de trabalho e seus recursos naturais.

De acordo com Max Weber (1991), o mundo capitalista sempre foi norteador por interesses econômicos privados. O capitalismo atual só incorporou a visão protestante do trabalho, como forma de alcançar acumulação, segurança e bem estar.

Ao se articular em favor do lucro e do capital privado, o Estado e o poder público acabam permitindo a ocupação de áreas impróprias, em desacordo com a legislação ambiental. Assim, funcionários públicos responsáveis pela aprovação de projetos de loteamentos, compreendidos ou não sobre áreas de manguezais, muitas vezes prestavam serviços a empreendedores privados (donos de imobiliárias), fora do expediente de trabalho. Segundo Naum Alves Santana (1998, p. 83),

[...] o que mais chama a atenção, relativamente à participação dos profissionais, é que a maioria dos que assinam a responsabilidade técnica pelos projetos mantinham vínculo empregatício com a

Prefeitura. Isso revela uma associação do mercado imobiliário com o Estado, através de uma aliança tácita, onde o próprio responsável pela aprovação do projeto na Prefeitura é o responsável técnico pelo projeto e pela execução da obra. Nesse caso fica garantido ao empreendedor que o ‘projeto’ não terá dificuldades de ser aprovado na instância competente [...]. Essa situação compromete de maneira definitiva a isenção do Estado enquanto agente regulador do processo de produção do espaço urbano.

Se por um lado essa conduta evidencia a interferência dos interesses privados no espaço público, por outro lado mostra a fragilização do Estado e a pouca consciência ambiental da sociedade por não exigir o cumprimento da legislação ambiental.

Considerando que a expansão das cidades é pressionada pela expansão da economia, questiona-se até que ponto essa economia beneficia a sociedade como um todo, uma vez que ela permite a degradação da natureza e a segregação socioespacial.

Nesse sentido, assinala-se que a expansão econômica das cidades, a ocupação do espaço geográfico constitui um desafio para as sociedades humanas, representadas pelas instituições públicas e privadas, ONGs, igrejas, universidades, empresas com ou sem fins lucrativos e o próprio Estado.

Ao analisar as marcas do progresso, Marx (1996, p. 133) assinala:

[...] cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o trabalhador, mas ao mesmo tempo na arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade. Quanto mais um país [...] se inicia com a grande indústria como fundamento de seu desenvolvimento, tanto mais rápido esse processo de destruição. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador.

A partir do século XVIII, a emergência da Revolução Industrial estabelece uma relação tênue entre os interesses capitalistas e o espaço

público, a ponto de muitas vezes, seus domínios serem confundidos. Por conta do fortalecimento do capital, o espaço privado é ampliado enormemente, em prejuízo do público, que se restringe e fica sensivelmente enfraquecido.

Segundo Richard Sennett (1999, p. 30):

[...] os sinais gritantes de uma vida pessoal desmedida e de uma vida pública esvaziada [...] são resultantes de uma mudança que começou com a queda do Antigo Regime e com a formação de uma nova cultura urbana, secular e capitalista.

O mencionado autor também apresenta que, na sociedade contemporânea ocorre uma valorização acentuada da esfera privada, influenciada pela crescente industrialização capitalista que se instaura no espaço da cidade. As preocupações terrenas, a secularização, assumem o espaço do transcendente, cada vez menos perceptível diante das invenções técnico-científicas. Os lugares tradicionais de encontro, igrejas e praças perdem visibilidade para as grandes vias de circulação e os shoppings centers de consumo de bens e serviços. A mercadoria vira fetiche. Com suas grifes, a moda e o poder de compra tornam-se referencial e fator social distintivo.

A indústria utiliza tanto a mão de obra operária, quanto a máquina para aumentar a produtividade e a concentração do capital. Assim, a sociedade industrial rompe com a escravidão e o trabalho de subsistência sem, no entanto, superar a exploração, bem como a degradação dos recursos naturais. Nesse sentido, de acordo com Monbeig (1957), a expansão capitalista eclodiu às margens do Oceano Atlântico.

Sob essa perspectiva, em sua obra *Por uma Geografia Nova*, Milton Santos (1986) denuncia a alienação do homem ao capitalismo, sistema que permite a exploração e transformação do espaço geográfico em uma mercadoria de consumo.

A sociedade capitalista se mercantiliza com a crescente privatização da natureza e o aumento do consumo de mercadorias. A industrialização acelera as transformações do espaço urbano ao atrair migrantes para suprir demandas ligadas à reprodução do capital que, muitas vezes, traduz-se em ocupação de áreas que deveriam ser preservadas.

De acordo com Sennett (1999, p. 30), no período pós Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), a geração “se voltou para

dentro de si ao se libertar das repressões sexuais. É nessa geração que, também, se operou a maior parte da destruição física do domínio público”.

Por consequência dessa mudança comportamental, percebe-se uma maior valorização do espaço privado, que remete ao âmbito familiar, asilo inviolável, dirigido por uma ou mais pessoas que possuem inúmeras prerrogativas de ação, uma vez que dificilmente sofre ingerência ou interferência governamental, enquanto que o espaço público refere-se ao acesso comum, no qual acontece a atuação política do Estado, a participação e o envolvimento da sociedade.

Segundo Hannah Arendt (1997), o homem político atua no espaço livre da cidade, sendo que as decisões políticas dependem da capacidade de persuasão de seus líderes ou governantes, diferentemente do lar associado à propriedade privada, na qual as decisões podem ser tomadas por vontade de uma pessoa, geralmente o chefe da família, sem a necessidade de convencimento, visto que, arbitrariamente, ele pode impor sua vontade ao grupo familiar, sem atentar para a dimensão política e social, como é o caso do indivíduo que atua no espaço público.

O crescimento acelerado das cidades, caracterizado pela explosão urbana, dificulta o controle e a realização de um planejamento político, capaz de encaminhar demandas emergentes, em termos de espaço adequado para instalação de indústrias e construção de moradias populares. Por outro lado, interesses privados, mesmo em favor do desenvolvimento socioeconômico, estimulam a urbanização de áreas ambientalmente vulneráveis à intervenção do homem.

Sendo assim, questiona-se até que ponto os interesses privados²⁸, desarticulados da questão ambiental, atentam para um crescimento capaz de satisfazer as necessidades do conjunto da sociedade, uma vez que a degradação da natureza gera conflitos, muitas vezes, por conta da escassez de recursos.

A degradação da natureza é evidenciada ao longo da expansão da cidade, frente à necessidade de espaço, matéria prima, energia, mão de obra e capital financeiro, sobretudo quando ela acontece de maneira não planejada. Nesse sentido, Milton Santos (2002) alerta para a “guerra dos

²⁸ Ao favorecer determinados indivíduos, setores e regiões, interesses particulares acabam subestimando a natureza em prejuízo da harmonia social.

lugares”, como elemento intensificador da exploração e degradação do meio ambiente.

A ocupação de áreas de manguezais está atrelada à civilização²⁹, bem como pelo modo de produção da existência humana, envolvendo interesses econômicos da indústria ao necessitar de espaço para ampliar sua atividade produtiva; dos promotores imobiliários, cuja renda depende da comercialização de imóveis habitáveis e; dos trabalhadores de baixa renda, que se instalam sobre áreas impróprias por não disporem de recursos suficientes para adquirir uma moradia em lugar que apresente alguma infraestrutura urbana. Dentro desse contexto, o próprio Estado acaba permitindo essa prática contraditória, crescimento econômico à custa de exploração e destruição da natureza.

Ao analisar estudos sobre o meio ambiente, efetuados por mais de 50 autores durante o período que se estende de 1786 a 1888, José Augusto Pádua (2002) remete a degradação da natureza ao legado colonial brasileiro, baseado no tripé: latifúndio, escravismo e monocultura.

Aliado à ideologia do consumo capitalista, esse legado colonial se sobrepõe aos valores morais e princípios éticos que, por sua vez, influenciam e são influenciados pela cultura e necessidades do dia a dia.

Segundo Milton Santos (2001, p. 49), o consumismo é “o grande emoliente, produtor ou encorajador de imobilismos [...] o grande fundamentalismo do nosso tempo, porque alcança e envolve toda gente”. A supervalorização do consumo faz com que a sociedade deixe de valorizar a natureza, explorando-a o máximo possível³⁰.

Comentando o comportamento de várias montadoras de veículos japonesas, nas quais trabalha durante 2000 a 2008, antes da crise econômica internacional que se desencadeia a partir dos EUA em 2008,

²⁹ Segundo Orlando Maria Murphy (1982), civilização é a concretização de um determinado nível de desenvolvimento socioeconômico e cultural alcançado por determinada sociedade. Já de acordo com Vidal de La Blache, Monbeig associa esse conceito de civilização ao desenvolvimento técnico alcançado pelas sociedades, frente aos obstáculos que a própria natureza apresenta (apud Aldo DANTAS, 2005).

³⁰ Nesse sentido, a obsessão em torno da aquisição de bens materiais, como utensílios, roupas, automóvel confere status social, admiração do outro. Diante dessa compreensão, o comércio se utiliza do marketing e da publicidade para fazer negócios.

Aginaldo Moreira³¹ (2011) declara que é muito comum, por ocasião das visitas dos compradores, os trabalhadores estrangeiros das montadoras serem deslocados de seus setores ou serem orientados a não responderem as perguntas feitas pelos visitantes em outra língua que não a japonesa, uma vez que os clientes buscam a qualidade do produto fabricado pelos japoneses. Como a mão de obra estrangeira é mais barata, o comprador acaba associando a qualidade do produto ao trabalhador nacional.

De acordo com Hannah Arendt (1991, p. 35), a condição humana leva o homem a desenvolver ações e formas de vida para poder sobreviver. “São condições que tendem a suprir a existência do homem. As condições variam de acordo com o lugar e o momento histórico do qual o homem é parte”. Assinalando que somos condicionados pelo contexto histórico que as relações sociais da produção dispõem como alternativa.

Embora o Poder Público busque a ampliação da infraestrutura urbana no espaço da cidade, ainda assim se demonstra incapaz de conter a degradação da natureza e a segregação socioespacial.

A destruição de áreas de manguezais revela a sobreposição dos interesses econômicos imediatistas, especialmente da parte dos líderes políticos que deveriam encaminhar soluções para conter esse processo. Dessa forma, para que os interesses favoreçam o desenvolvimento sustentável, necessita-se promover a articulação entre homem, sociedade e natureza, do contrário os problemas socioambientais tendem a se agravar fortemente.

Ao assegurar a concentração de riqueza na mão de poucos, causa de muitos males sociais, o Estado deixa de executar um planejamento urbano capaz de contemplar as demandas da coletividade.

A projeção econômica de alguns, implica vantagens comerciais indevidas que resultam degradação e acirramento de interesses de grupos hegemônicos, em prejuízo da questão social e ambiental, envolvendo a vida dos mais pobres e a ocupação do espaço.

No século XVII, filósofo inglês Thomas Hobbes já alertava sobre a necessidade de um Estado forte para que fosse capaz de conter a ganância do homem, ao afirmar que “o homem é lobo do próprio homem”. Diante disso, questiona-se, como será isso possível, uma vez que o próprio Estado é uma produção da sociedade articulada pelos

³¹ Em 2012, proprietário de uma oficina de pintura de automóveis, Tokio Tuning, localizada em Joinville.

interesses privados³². Não raro, tais interesses desencadeiam disputas econômicas, comerciais e até mesmo conflitos militares.

De acordo com Harribey (2011, p. 1), no regime capitalista são produzidas riquezas e um considerável progresso econômico, contudo “a pobreza e a miséria não recuam no mundo”, bem como os prejuízos “à natureza e aos ecossistemas gravemente atingidos ou ameaçados pelo esgotamento de certos recursos não renováveis”.

A degradação da natureza é intensificada dentro de um contexto socioeconômico capitalista que explora os recursos sem medir as consequências para o presente e o futuro da humanidade³³. Sob essa perspectiva imediatista, interessam os lucros para a acumulação de capital, a fim de assegurar qualidade de vida e vantagens comerciais dentro de um mercado cada vez mais competitivo.

De um lado, a ocupação das áreas de manguezais está vinculada à falta de uma política habitacional popular, à segregação socioespacial e, por outro, a prevalência dos interesses público-privados, em busca da expansão econômica, dissociada da questão ambiental.

À medida que benefícios públicos são implantados no espaço da cidade (estradas, rede de energia elétrica, saneamento básico, escolas e estabelecimentos comerciais) mais a economia é beneficiada e se expande.

A instalação de indústrias e residências, em áreas que deveriam ser destinadas à preservação permanente, evidencia a desarticulação entre sociedade e natureza, por falta de consciência socioambiental.

Dissociada das leis ambientais, a expansão do capital pode ser apontada como uma das principais causas da privatização das áreas que deveriam permanecer preservadas, por meio da instalação de unidades industriais, residenciais, comerciais e de prestação de serviços.

³² Segundo Marx e Engels (2002), o Estado Moderno resulta da superação do Estado Feudal, mediante a imposição do conceito de propriedade privada, efetuado pela sociedade burguesa detentora do poder político-econômico, como forma de assegurar privilégios e bem estar, sem dimensionar os custos para a classe pobre trabalhadora.

³³ Segundo Martínez-Alier - 1992 (apud HARRIBEY, 2001, p. 15), “a polarização da riqueza agrava os saques sobre os recursos naturais”, bem como a ocupação dos ecossistemas frágeis, a exemplo dos manguezais.

1.5 KARL MARX E MAX WEBER: PERSPECTIVA REVOLUCIONÁRIA E COMPREENSIVA DA REALIDADE CAPITALISTA

Neste tópico, são analisados pressupostos capitalistas e o quanto a compreensão de mundo capitalista vinculada à religião protestante, segundo a perspectiva de Max Weber (2000), contribui para a expansão econômica e industrial joinvillense. Embora não se tenha pesquisado as conexões entre protestantismo e capitalismo, elas estabelecem sentido relevante ao estudo.

Em Marx, os conceitos sociais, econômicos e filosóficos são determinados pelas condições materiais da existência. Por isso, considera que a religião é um dos aparelhos ideológicos da classe dominante, que impede a revolução, a transformação e a consciência antropológica da existência.

Karl Marx busca transformar o mundo, destruir as forças capitalistas opressivas para implantar uma sociedade igualitária comunista. Denuncia a estrutura do capitalismo, enquanto Weber se satisfaz em analisá-lo, a fim de compreender como ele se torna possível e como a religião renascentista vincula-se às concepções econômicas do mundo.

Com base nas contribuições de Weber (2000), pretende-se identificar até que ponto a tradição protestante contribui para a formação econômica joinvillense, atrelada à degradação da natureza, por meio da ocupação indevida de espaços naturais que, segundo Santaela (2011, p. 20) caracteriza a “cegueira espacial” e a “desumanização moderna”, de acordo com Todorov (1999, p. 183). Em Weber, a tipologia religiosa não é uma apologia do capitalismo, conforme o pensamento liberal fez e nem sua rejeição sistemática, conforme é sugerido muitas vezes.

O desenvolvimento econômico joinvillense está atrelado às transformações sociais europeias do século XIX, nas quais:

[...] a família perde seu conceito de unidade de produção, transformando seu valor em uma instituição de valores morais, afetivos, espirituais e de assistência recíproca entre seus membros. Nesse mesmo período é promulgada a ideia do casamento ser regulado exclusivamente pela lei civil, interessando tanto à sociedade como ao Estado a sua difusão. [...] A industrialização transforma por completo a composição familiar, restringindo drasticamente o número de filhos nos

países da Europa e em outros países também [...] A Revolução industrial incorporou aos trabalhos domésticos da mulher o mundo da fábrica, já que passou a ser remunerada a partir de suas atividades desenvolvidas, ainda que recebesse valores insipientes (NECKEL; MILANI, 2010, p. 67-68).

Nesse contexto emergem profundas transformações no espaço geográfico, da família e do trabalho. Na pesquisa de Max Weber (1991 e 2000), voltada à economia e às matizes dos processos econômicos, ligados aos diferentes períodos e modelos de sociedade, o trabalho, incluindo o feminino, merece destaque especial. Em cidades como Jaraguá do Sul, Blumenau e Brusque, mais do que em Joinville, evidencia-se, no século XX, o trabalho feminino no setor têxtil.

Através da análise deste autor (Max Weber), percebe-se que a racionalização do espaço socioeconômico e religioso favorece o capitalismo e se interliga à vocação ao trabalho, que responde a pergunta do homem secularizado: quem é Deus?

Para Weber, o religioso se manifesta na racionalização econômica, que toma a natureza como objeto e a transforma em riqueza por meio do trabalho.

A racionalidade, a visão secular de mundo e a vocação protestante são alguns dos interesses motivadores que despertam a busca do progresso e desenvolvimento socioeconômico em Joinville. “[...] na verdade, esta ideia peculiar do dever profissional, tão familiar a nós hoje, mas, na realidade tão pouco evidente, é a maior característica da ética social da cultura capitalista e, em certo sentido, sua base fundamental” (WEBER, 2000, p. 33).

Karl Marx e Max Weber apresentam visões diferentes. Enquanto Marx está mais interessado em perceber e transformar a realidade econômica social, Weber, acima de tudo, deseja compreendê-la. A religião não só domina as classes mais pobres, mas envolve o conceito de trabalho que define o próprio capitalismo. Para Weber (2000, p. 34):

[...] o capitalismo, atualmente guiando a liderança da vida econômica dos mais aptos – escolhe os empreendimentos e trabalhadores de que tiver necessidade. [...] Para que um modo de vida tão bem adaptado às peculiaridades do capitalismo pudesse ter sido selecionado, ele teve de se originar em alguma parte e não apareceu em

indivíduos isolados, mas como um modo de vida comum a grupos inteiros de homens.

O referido autor também analisa a produção do capitalismo, isto é, seu resultado econômico em linhas bastante diferentes de Karl Marx. Em Weber (2000), a racionalização orienta para uma visão econômica liberal. Já para Tocqueville (WEFFORT, 2011), a noção de pobreza e riqueza e a concepção de exploração capitalista se evidenciam mais em uma sociedade industrial, por conta das comparações que não existiam antes, uma vez que um pobre camponês feudal era tão explorado quanto o é um pobre numa sociedade industrial.

1.6 CATOLICISMO, PROTESTANTISMO E CAPITALISMO

Presente nas sociedades humanas desde tempos remotos, a religião influencia os costumes (moral), o pensar (filosofia), o agir (ética), bem como a cultura e a forma dos homens vivenciarem a espiritualidade. Confere conforto espiritual e significado sobrenatural para a vida das pessoas.

O conceito de Religião estabelece uma estreita relação com o de Igreja, nem sempre fácil de diferenciar. Segundo Langston (1980, p. 10), “a religião é a vida do homem nas suas relações sobre-humanas, isto é, a vida do homem em relação ao Poder que a criou, à Autoridade Suprema acima dele e o Ser Invisível com Quem o homem é capaz de ter comunhão. Religião é vida com Deus”. Já, a Igreja compreende uma edificação onde são realizadas as celebrações, e a própria instituição jurídica que agrega a comunidade dos fiéis (católicos, luteranos, budistas, muçulmanos), inserida dentro de um Estado politicamente organizado.

A estruturação de uma religião, de uma Igreja depende de um povo, sociedade e de um contexto sociocultural. Assim, a expansão comercial e das manufaturas nas cidades influencia o surgimento da Idade Moderna e a superação da Idade Média, marcada por movimentos contrários à hegemonia da Igreja Católica, em favor da liberdade religiosa e o nascimento do protestantismo na Europa³⁴.

³⁴ Em sua obra *Jesus de Nazaré* (2012, p. 58), o teólogo Joseph Ratzinger, Papa Bento XVI, escreve que o teólogo reformista católico Alfred Loizy afirmou que “Jesus anunciou o Reino e o que veio foi a Igreja”.

Na vitória do capitalismo inglês, sob o invólucro de uma reforma religiosa, as forças sociais econômicas e culturais se somaram, mas seus desdobramentos forneceram elementos para análises de matizes e interesses das emergentes classes responsáveis pelo domínio político.

O nascimento das igrejas protestantes, a exemplo do luteranismo na Alemanha, anglicanismo na Inglaterra e calvinismo na França, compreende uma nova forma de mediação entre os homens e Deus; concedendo maior liberdade ao cristão, inclusive de acumular riqueza, bastante condenada pelo catolicismo.

Ao analisar o expressivo desenvolvimento econômico capitalista dos EUA, país que concentra grande número de fiéis protestantes, Weber (2000) assinala a influência da ética protestante, por admitir a salvação da vida pós-morte, também para aqueles que acumulam bens materiais³⁵. A mesma influência é verificada em outros países e regiões, onde o número de seus fiéis é bastante expressivo.

Nesse sentido, em sua obra *A Condição Humana*, a filósofa Hanna Arendt (1993) pondera que a sociedade moderna é profundamente marcada pelo descobrimento da América (1492), invenção do telescópio (1609) e Reforma Protestante (1517)³⁶.

Diferentemente do protestantismo que por meio do trabalho³⁷ aceita à acumulação da riqueza, o catolicismo enxerga nos bens materiais um empecilho para ingressar no paraíso celeste, uma vez que a Igreja enfatiza a mensagem de Jesus Cristo que afirma ser “mais fácil um camelo passar pelo fundo duma agulha do que entrar um rico no reino de Deus” (MATEUS, 19, 24). Nessa mesma perspectiva, três apóstolos de Jesus Cristo, Mateus (16, 26), Marcos (8, 36) e Lucas (9, 25) condenam o apego aos bens terrenos ao

³⁵ Fundado na França, no século XVI, por João Calvino, o calvinismo chega a difundir a ideia de que a riqueza, na vida terrena, constitui um sinal da recompensa divina, na vida pós-morte (KUYPER, 2002).

³⁶ 1517 é o ano em que Martinho Lutero divulga 95 Teses contrariando ensinamentos da Igreja Católica, entre outros aspectos, envolvendo a venda de Indulgências e autoridade do papa, que desencadeiam o processo de Reforma Protestante na Europa.

³⁷ Como fundador do protestantismo, Martinho Lutero professa que o trabalho constitui uma vocação, para a qual todo homem é chamado por Deus (MULLER, apud MERCURE, 2005). Segundo Weber (1989, p. 123), o protestante considera o trabalho “como o mais alto instrumento de ascese, e, ao mesmo tempo, como o mais seguro meio de preservação da redenção da fé e do homem”.

proclamar: “[...] que adianta ao homem ganhar o mundo inteiro se perder a sua vida?”

Se por um lado a Igreja Católica assinala o desprendimento material e a aceitação do sofrimento como meio de o cristão chegar à ascese e a purificação do pecado, com base no exemplo do próprio Jesus Cristo que se despoja de tudo e aceita ser crucificado na cruz e de sua mãe Maria que, igualmente, sofre ao assistir sua morte; por outro lado, a Igreja Protestante valoriza o trabalho como vocação para a qual o cristão é chamado por Deus a vivenciar a fé, a fim de suprir as necessidades do dia a dia para, em vida, desfrutar de mais conforto e segurança econômica.

Nesse contexto, Lutero (1995, p. 307) destaca a importância da educação, não somente para levar os homens se instruírem com a leitura da Bíblia, mas principalmente como uma condição de emancipá-los da miséria:

[...] é pecado e vergonha o fato de termos chegado ao ponto de haver necessidade de estimular e de sermos estimulados a educar nossos filhos e a juventude e de buscar o melhor para eles. A própria natureza deveria nos convencer disso.

Ao contrário do catolicismo que valoriza, especialmente, a doutrina e a catequese, por vezes, proibindo os fiéis de lerem a Bíblia, ao menos até a realização do Concílio Vaticano II (1968); o protestantismo incentiva a educação formal estratégica para a evangelização. Assim como os católicos ensinavam por meio da catequese, os protestantes catequizavam através do ensino.

O catolicismo tem, sobremaneira, assinalado que os bens materiais desviam o cristão da verdadeira fé em Jesus Cristo, libertador do pecado, “caminho, verdade e vida”, que conduz a Deus e garante a salvação da alma na vida pós-morte. Para isso, os fiéis são ‘chamados’ e admoestados pelo Apóstolo Lucas (Cap. 16, versículo 13):

Não ajunteis para vós tesouros na terra; onde a traça e a ferrugem os consomem, e onde os ladrões minam e roubam; 33 Vendei o que possuíis, e dai esmolas. Fazei para vós bolsas que não envelheçam; tesouro nos céus que jamais acabem, aonde não chega ladrão e a traça não rói (LUCAS, 12,22,34); Nenhum servo pode servir

dois senhores; porque ou há de odiar a um e amar ao outro. [...] Não podeis servir a Deus e às riquezas (LUCAS).

Enquanto a Igreja Católica assinalava que a existência humana transcendia os bens terrenos e o consumo material, por isso não deveria acumulá-los, mas acima de tudo, empenhar-se em alcançar a Deus, verdadeiro e único sentido da vida, a Igreja Protestante aceitava sua acumulação para a satisfação das necessidades humanas.

Para a Igreja Católica, a dimensão da existência humana transcende os bens terrenos e o consumo material. Em função dessa forma de entendimento, o cristão não deve acumulá-los, mas, acima de tudo, deve se empenhar em alcançar Deus, verdadeiro e único sentido da vida.

De acordo com David Landes (2002, p. 39): “Quase toda diferença está na cultura”. Assinalando que “Max Weber tinha razão. Se a história do desenvolvimento econômico nos ensina alguma coisa é que quase toda a diferença está na cultura.”

Tendo presente essa compreensão, Harrison e Huntington (2002) organizaram uma obra intitulada: *A cultura importa: os valores que definem o progresso humano*, composta por ensaios escritos por 22 autores, na qual evidenciam o caráter distintivo e a influência da cultura no progresso e desenvolvimento socioeconômico dos grupos humanos, povos e nações.

Mesmo que os bens materiais tragam conforto, bem estar e segurança, por si só eles não satisfazem completamente as necessidades do homem, direta e indiretamente, influenciado pela cultura, sociedade e natureza. Segundo Edgar Morin (2000, p. 52), “o homem somente se realiza plenamente como ser humano pela cultura e na cultura”.

Diante da tentação no deserto, Jesus Cristo lembra ao tentador (demônio) que no livro de Deuteronômio (8, 3) consta: “não só de pão vive o homem, mas de toda a palavra que sai da boca de Deus” (Mat. 4,4).

Apesar das diferentes religiões buscarem o estabelecimento de uma sociedade solidária, por meio da oração, frequência à Igreja, trabalho, amor e doação a Deus e ao próximo, elas não conseguem conter a segregação socioespacial nas cidades, seja por causa do nível de desenvolvimento socioeconômico-cultural em que elas se encontram, ou

devido à influência do modo de produção e reprodução capitalista da existência humana, pautado no lucro e consumo abusivos³⁸.

Considerando-se a relação entre religião e sociedade, compreendida pela análise histórico-sociológica de Max Weber (2000), percebe-se a influência da cultura protestante na expansão econômica do município de Joinville.

Como não se busca a reconstrução de toda a tese de Weber sobre o protestantismo, reconhecem-se esforços em compreendê-lo, sobretudo depois de Karl Marx ter interpretado os problemas que envolvem o fortalecimento do capitalismo pela indústria.

O desencantamento do mundo (*Entzauberung der Welt*) constitui um pressuposto que também influencia o crescimento econômico da cidade. Segundo Antônio Flávio Pierucci (apud SOUZA, 2006, p. 154), esse desencantamento do mundo é um conceito utilizado por Max Weber para explicar o fim mágico da salvação e a perda de sentido pela religião e pela ciência, visto que “uma das limitações da ciência mais difíceis de aceitar é justamente essa sua incapacidade de nos salvar, de nos lavar a alma, de nos dizer o sentido da vida num mundo que ela desvela e confirma não tendo em si, objetivamente, sentido algum”.

De acordo com Weber (2000), o protestantismo é uma religião que representa um ideário moderno de economia. Abrange uma concepção ampla e complexa que envolve o modo econômico do ser humano estar no mundo. Esse “modo econômico” refere-se à maneira como se compreende a natureza.

Antes mesmo de Milton Santos (1997a) enxergar a guerra dos lugares, por meio da ocupação do espaço, Weber (2000) percebe que a racionalização econômica dessa ocupação transforma a natureza em propriedade privada, dentro de uma concepção de mundo compreendido como matéria, como meio e jamais como fim.

Diferentemente de Karl Marx (1996), que associa capital industrial à apropriação da ‘mais valia’ (lucro) pelos donos dos meios de produção, Max Weber (2000, p.28) destaca a influência cultural nesse processo:

Se puder ser encontrado algum objeto ao qual este termo possa ser aplicado com algum significado

³⁸ Ao contrário das religiões reveladas, messiânicas e salvacionistas, como o catolicismo e o protestantismo, animistas indígenas e outras como xintoísmo, hinduísmo e o candomblé, atribuem divindade a própria natureza.

compreensível, ele apenas poderá ser uma individualidade histórica, isto é, um complexo de elementos associados na realidade histórica, que unimos em um todo conceptual do ponto de vista de um significado cultural.

Outro aspecto apontado por Weber (2000) consiste em destacar que não se pode afirmar se é a filiação religiosa que gera uma nova concepção de economia ou se é a nova concepção de economia que proporciona o surgimento da nova filiação religiosa.

Segundo Lienhard (1998, p. 203), em vários momentos de sua vida, Lutero se preocupa com a questão econômica:

Em numerosos escritos, Lutero exprimiu o seu ponto de vista sobre o assunto. Já em 1519, publicara seu sermão acerca da usura. O seu propósito ganhou extensão no sermão (extenso) acerca da usura, de 1520, e posteriormente no opúsculo que apareceu em 1524 e que tratara de comércio e usura.

Embora não se objetive analisar o pensamento de Lutero, ele representa o principal nome da Reforma Religiosa do Renascimento Cultural que, ao refletir sobre questões econômicas, interage com as mudanças emergentes do século XVI. Por essa razão, já no começo de sua obra, Max Weber (2000) aponta que o protestantismo, de acordo com conceitos teológicos tradicionais, é mais do que uma reforma. Reconhecendo seu alinhamento aos interesses econômicos dos príncipes do século XVI, detentores do capital.

Esta visão de autoridade secular é encontrada na concepção tipicamente capitalista e moderna do protestantismo. Se para o catolicismo, visto como velha ordem, o Estado se integrava à religião, para o luteranismo, o Estado e religião possuem atribuições específicas e diferenciadas. Os reformadores posteriores, como João Calvino e Melanchthon³⁹, identificam melhor que o próprio Lutero as questões

³⁹ Pilipe Melanchthon (1497-1560) nasceu na Saxônia e frequentou aulas de teologia ministradas por Lutero, com quem trabalhou junto durante mais de 20 anos. Destacou-se no magistério e na organização e reforma das escolas alemãs. Foi “considerado o intelectual mais destacado entre os primeiros seguidores de Lutero” (RENAS, 2011).

econômicas, implícitas na teoria luterana. Em função disso, Lienhard (1998, p. 215) escreve:

Lutero não conhecia, evidentemente, o Estado Moderno, conjunto de instituições anônimas e realidade transpessoal, independente de todo vínculo com a metafísica. No essencial ele teve a ver com o Estado territorial, um Estado no qual cada habitante podia mais ou menos discernir as estruturas e pelos magistrados da cidade. Ele não pretendeu oferecer uma teoria sobre a natureza do Estado nem refletir sobre as suas origens. Aceitou-o tal como ele era em sua época. Sem dúvida, cabia mostrar, a partir de premissas bíblicas, às pessoas que exerciam autoridade política no que consistiria a sua função. A autoridade, esta era para ele precisamente um conjunto de pessoas às quais ele se dirigia de maneira direta. Essa proximidade, porém não excluía uma determinada visão de instituição.

Conforme esse destaque, a noção de Estado secularizado é um pressuposto presente nas concepções do cristianismo reformado luterano. Ao estabelecer uma relação com a economia e o mundo secularizado, a ideologia protestante, presente nos imigrantes que colonizaram Joinville, influencia seu desenvolvimento socioeconômico que, em certo sentido, perdura até os dias atuais.

Joinville é um município colonizado por imigrantes de várias nacionalidades, portadores de traços culturais germânicos e, em sua grande maioria, seguidores do protestantismo que, segundo Max Weber (2000), enxerga o lucro e o capital econômico como recompensa pelo trabalho humano.

A formação socioeconômica joinvillense é bastante influenciada pelos imigrantes e seus descendentes, alemães, suíços, austríacos e norte-italianos, de traços culturais predominantemente germânicos (TERNES, 1988), muitos dos quais, marcados pela influência protestante.

Tendo presente esse perfil étnico-demográfico, assinala-se a influência do protestantismo na configuração socioespacial da cidade, visto que muitos protestantes fundaram indústrias importantes que ajudaram a expandir a economia.

Nesse sentido, assinala-se em Joinville expressivo número de indústrias criadas por imigrantes protestantes e descendentes que ainda hoje continuam em funcionamento, como é o caso da Döhler S. A., fundada em 1881, por Carl Göttlieb Döhler; Cia. Fabril Lepper, inaugurada em 1907, por Hermann August Lepper; Vogelsanger S. A., Ind. Têxtil, fundada em 1926, por netos de imigrantes suíços; Drogaria Catarinense, em 1927, por Alberto Bornschein; Metalúrgica Wetzel, criada por Wigando Schmidt e os irmãos Arnaldo e Erwino Wetzel, em 1932; Fundação Tupy, remanescente de uma pequena fábrica criada por Frederico Birckholz, em 1897 que, em 1938, sob a liderança de Albano Schmidt, adquire essa denominação; Companhia Hansen (Tigre) remonta a uma pequena fábrica de pentes e cabos para facão, adquirida por João Hansen, de Albano Koerber e Cia., em 1941; Carrocerias Nielson (Busscar), criada em 1946, a partir de uma marcenaria, pelos irmãos Augusto e Eugênio Nielson; Indústria Schneider é constituída em 1946, por Joanes F. Schneider, para fabricar bombas para sucção de água de poços; Consul (Whirlpool), uma pequena oficina adquirida por Wittich Fretag, em 1950; Metalúrgica Duque é fundada por Engelberto Otto Hagemann, em 1955; Cia. Industrial H. Carlos Schneider (Ciser) por Carlos Frederico Adolfo Schneider, em 1959.

Enquanto o catolicismo tradicional vincula-se à Igreja e Estado, desde o início, o protestantismo os desvincula, pois entende que governo e economia pertencem à ordem secular. Os pressupostos de Weber sugerem uma relação entre o protestantismo e o modelo econômico. De acordo com Santos (1997a, p. 192), imigrantes compreendem o “conhecimento como recurso”.

Sob essa perspectiva, Belini Meurer (2008) estabelece uma aproximação entre a ética protestante e os princípios do capitalismo pautados no trabalho, dedicação e racionalidade dos imigrantes.

Nos países anglo-saxões, a revolução industrial não é obra do acaso, visto que sua cultura detém valor intrínseco no trabalho, por favorecer o progresso e o bem estar do homem.

O protestantismo europeu surge no século XVI e, a partir da metade do século XIX, propaga-se no sul do Brasil com a chegada (ingresso) dos imigrantes. Na Tabela 3 pode verificar-se que até o início da década de 1940 o número de fiéis protestantes era bastante expressivo em Joinville.

Tabela 3 – N° de protestantes e católicos em Joinville

ANO	PROTESTANTES	CATÓLICOS	POPULAÇÃO
1858	1.484	213	1.700
1861	2.437	613	3.050
1869	5.193	992	6.185
1888	11.944	5.430	17.374
1942	16.278	15.443	31.711

Fonte: Ficker (2008), Klug (1994), Costa (1996).

Na Tabela 3, é mostrada a predominância da população protestante, em relação ao número de católicos, sobretudo nas primeiras décadas de colonização. Em 1858, o número de protestantes chega próximo a 90% da população total da colônia. Com o passar dos anos, o ingresso de migrantes muda esse quadro. Ocorre gradativa diminuição do percentual de protestantes, ante o aumento do número de habitantes católicos, até porque a população brasileira era predominantemente católica. Em 1942, o número de protestantes chega a 49% dos habitantes do município. Nos anos seguintes, o número de católicos aumenta e o de protestantes é estabilizado.

Segundo Meurer (2008, p. 11), em Joinville também havia estreita relação entre Igreja Protestante, política e maçônica:

Na segunda década da vida da colônia, por volta dos anos 1860, houve uma eleição político-administrativa e a chapa vencedora era toda de maçons. E a perdedora era composta por parte de maçons e parte não. [...] havia uma articulação quase sutil entre a maçonomia, as associações culturais e a Igreja.

Restrições da Igreja Católica à participação dos cristãos nas irmandades maçônicas, conforme ocorrência registrada ao final do Império Brasileiro⁴⁰ e o maior número de imigrantes protestantes,

⁴⁰ Por consequência de divergência de interesses ideológicos entre a Igreja Católica e a Maçonaria, em 1872, bispos católicos de Olinda/PE, dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, e de Belém/PA, dom Antônio de Macedo Costa, passam a aplicar a bula papal, Syllabus (1864) e proíbem a participação dos fiéis cristãos das lojas maçônicas, sob a pena de excomunhão. Essa decisão tomada pelos bispos, sem o beneplácito do Estado Brasileiro, permitiu a Justiça Brasileira efetuar seu julgamento e condenação

particularmente em Joinville, permitem compreender a expressiva participação destes fiéis nos quadros dessa instituição filantrópica, sobretudo nas primeiras décadas da história do município.

A partir de meados do século XX, mesmo com o aumento do número de católicos, a influência protestante se mantém bastante expressiva na economia joinvillense.

Casamentos interconfessionais entre católicos e protestantes do mesmo grupo étnico, aceitos com bastante naturalidade no município, têm favorecido a interação étnica entre fiéis de diferentes confissões religiosas. Contudo, a mesma aceitação nem sempre se verifica entre imigrantes e seus descendentes teutos e luso-brasileiros, visto que há vários registros de divisão social, com motivação étnica. Nesse sentido, Ternes (1993) relata a existência de locais específicos frequentados apenas por teuto-brasileiros, bem como somente por luso-brasileiros.

Ao buscar o crescimento econômico a qualquer custo, a sociedade capitalista aprofunda as contradições vinculadas à degradação da natureza e à exploração do homem. Sob essa perspectiva, supervaloriza-se o consumo dos bens materiais, em prejuízo do sobrenatural, mais difícil e distante de ser alcançado que, justamente por isso, muitas vezes, fica em segundo plano.

Assim, as pessoas são estimuladas a valorizar o consumo pelo prazer, a segurança, o status e a autoestima que proporcionam perante o grupo social, que supervaloriza aqueles que dispõem de recursos financeiros para poder desfrutá-los.

Visto como sinônimo de conforto e bem estar social, o progresso econômico é apresentado como objetivo a ser alcançado pela população da cidade, mesmo que resulte em prejuízos ambientais e sociais, como é o caso da degradação da natureza.

a pena de detenção, deliberada pelo Imperador D. Pedro II, uma vez que a referida Igreja era a religião oficial do Estado e estava subordinada ao regime de padroado. Segundo Dannemann (2011, p. 1), o Conselho do Estado emitiu um parecer escrito pelo relator Nabuco de Araújo (1813-1878), definindo que: “O bispo é um empregado público (Ato Adicional); a origem divina das suas funções constitui uma especialidade de seu cargo, mas não exclui outros caracteres que lhe são comuns com outros empregados públicos: assim, a intervenção do governo na nomeação; o só poder ser exercido por cidadão brasileiro; o ser dotado pelo Estado com cóngruas e outros emolumentos; o ter em muitos casos relações e efeitos civis; o ser também do interesse do Estado, porque a religião, a que o cargo se refere é religião do Estado e oficial”.

Apesar de a religião ter sido criticada por alienar as pessoas da luta de classes, em favor da construção de uma sociedade mais justa (MARX, 1974, 1996, 2005 e 2007), juntamente com a escola (educação) e a família, ela pode ajudar na conscientização das pessoas sobre a importância da preservação da natureza para a construção de uma realidade mais sadia.

Dentro da compreensão de transcendência e totalidade, a questão ambiental perpassa a questão ética, moral e religiosa da sociedade. Do contrário, o homem e a sociedade podem avançar ainda mais para a supervalorização do consumo individual.

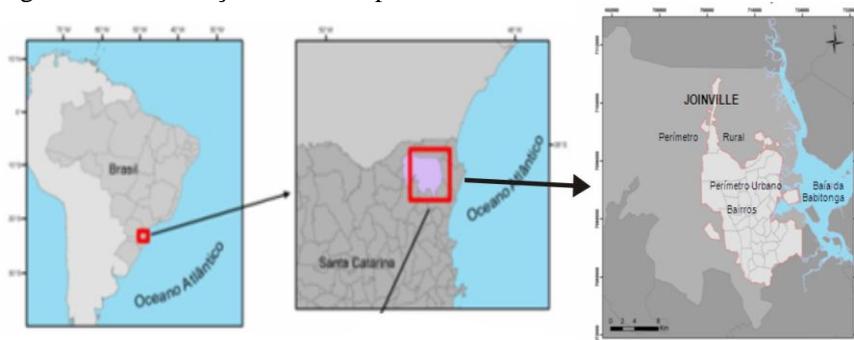
Diante disso, o Estado precisa ser norteado por conceitos e parâmetros capazes de encaminhar soluções conjuntas para a superação dos problemas que afetam a sociedade como um todo, envolvendo políticas sociais que despertem a participação e o comprometimento de todos em favor da preservação da natureza.

2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE JOINVILLE E A OCUPAÇÃO DOS MANGUEZAIS DO BAIRRO BOA VISTA

A ocupação de áreas de manguezais do bairro Boa Vista evidencia o interesse pelo crescimento econômico.

Localizada na região sul do Brasil (Figura 1), Joinville está inserida na microrregião nordeste do estado de Santa Catarina⁴¹. Ocupa uma área de 1.132,93 km² (segundo o IBGE, 2010, a área compreende 1.146,873 km², equivalente a 1,2% do Estado de Santa Catarina), sendo 209,36 km² (18,5%) de área urbana e 923,57 km² (81,5%) de área rural. Ao norte, limita-se com o município de Garuva; ao leste, com São Francisco do Sul; ao sul, com Araquari, Guaramirim, Schroeder; ao oeste, com Campo Alegre e Jaraguá do Sul (IPPUJ, 2010-2011). A sede está situada a uma altitude próxima ao nível do mar, o que acaba gerando problemas de inundação, sobretudo por ocasião das grandes enxurradas, associadas ao fenômeno da maré.

Figura 1 – Localização do município de Joinville.



Fonte: SEPLAN, 2011.

⁴¹ Santa Catarina é formada por um total de 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional, “constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum” (CF, 1988, Parágrafo 3º, Art. 25, Cap. III). A microrregião do nordeste do estado de Santa Catarina compreende os municípios de Araquari, Balneário Barra do Sul, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itapoá, Jaraguá do Sul, Massaranduba, São Francisco do Sul e Schroeder.

Na Figura 1 mostra-se a localização do município no território brasileiro e catarinense, bem como o perímetro rural (cor cinza do quadro à direita da Figura 1) e urbano de Joinville, subdividido em bairros (cor branca) e a baía da Babitonga (cor azul).

A referida baía configura parte importante da morfologia regional, pois drena manguezais remanescentes, funcionando como foz para cursos d'água, especialmente os rios Palmital, Ferro, Cachoeira, Bucarein, Lagoa do Saguau e o canal do Linguado (Figura 1). Também funciona como marco natural de divisão entre os municípios de Joinville e São Francisco do Sul, Garuva, Itapoá, Araquari e Balneário Barra do Sul.

Nesta baía, acontece a maior concentração de manguezais do litoral sul brasileiro, 62 km², dos quais mais de 50%, ainda preservados, estão circunscritos no território joinvillense (IPPUJ, 2010/2011). Segundo Clarice Maria Neves Panitz (1993), o Estado de Santa Catarina apresenta aproximadamente 92 km² de áreas de manguezais. .

Abrangendo uma extensão máxima de cinco km de largura por 20 de comprimento e uma área de 160 km², a baía da Babitonga é a mais importante região estuarina do estado de Santa Catarina, com a maior formação de manguezais do hemisfério sul (CREMER, 2006).

O município de Joinville compreende um relevo de planície, contendo várias elevações, entre as quais se destacam os morros da Boa Vista, do Finder, do Meio, do Amaral e a Serra do Mar, praticamente coberta pela Mata Atlântica. Em sua parte leste, o município apresenta diversas áreas alagadiças, sobretudo constituídas por manguezais, drenados por águas dos rios e oceano que se misturam na baía da Babitonga.

A configuração geomorfológica do município delineado pela região costeira dos manguezais (ao leste) favorece a penetração das massas de ar oriundas do quadrante sudeste que, ao se chocar com a serra do Mar, localizada ao noroeste (cujo maior pico, na Serra Queimada, alcança uma altitude de 1.325 metros), ocasiona alto índice de precipitação atmosférica durante os doze meses do ano⁴².

As precipitações frequentes proporcionam a presença de nascentes, córregos e rios, distribuídos em sete bacias hidrográficas (do

⁴² Por conta disso muitas vezes quando em outros municípios da região sul do Brasil faz tempo 'bom' e ensolarado, em Joinville chove ou o céu encontra-se encoberto de nuvens.

Rio Palmital, Cubatão do Norte, Piraí, Itapocuzinho, Cachoeira, Independentes da Vertente Leste e Independentes da Vertente Sul). A do rio Cubatão constitui a maior bacia hidrográfica, localizada na região norte do território. De um total de 388,03 km², dispõe 255 km² de área verde preservada (equivalente a 65,9% da área do município). Já, a do rio Cachoeira, localizada na região central-leste da cidade, compreende a mais densamente povoada, totalmente inserida na área urbana. De um total de 83,12 km², equivalente a 7,3% da área do território. Possui 13 km² de área verde remanescente. Entre os principais afluentes do rio Cachoeira constam: os rios Alto da Cachoeira, Morro Alto, Princesinha, Bom Retiro, Mirandinha, Jaguarão, Elling, Bucarein, Itaum-açú, Itaum-mirim, do Fátima, canal do rio Cachoeira, riachos da rua Fernando Machado, Saguazu, Curtume, ribeirão Mathias e nascentes do rio no Morro da Antarctica. Sobre essa bacia, o IPPUJ (2010/2011, p. 32) ainda assinala:

A foz do rio Cachoeira encontra-se numa região estuarina sob a influência das marés, onde se encontram remanescentes de manguezais. Durante os períodos de amplitude da maré, pode-se verificar a inversão do fluxo da água do Rio (remanso) [...] causado pelo ingresso de água salgada através do canal. As baixas altitudes junto à foz, associadas ao efeito das marés astronômicas e meteorológicas, e das precipitações pluviométricas, causam frequentes problemas de inundações na região central, atingindo também alguns afluentes, principalmente os Rios Itaum-açú, Bucarein, Jaguarão e Mathias. O processo de ocupação da cidade se deu ao longo do Rio Cachoeira e seus afluentes, e hoje comporta 49% da população do município. A área verde da bacia soma 13 km², concentrando-se nos Morros do Boa Vista e Iriú.

Entretanto, as ações de desmatamento, terraplenagem e liberação de poluentes urbanos e industriais agravam a degradação da natureza, principalmente quando associada ao aterro e ocupação de áreas de manguezais.

Joinville também alcança os contrafortes íngremes da Serra do Mar. Possui aproximadamente 600 km² de área verde, equivalente a 52% do total do seu território, bem como 36,54 km² de área de

manguezais remanescentes (IPPUJ, 2010/2011), o que o torna um dos municípios brasileiros que mais dispõe de área verde por habitante, aproximadamente 1.160 metros quadrados⁴³.

A intensa urbanização, responsável pela transformação da paisagem urbana, demanda a preservação de áreas verdes no interior da cidade (ROCHA, 2006), a exemplo dos parques Caieira (localizada no bairro Ademar Garcia), Ilha do Morro do Amaral (bairro Paranaguamirim), Morro do Funder (bairro Iririú) e Zoobotânico (bairro Saguacu).

O solo do município apresenta uma composição sedimentar, de grande conteúdo silicoso, responsável pela baixa fertilidade (LAGO, 1968), atenuada ao longo do tempo pelo acúmulo de material orgânico das florestas.

Analisando-se a formação socioespacial do município percebe-se que seus aspectos geomorfológicos não foram contemplados ao longo do seu processo de povoamento e configuração urbana, visto que desde sua fundação, encostas de rios, nascentes e áreas de manguezais foram ocupadas.

2.1 INSTALAÇÃO DA COLÔNIA DONA FRANCISCA

Muito antes de sua fundação, Joinville teve a presença de vários grupos humanos, portadores de culturas diferenciadas, como os sambaquianos⁴⁴, seguidos pelos povos indígenas⁴⁵ e, mais tarde, os vicentistas e açorianos, afros e finalmente os imigrantes alemães, suíços,

⁴³ A título de ilustração, a cidade de Curitiba, considerada cidade ecológica, dispõe de aproximadamente 50 metros quadrados de área verde por habitante, até porque, segundo o IBGE (2010), concentra em um território de 435 km² (portanto bem menor que o de Joinville que ocupa uma área de 1.147 km²) um total de 1.751.907 habitantes.

⁴⁴ Sambaquianos são povos historicamente reconhecidos pelos sambaquis remanescentes há mais de dois mil anos, constituídos por amontoados de conchas e vestígios de alimentação, presentes ao longo da costa brasileira (PROUS, 1992).

⁴⁵ Em 1840, visando contornar a resistência e ameaça indígena, luso-brasileiros iniciam a construção da estrada Três Barras (acesso que ligaria o litoral nordeste catarinense a Curitiba). Segundo Ficker (2008, p. 131): “O principal motivo da construção dessa via de comunicação foi a defesa contra as incursões dos bugres ou ‘gentil bravo’ e a proteção dos moradores por guarnições de pontos militares ao longo dessa linha de defesa”.

noruegueses, dinamarqueses, aos quais também se juntaram migrantes luso-brasileiros e descendentes de imigrantes (alemães, italianos, eslavos, judeus, turcos, libaneses, sírios), oriundos de vários municípios e estados brasileiros.

A colônia (Joinville) resulta de um dote do Imperador Brasileiro, D. Pedro II, concedido ao Príncipe Francisco Fernando (François Ferdinand Philippe Louis Marie d'Orléans, 1818 – 1900)⁴⁶, por ocasião de seu casamento, em 1843, com a Princesa Francisca Carolina de Bragança (filha do Imperador D. Pedro I e irmã do imperador D. Pedro II)⁴⁷.

Em 1848, após a Revolução da França que leva Felipe I a deposição do trono francês⁴⁸, seu filho, o Príncipe de Joinville se exila juntamente com a família na Inglaterra e, no ano seguinte, para contornar a crise financeira que atravessava, transfere para a Sociedade Colonizadora de Hamburgo⁴⁹ oito das 25 léguas quadradas de suas terras dotais, denominadas Colônia Dona Francisca (FICKER, 2008).

⁴⁶ Filho do rei Louis-Philippe II, que governou a França no período de 1830 até a Revolução de 1848, e príncipe de um condado francês, denominado Joinville.

⁴⁷ Segundo Ficker (2008, p. 22, 24): “Os casamentos de princesas brasileiras foram regulados pela Lei nº 166, de 29 de setembro de 1840, que estabelecia dotação de Sua Alteza Imperial, quando houver de realizar-se o consórcio. [...] O artigo 4º do dito tratado, incluía no dote da princesa, conforme o & 3º, ‘25 léguas quadradas, de três mil braças, de terras devolutas, que podem ser escolhidas nas melhores localidades em um, ou mais lugares, na Província de Sta. Catarina [...]’”.

⁴⁸ Sob a acusação de envolvimento com a corrupção financeira e penalização da sociedade, o Governo monárquico de Luís Filipe I é deposto e substituído pela República burguesa, presidida por Luís Napoleão Bonaparte (Napoleão III), sobrinho do Napoleão Bonaparte I. Sobre esse acontecimento Karl Marx escreve, em 1852, “O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte”. Nesse ano da Revolução (1848), Marx e Engels (1848) divulgam “O Manifesto Comunista”, no qual eles conclamam os trabalhadores a unirem-se contra a propriedade privada e a exploração da ‘mais valia’, que está na base da luta de classes, que historicamente divide a sociedade em proletários e proprietários dos meios de produção.

⁴⁹ Instituição de caráter privado, organizada por sócios europeus com o propósito de adquirir parte das terras dotais do Príncipe de Joinville (Colônia Dona Francisca), a fim de colonizá-las e comercializá-las em lotes (com fins lucrativos), para pessoas interessadas em migrar para o sul do Brasil.

Para esclarecer que as oito léguas de terras são vendidas e não doadas para a Sociedade Colonizadora de Hamburgo (SCH), conforme se tem divulgado, Carlos Ficker (2008, p. 46) escreve que é fácil “compreender que o Príncipe de Joinville, nesta condição aflitiva, oferecesse parte dos seus vastos latifúndios no Brasil, a fim de obter meios para sustentar a vida e conseguir rendas para o futuro”.

Segundo Eric Hobsbawn (1995, p. 30): “A Revolução de 1848 foi a primeira revolução potencialmente global”, na qual desde o início aparecem socialistas e comunistas. Espalha-se “como fogo de palha por sobre fronteiras, países e mesmo oceanos”. E Marca “A Primavera dos Povos”, a projeção do nacionalismo, o fortalecimento da burguesia liberal industrial e a destituição de governos autocráticos, monárquicos.

Para se compreender a origem da formação socioespacial joinvillense, assinala-se que, nos anos de 1848 a 1873, evidenciou-se na Europa “A Era do Capital” (HOBSBAWN, 1995) delineada pelo triunfo da indústria e o aprofundamento das contradições socioeconômicas capitalistas, bastante perceptíveis durante a “Grande Depressão” que aconteceu no período de 1873 a 1896.

Durante essa “Era do Capital” (1848 a 1873), estabeleceu-se na Europa a Sociedade Colonizadora de Hamburgo (SCH), uma instituição de caráter privado, com fins lucrativos⁵⁰, para fundar uma colônia agrícola no sul do Brasil, destinada a “transformar-se na ‘maior colônia agrícola da América do Sul’” (TERNES; VICENZI, 2001, p. 33).

Interessada em lucrar com o transporte de emigrantes e a venda de terras, esta empresa (Sociedade Colonizadora de Hamburgo) transporta milhares de emigrantes europeus para a Colônia Dona Francisca, interessados em adquirir uma pequena propriedade para desenvolver a agricultura familiar e realizar pequenos negócios fabris e de prestação de serviços, já que na sua pátria mãe estavam sendo suplantados pela mecanização agrícola das terras e a expansão da indústria.

⁵⁰ De acordo com Carlos Ficker (2008, p. 51), a “principal preocupação da nova Sociedade Colonizadora consistia na obtenção do capital social por meio da venda de 1000 ações nominais de 200 Thaler cada uma, conforme os estatutos do contrato social. Os acionistas obtiveram o direito preferencial da posse de 50 morgen ou morgos de terras na nova colônia, por ação adquirida, assumindo, porém, o compromisso de colonizar as ditas terras no prazo de dois anos, com, pelo menos, uma família de colonos em cada gleba de 50 morgos.” (Um morgo equivale uma área de 2.500 metros quadrados).

Durante o período de 1851 a 1889, a SCH transferiu para Joinville⁵¹ um total de 17.408 imigrantes europeus. Comercializou terras e realizou acordos econômicos com o Príncipe de Joinville, com o Governo da Província de Santa Catarina e com o Império Brasileiro (SCH, 1891).

De acordo com Klaus Rischter (2008), desde 1855 a SCH sobrevive graças à ajuda financeira do Governo Imperial, uma vez que não conseguia manter-se somente com a venda de passagens marítimas⁵² e terras da Colônia Dona Francisca.⁵³

A industrialização nos estados alemães, liderada pela Prússia (atualmente compreendida por terras da Polônia) se expandiu a partir de 1834, com a criação da União Aduaneira (*Zollverein*), responsável pela eliminação de barreiras alfandegárias e a redução da cobrança de tarifas comerciais internas que, por sua vez, também proporcionou a unificação da Alemanha, em 1871, e o seu desenvolvimento econômico (VIANA JUNIOR, 2012). A partir dessa época, expandia-se a construção de ferrovias, a mecanização da agricultura e o número de fábricas nas cidades, ocasionando a ruína de muitos agricultores e artesãos, que não conseguiam competir comercialmente com as máquinas no campo e as fábricas na cidade.

Nesse contexto, aumentava o exército de reserva de mão de obra de artesãos e proletários rurais, que se viram obrigados a migrar ou a disputar trabalho nas indústrias. Os que conseguiram emprego submetiam-se a baixos salários, com jornadas extenuantes de até 16 horas de trabalho. E a situação social se agravava pela opressão, miséria, fome, alcoolismo, mendicância, criminalidade e desagregação familiar.

⁵¹ O primeiro Relatório da direção interina da Sociedade, impresso em Hamburgo, em março de 1851, relata que “A colônia recebeu o nome de Dona Francisca e a primeira cidade a ser fundada recebeu o nome de Joinville” (FICKER, 2008, p. 64).

⁵² Segundo Ficker (2008, p. 112): “Os colonos pagão as suas passagens, mas aos que não o podem fazer a empresa abona o preço delas. O débito pode ser pago em productos de lavoura ou em trabalho feito nas obras próprias da empresa”.

⁵³ Muitos imigrantes que chegam a Santa Catarina, sobretudo nas colônias oficiais, organizadas pela Província, a exemplo de São Pedro de Alcântara, Santo Amaro da Imperatriz, Brusque, Grão Pará, Nova Trento, recebem as terras do Governo, em troca de trabalhos destinados a abertura (construção) de estradas, pontes, edificações públicas, enfim.

Diante disso, muitos europeus decidiram emigrar para o sul do Brasil e, particularmente, para Joinville (CUNHA, 2008).

Ao analisar a pirâmide social da região fornecedora de imigrantes, Dilney Cunha (2008) escreve que havia os grandes fazendeiros e os detentores de prestígio social, como o prefeito, clérigos, lojistas, administradores de fazendas, fiscais, médicos, professores. Logo abaixo, os pequenos e médios proprietários. Em seguida, os artesãos. Na base, a classe dos proletários rurais e os sem terra que trabalhavam para um senhor. E os totalmente excluídos da sociedade, os deficientes e os desempregados que viviam como mendigos, alcoólatras e os diferentes tipos de criminosos.

A crise social se acentuava pela falta de encaminhamentos do Estado e da sociedade europeia. A corrente emigratória acaba se fortalecendo para a Colônia Dona Francisca e demais regiões coloniais, em especial para os EUA que, sozinho, recebe mais de cinco milhões de imigrantes alemães. Segundo Marionilde Brepohl de Magalhães (1998), durante o período de 1820 a 1909, dos 5.352.700 alemães que emigraram da Europa, 5.260.200 se estabeleceram nos EUA, contra 119.300 no Brasil, 89.100 no Canadá e 47.300 na Argentina.

Além dos motivos acima, Darnton (1988) e Willems (1980) apresentam que a corrente migratória é influenciada pela tradição senhorial repressora dos aldeões no século XIX.

[...] o senhorialismo e a economia de subsistência mantinham os aldeões curvados sobre o solo, e as técnicas agrícolas primitivas não lhes davam qualquer oportunidade de se descurvarem (DARNTON, 1988, p. 43).

A organização social é familiar e estritamente local, a mentalidade é tradicionalista e mágica. Os aldeões 'agem como um corpo', obedecendo às normas da tradição, porque temem o 'castigo e a vingança de poderes ocultos' (WILLEMS, 1980, p. 28).

Vestígios do servilismo feudal evidenciam-se na vida dos imigrantes camponeses de Joinville (CUNHA, 2008). Na Europa, o regime de servidão obrigava o camponês a trabalhar para um senhor e a pagar-lhe tributos pelo uso da terra. Em épocas de seca, intempéries e disseminação de pragas nas plantações, prolifera a miséria, a fome e a busca de novas oportunidades, entre as quais se destaca a migração para

idades mais industrializadas como Berlim e a imigração para o sul da América, a exemplo de Joinville.

Aproximadamente 75% dos imigrantes eram provenientes de aldeias rurais, constituídas por até 2.000 habitantes e de pequenas cidades alemãs, localizadas na parte norte e leste e da região norte da Suíça. Além de imigrantes camponeses, Cunha (2008, p. 36) também destaca que:

[...] vieram para a Colônia Dona Francisca muitos profissionais liberais (advogados, arquitetos, professores, médicos, engenheiros, farmacêuticos etc.) formados em universidades e ex-militares, grupo que se impôs como elite dominante da colônia nas primeiras décadas. A maioria emigrou por motivos políticos, por ter se envolvido de alguma forma nos movimentos revolucionários de 1848, que reivindicavam o fim do regime absolutista, a unificação alemã e a instalação de um Estado liberal-democrático. Com a dura repressão conservadora, muitos foram mortos, presos ou exilados, enquanto outros preferiram fugir ou emigrar por conta própria. Foi o que fizeram, por exemplo, Ottokar Doerffel, ex-prefeito da cidade de Glauchau, na Saxônia, e o advogado Carl Julius Parucker, ou os irmãos Carl e Friedrich Lange, Theodor Rodowicz, Benno von Frankenberg, Ludwig von Lassper, Rudolf Zinneck, todos ex-oficiais do Exército de Schleswig-Holstein, dissolvido pelo governo prussiano em 1850, após a derrota para a Dinamarca.

Para o camponês, a aldeia representa sua pátria e sua luta consiste em alcançar sua independência econômica, mediante a aquisição de uma pequena propriedade para o cultivo de produtos agrícolas e a realização de pequenos negócios. Segundo Cunha (2008), trajes, habitação, dialeto, crenças, costumes, organização do trabalho e relações sociais fazem parte de sua cultura, integrada ao espaço, desde tempos remotos.

A expansão do modo de produção capitalista é determinante para o ingresso de imigrantes em Joinville, ao pressionar camponeses e artesãos europeus a buscarem novas oportunidades de trabalho. Também exerce forte influência nesse processo, a propaganda veiculada pelas companhias colonizadoras e de navegação, muitas vezes ilusória,

visando auferir lucros com o transporte de passageiros e a venda dos lotes.

Ficker (2008, p. 51) escreve que, embora a SCH esperasse melhorar a condição econômica dos imigrantes, “ela não trabalhava unicamente por sentimentos filantrópicos”, para tanto “fazia propaganda verbal e escrita [...], para orientar o grande número dos indivíduos desejosos de imigrar e desviar o fluxo imigratório dos Estados Unidos da América para o Brasil”.

Nesse sentido, Rodowicz-Oswiecimsky⁵⁴ (1992) critica a publicidade feita na Europa por companhias de navegação, a fim de levar muitos europeus a abandonarem sua terra e sua gente para ingressar na Colônia Dona Francisca.

Por exigência contratual da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, a sede da Colônia Dona Francisca deveria situar-se próxima na confluência do rio Cachoeira com o rio Bucarein⁵⁵, na rua Inácio Bastos, no bairro Bucarein. Contudo, a expedição pioneira, encarregada de iniciar a derrubada da mata, a abertura de picadas para realizar plantações e a construção de alojamentos para os primeiros imigrantes acaba se fixando às margens do rio Mathias⁵⁶, a uns 200 metros (ao norte) do rio Cachoeira. A partir desse local, inicia-se o povoamento da Colônia Dona Francisca, fundada em 9 de março de 1851, com a chegada de 179 imigrantes europeus (FICKER, 2008).

Ao ser criticado pela má escolha da localização da sede da Colônia, Hermann Guenther faz as seguintes considerações:

⁵⁴ Theodor Rodowicz-Oswiecimsky (1992) é um militar alemão que permanece na recém fundada Colônia Dona Francisca, no período de 1851 a 1852, a fim de conhecer suas condições, para informar os europeus interessados deslocar-se para a região.

⁵⁵ “[...] ponto estratégico e lugar da confluência do Rio Bucarein com o Rio Cachoeira, ficou dentro da medição das terras dotais do Príncipe de Joinville, e ao mesmo tempo servia de porto de embarque aos moradores do ‘Sítio do Coronel Antônio João Vieira’, que ali se instalara com a fazenda e muitos escravos, plantações e terras cultivadas, nas margens do riacho Itai-Guaçú, hoje Itaum” (FICKER, p. 58).

⁵⁶ O rio Mathias é um dos principais afluentes do rio Cachoeira que corta o centro da cidade de oeste a leste e a sua denominação remete a pessoa do Senador Christian Mathias Schroeder, principal organizador da Sociedade Colonizador de Hamburgo e proprietário de uma empresa marítima européia de navegação (FICKER, 2008).

[...] naquele lugar se acha a melhor água para beber, e a facilidade de comunicação para o porto de S. Francisco pelo Rio Cachoeira. É, pois mais que provado, que aquele lugar que oferece água potável para o consumo e comunicação para o porto, é o lugar mais apropriado para o começo da colônia (apud FICKER, 2008, p. 113).

Nos dias atuais, no entanto verifica-se que o lugar escolhido para a sede do município (na atual rua Nove de Março, dia da fundação da Colônia), onde até o ano de 2010 funcionou a Biblioteca Pública Municipal, configura um equívoco, uma vez que se situa a uma altitude próxima ao nível do mar, sujeito a frequentes enchentes que se agravam com o fenômeno das marés. Segundo Leo Waibel (1949, p. 179), a sede “está situada sobre um mangue e construída, como Veneza, sobre pilares”.

Na verdade, a escolha do espaço da sede se deve a facilidade de acesso e o transporte, inicialmente feito exclusivamente por via fluvial. Contudo, essa escolha não considera os transtornos da enchente e alagamentos que, na história da cidade, repetem-se durante o ano ocasionado dissabores e mal estar para muitos joinvillenses.

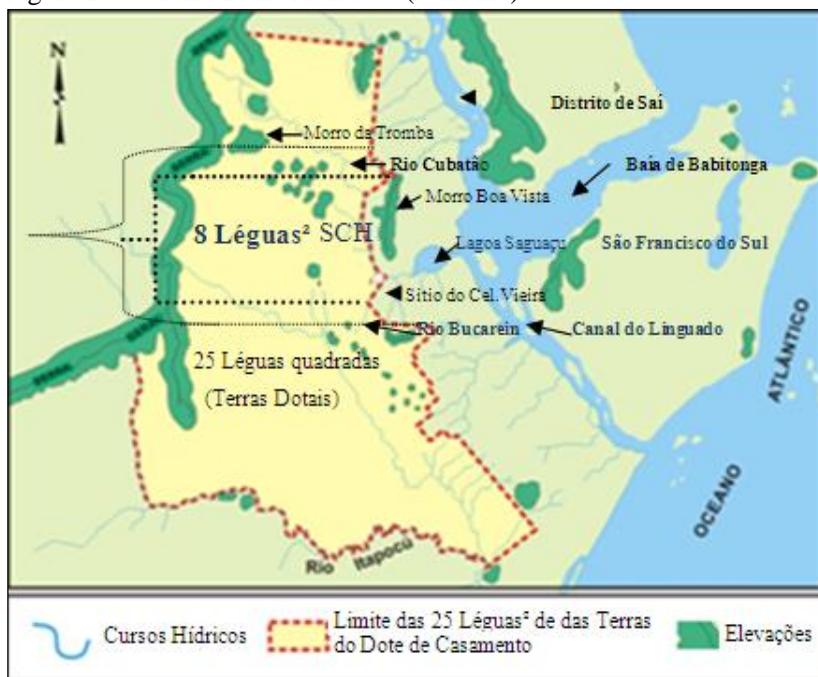
Nesse sentido, Gonçalves (1993) assinala que as peculiaridades do lugar não são levadas em consideração no planejamento e organização territorial do município, destacando a relevância dos aspectos relacionados à geologia, clima, relevo, vegetação, hidrografia e recursos minerais. Já, Dieter Klostermann (2003) e CCJ/UNIVILLE (2003) consideram os impactos causados pelas atividades produtivas desenvolvidas no entorno da bacia do Rio Cubatão, responsável por 70% da água que abastece a cidade.

Na Figura 2 verifica-se que as terras dotais⁵⁷ não abrangem a atual região leste do município, onde se situa parte das áreas de manguezais, bem como os atuais bairros Espinheiros, Jardim Iriiriu, Comasa, Boa Vista, Guanabara, Ademar Garcia, Jarivatuba, Itaum, Paranaguamirim, visto que essas terras já se encontravam ocupadas por vicentistas-luso-brasileiros.⁵⁸

⁵⁷ Segundo Rodowicz (1992, p. 29), as terras da colônia “começam na desembocadura do Bucarein, no rio Cachoeira”.

⁵⁸ O povoamento da região leste deve-se especialmente ao estabelecimento de casais vicentistas, oriundos de São Francisco do Sul, de forma semelhante

Figura 2 – Colônia Dona Francisca (Joinville)



Fonte: Adaptado de IPPUJ, 2010-2011 e Ficker, 2008, p. 53.

Na Figura 2, expõe-se uma imagem contendo as 25 léguas quadradas das terras dotais do Príncipe de Joinville; a baía da Babitonga; o Distrito do Saí; a Ilha de São Francisco do Sul; as elevações montanhosas da região (cor verde), incluindo a Serra do Mar (identificada como Serra Geral) e o morro da Boa Vista⁵⁹; as oito léguas quadradas de terras da SCH (circunscritas dentro das 25 léguas quadradas de terras do Príncipe), que deveriam localizar-se entre o

com o que ocorre na Ilha de Santa Catarina e em Laguna, com o ingresso de casais açoriano-madeirenses (BASTOS, 2011).

⁵⁹ De acordo com a FUNDEMA (2010), no Morro Boa Vista foram identificadas: 42 espécies de anfíbios, 128 de aves, 62 de mamíferos, 28 de peixes e 40 de répteis. Entre as aves destaca-se o macuco, a jaçanã, o tucano-de-bico-verde e a aracuã. Entre os mamíferos, o cachorro-do-mato, o gato-do-mato-maracajá, quati, guaxinim e o tamanduá-mirim.

morro da Tromba, ao norte e o rio Cachoeira, ao sul (linhas finas pontilhadas); os rios Cubatão e Cachoeira, e o sítio do Cel. Vieira.

De acordo com Leonce Aubé⁶⁰,

[...] o litoral está todo invadido legítima e ilegítimamente, assim como as margens dos rios navegáveis de um e outro lado; sendo assim, e conhecendo-se que as terras decrescem de preços e melhoria à medida que se afastam do litoral e dos meios naturais de comunicação que facilitam a exportação dos gêneros que possam produzir, segue-se que não havendo terras no litoral, não se pode preencher literalmente o contrato sem que se entre na indagação da legitimidade ou ilegitimidade dos que as habitam, porque nesse caso me parece que, excluídos os intrusos e posseiros das margens dos rios, sobrarão terras a preencher a data concedida e todas as suas condições (apud FICKER, 1965, p. 28).

A citação acima sugere a preocupação em estabelecer os limites das terras da SCH (negociadas por contrato), considerando que a legislação fundiária, estabelecida pela Lei das Terras (nº 601, de 18 de setembro de 1850), determina o direito à propriedade mediante a aquisição ou concessão feita pelo Império Brasileiro. A partir da divulgação dessa lei, pobres e escravos libertos perdem o livre acesso às terras, muitas vezes, obrigando-se a trabalhar para os grandes proprietários de terra, que recebem sesmarias⁶¹ gratuitamente do Estado.

⁶⁰ Louis François Léonce Aubé (1816 – 1877), engenheiro francês, em 1849 foi nomeado Vice-Cônsul em Santa Catarina e Procurador dos Príncipes de Joinville e Dona Francisca. De 1856 a 1860 torna-se Diretor da Colônia Dona Francisca/Joinville e durante parte desse período, entre 1858 a 1859, também exerce a função de deputado (FICKER, 2008).

⁶¹ A Lei das Sesmarias foi promulgada em 1375, pelo rei de Portugal, D. Fernando I, visando estimular a produção agrícola, frente o despovoamento do país, o aumento dos salários agrícolas e a escassez de alimento (INFOPÉDIA, 2012).

2.2 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL JOINVILLENSE

Desde o ingresso dos primeiros imigrantes europeus, oriundos de um contexto de emergente industrialização, Joinville demonstra expressiva atividade econômica, configuradora de sua formação socioespacial, tecnicamente mais desenvolvida em relação aos núcleos populacionais luso-brasileiros.

Moldada pela ação dos homens, a cultura constitui aspecto importante na configuração socioespacial da cidade, por vezes, porém é utilizada para firmar determinados grupos étnicos, a exemplo do imigrante alemão que, no século XIX, é alçado à condição de 'tipo ideal'⁶² de colonizador, por apresentar características favoráveis ao progresso econômico, como disciplina, amor ao trabalho, experiência, conhecimento técnico e empreendedorismo, especialmente nas regiões coloniais de Joinville e Blumenau, onde sua presença era bastante expressiva e se veiculava esse conceito. Essa caracterização igualmente favorece interesses hegemônicos que buscam consolidar sua condição social privilegiada, *status quo*, frente ao grupo étnico luso-brasileiro.

Esse embate étnico-cultural ganha visibilidade em 1906, quando líderes políticos estaduais e municipais, entre os quais o Governador do Estado Abdon Batista e o Prefeito Municipal Procópio Gomes de Oliveira, encaminham a contratação do professor paulista, Orestes Guimarães, especialista em educação para reformar o ensino no Colégio Público de Joinville⁶³ que, no período compreendido entre os anos de 1858 a 1905, teve a pessoa do Padre Carlos Boegershausen (1833 – 1906) como fundador e diretor (CRISTOFOLINI, 2002).

Orestes Guimarães fez com que o ensino, até então ministrado no referido Colégio Público em língua alemã, em quatro salas de aula e, em língua nacional, apenas em uma sala, passasse a ser todo ministrado em português.

⁶² Tipo ideal é um conceito utilizado pelo sociólogo Max Weber para efetuar estudos e análises comparativas de determinados aspectos e características distintivas de fenômenos, comportamentos e procedimentos (WEBER, 1991).

⁶³ Ao reformar o ensino no Colégio Público, também, propunha-se abrigar os imigrantes e seus descendentes, visto que até então o ensino era ministrado em língua alemã, em quatro salas de aula e em língua portuguesa apenas uma sala.

Segundo Oliveira (1982), nessa época havia, em Joinville, sete escolas na cidade (a Escola Alemã, a Escola das irmãs Lauers, a Escola Paroquial, a Escola Santa Catarina, duas escolas públicas isoladas, a Escola Pública Municipal) e mais 56 nas áreas rurais subvencionadas pelo município, num total de 63 escolas, com apenas três professores ministrando aulas em português. Um na Escola Pública Municipal e um em cada uma das escolas públicas isoladas.

A atuação do Professor Orestes no Colégio Público de Joinville foi considerada positiva pelo fato de conseguir encaminhar a reforma do ensino na língua pátria entre os descendentes de imigrantes que, até então, desconheciam o idioma português. Anos mais tarde, o Governador Vidal Ramos (1910 a 1914) nomeou-o Inspetor Geral de Ensino⁶⁴ para promover a mesma reforma nas demais escolas estaduais catarinenses.

Durante o Estado Novo (1937 a 1945), o Presidente Getúlio Vargas impõe essa ideia de abasileiramento em âmbito nacional, por meio da imposição da Campanha de Nacionalização (COELHO, 1993), estratégica para projetar o Estado e a homogeneização da cultura. A partir desse momento a brasilidade passou a significar o moderno, em prejuízo das manifestações estrangeiras, até então proeminentes na arte, no pensamento e na literatura, conforme manifesto realizado na Semana de Arte Moderna, na cidade de São Paulo, entre os dias 11 a 18 de fevereiro de 1922.

Com a emergência do nacionalismo brasileiro, em Joinville verificou-se a tentativa de se descaracterizar o imigrante estrangeiro, particularmente o teuto-brasileiro luterano⁶⁵, sobretudo

⁶⁴ A contratação do professor paulista Orestes Guimarães deve-se ao reconhecimento da reforma do ensino no Colégio Público de Joinville e, de acordo com Fiori (1991, p. 80), ao fato de São Paulo apresentar um dos melhores níveis de ensino brasileiro, inspirado no modelo norte-americano, baseado no método intuitivo, com lições curtas e adequadas à idade, intercaladas com cantos, marcha, exercícios ginásticos, trabalhos manuais, exercícios práticos, tendo prédio e móveis adequados para o ensino.

⁶⁵ Diferentemente da Igreja Católica, delineaadora da cultura nacional, a religião protestante não era bem aceita, sobretudo durante a II Guerra Mundial, pelo fato da maioria dos pastores utilizarem o idioma alemão em suas pregações. Segundo o Pastor Dauner, “em 1942 os pastores de Joinville foram presos, assim como de outras regiões [...] ficaram três meses na secção agrícola da Penitenciária de Trindade em Florianópolis [...] Profissionais liberais de origem alemã também foram” (apud MEURER, 1993, p. 101). Em outros

a partir da decisão do Governo Brasileiro de participar da II Guerra Mundial (1939 – 1945), em 1942, ao lado dos países aliados (EUA, Inglaterra, França, Polônia, URSS) e contra as Potências do Eixo (Alemanha, Áustria, Itália e Japão).

Dentro desse contexto, o cidadão luso-brasileiro assume a condição de legítimo representante da nacionalidade, no lugar do imigrante e seu descendente, cuja expressão econômica e cultura passam a representar certa ameaça à segurança militar, embora até então tivesse contribuído significativamente para desenvolvimento econômico das cidades coloniais.

Em outros países do mundo também emergiu a política de nacionalização, sobretudo na Alemanha, Itália, Portugal, França, Japão, EUA e Argentina, por ocasião das duas guerras mundiais (1914/1918 e 1939/1945). No Brasil, estabeleceu-se a obrigatoriedade do ensino em português⁶⁶ e a proibição do uso da língua (escrita ou falada) estrangeira⁶⁷, bem como demais símbolos e manifestações (cantos, hinos, bandeiras, festividades, folclore).

Em Santa Catarina, mais do que em qualquer outro estado brasileiro, o governador Nereu Ramos (1937 a 1945) mobilizou as forças políticas e o Exército para reprimir fortemente todos àqueles que se manifestassem em língua estrangeira, nas ruas, no trabalho, na igreja, na escola e até mesmo no recinto do lar. Durante essa campanha repressora foram fechadas dezenas de escolas particulares, a exemplo da Escola Alemã de Joinville e efetuadas prisões de líderes protestantes (pastores) e pessoas flagradas se comunicando em outro idioma que não o português.

Entretanto, passada a campanha de nacionalização, o imigrante e seu descendente foi novamente reconhecido pela sua contribuição econômica e cultural, seja por meio de(a): monumentos em bronze, feitos pelo artista Fritz Alt, como o exposto na Praça da Bandeira, no ano do centenário da fundação do município, em 1951, homenageando a

municípios brasileiros, também se registra a proibição das manifestações culturais dos imigrantes e seus descendentes.

⁶⁶ Sobre este tema sugere-se a leitura da Dissertação de Mestrado realizada pelo autor desta Tese: *Nacionalização do Ensino: estratégia para construção da nacionalidade e sua contextualização em Joinville*. Florianópolis: UFSC (Departamento de Pós-Graduação em História), 2002.

⁶⁷ A respeito da proibição da língua estrangeira, durante o regime de Estado Novo, sugere-se a leitura da Tese de Doutorado da professora historiadora Cyntia Campos (1998).

bravura dos fundadores; criação do Museu Nacional de Imigração e Colonização, em 1957; escrita em periódicos e livros, entre os quais se destaca o historiador Apolinário Ternes (1986, 1988 e 1993); Festa das Flores⁶⁸ e da cerveja (FENACHOPP)⁶⁹; construções em estilo arquitetônico enxaimel⁷⁰, ainda que de maneira aparente, conforme se verifica em edificações na região central. Muitas dessas construções ‘germânicas’, antigas, bem como de estilo açoriano, a exemplo do mercado público municipal, acabara, sendo substituídas por edificações mais modernas, em prejuízo da memória histórica.

Em 1965, o Plano Básico de Urbanismo (1965, p. 47) ainda denuncia o germanismo presente em Joinville:

Assim, a ‘eficácia’, o ‘rigor’, a ‘honestidade’, o ‘ascetismo’, que são padrões e valores da cultura capitalista em geral, particularmente na época de sua formação, apresentam-se como atributos germânicos [...] essa tenacidade do ‘germanismo’ é um fenômeno próprio dos grupos coloniais em geral. É expressão do etnocentrismo dos grupos imigrados [...] alimentado pela imprensa oficial ou oficiosa propriamente alemã [...] o governo alemão, por razões econômicas e políticas, alimentava um germanismo fictício, sentimental nos habitantes de Joinville.

⁶⁸ Desde os tempos da colonização, imigrantes colecionavam orquídeas, encontradas na Mata Atlântica e, por vezes, reuniam-se para expô-las e trocá-las entre si. Por conta da expressiva quantidade de flores, cultivadas nos jardins das casas, ruas e praças, principalmente na área urbana central, Joinville recebe o título de “cidade das flores”, e a partir de 1936 passa a realizar, anualmente, a Festa das Flores. De acordo com a PMJ (2011b, p. 1) “A Festa das Flores de Joinville nasceu com o objetivo de manter a tradição do cultivo e encanto pelas flores. Há mais de sete décadas, a cidade rende sua homenagem às orquídeas, todos os anos, no mês de novembro. É a festa oficial da cidade, prestigiada anualmente por cerca de 180 mil pessoas, vindas de todo o Brasil e do exterior”.

⁶⁹ A partir de 2005, a Festa da Cerveja (Fenaschopp), iniciada em 1988, passa a denominar-se Festa das Tradições, em parte, em reconhecimento a influência heterogênea étnico-cultural do município e certa consciência dos efeitos negativos do consumo abusivo da bebida alcoólica.

⁷⁰ O estilo enxaimel contempla o uso de caibros encaixados, com as paredes preenchidas com tijolos e argamassa. Nesse estilo de construção, os caibros de madeira ficam aparentes nas paredes das casas e edificações.

A mudança do perfil étnico-cultural germânico do município para um perfil mais heterogêneo, delineado pela miscigenação e influência luso-brasileira, ocorre principalmente a partir da segunda metade do século XX, por conta da expressiva elevação demográfica urbana (cf. Tabela 4), associada ao acentuado ingresso de migrantes no espaço da cidade.

Tabela 4 - População Joinvillense (1940 - 2010)

Ano	Urbana	Aumento da população urbana na década	Rural	Total	Crescimento demográfico na década
1940	16.724	31,1%	13.316	30.040	44,3%
1950	21.927	152,4%	21.407	43.334	63,1%
1960	55.352	102,6%	15.335	70.687	78,3%
1970	112.131	98,2%	13.927	126.058	87,1%
1980	222.296	50,6%	13.507	235.803	47,2%
1991	334.674	24,0%	12.477	347.151	23,8%
2000	414.972	20,0%	14.632	429.604	19,9%
2010	497.850		17.438	515.288	

Fonte: IBGE, 2012b.

Na Tabela 4 mostra-se que no período de 1940 a 2010 a população de Joinville multiplica-se 17 vezes, passando de 30.040 habitantes, em 1940, para 515.288, em 2010; enquanto nesse mesmo período a do Estado de Santa Catarina aumenta 5,3 vezes, subindo de 1.178.340 habitantes para 6.248.436, e a do Brasil cresce 4,6 vezes, subindo de 41.236.315 habitantes para 190.755.799. Já, a população urbana municipal multiplica-se 29 vezes, bem acima da média brasileira, 12 vezes e a catarinense, 20 vezes⁷¹.

71 Considerando-se a evolução demográfica do município com São Paulo, maior cidade brasileira, verifica-se que no período de 1940 a 2010, em Joinville, a população aumentou 17 vezes contra apenas oito vezes registrado em São Paulo, onde subiu de 1.326.261 habitantes para 11.253.503 (IBGE, 2010). Desde o final do século XIX, a cidade paulista se constitui em um centro econômico-industrial, segundo IBGE (apud SÃO PAULO, 2012), em 1890, São Paulo já apresentava um expressivo número de 239.620 habitantes.

Esse significativo crescimento urbano-demográfico decorre principalmente do ingresso de trabalhadores de vários municípios e estados brasileiros, proporcionado pela expansão econômica do município.

Tal quadro demográfico de mudança implica transformações na paisagem⁷² urbana, por vezes, de maneira contraditória ao se estender sobre áreas de manguezais.

Ao analisar a urbanização do espaço joinvillense, Santana (1998, p. 71) escreve:

O ritmo do incremento populacional e a consequente expansão da cidade ocorreram com intensidade tal, que nem mesmo os Planos Diretores e as normas urbanísticas complementares foram suficientes para garantir a ocupação racional e evitar os problemas de degradação ambiental.

Esse elevado crescimento demográfico decorre do expressivo número de migrantes. De acordo com dados do IBGE (2012), na década de 1970 se estabelecem 42.937 migrantes em Joinville, principalmente oriundos de municípios catarinenses. Na década seguinte, o número de migrantes eleva-se para 113.091, dos quais 13.509 são oriundos do Estado do Paraná e, em 1991, esse número sobe para 166.607. Registra-se que nesse ano a população municipal corresponde a pouco mais que o dobro do número de migrantes, isto é, 347.151 habitantes.

Para atrair tantos migrantes em Joinville, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, indústrias joinvillenses, especialmente a Fundação Tupy, desenvolveram intenso trabalho publicitário, visando criar um exército de mão de obra, capaz de atender sua demanda produtiva (NIEHUES, 2000, p. 110):

No final da década de 1970 e início da década de 1980, a Fundação Tupy ampliou a sua campanha publicitária além dos limites de Santa Catarina, no intuito de atrair mais trabalhadores

⁷² Segundo Pierre Monbeig (1940), a transformação da paisagem acompanha a civilização, a cultura dos povos, que reflete sua técnica e estrutura econômica e social.

para engrossar a reserva da mão-de-obra. Foram enviadas, para diversos municípios do estado do Paraná, equipes de profissionais encarregadas de convencer os trabalhadores rurais a transferirem-se para Joinville.

Em depoimento concedido ao autor desta Tese, Paulo Konrad (2012) também assinala que entre os anos de 1979 a 1984 a Tupy costumava mandar ônibus para o Paraná, a fim de buscar trabalhadores para a ampliação do seu quadro funcional.

Em 1965, o Plano Básico de Urbanismo⁷³ apresentava que mais de 80% dos migrantes apontavam as condições de trabalho como razão preponderante para o seu ingresso em Joinville. Os outros fatores apontados eram: parentes na cidade, acesso à escola e assistência média. Entretanto, assinala-se que ninguém mencionava as condições de habitação como fator atrativo.

De acordo com Ilanil Coelho (2011), mais da metade da população migrante joinvillense, registrada em 1980, provém de áreas urbanas. Muito embora, parte desses migrantes urbanos é egressa do campo. Para tanto, basta considerar que o censo de 1950 registra 36,2% da população brasileira urbana, contra 63,8% rural (Tabela 5).

⁷³ Para a elaboração deste Plano Básico de Urbanismo foi contratada a Sociedade Serete de Estudos e Projetos Ltda. Jorge Wilhelm Arquitetos Associados, de São Paulo/SP (cidade metropolitana industrial, que na época já contava com mais de 4.000.000 habitantes), composta por pessoas como o sociólogo Octávio Ianni, a arquiteta paisagista Rosa Grená Kliass e Jorge Wilhelm (1928), arquiteto que se destaca pela elaboração de mais de vinte planos diretores, entre os quais o de Curitiba (1965) e da cidade de Angélica/MS (1955), bem como pelo exercício de cargos de consultoria do Plano de Desenvolvimento Integrado do Paraná, Secretário de Planejamento Estadual do Estado de São Paulo e de sua cidade (São Paulo), além das publicações: *Brasil - Um Século de Transformações*; *Tênue Esperança no Vasto Caos*; *O Caminho de Istambul*.

Tabela 5 – Joinvillenses nascidos dentro e fora do município (1980 – 2010)

ANO	HABITANTES NASCIDOS EM JOINVILLE		HABITANTES NASCIDOS FORA DE JOINVILLE		TOTAL
1980	117.062	49,6%	118.741	50,4%	235.803
1991	180.543	52%	166.607	48%	347.150
2000	227.391	53%	202.213	47%	429.604
2010	395.864	76,8%	119.424	23,2%	515.288

Fonte: IBGE, 2012b.

Na Tabela 5, mostra-se que em 1980 mais da metade da população joinvillense era formada por migrantes e, em 1991, 2000 e 2010, o número de habitantes nascidos no município alcança, respectivamente, os percentuais de 52%, 53% e 76,8%. O aumento do número de moradores naturais em Joinville, registrado em 2010, se deve à diminuição do ingresso de migrantes, por conta da estabilização da oferta de empregos na indústria, visto que a expansão econômica da cidade, em parte, dá-se via automatização do processo produtivo.

De acordo com o referido Plano Básico de Urbanismo (1965), 83% dos migrantes estabelecidos no município, entre 1960 a 1964, eram do próprio Estado, contra 8% do Paraná, 4% de São Paulo, 2% do Rio Grande do Sul e 3% dos demais estados brasileiros. De Santa Catarina, 33% do Litoral de São Francisco do Sul, 27% do Vale do Itajaí, 7% de Canoinhas, 7% de Florianópolis, 5% de Laguna, 2% de Lajes, 1% do Oeste, 1% do Rio do Peixe e 17% de outros municípios catarinenses.

Em 1980, 1991 e 2000, a maior parte da população joinvillense era natural da região Sul, seguida pelas regiões Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Norte (Cf. Tabela 6). Observar que dentro da região Sul se inclui a população nascida no município de Joinville.

Tabela 6 – Região de nascimento da população joinvillense

ANO	NORTE	NORDESTE	CENTRO- OESTE	SUDESTE	SUL
1980	132	966	529	4.248	228.949
1991	273	2.344	639	8.231	334.708
2000	640	4.259	1.368	13.027	408.704

Fonte: Brasil apud Coelho, 2011, p. 188.

Conforme a Tabela 7, a maioria dos habitantes da cidade, nascidos na região Sul (Tabela 6), são do Estado de Santa Catarina, seguido pelo Paraná e o Rio Grande do Sul, terceiro colocado.

Tabela 7 – Estados da região Sul de nascimento da população joinvillense

ANO	SANTA CATARINA	PARANÁ	RIO GRANDE DO SUL
1980	212.271	13.509	3.169
1991	289.295	38.045	7.368
2000	344.352	53.766	10.856

Fonte: Brasil apud Coelho, 2011, p. 188.

Na Tabela 7 mostra-se que mais de 15% da população do município provém do Estado do Paraná, sendo que parte desse percentual de migrantes descende de catarinenses e de outras regiões brasileiras, que se estabeleceram naquele estado em meados do século XX, conforme assinala Valdir Gregory (2002), por ocasião da expansão de suas fronteiras agrícolas⁷⁴. O desenvolvimento da indústria favoreceu a mecanização do campo e a emergência de uma nova divisão territorial do trabalho, bem como o excedente de mão de obra, que se desloca para as cidades.

Assim como na segunda metade do século XIX a maioria da população joinvillense era composta de imigrantes e seus descendentes, na segunda metade do século XX é formada por migrantes. Com isso, o germanismo fortemente presente até 1965 (PBU – 65), dilui-se com a corrente migratória, configuradora de uma nova identidade sociocultural, mais heterogênea, se comparada com a de cidades um pouco menos populosas, como Blumenau que recebe contingente migratório menor e de municípios próximos, como Benedito Novo, Indaial, Gaspar, Timbó, Presidente Getúlio, Ibirama e Rio do Sul, delineados por um perfil étnico-cultural de ascendência europeia.

Em depoimento ao autor desta Tese, Nilson Wilson Bender (2012) declarou que a configuração socioespacial do município de Joinville tem seu povoamento delineado em cinco fases:

⁷⁴ Para se compreender essa dinâmica migratória que inclusive ajudou a formação socioespacial do Oeste do Paraná, deslocando populações de vários estados brasileiros e em especial catarinenses, sugere-se a leitura da obra de Valdir Gregory (2002), *Os Eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná*.

- 1) Ao longo dos primeiros 70 anos de história, de 1851 a 1920, sobremaneira marcado pelo ingresso de imigrantes europeus;
- 2) De 1920 a 1960, pela chegada de migrantes luso-açorianos de São Francisco do Sul, Itajaí, Camboriú;
- 3) De 1960 e 1970, pelos ítalo-brasileiros do Alto Vale do Itajaí;
- 4) Na década de 1970, a maioria dos migrantes são teutos, ítalos e luso-brasileiros, oriundos do Sul do Estado de Santa Catarina da região de Tubarão, em decorrência do fenômeno climático da enchente de 1973;
- 5) E nas décadas de 1980 a 2000, o maior número de migrantes é do Estado do Paraná.

Do acima exposto, verifica-se que a formação socioespacial do município, delineado pelo fenômeno migratório, resulta em crescimento econômico. De modo que em 2010 alcança um PIB de R\$ 18,47 bilhões, 25º lugar no ranking nacional (IBGE, 2012), que dividido pela população residente traduz-se em uma renda per capita de R\$ 35.844⁷⁵.

Dentro do contexto geográfico brasileiro assinala-se que Joinville compreende 1,2% da área territorial do Estado de Santa Catarina, que por sua vez detém 1,13% do espaço físico brasileiro. Participa com 8,25% da população do referido estado, correspondente a 3,28% do total nacional. A partir da segunda metade do século XX, constitui-se no município catarinense mais populoso e industrializado. Em 1996, ao empregar 58.000 trabalhadores, num parque fabril de aproximadamente 1.500 indústrias, alcança o segundo PIB industrial nacional per capita (IBGE, 2010).

Dentro de um estado que participa com 5,52% das exportações brasileiras (quinto lugar nacional), o município responde por aproximadamente 20% desse percentual exportado (PMJ, 2011a). Em arrecadação de taxas e impostos municipais, estaduais e federais, na região Sul perde apenas para Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR) e, em âmbito de Brasil, situa-se entre as primeiras quinze cidades que mais arrecada. Destacando-se nos setores industriais: metalmeccânico, plástico, têxtil, metalúrgico, químico e farmacêutico.

⁷⁵ Como aproximadamente 50% da população não possuem rendimento, por se encontrar fora do mercado de trabalho, a exemplo das crianças, mulheres que se dedicam aos afazeres domésticos (do lar) e desempregados, o valor mencionado de R\$ 35.844, resultante da divisão do PIB entre a população residente, possivelmente poderá dobrar. Ultrapassando a casa dos R\$ 70.000,00 anuais.

Apesar da veiculação de um imaginário social relacionado à indústria como sendo capaz de emancipar social e economicamente os trabalhadores (COSTA, 2008), na prática se percebem grandes contrastes socioeconômicos, visto que segundo dados divulgados pelo IBGE (2010), 27,95% dos joinvillenses ainda vivem em estado de pobreza.

O elevado crescimento econômico, favorecido pelo ingresso de capital humano (migrantes), beneficia particularmente a elite econômica emergente, constituída por empresários que conseguem acumular riquezas. Com isso fortalecendo mercados de capitais globalizados nas bolsas de valores dos maiores centros financeiros mundiais (Frankfurt, Chicago, Hong Kong, São Paulo, Nova York).

De acordo com dados divulgados pela FGV, em 1972, 9% das famílias do município recebiam até um salário mínimo mensal; 37%, entre um e dois salários; 17%, de dois a três; 20%, três a cinco; e somente 17% se beneficiavam de um provento superior a cinco salários (SANTANA, 1998).

Segundo Naum Alves Santana (1998, p. 29), nas décadas de 1960 a 1980, o maior percentual de famílias de renda mais elevada é encontrado nos bairros América, Glória, Saguazu e na área central da cidade, onde predominam teuto-brasileiros, “vinculados ao processo colonial”. Enquanto na periferia, evidencia-se a presença de migrantes, oriundos do oeste e sul do estado de Santa Catarina e do sudoeste do estado do Paraná, com um rendimento salarial próximo a um salário mínimo.

O elevado PIB é mal distribuído em Joinville, visto que, em 2004, 18,7% de sua população recebia menos de um salário mínimo mensal e 51,4% ganhava entre um a três salários mínimos (Cf. Tabela 8).

Tabela 8 – Rendimento salarial da população do município

RENDA (em SM*)	PARTICIPAÇÃO%	PARTICIPAÇÃO ACUMULADA	%
Menos de 1 Salário Mínimo	3,9	3,9	
1 Salário Mínimo	14,8	18,7	
De 1 a 3 Salários Mínimos	51,4	70,1	
De 3 a 5 Salários Mínimos	17,3	87,4	
De 5 a 10 Salários Mínimos	8,2	95,6	
De 10 a 20 Salários Mínimos	1,8	97,3	
De 20 a 30 Salários Mínimos	0,3	97,7	
Mais de 30 Salários Mínimos	2,3	100	

Fonte – Estimativas IBGE - 2004/Sebrae – SC Censo Domiciliar - 2002/2003 – Com base no salário Estimativa IPPUJ, 2008 – IDH RENDA – 2000 – 0,776 (MÉDIO * IDH). Apud IPPUJ, 2010-2011.

Ao se apresentar que 70,1% dos joinvillenses recebem até três salários mínimos, contra 2,3% que ganham mais de 30 (Tabela 8), evidencia-se um quadro social que penaliza a grande maioria da população da cidade, que muitas vezes não dispõem de casa própria. Apesar desse quadro, em 2000, o município alcançou um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,857 (numa escala que vai até 1). Em relação ao IDH médio dos municípios brasileiros, que é de 0,766, Joinville ocupa a 13ª posição, acima da média estadual, de 0,822 (PNUD, 2012).

De acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), em 2010, o Índice de Desenvolvimento do Município chegou a 0,8727.

Quarto lugar entre os municípios catarinenses. Blumenau detinha o 1º lugar, seguido por Brusque (2º colocado) e Florianópolis (3º). Devido às condições de emprego e renda, mais favoráveis em relação ao ano anterior, Joinville apresentou melhora de 3,8%. Nesse ano, em 2010, o valor médio do primeiro salário dos trabalhadores foi de R\$ 843,94 (MINISTÉRIO, apud A NOTÍCIA, 2012).

Segundo Iara Andrade Costa (2008), em 1984, quando se estabeleceu em Joinville, veiculava-se um discurso de uma cidade ordeira, onde reinava a harmonia e não haviam problemas sociais, como favela, miséria e mendicância. Mas, ao pesquisar mais a fundo, comprovou que apesar da força da indústria existiam problemas vinculados a pobreza e mendicância, semelhante a São Paulo, sua cidade natal.

A referida autora também constatou que em 1917 já se manifestavam sinais de ruptura no interior da pequena indústria familiar, na qual patrão e empregado trabalhavam juntos, em decorrência da crise do capital dentro do cenário nacional e internacional. Contudo, a imprensa local atribuiu a mobilização dos trabalhadores aos anarquistas de Curitiba. Uma nova demonstração da inquietude ocorreu em 1933, desta vez dos operários da construção civil, apaziguada pelo Batalhão de Florianópolis. Em seguida, constantes descontentamentos dos trabalhadores do Moinho Santista. Na época, a história oficial também ignorava problemas ligados a casas de jogo e prostituição.

Na realidade, não revelar a verdade dos fatos é algo comum na sociedade capitalista, na tentativa de obter favorecimento particular. A própria pessoa que é ou até parece ser mais rica, culta, honesta, é mais requisitada para receber tais benefícios.

Esta compreensão orienta as pessoas a se projetarem individualmente, ao invés de promoverem o grupo social, que deveria ser articulado em torno do desenvolvimento socioeconômico e a construção de uma sociedade sadia.

Delineada pela cultura do capitalismo, a sociedade supervaloriza o poder econômico, muitas vezes, sem se preocupar com o bem estar da coletividade, cuja qualidade de vida também depende da disponibilidade de recursos naturais. Esse modo de produção sugere que o mercado impulsiona a economia, que proporciona bem estar do indivíduo.

Apesar da desigualdade social (Tabela 8), o município se torna um importante polo industrial do Estado de Santa Catarina, especialmente nos setores metal-mecânico e plástico. De acordo com Rocha (1997, p. 11), as indústrias do segmento metal-mecânico,

[...] nasceram, sobretudo da iniciativa das pequenas oficinas mecânicas e fundições voltadas para o atendimento dos agricultores, dos reparos de motores de barcos que aportavam em São Francisco, dos carroções e tonéis necessários ao

transporte da erva-mate, das serrarias, dos consertos de locomotivas e vagões ferroviários.

Joinville insere-se dentro de um contexto de crescimento econômico nacional, marcado por ciclos produtivos expansivos e recessivos, particularmente presentes nos países desenvolvidos. Essa oscilação econômica desestabiliza setores produtivos brasileiros, como o têxtil que desde 1990 perde competitividade e ocasiona o fechamento de grandes indústrias na cidade.

O desenvolvimento socioeconômico joinvilense e a ocupação das áreas de manguezais do bairro Boa Vista apresentam estreita relação com os seguintes fatores e aspectos histórico-geográficos:

- Empreendedorismo dos imigrantes⁷⁶, vinculado ao conhecimento técnico ao artesanato, produção agrícola, clima de cooperação entre operários e proprietários das pequenas fábricas;
- Implantação de pequenos negócios, dinamizados pelo trabalho livre e a pequena propriedade⁷⁷ numa área média de 100 mil metros quadrados de terra;
- Mercado consumidor incentivado pela comercialização de produtos agrícolas, importados ou fabricados na cidade;
- Extrativismo, beneficiamento e comercialização da madeira e da erva mate;
- Influência dos ciclos econômicos recessivos, delineados pela substituição das importações e a expansão do mercado e produção nacional e municipal;
- Infraestrutura urbana, concessão de financiamentos e incentivos fiscais ao setor privado⁷⁸;

⁷⁶ Joseph Alois Schumpeter (1997) assinala a importância do empreendedorismo empresarial, bem como a disponibilidade de crédito e poupança, isto é, recursos financeiros necessários para promover o desenvolvimento econômico.

⁷⁷ Entre os pesquisadores que aprofundam a análise da formação socioespacial catarinense baseada na pequena propriedade, nos pequenos negócios e empreendimentos menciona-se: Mamigonian (1965), Goularti Filho (2007), Rocha (1997) e Bastos (2011).

⁷⁸ Autores como Keynes (1992) e Rangel (1986) defendem o decisivo papel do Estado para o fortalecimento da economia nacional, sobretudo em épocas de crise e recessão econômica. Nesse sentido, Michels (1998) e Niehues (2000) atribuem ao apoio e atuação do Estado o desenvolvimento econômico joinvilense.

- Proximidade do porto de São Francisco do Sul e acessibilidade ao planalto norte catarinense;
- Diversificação da atividade industrial, acompanhada de contínuos investimentos em inovação tecnológica, possibilitou atender as demandas do mercado consumidor nacional, bem como compensar a distância dos centros fornecedores de matéria prima (MAMIGONIAN, 1966);
- Política nacional de substituição de importações, por ocasião das guerras mundiais, intercaladas pela crise econômica de 1929;
- Necessidade de terras para instalação de indústrias e moradias para os trabalhadores;
- Prevalência do desenvolvimento econômico capitalista, em relação à preservação da natureza e o cumprimento da própria legislação ambiental;
- Instalação da indústria sobre áreas de manguezais, próximas à Lagoa do Saguauçu, visando à utilização do transporte fluvial para a aquisição de matéria-prima e o escoamento de produtos.

2.3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO MUNICÍPIO

Neste tópico se apresenta uma abordagem a respeito do perfil e influência sócio-econômica dos imigrantes, seguida pela indústria e atividade madeireira e ervateira. Por fim é analisada a expansão da grande indústria, consolidada pelo ingresso de grande quantidade de mão de obra formada por migrantes.

Desde os primeiros tempos da colonização, registra-se o surgimento de pequenos negócios, vinculados à divisão da terra em pequenas propriedades, conhecimento técnico, trabalho, empreendedorismo (ROCHA, 1997) e mentalidade capitalista dos imigrantes, transplantados de sua pátria mãe.

Em 1851, Bernhard Poschaan, filho de um dos membros da Direção da SCH, instala no caminho chamado Ziegeleistrasse (rua da

Tendo presente essa compreensão, os governos dos dois últimos presidentes brasileiros (Lula e Dilma), em parte, vem tentando implantar esta proposta teórica no Brasil, na contramão da política neoliberal que apregoa a diminuição da interferência estatal na economia, por considerar que o Estado deve encaminhar-se pelas leis do mercado, auto-regulável pela lei da oferta e procura, mas que também não dispensa os favores e incentivos econômicos, sobretudo em épocas de crise.

Olaria), atual rua do Príncipe (nas proximidades da Catedral Diocesana), a primeira fábrica de tijolos; o imigrante alemão e boticário August Stellfeld cria a primeira farmácia. Pouco tempo depois, porém, muda-se para o município de Paranaguá e em seguida para Curitiba; o suíço Jacob Richlin implanta o primeiro curtume, nas imediações da (atual) rua Padre Carlos, esquina com a (atual) Avenida JK, aproveitando as águas de uma pequena lagoa existentes no local (FICKER, 2008, p. 84,87).

Ao destacar a influência dos imigrantes na economia da Colônia Dona Francisca (Joinville), Ficker (2008, p. 97 a 101) assinala que a maioria dos 75 imigrantes trazidos, em 1851, pela embarcação *Gloriosa*, são “capitalistas e empregadores, oficiais e acadêmicos” que promovem a “instalação de vendas, empórios, lojas e o estabelecimento dos ofícios como seleiros, padeiros, ferreiros e tantos outros, para atender as necessidades dos moradores”. Nesse grupo de imigrantes também havia “8 oficiais com ensino superior, 2 engenheiros, 1 médico, 1 doutor em direito, 2 candidatos a teólogos, 1 professor, 7 economistas, 5 comerciantes, 2 naturalistas, 1 marceneiro, 2 carpinteiros, 1 litógrafo, 2 jardineiros e 2 açougueiros”.

Em 1862, o município já começava a apresentar sinais de sua futura projeção econômica, ao registrar os seguintes números:

[...] 70 engenhos de mandioca, 32 de açúcar, 12 carpinteiros, 12 sapateiros, 4 torneiros, uma fábrica de guarda-chuvas, 5 fábricas de charutos, 6 olarias, 2 estaleiros etc., etc. [...]. As pequenas fábricas de sabão, vinagre, louça de barro, cerveja, charutos e cigarrilhos encontraram no estabelecimento do comerciante e atacadista Marcos Görresen, antigo colono norueguês da Dona Francisca, um fiel comprador dos seus produtos (FICKER, 2008, p. 214).

Relatório do diretor da Colônia Louis Niemeyer⁷⁹ (apud FICKER, 2008, p. 240), encaminhado à presidência da Província, em 1867, assinala a vocação industrial do município ao escrever que a “Colônia tem de preferência um character industrial e são as indústrias

⁷⁹ Louis Niemeyer assume a direção da Colônia Dona Francisca, após a demissão do respectivo cargo, solicitada pelo então procurador do Príncipe de Joinville, Léonce Aubé.

que constituem a força da Colônia, em que se o futuro esperançoso, que lhe destinado”.

De acordo com Ternes (1993, p. 52), a colonização de Joinville compreende uma iniciativa de caráter capitalista, transplantada da Europa,

que nascia da convergência dos interesses da corte imperial brasileira, preocupada com as extensas áreas desabitadas do Sul, com o desejo de expansão das fronteiras alemãs, igualmente preocupada com o excesso populacional decorrente de sua retardada chegada ao modelo industrial, que se alastrava por quase toda a Europa desde meados do século anterior.

Na década de 1870, o comércio desempenhava função dinamizadora da economia joinvillense. Além da madeira e da erva mate, exportava couro, louça, sapatos, móveis, cigarros e importava ferro, artigos de porcelana, aparelhos musicais, máquinas e instrumentos agrícolas, medicamentos, sal, trigo, vinho, cerveja, carne seca e sardinha (IPPUJ, 2010/2011).

Desencadeado pela pequena produção mercantil, o capitalismo industrial joinvillense baseia-se na expansão dos pequenos negócios (ESPÍNDOLA & SILVA, 2004), agrícolas, comerciais, fabris e de prestação de serviço.

O município de Joinville tem seu crescimento econômico delineado pela pequena propriedade, sobre a qual, desde as primeiras décadas de povoamento, os imigrantes, com a participação dos luso-brasileiros, desenvolvem a agricultura, o comércio local de importação e exportação, o artesanato, o extrativismo e beneficiamento madeireiro, seguido pelo da erva mate e, finalmente, pela grande indústria.

Nesse sentido, seu crescimento econômico é fortemente influenciado pelo surgimento de empresas, como a Companhia Industrial Catarinense que beneficiava erva mate (1891 – 1906); as fábricas de tecidos Döhler (1881) e Lepper (1907); a ferraria de Frederico Birckholz (1897), transformada em Fundação Tupy S.A., em 1938; as lojas comerciais (vendas); oficinas e; ferrarias atreladas ao conhecimento técnico e visão de negócio, dinamizadas pela pequena propriedade fundiária. Tais iniciativas e empreendimentos possibilitaram o aumento da produtividade, sua comercialização e

consumo, bem como o crescimento econômico local, regional, provincial (estadual) e nacional.

Nas primeiras décadas do povoamento, já se evidenciavam números interessantes do desenvolvimento da cidade. Em 1870, a colônia apresentava uma população de 6.452 habitantes e 15 escolas frequentadas por 790 crianças.

Também contava com “6 lanchas, 4 iates, 43 arados e 240 carros de quatro rodas”. Na sede da vila há 192 moradias e 1.187 no distrito rural. Naquele ano exportaram-se 230 contos de réis e foram importados 215:000\$000 (FICKER, 2008, p. 250).

Ao abordar aspectos da formação socioespacial joinvillense, Carlos Gomes de Oliveira (1982, 78s) atribui o expressivo desenvolvimento da cidade à “cultura adiantada e alguns recursos econômicos” dos imigrantes, o apoio do Governo (Imperial, Provincial e Municipal)⁸⁰, da Sociedade Colonizadora de Hamburgo e do Príncipe Joinville, bem como à participação dos luso-brasileiros.

Investimentos na colonização de Joinville, pela SCH, o Príncipe e os governantes brasileiros, eram imbuídos de motivações em torno da esperança e garantia de obter retorno com o seu desenvolvimento econômico.

Nilson Wilson Bender (2012) assinala que a economia da cidade é beneficiada pelo ingresso de um grande número de imigrantes intelectualizados; já, Ido Luiz Michels (1998) destaca, particularmente, os incentivos financeiros do Estado.

Para que ocorra crescimento é necessária a expansão do setor produtivo, que por sua vez demanda a criação de estradas (Dona Francisca e de Ferro), saneamento básico, rede de energia elétrica e telefonia, bem como de espaço geográfico para a instalação de indústrias e famílias dos trabalhadores.

A localização geográfica do município também favorece sua expansão econômica. Para tanto, basta considerar os benefícios da proximidade do porto de São Francisco do Sul, acessível por meio da Lagoa do Saguçu e a baía da Babitonga, bem como do Planalto Norte Catarinense que, por intermédio da Estrada Dona Francisca possibilita a extração e comercialização da erva mate, até então explorada por

⁸⁰ O apoio concedido à colonização de Joinville, por parte da SCH, do Príncipe e dos governantes brasileiros, tinha como interesse e motivação os lucros que o seu desenvolvimento econômico poderia ocasionar. Sob essa perspectiva assinala-se o caráter de investimento da concessão do auxílio econômico.

municípios paranaenses, como Rio Negro, Lapa, Antonina, Matinhos, Morretes e Paranaguá.

Sua industrialização é promovida por comerciantes oriundos de Morretes (PR) que, a partir de 1877 montam diversos engenhos. Financeiramente, seus lucros contribuem para o desenvolvimento econômico de Joinville (FICKER, 2008) e o fortalecimento do grupo étnico luso-brasileiro que, junto aos teuto-brasileiros, estimula o surgimento de novos empreendimentos no espaço da cidade.

Em 1880, Joinville apresentava cinco engenhos de erva mate e, em 1895, quatorze empresas que exportavam esse produto, dentre as quais se destaca a Companhia Industrial Catarinense, com filiais instaladas em vários municípios catarinenses e no Estado do Paraná (ALMEIDA, 1979). A expansão dessas empresas,

[...] criou e ampliou o mercado regional com a presença de engenhos, oficinas, fábricas de barricas, carroções, ferrarias, casas comerciais, companhias de navegação e outros. Muitos comerciantes que atuavam na compra e venda de mercadorias em geral passaram a se dedicar também ao comércio da erva-mate. A presença de engenhos e casas comerciais em toda a região criou elos de integração produtiva e comercial, ampliando as relações mercantis e possibilitando a diversificação do capital. O complexo ervateiro mercantilizou a região, comandou o processo de acumulação e contribuiu para a fixação dos colonos no norte e no planalto norte catarinense (GOULARTI FILHO; MORAES, 2010, p. 3).

Essa matéria prima lança as bases para a formação do complexo ervateiro na região norte-nordeste catarinense. Em 1884, dois engenhos de erva mate em São Bento do Sul e cinco em Joinville produziam 40.000 barricas da mercadoria mais exportada na região (FICKER, 2008). Essa mercadoria dinamiza a economia joinvillense, assim como a madeira faz com o oeste e o planalto norte catarinense, e o carvão, com Criciúma (GOULARTI FILHO, 2007).

Segundo Isa de Oliveira Rocha (1997, p. 40), a complexidade econômico-produtiva dessa atividade “acelerou em Joinville a fundação e o desenvolvimento de estabelecimentos do tipo metal-mecânico”, por demandar engenhos para o seu beneficiamento, barricas para o armazenamento, barcas para o transporte fluvial (até o porto de São

Francisco do Sul), bem como ferraduras e rédeas para os cavalos e ferragens para os carroções, utilizados para transportar a mercadoria.

As primeiras indústrias joinvillenses estão atreladas ao capital proveniente do artesanato e do comércio (ROCHA, 1997). Inicialmente, atendiam à demanda local e regional, até então abastecida por produtos importados. Na Tabela 9, apresentam-se empresas criadas durante os primeiros sessenta e três anos de história de Joinville.

Tabela 9 – Empresas fundadas entre os anos de 1856 a 1914

ANO	EMPRESAS	ATIVIDADE
1856	Companhia Wetzel Industrial	Velas e sabão
1865	Costume de G. Richilin	Artigos de couro
1881	Loja Karl Schneider	Comércio colônia-venda e <i>import-export</i>
1881	Döhler S.A. Indústria e Comércio	Tecidos
1883	Comércio e Indústria Germano Stein S.A.	Alimentos
1883	Fundição de Ferro de Motzkeit	
1888	Emílio Stok & Cia.	Comércio colônia-venda
1891	Companhia Industrial Catarinense	Mate
1891	Banco Industrial e Construtor do Paraná	Atividades financeiras
1891	Comércio e Indústria H. Jordan S.A.	Erva-mate
1893	Oficina de Otto Bennack	Tornos
1897	Ferraria de Frederico Birckholz	Carroças
1906	Mercado Municipal	
1907	Jordan Gerken & Cia	Erva-mate
1907	Empresa Joinvilense de Eletricidade	(Abastecimento de energia
1907	Oficina Mecânica e Fundição de Grossembacher & Trinks	Construção de máquinas a vapor para engenhos, manutenção de navios
1907	Cia. Fabril Lepper	Tecidos de algodão
1910	Moinho Joinville	Moagem de trigo
1910	Centauro S.A. Meias e Malhas	Meias e roupas para crianças
1911	Tricotagem Alfredo Marquardt	Confecções de malha
1911	Associação Comercial e Industrial de Joinville/ACIJ	Assessoria empresarial
1913	Indústria Colin S.A.	Cadarcos
1913	Loja de Confecções e Lab. Fotográfico Pieper	Comércio
1914	Cervejaria Tide - Futura Cia. Sulina de Bebidas Antártica	Bebidas

Fonte: Rocha, 1997, p. 38.

As indústrias instaladas nas áreas de colonização alemã nascem pequenas e atravessam um período de lenta expansão. Muitas mantêm estreitas relações comerciais com a Alemanha. Atualizam técnicas de produtividade e importam máquinas avançadas, que lhes permite alcançar, mesmo antes da primeira guerra mundial, o mercado do Sul e do Sudeste brasileiro (MAMIGONIAN, 2011a).

Diferentemente dos pequenos negócios, sobretudo ligados à produção fabril que ao longo do século XX muitas vezes se desenvolve e se torna motor do crescimento econômico da cidade, a agricultura de minifúndio não avança para grande escala comercial. Segundo Isa de Oliveira Rocha (1997), por volta de 1870, a colônia já evidencia falta de vocação agrícola.

A dificuldade de expansão da agricultura, em boa parte, é atribuída à geomorfologia da região, entrecortada por inúmeros cursos hídricos, permeada por áreas alagadiças, manguezais, acentuada umidade, elevado índice de pluviosidade, densa Mata Atlântica e baixa fertilidade do solo (pouco argiloso). Além dessas características, assinala-se que muitos imigrantes, egressos de ambientes citadinos, eram artesões, despreparados para trabalhar nesse setor econômico. Deste modo, portanto, também influenciando a vocação industrial do município.

A indústria da referida erva mate ganha destaque na economia catarinense. Incentiva a fixação dos colonos em São Bento, Rio Negrinho e Campo Alegre, bem como a formação do complexo ervateiro catarinense (GOULARTI FILHO e MORAES, 2010).

Segundo Isa de Oliveira Rocha (1997, p. 40), “a forte demanda das economias do mate e madeira influenciou na posterior tradição metal-mecânica de Joinville, diferente de Blumenau, onde predominou a têxtil”. O desenvolvimento de atividades ligadas à erva-mate, entre outras demandas, propicia o surgimento de empresas como a: Fundação de Ferro de Motzkeit (1883); Oficina de Otto Bennack (1893); Ferraria de Frederico Birckholz e; Oficina Mecânica e Fundação de Grossebacher & Trinks (1907).

Durante o período em que o seu beneficiamento e comercialização apresentavam grande expressão econômica, destaca-se a fundação de duas indústrias do seu beneficiamento na cidade: a Companhia Industrial Catarinense e a Indústria H. Jordan S.A.

Segundo Carlos Ficker (2008, p. 280):

A erva-mate torna-se um fator preponderante no desenvolvimento econômico da cidade. Da

exportação passa-se para a construção de engenhos e com a sua industrialização Joinville projeta-se num importante centro industrial e comercial do produto. Fundam-se grandes estabelecimentos comerciais, sob a orientação de luso-brasileiros que passam a preponderar também na política local.

Por conta dessa intensa atividade produtiva comercial, durante os primeiros trinta anos do século XX, intensificam-se as relações econômicas entre Joinville e o Planalto Norte catarinense que, nas décadas seguintes, também é beneficiado com a extração madeireira.

Favorecida pela Estrada Dona Francisca e o ramal ferroviário da EFSPRG (Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande/RS), ligando o município de Porto União ao Porto de São Francisco do Sul, a exploração da erva mate influencia no aumento demográfico e permanência de imigrantes em Joinville e em São Bento do Sul, visto que, anteriormente muitos migravam para outras cidades como Curitiba. Nesse sentido, assinala-se que a população de 9.298 habitantes, em 1877, eleva-se para 19.487, em 1900 (FICKER, 2008), um crescimento demográfico, em 23 anos de história, superior a 100%.

Conforme Klaus Rischter (2008), o abandono dos imigrantes da colônia que chegava próximo a 40%, devia-se principalmente à ganância das sociedades colonizadoras que, ao priorizar o lucro da comercialização das terras, nem sempre atendiam suas reivindicações.

O extrativismo madeireiro ajuda a economia do município, fornecendo matéria prima para a construção de edificações e a fabricação de portas, janelas e mobília exportada e comercializada internamente. No Estado de Santa Catarina, os municípios de São Bento e Rio Negrinho apresentam liderança nesse segmento. De acordo com o Relatório de Contribuinte por Atividade da PMJ (2011), em Joinville há mais de cem madeireiras, marcenarias e fábricas de móveis, empregando profissionais e gerando divisas para os cofres públicos.

Nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX, à forte exploração madeireira e ervateira, constituem dois importantes ciclos econômicos na história da cidade.

Figura 3 - Empresa Madeireira joinvillense no século XX



Fonte: ACIJ, 2011.

Na Figura 3, exhibe-se uma empresa madeireira em funcionamento na metade do século XX, ainda quando havia a presença de muita madeira de lei, podendo ser livremente explorada e comercializada.

Seu extrativismo, beneficiamento, comercialização, exportação contribui para a expansão econômica do município. Segundo Ficker (2008, p. 202): “Os anos de 1862 e 1863 mostram um índice cada vez mais crescente de exportação de madeira de lei para o Rio de Janeiro, Porto Alegre e até Montevideú”. Para Gehlen (2011, p. 9): “O ciclo da madeira em Joinville se estenderá por 100 anos, até a década de 60, quando entra em declínio”.

Na primeira metade do século 20, a madeira, por longo período – de 1920 a 1950 – foi um dos negócios mais poderosos de Joinville, muito à frente da nascente indústria do setor metal-mecânico. Empresas locais e filiais de grandes exportadoras do produto do Rio e de São Paulo e até do exterior mantinham filiais em Joinville, bem como depósitos de grande expressão nas imediações do chamado ‘porto do Bucarein’ (TERNES; VICENZI, 2001, p. 112).

O príncipe de Joinville é o primeiro grande explorador da madeira. Em 1858, tornou-se responsável por uma grande serraria na

localidade de Pedreira (Pirabeiraba). Na época, várias madeiras exploraram essa atividade, tanto em Joinville, quanto nas demais localidades coloniais, devido às florestas com abundância de madeira de excelente qualidade (TERNES e VICENZI, 2001), como jacarandá, cedro, canela, ipê, imbuia, araribá e, inclusive, madeiras que originaram a denominação de vários municípios catarinenses, como Imbúia, Massaranduba, Garuva.

Durante o período de 1892 a 1938 (Cf. Tabela 10) a madeira e a erva mate são os produtos catarinenses mais exportados. Até a década de 1930, “Joinville firmou-se como centro exportador de erva-mate” (PBU, p. 5).

Tabela 10 – Exportação de erva mate e madeira (1892 – 1938)

ANOS	ERVA MATE (Em mil reis)	MADEIRA (Em mil reis)
1892	621:190\$000	750:446\$000
1893	1.327:900\$000	438:270\$000
1894	1.540:155\$000	475:443\$000
1895	1.334:364\$000	621:413\$000
1896	2.045:586\$000	543:892\$000
1897	2.044:395\$000	548:476\$000
1898	2.188:761\$000	597:534\$000
1899	2.308:877\$000	189:094\$000
1900	1.921:724\$000	279:641\$000
1901	2.022:130\$000	363:632\$000
1902	1.428:257\$000	373:885\$000
1903	1.378:030\$000	524:172\$000
1904	1.338:722\$000	503:715\$000
1905	1.467:044\$000	756:170\$000
1906	1.444:401\$000	876:025\$000
1907	1479:030\$000	770:743\$000
1908	1.567:960\$000	701:044\$000
1909	1.286:834\$000	626:402\$000
1910	1.287:784\$000	688:858\$000
1912	1.164:589\$000	877:805\$000
1913	982:239\$000	854:511\$000
1914	1.168:017\$000	482:782\$000
1915	985:222\$000	333:152\$000
1916	1.491:046\$000	555.756\$000
1917	4.042:542\$000	1.138:934\$000

1918	3.645:876\$000	2.767:653\$000
1919	9.420:967\$000	3.152:336\$000
1920	6.860:338\$000	3.954:357\$000
1921	4.978:055\$000	3.075:129\$000
1922	6.860:338\$000	5.108:980\$000
1923	7.047:680\$000	6.535:987\$000
1924	7.553:695\$000	11.624:000\$000
1925	6.471:063\$000	11.922:000\$000
1926	-	7.097:000\$000
1927	-	7.197:000\$000
1928	-	12.245:000\$000
1929	13.456:788\$000	12.541:387\$000
1930	14.639:553\$000	7.843:611\$000
1931	15.496:797\$000	8.003:449\$000
1932	15.444:087\$000	9.295:197\$000
1933	10.507:180\$000	11.688:390\$000
1934	7.914:383\$000	13.002:707\$000
1935	4.127:828\$000	15.410:238\$000
1936	8.988:770\$000	1.235:505\$000
1937	9.859:612\$000	31.984:047\$000
1938	9.174:611\$000	38.706:316\$000

Fonte: Bossle, 1988, p. 142-143.

Com exceção dos anos de 1926, 1927 e 1928, cuja produção da erva mate não apresenta registro na Tabela 10, seu valor econômico, em relação à madeira, se evidencia entre os anos de 1893 a 1932 que, por sua vez, destaca-se nos anos de 1933, 1934, 1935, 1937 e 1938.

Tanto a economia ervateira, quanto à madeireira, proporcionou o surgimento de vilas e oficinas de conserto e fabricação de carroças, carroções e embarcações, em parte, utilizadas para o respectivo transporte, e empresas, conforme se registra na Tabela 11, para a produção de utensílios diversos.

Tabela 11 – Empresas fundadas entre 1920 a 1945

ANO	EMPRESA	ATIVIDADE
1920	Fáb. de Lixas Kaesemodel	Lixas
1923	A Notícia	Jornal
1924	Casemiro Silveira S.A	Artigos de nylon, lingerie, etc.
1925	Bozler & Cia.	Roupas de algodão para crianças
1925	Mold Motores	Motores marítimos
1926	Nylonsul	Confecções em nylon
1926	Vogelsanger S.A.	Artigos têxteis para esportes
1929	Malharia Manz	Artigos de malha infanto-juvenil
1932	Metalúrgica Wetzel	Torneiras, material elétrico
1933	Fáb. de Máquinas Raimann	Equipamentos de madeira
1936	Ind. de Plásticos Ambalit	Materiais plásticos
1938	Indústria de Fundição Tupy	Conexões de ferro, autopeças etc.
1941	Marcenaria Ravache	Artefatos de madeira
1943	White Martins	Oxigênio líquido
1943	Buschle & Lepper S.A.	Com e Ind. de fertilizantes etc.
1945	Laboratório Catarinense	Produtos farmacêuticos

Fonte: Rocha, 1997, p. 49.

Por conseguinte, o declínio do extrativismo madeireiro, na segunda metade do século XX, junto à conjuntura econômica nacional, ocasiona a crise de várias indústrias joinvillenses, como é o caso da Raimann, fábrica de máquinas e equipamentos para o segmento, que encerra suas atividades na década de 1970. Mais tarde, suas instalações dão lugar ao primeiro Shopping Center da cidade⁸¹ (Shopping Center Americanas, inaugurado em 01 de março de 1986), que introduz essa nova modalidade de mercado em Joinville e marca a expansão da atividade comercial (prestação de serviço), do setor terciário na cidade.

Semelhante desfecho apresenta a indústria Gottard Kaesemodel, fabricante de lixas e colas para o respectivo setor madeireiro, que funcionou na rua Gottard Kaesemodel (atual Avenida Marques de

⁸¹ Além desse Shopping Center (localizado no bairro Anita Garibaldi), atualmente funcionam em Joinville mais outros dois grandes shoppings, o Müller (localizado no Centro da cidade, inaugurado em 04 de maio de 1995) e o Gartem (localizado no bairro Bom Retiro, inaugurado em 23 de março de 2010).

Olinda, no bairro Anita Garibaldi, na localidade onde se encontra o Instituto de Ensino Superior Tupy – SOCIESC).

Segundo Nilson W. Bender (2012), a falência da Indústria de Máquinas Raimann e da Usina Metalúrgica Joinville (antiga Fundação), deve-se à ingerência do Governo Brasileiro ao nomear interventores militares, insuficientemente preparados para administrá-las. Durante a II Guerra Mundial, a partir de 1942, a aliança entre Brasil e EUA, contra a Alemanha, leva o Governo de Getúlio Vargas a controlar empresas administradas por alemães, como forma de evitar que apoiassem, com a fabricação de armamentos, a nação ‘inimiga’ (Alemanha). Embora militarmente estratégica para a indústria bélica, a Fundação Tupy não sofre a mesma interferência pelo fato de seu proprietário e administrador, Albano Schmidt, ser teuto-brasileiro, descendente de imigrantes.

Em todas as regiões brasileiras há municípios desenvolvidos, favorecidos pela configuração geográfica, pelo contexto iniciativas empreendedoras bem sucedidas, emergentes no espaço da cidade ou transplantadas de outros lugares.

Nesse sentido, verifica-se a atuação de lideranças da comunidade e de instituições, a exemplo da própria ACIJ (2008), que trabalhou para a mobilização do Estado e da opinião pública para promover obras de infraestrutura urbana, como a ampliação da rede de energia elétrica e água e, a partir de meados do século XX, a construção das rodovias federais, BR 101 e 280 (GEHLEN, 2011)⁸².

A economia do município é incentivada pela construção de estradas, como: a Dona Francisca e de Ferro, que ligam Joinville com São Francisco do Sul e os municípios do planalto Norte Catarinense; a BR-101, duplicada, na virada do século XX, entre o município e as capitais estaduais, Curitiba (PR) e Florianópolis (SC) e; a BR-280, que atravessa o território do município e o conecta com São Francisco do Sul e Dionísio Cerqueira, localizado no extremo oeste do estado.

Essas realizações contribuíram para projetar a indústria da cidade. Mesmo assim, Joinville não ficou imune às crises da conjuntura econômica nacional e internacional, associadas ao aumento da inflação, principalmente nos anos de 1980 e a primeira metade da década de 1990. Por consequência dessas crises, o município perde

⁸² Para melhor compreensão do relevante papel desempenhado pela ACIJ sugere-se a leitura da obra de Joel Gehlen (2011): O Século Singular: Participação Empresarial na Formação de Joinville.

competitividade, bem como revela aumento do desemprego e diminuição dos salários dos trabalhadores. O ritmo da expansão demográfica também diminuiu, conforme se mostra na Tabela 4 (capítulo 2.2). Frente à redução das vendas e dos lucros, muitas empresas se obrigam a estabelecer uma reengenharia nos processos produtivos. Mesmo assim, nas últimas quatro décadas muitas acabam encerrando suas atividades, conforme é mostrado na tabela 12.

Tabela 12 – Indústrias que encerraram as atividades

EMPRESA	ATIVIDADE
Malharia Arp	Malhas
Fundição Benack (Usina Metalúrgica Joinville)	Tornos e máquinas agrícolas, cortadores de ração
Indústria de Máquinas Raiman	Máquinas para indústria madeireira
Gottard Kaesemodel	Lixas
Meias Centauro	Meias
Nylonsul	Malhas
Hansen Máquinas	Usinagem e ferramentaria
Ambalit	Plástico
Malharia Martric	Malhas
Lumière – Casseiro Silveira	Malhas
Malharia Iracema	Malhas
Malharia Mans	Malhas

Fonte: Associação Comercial e Industrial de Joinville (ACIJ), 2012.

Na Tabela 12 mostra-se o fechamento de indústrias joinvillenses de grande porte. Algumas chegaram a empregar mais de mil trabalhadores, como é o caso das malharias Lumière e Martric, que encerraram as atividades na década de 1990, frente um mercado cada vez mais competitivo, com o fim da reserva de mercado nacional que reduziu as taxas de importação de 105% em 1990 para 20% em 1993, conforme apresenta Goularti Filho (2002). Na década de 1980, fecharam as portas as indústrias de Meias e Malhas Centauro e Malharia Nylonsul. Na década seguinte, fizeram o mesmo as indústrias Ambalit (plástico), Hansen Máquinas (ferramentaria).

Além de grandes malharias que faliram em Joinville, empresas de outros segmentos tiveram semelhante desfecho, como é o caso da Fundição Benack (Metalúrgica Joinville), Gottard Kaesemodel e Máquinas Raiman que encerraram as atividades antes da década de 1980.

Instalada na cidade após a I Guerra Mundial (com sede também no município de Nova Friburgo/RJ), a Malharia Arp⁸³ torna-se inativa na década de 1970, diante do agravamento das dificuldades financeiras, a fim de evitar sua falência. Depois de vários anos sem funcionamento, no local é construído o Shopping Cidade das Flores (codinome de Joinville), inaugurado em março de 1995.

O fechamento de empresas de pequeno, médio e grande porte é um fenômeno frequente nas cidades contemporâneas, muitas vezes, associado à falta de planejamento e ineficiência administrativa, bem como à influência negativa da globalização dos mercados⁸⁴ e da política cambial. Nesse sentido, menciona-se no Estado do Rio de Janeiro, ainda no século XIX, a falência dos empreendimentos efetuados por Barão Irineu Evangelista, após dar uma importante contribuição à economia brasileira. No século seguinte, também, é bastante conhecido, no Estado de São Paulo, o sucesso, seguido do declínio econômico, das indústrias da família Matarazzo, assim como acontece, em Santa Catarina, com as empresas Hoepcke.

Segundo Bender (2012), a grande maioria das empresas joinvillenses que encerram suas atividades deve-se ao fenômeno inflacionário⁸⁵ e a não atualização dos preços das mercadorias. A inflação limitou a geração de lucros e recursos suficientes para a renovação do parque fabril (máquinas), dificultando-lhe o acompanhamento da evolução tecnológica. Dessa forma, o parque fabril se tornou obsoleto e pouco produtivo em relação ao de países mais desenvolvidos.

⁸³ Localizada na região central da cidade, entre as ruas Mario Lobo, dos Ginásticos e Dr. João Colim, A Malharia Arp é uma das poucas indústrias que começa grande em Joinville, visto que seu fundador, Julius Arp, descendente de um alemão, proprietário de um feudo, possuía recursos (BENDER, 2012).

⁸⁴ Assinala-se que a abertura econômica beneficia preferencialmente os países ricos, maiores interessados na globalização, em prejuízo dos mais pobres, os subdesenvolvidos, economicamente menos competitivos (CHANG, 2003).

⁸⁵ Segundo o IBGE (apud TERRA, 2012), ao longo do século XX, o Brasil sofre uma inflação média anual de 45,2%. A partir da década de 1930, a média anual inflacionária de 6%, sobe nas décadas de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980, respectivamente, para 12%, 19%, 40% e 330%. De 1990 a 1995, a inflação anual chega a 764% e no período de 1996 a 2000, baixa para um patamar de 8,6%.

A esse fenômeno inflacionário acrescenta-se a falta de preparo e capacidade técnico-administrativa dos novos gestores de empresas familiares, por ocasião do falecimento de seus antigos proprietários, conforme se verifica com as indústrias: Gottard Kaesemodel, Meias Centauro, Malharia Iracema e da própria Busscar que, em 2008, diminuiu drasticamente suas atividades e, em outubro de 2012, teve decretada sua falência pela Justiça Federal, embora ainda esteja recorrendo da sentença em instância superior.

Também há casos de falências motivadas pelo não reinvestimento dos lucros na respectiva atividade da empresa. Na contramão desse processo, várias empresas conseguem firmar seu desenvolvimento, contribuindo para a expansão econômica da cidade, a exemplo das indústrias da Tupy, Tigre, Akros (Amanco), Ciser, Embraco e Consul (Whirlpool), Docol, Schulz, Döhler e Lepper.

No passado, a madeira era bastante requisitada para fabricação de caixas para o transporte de mercadorias. Na atualidade, é sobretudo utilizada na fabricação de móveis, papel e celulose e a construção civil.

Para conter sua extração indiscriminada, nas últimas décadas, a legislação brasileira estabelece restrições ao desmatamento arbitrário. Para suprir as demandas do produto, surge, em Joinville e região, a proliferação de áreas de reflorestamento com espécies únicas e exóticas, geralmente pinus eliotis ou eucalipto que, apesar de limitarem a biodiversidade, podem ser exploradas comercialmente.

Ao analisar a economia da cidade, o arquiteto urbanista Wilhelm (1965, p. 4) escreve:

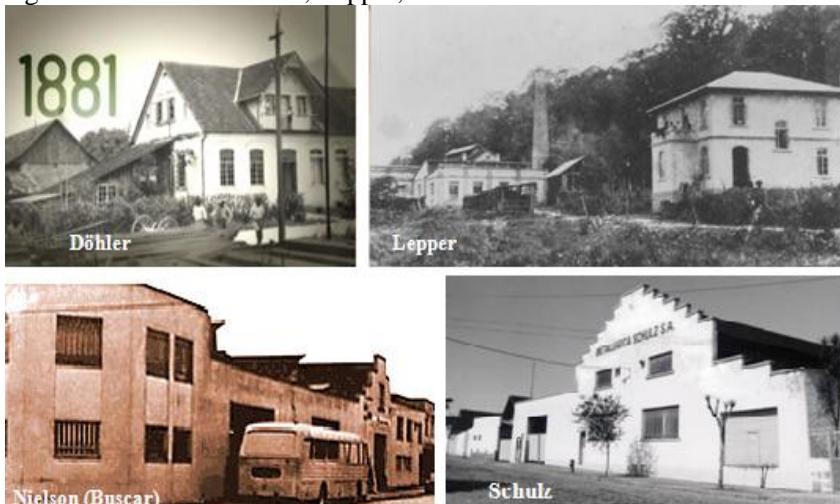
Joinville teve duas fases importantes. A primeira, a fase da exportação de erva-mate, que durou até a década de 1930. A segunda, que se estende até a atualidade, a da exportação de pinho e principalmente a indústria de transformação voltada para o mercado interno.

A exploração da erva mate ajuda a projetar a elite econômica luso-brasileira, especialmente vinculada à sua industrialização e comercialização. Por conta dessa projeção econômica, revela-se a preocupação com a assimilação cultural dos imigrantes e seus descendentes, até então, bastante arraigados à língua e tradições de seus antepassados, conforme abordagem apresentada no tópico anterior (2.2 Formação Socioespacial Joinvillense).

No setor madeireiro também ocorreu o surgimento de pequenos empreendimentos, característica marcante do processo de desenvolvimento socioeconômico do município, presente na origem da maioria das indústrias, a exemplo da Döhler, Lepper, Schulz, Carrocerias Nilson (Figura 4), Cia. Wetzel, Fundação Tupy, Tubos e conexões Tigre, Consul (Whirlpool) e muitas outras.

Atualmente, essa característica está principalmente presente nos setores vinculados ao comércio e à prestação de serviços de lataria e pintura, estofamento de veículos, oficinas mecânicas, usinagem e ferramentarias, informática, manutenção de eletrônicos e eletrodomésticos, confecção de roupas, marmorarias e marcenarias, entre outros.

Figura 4 – Fábricas Döhler, Lepper, Nielson e Schulz



Fonte: Döhler (2012), Premium Business (2012), Schulz (2012), Gidion (2012).

Na Figura 4, são mostradas imagens de quatro indústrias joinvillenses: Tecidos Döhler e Lepper, Carrocerias de Ônibus Nielson (Busscar) e a Metalúrgica Schulz. Empresas que nasceram pequenas e cresceram com a expansão econômica da cidade. A Döhler, Busscar e Schulz se transferiu para o Distrito Industrial Norte do município. A imagem da Metalúrgica Schulz (Figura 4), que se originou de uma pequena fundição, retrata a empresa na década de 1970.

O pequeno negócio traduz o sonho de grande número de trabalhadores que buscam administrar seu próprio negócio,

independente de padrão, chefia ou sujeito à demissão por conta das oscilações do mercado. Nesse sentido, assinala-se o expressivo número de empresas atuantes em Joinville. Em 2010, o IPPUJ (2010-2011) registra a existência de 12.466 empresas ligadas ao comércio, 1.661 indústrias e 17.477 vinculadas à prestação de serviço.

Porém, a falta de conhecimento técnico-mercadológico, associado à instabilidade do mercado, não poucas vezes, leva empresários à falência e a perderem recursos, muitas vezes acumulados ao longo anos de trabalho.

Depois dos primeiros 100 anos do início da colonização, a indústria joinvillense se apresenta como o setor econômico que mais emprega trabalhadores na cidade. Segundo Maria Encarnação Beltrão Sposito (2010, p. 11):

A industrialização dá o “tom” da urbanização contemporânea. Embora historicamente tenha resultado dos avanços técnicos necessários ao desenvolvimento do capitalismo, a industrialização marca predominantemente as relações entre a sociedade e a natureza e é a forma dominante de produção até mesmo nos países socialistas. A cidade é o território-suporte para a atividade industrial, por se constituir num espaço de concentração e por reunir as condições necessárias a esta forma de produção.

Embora os imigrantes lancem as bases da economia joinvillense, a partir de meados do século XX, a emergência de uma nova divisão territorial do trabalho no campo e na cidade, incentiva a expansão da atividade industrial, mediante a construção de estradas, pontes, ampliação da rede de energia elétrica, saneamento básico e telefonia, bem como por meio de incentivos fiscais, concessão de financiamentos e a disponibilidade de mão de obra.

Também por conta disso, a indústria se transforma em ‘carro chefe’ da economia, captando recursos financeiros (poupança) oriundos da agricultura, do comércio local, de importação e exportação, bem como de reinvestimentos provenientes de própria atividade. Por outro lado, a agricultura igualmente se beneficia com a produção de máquinas e equipamentos. O setor de serviços é ampliado ao demandar profissionais para a sua comercialização, treinamento e conserto de equipamentos, junto aos consumidores.

Lucros do comércio ajudam a expandir, por exemplo, o empreendimento da Casa Hoepcke, responsável por montar uma fábrica de pregos, chegando a empregar 100 operários. E, juntamente com o grupo Gerdau, no Rio Grande do Sul, torna-se uma das pioneiras nesse ramo na região Sul do Brasil (BASTOS, 2011, p. 420).

Segundo Mamigonian, a casa Hoepcke “realizava importações diretamente da Alemanha e abastecia extensa faixa litorânea de Laguna ao sul até Paranaguá ao norte, tornando-se o maior grupo empresarial na virada do século, mantendo-se em expansão até 1930” (apud BASTOS, 2011a, p. 420).

Em Joinville, a estreita relação entre a indústria e o comércio se torna evidente em várias empresas, como a Döhler que, desde sua fundação, comercializa tecidos no varejo; Ciser, criada em 1959, com o objetivo de produzir parafusos e porcas para clientes da loja de ferragens e ferramentas da família de Carlos Adolfo Schneider (a Casa do Aço), originada de um pequeno negócio fundado por Karl Schneider, em 1881, que, nos seus primeiros anos comercializava produtos importados e exportava mel, frutas e flores secas (CISER, 2012); a Consul resulta de uma oficina que consertou a geladeira de querosene de Consul Carlos Renaux (imigrante residente em Brusque), posteriormente adquirida pelo representante comercial Wittich Freitag, principal responsável pela sua expansão econômica; a Fundação Tupy também possui vínculos com a comercialização de automóveis da Ford (TERNES, 1988) que, por conta disso, é levada a fundir blocos de motores automotivos. Muitas outras indústrias fundadas por artesãos, igualmente surgem para suprir as demandas do mercado local, como e o caso de selarias, funilarias, curtumes, ferrarias e olarias.

O acontecimento da I Guerra Mundial (1914 – 1918) provocou certa dinamização da economia industrial brasileira, bem como do município de Joinville, devido às dificuldades de importação de produtos fabricados nos países industrializados, envolvidos no conflito. A guerra dificultou aos países beligerantes de produzirem mercadorias suficientes para o suprimento das demandas interna e externa, visto que orientavam seu parque fabril para a produção de armamentos.

Vinícius Montgomery Miranda et. al. (2009) assinala que a capacidade produtiva brasileira foi favorecida nos oito anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial. Mas, após o início do conflito, com a paralisação da navegação, elevaram-se as dificuldades de importação de bens de capital.

Segundo Isa de Oliveira Rocha (1997, p. 47), “a primeira guerra mundial garantiu o mercado interno na produção industrial, em

substituição a importações têxtil e alimentar”. A década de 1920 representa a fase de transição de uma economia de exportação de produtos primários para uma economia industrializada. A crise mundial de 1929 desencadeou o mercado interno, uma vez que o continente Europeu e os EUA reduziram drasticamente seu poder de consumo que afetou diretamente o Brasil.

Ao mesmo tempo em que a indústria paulista nascia e se consolidava a catarinense caminhava paralelamente. Com a crise mundial de 1929, o rompimento do padrão monetário internacional (padrão-ouro) e o aparecimento de novos atores sociais, rompe-se o velho padrão de acumulação na economia brasileira, que era conduzido pelo setor mercantil agroexportador. A diversificação industrial dos anos 20 exigia a continuidade do processo de crescimento, porém em outras bases materiais e institucionais. No entanto, as bases produtivas de Santa Catarina ainda continuavam as mesmas, e somente a partir de 1945 começou a mudar a estrutura econômica do Estado barrigaverde, com a ampliação da pequena indústria metal-mecânica em Joinville, com o surgimento da indústria de papel, pasta e celulose no planalto e com o das cerâmicas no sul. A indústria catarinense estava se consolidando e começava partir para outra base produtiva, que passava a comandar o processo de acumulação (GOULARTI FILHO, 2002, p. 985-986).

Após a Revolução de 1930 e a ascensão do Governo de Getúlio Vargas, registra-se uma diminuição do poder político-econômico do complexo agroexportador e maior valorização da indústria nacional, bem como do trabalhador, mediante a criação do Ministério do Trabalho, em 1930, e a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), em 1943.

Conforme assinala Goulart Filho (2002), ao longo do período que se estende de 1880 a 1945, o padrão de crescimento da indústria catarinense baseia-se na pequena propriedade e nos setores tradicionais da economia. A partir de meados da década de 1940, a indústria estadual amplia e diversifica sua base produtiva.

O período de 1914 a 1945 mostra-se bastante conturbado, sobretudo para a economia mundial que vivencia grandes

transformações e tensões, ocasionadas pelas duas grandes guerras mundiais, intercaladas pela depressão de 1929.

Rezende Filho (2003) destaca que no período de 1914 até a década de 1950, o sistema econômico capitalista atravessa uma série de eventos conjunturais que, somados, repercutem na crise de crescimento que se traduz na passagem da “juventude” para a idade “adulta”. Esse período se articula por duas guerras mundiais, dois períodos de reconstrução da economia e uma longa década de profunda depressão econômica geral, marcada pelo fim da hegemonia econômica mundial europeia e a ascensão dos Estados Unidos.

De acordo com a teoria de Kondratiev, após este longo período de depressão econômica segue-se a ascensão, verificada na década de 1950 com a substituição das importações brasileiras e a implantação do Plano de Metas.

Por apresentar uma cadeia econômica dinâmica e diversificada, Joinville integra-se ao processo de industrialização e urbanização nacional, que se consolida com a mecanização do campo, o êxodo rural e o crescimento demográfico.

Em sua obra, *o Desenvolvimento Econômico e a Evolução Urbana*, Paulo Singer (1977, p. 136) destaca o seguinte aspecto sobre a urbanização joinvillense:

Os reflexos do surto de desenvolvimento industrial brasileiro do pós-guerra vão atingir fortemente Joinville que, a partir dos anos 50, também conhece um processo de urbanização sempre mais intenso, decorrente de sua industrialização acelerada.

Diferentemente de colonizadores portugueses que, durante o período colonial, muitas vezes ingressaram no Brasil na esperança de acumular riqueza, para algum dia retornarem à Europa⁸⁶, imigrantes europeus que se estabelecem nas colônias sul - brasileiras, fixaram-se definitivamente no território nacional.

Embora iniciada na década de 1930, sob o governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945), a indústria brasileira, segundo Miranda et. al. (2009), é estimulada pelo Plano de Metas, desenvolvido durante o

⁸⁶ Machado de Assis, um dos mestres da literatura brasileira, chega a denunciar essa prática, por meio da conduta dos personagens Fidélia e Tristão, em sua obra *Memorial de Aires*, publicada em 1908.

Governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) que, apesar do estrangulamento externo, promove a construção de uma estrutura industrial sólida para o país.

Em seu Plano de Governo, o referido presidente prioriza cinco áreas: energia, transportes, indústrias de base, alimentação e educação. Estimula a industrialização de bens de consumo duráveis e, por meio das multinacionais, implanta a indústria automobilística e naval, responsáveis por avanços em diversas áreas da economia brasileira. Com isso pretendeu acelerar o desenvolvimento do Brasil 50 anos em cinco anos de governo, sem desprezar as instituições democráticas.

José Messias Bastos (2011, p. 424) assinala que “mudanças operadas na economia e na sociedade brasileira e, em particular no comércio varejista, teve como marco os anos 50”. Muito embora as cidades colonizadas por alemães, a exemplo de Joinville e Blumenau, promoveram seu crescimento baseado “na pequena produção mercantil introduzida desde os inícios da efetiva ocupação do território (BASTOS, 2011, p. 424)”.

Nesse contexto, registra-se a expansão da Fundação Tupy, por sua vez, incentivada pelo Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira ao promover a indústria automobilística por meio do capital estrangeiro, que se torna carro chefe do crescimento econômico nacional⁸⁷.

A partir de meados do século XX, Joinville configura-se pela força do capital industrial que se expande e se concentra cada vez mais na mão de poucos. Embora a grande indústria gere crescimento econômico, emprego e renda para muitos trabalhadores, ela também acaba pressionando a ocupação de terras, até então compreendidas por florestas e, particularmente, áreas de manguezais, pastagens e plantações agrícolas.

Ao final do Governo JK, o Brasil mostra nova configuração socioeconômica e espacial. Verificam-se avanços importantes na expansão da indústria nacional, mediante a ampliação e criação de novas fábricas para suprir as crescentes necessidades do emergente mercado consumidor brasileiro. Esses avanços refletem-se no índice de urbanização. Segundo dados (já mencionados) do IBGE (2010), em 1940, 31,2% da população brasileira viviam nas cidades ou áreas

⁸⁷ Em 1960 ocorre a inauguração da nova capital brasileira, o Distrito Federal de Brasília, delimitada pela arquitetura moderna e o trabalho dos arquitetos Lúcio Costa e Oscar Neimeyer.

urbanas; em 1960, esse índice sobe para 44,9% e, em 1980, chega a 67,6% (IBGE, 1980).

Esse crescimento econômico influencia o Estado de Santa Catarina, bem como todo o Brasil que se urbaniza e industrializa. Também se verifica um salto em relação ao modelo agroexportador adotado até a década de 1930. Durante o período da Substituição de Importações (PSI), instalam-se e se consolidam, em Santa Catarina, indústrias dinâmicas no setor cerâmico e metal-mecânico (MATTOS, 1968).

Com o mercado brasileiro em crescimento, muitas empresas expandem suas atividades e ampliam seu parque fabril sobre áreas florestais e de preservação, como é o caso dos manguezais, em Joinville, situados na região leste, particularmente no bairro Boa Vista, onde se instala a Fundação Tupy e muitos dos seus trabalhadores, objeto de análise deste estudo.

Este não é um caso isolado, diversas cidades apresentam problemas semelhantes. A obsessão pelo progresso econômico faz com que empresas e o poder público não atentem para a preservação da natureza. Dessa forma, áreas de manguezais são destruídas para a instalação de indústrias, estimuladoras de invasões ao demandar mão de obra, especialmente formada por migrantes, sem qualificação profissional e de baixo poder aquisitivo.

Com a emergência de setores dinâmicos, a partir de meados da década de 1940, a indústria catarinense começa a se expandir e a diversificar sua base produtiva, pois, até então, de acordo com Armen Mamigonian (2011a), Santa Catarina era vista como lugar de passagem entre São Paulo e o Rio Grande do Sul. Esta posição se reforça com a posição geográfica da capital em Florianópolis, isolada do restante do Estado, com acessos precários, não pavimentados, nem mesmo para o aeroporto Hercílio Luz.

A indústria se torna a principal responsável pela projeção econômica nacional do Estado de Santa Catarina. Blumenau e Joinville se destacam nesse setor que já na metade do século XX apresentava indústrias dinâmicas. Isso faz com que a economia catarinense consiga expandir-se, inclusive acima da média brasileira (MAMIGONIAN, 2011a).

Segundo Goularti Filho (2002), a partir de meados da década de 1940, a indústria catarinense é ampliada e diversificada na sua base produtiva, com a emergência de setores dinâmicos. E, a partir de 1962, o padrão de crescimento se altera com o novo sistema de crédito e

investimentos em energia e transporte, e a consolidação dos setores elétrico e metal-mecânico, liderados pelas médias e grandes indústrias.

Internamente, o movimento geral da indústria catarinense passou a ser conduzido por grandes e médias empresas nos setores de alimentos (Sadia, Perdigão, Chapecó, Coopercentral, Seara e Duas Rodas), eletro-metal-mecânico (Tupy, Cónsul, Embraco, WEG, Kohibach, Busscar e Duque), cerâmico (Eliane, Cecrisa, Icisa, Portobello e Cesaca), têxtil-vestuário (Hering, Artex, Karsten, Teka, Sulfabril, Malwee, Renaux, Buettner, Cremer, Marisol e Döhler), papel e celulose (Klabin, Igaras, Irani, Trombini e Rigesa), madeireiro (Sincol, Adami, Battistella e Fuck), carbonífero (CBCA, CCU, Metropolitana, Criciúma, Catarinense e Próspera), moveleiro (Cimo, Artefama, Rudnick e Leopoldo), plástico (Hansen — Tigre e Cipla —, Canguru e Akros) e porcelanas e cristais (Oxford, Schimitz, Ceramarte, Blumenau e Hering) (GOULARTI FILHO, 2002, p. 989).

Vislumbra-se, assim, novo período econômico em Santa Catarina; o capital industrial se torna fator da acumulação. A agricultura é modernizada com a transformação do complexo agrocomercial. Até então, os moinhos e frigoríficos comercializam seus produtos quase que in natura para o complexo agroindustrial de carne, que reforça e consolida o novo padrão catarinense de crescimento econômico, comandado pelo Estado e as grandes e médias indústrias e agroindústrias, com investimentos em energia e transporte e a consolidação do setor elétrico e metal-mecânico. Neste período também é criado o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BDE), antigo BESC e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), que inauguram uma nova fase no sistema de crédito. A capacidade expansiva da indústria catarinense estava limitada, visto que poucas casas bancárias tinham capital suficiente para financiar grandes projetos de infraestrutura demandada pela indústria (GOULARTI FILHO, 2002).

Em atenção às diretrizes federais, Santa Catarina, seguiu-se um planejamento governamental. No que se refere ao setor industrial, os planos

apresentam algumas características, quais sejam: o primeiro documento de ação do governo foi o Plano de Obras e Equipamentos – POE, dos governos de Irineu Bornhausen (1951-55), Jorge Lacerda (1956-58), e Heriberto Hulsen (1958-60), visando priorizar as estradas de rodagem (ligação dos portos ao interior), energia elétrica (construção de usinas), além da agricultura e educação; O Plano de Metas do Governo de Celso Ramos – PLAMEG (1961-65) priorizou as obras em infra-estrutura de água e esgoto nos municípios, energia, rodovias, edifícios de segurança pública, etc. (ROCHA, 1997, p. 55).

De acordo com Mamigonian (2007), o período que vai do final da II Guerra Mundial até 1973 (ano que marca o início da crise do petróleo, fase “B” de 4º ciclo de Kondratiev) compreende o ciclo longo, a fase expansiva da economia mundial, os denominados 30 anos gloriosos. Depois disso, inicia-se uma fase econômica depressiva que dura cerca de 40 anos (1973 a 2013).

Mesmo que se analise uma situação particular, um problema localizado em Joinville, percebe-se vinculações ambientais associadas à mecanização e à racionalização do espaço que se evidencia em âmbito nacional.

Em 1954, havia na cidade 7.091 funcionários trabalhando em 428 indústrias. Dez anos depois, em 1964, esse número é elevado para 18.154 operários, registrados em 473 estabelecimentos industriais e, em 1975, chega a 35.000 trabalhadores empregados em 500 indústrias (TERNES, 1986).

Entre os anos de 1946 a 1972 (Cf. Tabela 13), marcados por alto índice de crescimento econômico nacional e estadual, registra-se o surgimento de várias indústrias joinvillenses, dentre as quais diversas expandem-se, chegando a empregar mais de mil operários.

Tabela 13 – Indústrias fundadas entre 1946 a 1973

ANO	EMPRESAS	ATIVIDADE
1946	Indústria Schneider	Bombas hidráulicas, motores elétrico, etc.
1946	Carrocerias Nielson	Carrocerias de ônibus
1947	Alfredo Schneider	Peças para máquinas
1948	Strauhs Equipamentos e Fundação	Eixos, fundição de ferro etc.
1950	Metalúrgica Douat	Pias e artigos sanitários de metal
1950	Consul	Refrigeração
1950	Afonso Meister S.A. Metalúrgica	Formas para bolo, papeleiras, etc.
1950	Campeã S.A. Indústria Têxtil	Artigos têxteis esportivos
1951	Malharia Princesa	Tecidos, blusas, calças, etc.
1952	Cerâmica Kaesemodel	Telhas, tijolos
1952	Tacolindner S.A. Indústria de Madeiras	Tacos, assoalhos, etc.
1952	Impressora Ipiranga	Folhetos, livros, etc.
1953	Granalha de Aço	Granalhas, etc.
1953	Tecidos Dona Francisca	Tecidos para móveis
1954	Incasa Ind. e Com. Catarinense	Sais de iodo, perfumaria
1955	Metalúrgica Duque	Peças para bicicletas, etc.
1956	Docol Ind. e Comércio	Metais sanitários
1958	Malharia Iracema	Artigos de malha e algodão
1959	CISER parafusos e porcas (H. Carlos Schneider)	Parafusos e porcas
1960	Kavo do Brasil S.A. – Ind. e Comércio	Aparelhos e instrumentos odontológicos
1963	Metalúrgica Schulz	Compressores de ar, tornos, etc.
1965	Malharia Nerize	Artigos de algodão infantil
1969	Mecânica Industrial Vick Ltda.	Máquinas de fundição
1970	Albrecht Equipamentos Industriais	Máquinas e equipamentos
1972	Hansen Máquinas e Equipamentos	Ferramentaria

Fonte: Rocha, 1997, p. 58.

Na Tabela 13, são mostradas 25 indústrias que influenciam a expansão econômica da cidade; 20 delas ainda continuam se expandindo dentro de um mercado cada vez mais competitivo e globalizado, com destaque especial para as indústrias de Tubos e Conexões Tigre, Whirlpool (Consul), Docol, Ciser e Metalúrgica Schulz.

Entre 1946-1972, foram fundadas indústrias em Joinville, beneficiadas pela expansão do mercado consumidor, queda das importações durante e após a Segunda Guerra e benefícios de ordem

federal e estadual, sendo que as já existentes cresceram e se afirmaram no mercado nacional (ROCHA, 1997, p. 55).

Criada em 1950, a indústria de Refrigeração Consul funde-se ao grupo Brasmotor em 1977 e passa a denominar-se Multibrás. Em 1997, integra-se a Whirlpool Corporation⁸⁸, líder mundial na fabricação e comercialização de eletrodomésticos que emprega 68.000 funcionários e, em 2011, alcança uma receita (nas vendas) superior a US19 bilhões. Na cidade, a corporação mantém centros de tecnologia de refrigeração e de cocção (em fogões) e uma parte do centro de tecnologia de condicionadores de ar (WHIRLPOOL, 2012).

A Ciser parafusos e porcas (Figura 5), juntamente com a Ciser Nedschroef - Automotive Fasteners, a Imobiliária Hacasa, a Intercargo Transportes, a RBE Energia e a Agropecuária Parati, integra o grupo H. Carlos Schneider (CISER, 2012)⁸⁹.

Figura 5 – Indústria CISER Parafusos e Porcas em 1959 e 2012



Fonte: Premiumbusiness, 2012.

⁸⁸ A Whirlpool iniciou suas atividades em 1911, no Estado de Michigan (EUA), como uma pequena empresa familiar, fundada por Louis Upton. Entre os anos de 1942 e 1945, a empresa dedicou-se a produção de “armamentos para a Segunda Guerra Mundial, assim como ocorreu na maioria das fábricas norte-americanas”. Nas décadas de 1980 e 1990 expande-se para a Europa, México, Canadá, China, África do Sul, Argentina e Brasil. Atualmente conta com 72 centros de produção e tecnologia e mais de 70 mil colaboradores (WHIRLPOOL, 2012).

⁸⁹ Apesar de a Ciser possuir a maior quantidade de terras do município (PMJ, apud SANTANA, 1998) e usufruir grandes lucros com a sua comercialização, a empresa protege uma área de 9.158,57 hectares de Mata Atlântica. “É uma vasta região de florestas nativas onde se localizam as principais nascentes do rio Quiriri, que fornece 17% da água consumida em Joinville” (CISER, 2012).

Na Figura 5, mostra-se a indústria Ciser, fundada por Carlos Adolfo Schneider em 1959 (imagem à esquerda) e a fábrica atual (imagem à direita), localizada ao lado do rio Cachoeira e com frente para a rua Cachoeira; a indústria empregava quatro funcionários para produzir, diariamente, 2.500 peças de parafusos. Hoje, a Ciser Parafusos e Porcas constitui a maior fabricante de fixadores da América Latina, chegando a produzir seis mil toneladas por mês para 20 mil clientes, distribuídos em mais de 20 países (CISER, 2012).

Após o forte crescimento econômico, propiciado pelo Plano de Metas e a construção de Brasília, sob o Governo de Juscelino Kubitschek, o país entra em recessão econômica, com a diminuição do seu PIB para uma média de 3,2% ao ano e a elevação da inflação.

Em âmbito mundial, nos anos de 1960 ocorreu o embate da Guerra Fria, travado entre países capitalistas e socialistas, sob a liderança e confrontação das maiores potências econômicas mundiais: EUA e URSS. Países respectivamente apoiados nos diferentes continentes por nações simpatizantes e atreladas as suas economias. No Brasil, esse conflito reflete-se na implantação e vigência do regime militar (1964-1985) – estratégia para assegurar a livre economia de mercado, ameaçada pela pressão e influência comunista soviética.

A década de 1960 é marcada pela crise e mudanças na sociedade brasileira que passa de um sistema democrático para um regime fortemente autoritário, após a tomada do poder governamental pelos militares em 1964. Medidas políticas são empreendidas para conter a alta dos preços. Logo no início do governo Castelo Branco é criado o Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG, visando combater a inflação e realizar reformas estruturais, capazes de alavancar o crescimento e a superação da referida crise econômica que se concretiza com o ‘milagre brasileiro’, entre os anos de 1968 a 1973.

Durante esse período (1968 e 1973), há forte expansão econômica, identificada pela elevação da taxa de crescimento e estabilização dos preços, aumento médio do Produto Interno Bruto, superior a 10% ao ano, principalmente ligado à indústria, tendo em vista a preocupação dos governantes militares em tornar o Brasil uma ‘potência emergente’. Com isso, viabilizando pesados investimentos em diversos segmentos da economia nacional. No início da década de 1970, a economia brasileira atinge elevação do PIB nacional na ordem de 12 % ao ano, contra 18% do setor industrial.

De acordo com Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2002), esse crescimento se dá por conta das reformas institucionais e a recessão do período anterior, responsável por gerar capacidade ociosa na

indústria. O aumento da economia mundial também possibilita elevação histórica das taxas de crescimento.

Na década de 1970 verificam-se turbulências do ponto de vista econômico, no início, ocorre o choque do petróleo, com elevação substancial dos preços do produto e o rompimento do acordo internacional que buscava firmar a estabilização das taxas cambiais. No governo de Geisel (1974 – 1979), o Brasil reage à crise implantando o II Plano Nacional de Desenvolvimento, sendo um plano mais flexível que os anteriores, prevendo adaptações às mudanças da conjuntura internacional por meio de financiamentos e empréstimos externos, fundamentais para o fechamento da balança de pagamentos do país. (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2002).

Com o intuito de organizar a configuração do espaço urbano, o Poder Público municipal encaminha a realização do primeiro plano urbanístico da cidade (PMJ, 1965), sugerindo urbanizar a cidade no sentido sul – norte e conter a expansão da área urbana como forma de melhorar sua infraestrutura, sem aumentar tanto os gastos. Inspirado na Carta de Atenas, o documento também contém a proposição de que a cidade crie espaços específicos para o desenvolvimento de atividades destinadas ao trabalho, moradia, recreação, comunicação⁹⁰, com o objetivo de estabelecer uma divisão mais racional do espaço urbano.

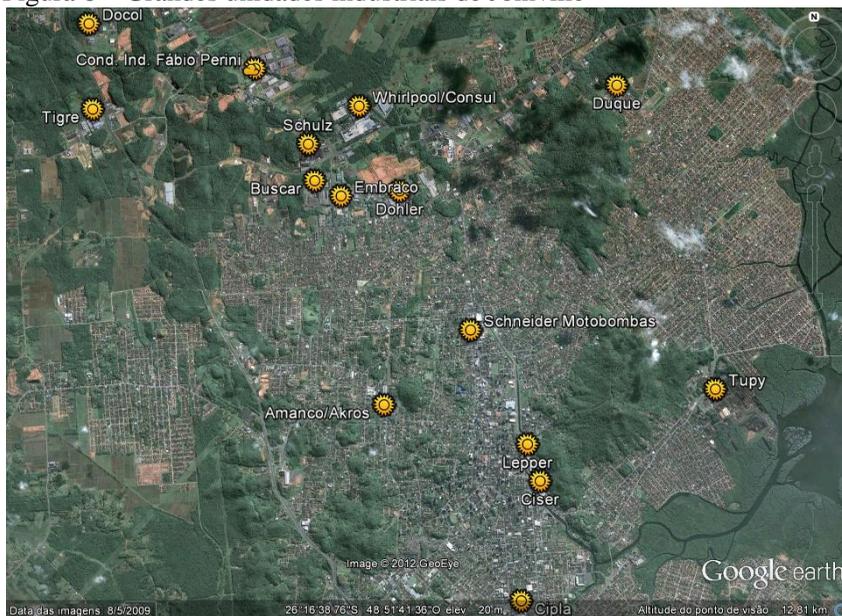
Em 1973, o município promulga o Plano Diretor, no qual busca implantar propostas do Plano Urbanístico de 1965, que também previa a criação da Zona Industrial, contígua a rodovia BR – 1001. Assim, em 1975 é definida a criação do Distrito Industrial na região Norte da Cidade, mediante a aprovação do respectivo Plano Diretor, sancionado pela Lei nº 1.411. E, em 1979 consolida-se a criação do referido Distrito Industrial Norte, diante da celebração de um convênio entre a Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina (CODISC) e a Prefeitura Municipal de Joinville (IPPUJ, 2010-2011).

Uma vez criado esse distrito industrial, muitas indústrias de pequeno, médio e grande porte, até então instaladas na área central da cidade, são transferidas para a região norte. Na Figura 6 expõe-se uma

⁹⁰ A criação desses locais específicos para trabalhar, circular, recrear, repousar e comunicar decorre de orientações urbanísticas propostas pela Carta de Atenas, emanada do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna [CIAM], em 1933, realizado na Grécia. Por sua vez, esse documento recebeu influência do Plano Agache, da cidade do Rio de Janeiro, realizado ao final da década de 1920.

imagem aérea parcial da cidade, onde é possível visualizar a distribuição das grandes indústrias joinvillenses.

Figura 6 – Grandes unidades industriais de Joinville



Fonte: Montagem feita a partir do Google, 2012.

Ao analisar o Distrito Industrial Norte de Joinville, Hoenicke (2007) destaca sua criação como decorrência dos conflitos existentes na região central, densamente povoada, em função do exercício das atividades industriais. E aponta a interdependência que se estabelece entre a expansão econômica e urbana da cidade.

Por ocasião da visita à ACIJ, em 20 de março de 1980, Camilo Pena, Ministro da Indústria e Comércio, na presença de Jorge Bornhausen, Governador do Estado e Luiz Henrique da Silveira, Prefeito Municipal, o presidente da Associação Comercial e Industrial de Joinville (ACIJ), Norberto Cubas da Silva, ainda manifesta a reivindicação empresarial da conclusão das obras de instalação do referido Distrito Industrial (GEHLEN, 2011).

Nas décadas de 1970 e 1980, após a efervescência do ‘milagre brasileiro’ e durante a chamada década perdida de 1980, conforme se mostra na Tabela 12, surgem importantes indústrias que projetam a

expansão econômica da cidade, a exemplo da Tigre (do grupo Hansen), Akros (Amanco) e Confio (vinculada a Döhler).

A criação de novas indústrias e a consolidação das já existentes faz com que o setor público municipal e as próprias empresas incentivem o ingresso de trabalhadores de outros municípios brasileiros, a fim de suprir a falta de mão de obra, aumentando a produtividade e os ganhos. Algumas dessas indústrias, como a Tupy, empregam centenas e milhares de trabalhadores que fixam residência nos bairros operários, avançando sobre áreas de manguezais. O ingresso de muitos migrantes paranaenses que acontece, sobretudo, nas décadas de 1980 e 1990, proporciona a destruição de muitas dessas áreas.

Já, no Estado de Santa Catarina, Armen Mamigonian (2011a, p. 74) destaca que nos anos 1970 a economia encontra-se em acelerado processo de crescimento. O aparelho estatal, estadual e federal passa por acréscimos importantes: 1) Constituição da Celesc, unificando e ampliando o sistema elétrico catarinense; 2) Início da operação da grande usina termoelétrica na zona carbonífera do Sul do Estado; 3) Asfaltamento da BR-101 cortando todo o litoral do Estado; 4) Implantação da UFSC e da Eletrosul em Florianópolis. Com isso, a visão de um Estado sem grande expressão, existente na década de 1950, modifica-se com a projeção de alguns setores industriais em âmbito nacional e até mesmo internacional.

Para comprovar essa projeção, Mamigonian (2011a, p. 75) escreve que “na década de 40 o Estado representava apenas 1,8% da produção industrial brasileira e 2,9% da população; já, na década de 80, alcançou parcela de 4% da indústria nacional, tendo 3% da população, tornando-se, portanto, mais industrializado do que a média brasileira”.

A seguir, mostra-se o surgimento de indústrias joinvillenses após o fim do ‘milagre’ econômico brasileiro (Tabela 14).

Tabela 14 – Indústrias fundadas entre 1974 a 1989

ANO	EMPRESA	ATIVIDADE
1974	Somar S.A Indústria Mecânica	Peças, Ferramentas, etc.
1975	Confio Cia. Catarinense de Fiação	Fios de algodão
1975	Tubos e Conexões Tigre	Tubos e conexões de PVC
1976	Interfibra Industrial	Tanques, tubos e conexões de plástico
1977	Akros Indústria de plásticos	Artefatos plásticos
1978	Tecnofibras	Poltronas para ônibus, capô de motor
1979	Profiplast Industrial	Forro de PVC, perfis
1980	Docol FV	Metais sanitários
1981	H.V.R Equipamentos Ind.	Material de transporte
1982	A.B. Plásticos Man. de Plásticos	Artigos de material plástico
1983	Alfredo Schneider Mec. Ind.	Máquinas
1983	Sul Fabril	Fios de algodão
1984	Ibronauta Ind. Bras.	Equipamentos náuticos
1988	Brakofix Industrial	Artigos plásticos
1988	Meister Eletrodomésticos	Comércio
1989	M.C.I. Sistemas	Informática

Fonte: Rocha, 1997, p. 60.

Neste período, com a fundação da indústria Tigre ocorre um grande avanço na fabricação de PVC. A região Nordeste catarinense passa a concentrar a maior produção e consumo de termoplásticos, bem como de trabalhadores do respectivo setor no Estado de Santa Catarina. Joinville qualifica-se como o principal polo latino-americano na transformação do PVC, concentrando empresas de renome nacional, a exemplo da Tigre, Amanco Brasil e Krona (NAPOLEÃO, 2011).

Em âmbito mundial, a economia reage positivamente à crise decorrente do aumento do preço do petróleo em 1973. Contudo, um segundo choque ocorre em março de 1979, provocado pela crise no Irã. O petróleo aumenta 84% em menos de um ano.

Na década de 1980, a economia brasileira continua atingida pela elevação dos preços dos produtos que, além das altas taxas inflacionárias, aumenta a dívida externa brasileira e diminui os investimentos internos. O Governo de João Batista Figueiredo, último presidente do regime militar, implanta o III Plano Nacional de Desenvolvimento para o período de 1980 a 1985. Mais flexível que os anteriores, com este plano são priorizados os setores de energia, agricultura e exportação.

Com o preço do petróleo a 33 dólares o barril, em 1980, a cana de açúcar ganha destaque, por meio da implantação do projeto Proálcool, responsável pelo crescimento de sua produção de 79.985.200 toneladas, em 1975, para 139.569.679 toneladas (CORREIA, 2005).

Essa é uma importante resposta brasileira à crise do aumento dos preços do petróleo, que se estende para os anos de 1980. Durante esse período, em todo mundo, intensificam-se tentativas à implantação de fontes renováveis de energia.

A introdução do álcool como combustível automobilístico reduz o impacto da crise do petróleo na balança comercial que exige mudanças no mercado consumidor e no setor produtivo no espaço territorial brasileiro. Para tanto, ocorrem investimentos tecnológicos e a criação de institutos para que se concretize essa prática. O Centro de Tecnologia Canaveira (CTC) é transformado no maior centro de tecnologia de cana-de-açúcar do Brasil (VENTURA; GIRALDEZ, 2009).

Para diminuir o tamanho do Estado, é promovida a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, transporte, informática e outros relacionados a atividades meios. Inicia-se o processo de privatização, apoiada na ideia de ‘Globalização’ e venda de ações de empresas estatais. Esse processo de globalização econômica coincide com a estabilização da moeda brasileira, a maior abertura do comércio exterior e o programa de ‘desestatização’ para tornar o país mais interessante ao investidor estrangeiro (FURTADO, 2000).

Por conta da conjuntura da crise econômica ao longo da década de 1980, grandes indústrias introduzem mudanças no seu processo produtivo, baseado na racionalização de custos, adotada em vários países do mundo capitalista ‘desenvolvido’. Assim, indústrias modernizam seu setor produtivo, com a terceirização dos serviços e a diminuição do seu quadro funcional, objetivando a redução de custos operacionais, a fim de se tornarem mais dinâmicas e competitivas no mercado.

A terceirização objetiva a desvinculação dos serviços que não são considerados essenciais às atividades fins da empresa, proporcionando maior competitividade ao setor produtivo, bem como desmobilizando a classe trabalhadora, articulada pela força sindical atuante nas grandes empresas. Também incentiva a criação de pequenos empreendimentos para a prestação de serviços terceirizados, conforme se evidencia em Joinville, desde o início da colonização.

Por influência dessa estratégia, muitos trabalhadores demitidos das grandes indústrias passam a exercer funções idênticas e com salários menores nas empresas terceirizadas. No início da década de 1990, boa

parte de empresas terceirizadas passa a prestar serviços, notadamente, para as indústrias do setor metal-mecânico.

Essa reestruturação produtiva desencadeia a ampliação da oferta da mão de obra e o empobrecimento da classe trabalhadora; como consequência, muitos trabalhadores se deslocam para bairros mais periféricos e desvalorizados da cidade, incluindo as áreas de manguezais.

Com o fim do regime militar em 1985, e a eleição indireta do Presidente, civil, Tancredo Neves, culmina a recuperação da economia norte-americana, juntamente com a brasileira que se fortalece, apoiada pelo aumento das exportações e o crescimento da renda agrícola, devido à forte alta dos preços dos produtos primários que repercutem no preço dos insumos e maquinários (LACERDA, et. al., 2010).

Observando o desempenho da economia catarinense na década de 80, podemos concluir que o crescimento acima da média nacional foi permitido, basicamente, por motivos como:

- a) ainda havia espaço para a integração produtiva intra-estadual;
- b) os setores menos atingidos pela crise eram justamente aqueles em que Santa Catarina se especializou;
- c) boa parte da produção foi deslocada para o mercado externo;
- d) os investimentos em infra-estrutura promovidos pelo setor público dentro dos planos estaduais foram amadurecendo ao longo da década;
- e) as finanças industrializantes, promovidas pelas agências de fomento e pelos programas de incentivos, garantiam a continuidade dos investimentos;
- f) ocorreu uma diversificação produtiva em municípios pólos em cada região, no caso de Criciúma, Jaraguá do Sul e Caçador; e
- g) alguns setores mantiveram taxas constantes de incremento tecnológico, como nos setores alimentício, cerâmico e papel e celulose (GOULARTI FILHO, 2002, p. 998).

A partir da Nova República (iniciada em 1985), a condução da política econômica é orientada para o combate inflacionário. Para tanto, são feitas várias tentativas por meio de uma série de planos econômicos

que visavam à contenção das abruptas altas inflacionárias. Entre os planos destacam-se: Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990), Collor II (1994) (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2002).

No final de 1993 começou a ser implementado o plano mais engenhoso de combate à inflação já utilizado no país. Após uma série de tentativas fracassadas de planos heterodoxos na Nova República, o Plano Real consegue reduzir a inflação e mantê-la sob controle durante longo período de tempo (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2002, p. 467).

Após a implantação da política de estabilização monetária⁹¹, em 1994, denominada Plano Real, no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) é introduzida a Reforma do Estado, com o intuito de encaminhar os problemas de sua administração e governabilidade, papel regulador e capacidade financeira.

Contudo, a década de 1990 significa anos de retrocesso para segmentos representativos da indústria nacional. Tanto no Brasil, quanto em Santa Catarina não ocorrem avanços significativos. Apenas mantêm o parque industrial montado e herdado das políticas industriais do passado. Em Joinville, pode observar-se a reestruturação patrimonial da Tupy, desfazendo-se de parte de suas unidades em prol do capital nacional. Após essa reestruturação, a empresa se recupera e volta a alcançar uma produção de 2888,5 mil/toneladas. Atualmente, responde por cerca de 70% do mercado nacional de peças para os sistemas de motor e freio de automóvel, além de atuar com marca própria na produção de conexões, granelhas e perfis (GOULARTI FILHO, 2002).

⁹¹ Após vivenciar um período de elevada taxa inflacionária, o Governo Brasileiro implanta um plano de estabilização monetária, em 1994, e baixa a inflação anual de 764%, registrada entre os anos de 1980 a 1995, para uma média anual de 8,6%, entre os anos de 1995 a 2000. Segundo IBGE (2012, apud UNIVERSITÁRIO), o Brasil teve uma média anual inflacionária de 6% na década de 1930, 12%, na década de 1940, 19%, na década de 1950, 40%, nas décadas de 1960 e 1970, 330%, na década de 1980, 764%, entre os anos de 1985 a 1995 e 8,6%, entre os anos de 1995 a 2000.

Nos anos de 1990, a indústria joinvillense sofre prejuízos, especialmente a do setor metal-mecânico e têxtil, que reduz sua participação na estrutura industrial de 15,7%, em 1990, para 9,6% em 1999. O município só não é mais prejudicado, economicamente, porque tem um parque fabril bastante diversificado.

Segundo Isa de O. Rocha (1997, p. 13), na segunda metade da década de 1990, as indústrias da cidade “empregam em torno de 58% da população economicamente ativa, em aproximadamente 1.100 estabelecimentos de variados setores, predominantemente do metal mecânico (418 estabelecimentos) e do têxtil/confecções (238 estabelecimentos)”.

Com a valorização imobiliária e a possibilidade de obtenção de expressivos ganhos com locação de imóveis comerciais e industriais no início do século XXI, é inaugurado, no distrito industrial Norte do município, o Condomínio Business Park (Figura 7), destinado a empresários interessados em desenvolver algum tipo de atividade econômica, sem perder tempo e sem precisar investir capital na compra de terreno para sua construção de um galpão próprio.

Figura 7 – Condomínio Business Park



Fonte: Google, 2012 e A Notícia, 2012.

Na Figura 7 estão dispostas duas imagens aéreas do maior condomínio multissetorial do Brasil, o Condomínio Empresarial Perini Business Park, detentor de uma área de 2,85 milhões de m². Fundado em 08 de março de 2001, por ocasião de 150 da fundação do município, o empreendimento localiza-se no distrito Industrial norte da cidade, na Estrada Dona Francisca, nº 8.300. Atualmente abriga mais de 100 empresas entre nacionais e multinacionais de pequeno, médio e grande

porte, dos setores econômicos metal-mecânico, plástico, automobilístico, agroindústria, construção civil, eletrônico, elétrico, químico, logístico, metalúrgico, financeiro, comercial e de serviços (PERINIBUSINESSPARK, 2012).

Além das empresas estabelecidas dentro desse grande condomínio, há muitas indústrias de pequeno, médio e grande porte, situadas dentro e fora do distrito industrial. Conforme trabalhos realizados por Apolinário Ternes (1981; 1986; 1988 e 1992), no setor industrial apresentam grande destaque as indústrias Tigre (fábrica de tubos e conexões, pertencente ao Grupo Hansen), Metalúrgica Duque, Carrocerias Nielson (Busscar), Compressores Embraco e, particularmente, a Fundação Tupy, principal responsável pela projeção do setor metal-mecânico na cidade.

Várias dessas indústrias, líderes no mercado nacional, desencadeiam o surgimento de outras empresas dentro do mesmo segmento ou ramo de atividade, dentre as quais algumas desempenham a função de colaboradoras e fornecedoras de produtos necessários para o respectivo processo produtivo.

A Tupy, Tigre, Embraco e Cônsul/Whirlpool, e outras grandes indústrias necessitam de uma infraestrutura urbana e de indústrias terceirizadas, fornecedoras de serviços diversos, como usinagem e ferramentaria para a fabricação de peças e moldes de injeção, especialmente no setor plástico. Por conta dessa demanda, Joinville se constitui um dos maiores polos industriais brasileiros nesse segmento (usinagem e ferramentarias). E como o desenvolvimento da indústria depende de mão de obra cada vez mais especializada, na década de 1940, cria-se, no Brasil, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI, 2012) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC, 2012) que, mais tarde, são implantados no município.

Em depoimento ao autor desta Tese, Nilson Wilson Bender (2012) destacou que no período em que exerceu a função de Prefeito Municipal de Joinville (1966 a 1970), sua preocupação em preparar mão de obra especializada para o mercado de trabalho levou-o a criar a Fundamas Cesita, Centro Educacional e Social do Itaum e a Fundamas Centro XV, Centro Educacional XV de Novembro (no bairro Glória), administradas pela Fundação Municipal Albano Schmidt (FUNDAMAS). Atualmente, a Fundamas também compreende as unidades Fundamas Cesavi - Centro Educacional e Social do Aventureiro/Iririú, Fundamas Escola Municipal de Saúde Maria Carola Keller (anexo a Cesavi), Fundamas Escola Têxtil - Escola Têxtil Hermann August Lepper (bairro Comasa), Fundamas Cespi - Centro

Educacional e Social de Pirabeiraba Vereador Eugênio Gilgen e Fundamas Itinerantes - Oficina do Conhecimento.

Criada com recursos advindos da Alemanha, Bender (2012) assinala que a Fundamas é uma das mais importantes realizações de seu governo, pois, além de melhorar a qualificação profissional de mais de 40 mil trabalhadores, garante empregabilidade e elevação salarial dos trabalhadores da cidade. A fundação leva o nome de Albano Schmidt, administrador e proprietário da Fundação Tupy, devido ao seu envolvimento na obtenção dos recursos financeiros utilizados para a sua construção.

As indústrias de maior expressão em Joinville, Tupy e Tigre/Hansen, igualmente, criam escolas profissionalizantes. A Escola Técnica Tupy, fundada em 1959 por Hans Dieter Schmidt (filho de Albano, fundador da Fundação), que existe até os dias de hoje⁹², tem contribuído para a formação de muitos profissionais técnicos, bastante requisitados também por empresas de outros municípios brasileiros. Em âmbito mais restrito, a escola profissionalizante Hansen Máquinas também preparou mão de obra para a respectiva empresa, nas décadas de 1970 e 1980.

A demanda por mão de obra especializada faz surgir várias instituições de ensino profissionalizante na cidade, oferecendo cursos em nível técnico, tecnológico, graduação superior e pós-graduação⁹³. Segundo pesquisa realizada pelo DIESE (2012), os cursos ofertados em Joinville ainda apresentam bastante aderência ao setor industrial.

O Estado de Santa Catarina participa na formação de profissionais técnicos de nível superior. Em 1965, por meio da Lei nº 1520/56, cria a Faculdade de Engenharia de Joinville (FEJ) que passa a

⁹² Em 1985, devido à escassez de recursos decorrente crise econômica brasileira, a Escola Técnica Tupy é reestruturada, com o apoio de um conselho empresarial e passa a ser mantida pela Sociedade Educacional de Santa Catarina (SOCIESC). Em 2000, sob a direção de Sandro Murilo Santos, a SOCIESC e além do ensino técnico passou a ofertar ensino fundamental, médio, graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu (SOCIESC, 2012).

⁹³ Entre as instituições públicas e privadas que preparam profissionais para o mercado de trabalho, em Joinville, destacam-se: UNIVILLE, UDESC, UFSC, IFSC, SENAI, IELUSC, ACE, FCJ, SEDUP (Dario Geraldo Salles), EDUCAVILLE, EDUCARE, Escola Técnica Tupy, SOCIESC, INESA, ASSESSORITEC, Anhanguera Educacional S.A., Aupex – UNIASSELVI, PUC-PR, INESA e FUNDAMAS.

funcionar na área central, na rua Otto Boehm, no. 60. O primeiro curso ministrado é o de Engenharia de Operação, na modalidade mecânica de máquinas e motores. Em 1º de outubro de 1990, pela Lei N° 8.092, a instituição já em funcionamento na rua Paulo Malschitzki, s/n – Zona Industrial, é transformada em Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC, 2012).

Na década de 1990, instala-se em Joinville um Campus do Instituto Federal de Santa Catarina; inicialmente, capacita técnicos em enfermagem. E atualmente oferece cursos de nível técnico, tecnológico, de graduação e pós-graduação. Na década seguinte a UFSC adquire um terreno às margens da BR – 101 para a instalação de um Campus destinado a formação de profissionais na área de Engenharia.

Nesse sentido, Perroux (apud LIPIETZ 1988, p. 133-135) destaca que as maiores empresas exercem função de “firma motriz, sujeito estruturador do espaço social circundante, fundador da racionalidade do desenvolvimento social”. A atividade produtiva é impulsionada pela “firma motriz ou pela unidade complexa motriz”, materializada por “uma ou várias empresas privadas”. E “o crescimento econômico tem por motor certos centros”, “espaço polarizado”, “polo de crescimento”.

A expansão da indústria joinvillense conta com a disponibilidade de mão de obra dos trabalhadores e a importante participação pública do Estado, em disponibilizar infraestrutura urbana (energia, estradas, saneamento básico) e conceder financiamentos e vários tipos de benefícios fiscais.⁹⁴

A partir da década de 1990, a política neoliberal do Governo Brasileiro permite a desintegração de setores produtivos, ao promover a abertura do mercado e a privatização de empresas estatais. Segundo Pereira e Silveira (2010), essa política neoliberal compreende a concorrência estabelecida pelo mercado como estratégica para promover o crescimento, a expansão econômica da indústria.

Em sua crítica ao modelo político-econômico vigente no Brasil, Rangel (2005) preconiza que o mercado exterior continua oferecendo brilhantes oportunidades de expansão do intercâmbio, mas, ao contrário do que pode parecer, o aproveitamento dessas oportunidades depende de

⁹⁴ Nesse sentido, assinala-se a atenção do Governo da Presidente Dilma Rousseff em isentar setores da indústria do recolhimento do IPI, como forma de manter a economia estabilizada, livrando o país da possível crise e recessão que no momento vem atingindo inclusive países desenvolvidos, como Espanha, Itália e França.

medidas de planejamento, de não retorno ao liberalismo que, segundo o autor, significa um retrocesso histórico da economia brasileira, a qual denomina de “apostasia”.

Apesar da mudança do governo em 2002, há uma base de política macroeconômica adotada continuamente desde 1999, cujo pilar é a combinação do regime de metas de inflação com o câmbio flutuante e a política de geração de superávit fiscal primário. Esse tripé tem sido a base da política macroeconômica brasileira do período após ano 2000, o que trouxe relativo sucesso no que se refere a controle inflacionário (LACERDA et. al., 2010, p. 242).

Ao longo da história, pequenas lojas comerciais joinvillenses são expandidas, a exemplo da Salfer e Farmácia Catarinense, enquanto outras não conseguem se manter ativas, como é o caso de Stein e supermercados Riachuelo, que fecham as portas na década de 1980.

A indústria projeta a economia do município, principalmente durante o denominado ‘milagre brasileiro’, quando Joinville se reconhece como ‘Manchester Catarinense’, em alusão à cidade inglesa, berço da revolução industrial⁹⁵.

No início do terceiro milênio, o comércio e a prestação de serviços passam a constituir o setor (terciário) que mais emprega trabalhadores em Joinville (Cf. Tabela 15), ultrapassando inclusive o setor secundário (a indústria).

⁹⁵ Para firmar o conceito de cidade próspera, em 1970, na presença do então Ministro Delfim Neto, é inaugurado o edifício Manchester, na época, a maior edificação comercial e residencial da cidade, composto por 11 pavimentos. Localizado na rua do Príncipe, ao lado da Praça Nereu Ramos. Construído pela Construtora Comercial Industrial S.A. (COMASA), sob o encaminhamento e orientação da Associação Comercial e Industrial de Joinville – ACIJ (presidida por Hans Dieter Schmidt, também, diretor presidente da Indústria Tupy), cuja sede funciona até 2006 no 10º e 11º andar.

Tabela 15 - População economicamente ativa em Joinville

SETORES/ANO	2000	2002	2004	2006	2008	2010
Primário	398	260	364	321	5.205	560
Secundário	34.352	30.344	37.617	52.019	70.646	87.793
Terciário	43.554	48.138	55.190	68.298	100.584	121.106
Total	78.304	78.742	93.171	120.638	176.435	209.459

Fonte: TEM/CAGED/RAIS – 2011 (apud, IPPUJ, 2010/2011, p. 78).

Na Tabela 15 é mostrado que durante os anos 2000 a 2010, a população economicamente ativa, vinculada à indústria, cresce menos que a do setor de serviços ligado ao comércio e à prestação de serviços. Enquanto a população economicamente ativa do setor primário (agricultura) aumenta 40%, a do secundário (indústria) cresce 156% e a do terciário sobe ainda mais, alcançando um patamar de 178%.

Nos últimos anos, constata-se expressivo número de indústrias que estão se instalando nos municípios próximos a Joinville, até pouco tempo atrás bem pouco industrializados. Segundo Bender (2012), esse fenômeno é consequência do próprio desenvolvimento econômico da cidade⁹⁶ que disponibiliza mão de obra local, especializada ou não para o respectivo mercado de trabalho.

Uma das peculiaridades da formação socioeconômica catarinense está relacionada ao surgimento de diversos segmentos produtivos com capital local, que se projeta em períodos de ascensão econômica nacional e internacional, a exemplo do têxtil, cerâmico, metal-mecânico e agroindustrial.

Apesar da recente crise econômica mundial, desencadeada pela economia norte-americana, em 2008, que atualmente configura um quadro de desestabilização na zona do euro, o Brasil demonstra-se um país economicamente menos afetado, conseguindo manter a balança comercial equilibrada, bem como aumentar a captação de investimentos estrangeiros, ao contrário de vários países, inclusive desenvolvidos, como a Grécia, Portugal, Espanha, Itália e França, que vivem período de recessão econômica, com forte índice de desemprego e baixa produtividade.

⁹⁶ Semelhante fenômeno também se manifesta em outras regiões brasileiras, a exemplo do entorno geográfico das capitais paranaense, paulista e do próprio Estado de Santa Catarina.

Conforme já assinalado, a industrialização joinvillense está associada ao conhecimento técnico dos imigrantes que trabalhavam como artesãos na Europa, como é o caso dos fundadores das primeiras madeireiras, cerâmicas (olarias), curtumes, oficinas, fábrica de sabão e velas (Cia. Wetzel), de tecidos (Döhler) e inúmeras outras. Geralmente, essas empresas começaram pequenas (de fundo de quintal), com empenho e trabalho extra dos fundadores, realizado nos finais de semana e depois de um dia de trabalho na agricultura ou em alguma empresa da cidade. Com o passar do tempo, esses empreendimentos foram ampliados e desenvolvidos com empréstimos privados, apoio governamental, ingresso de novos sócios, novos proprietários e a contratação de operários.

Por exemplo, Wittich Freitag associa-se a uma pequena oficina de Rodolfo Stulzer e Guilherme Holdereger, que fabricava anzóis em Brusque, bem como réplicas da geladeira importada por Consul Carlos Renaux, após terem efetuado seu conserto.

Dieter Schmidt torna-se sócio majoritário da Fundação Tupy, depois de a empresa ter descoberto a aplicação da fórmula do ferro maleável e João Hansen adquire uma pequena fábrica de pentes Tigre.

Parte dos lucros das vendas das mercadorias produzidas é utilizada para a compra de matéria prima e parte é reinvestida em ampliação e modernização das fábricas, proporcionando a expansão dos negócios empresariais, bem como da economia da cidade.

Armen Mamigonian (2011a) assinala que, diante das exigências do mercado, as empresas catarinenses buscam o aprimoramento contínuo, renovando seu parque fabril, suas máquinas, métodos de trabalho e reduzindo custos. As indústrias também se beneficiam da ideologia de trabalho dos imigrantes e seus descendentes. O aperfeiçoamento técnico tem sido fundamental para que a industrialização ocupasse destaque no cenário nacional, integrando-se ao centro econômico brasileiro, do qual atualmente participa com 4,7%, mesmo com uma representatividade de 3,3% da população.

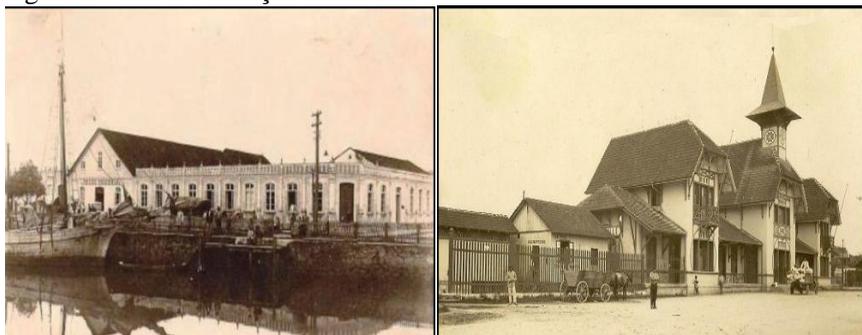
Embora a indústria seja o setor produtivo que mais projetou a história econômica da cidade, na sua base encontra-se a agricultura, o extrativismo, a prestação de serviço e o comércio local, de importação e exportação; juntos, os diferentes setores influenciaram o desenvolvimento socioeconômico do município.

2.3.1 Transporte Hídrico e Rodoferroviário

No espaço geográfico, os meios de transporte exercem função determinante para a expansão econômica joinvillense. Sempre mais as pessoas dependem deles, bem como das condições de acessibilidade e mobilidade aos locais de trabalho, estudo, diversão, compra e venda de mercadorias.

Desde as primeiras décadas da chegada dos imigrantes, Joinville beneficia-se do transporte fluvial, feito a base de canoas, lanchas, embarcações (inclusive fabricadas em Joinville), que circulavam especialmente pelos rios Cachoeira e Bucarein, Lagoa do Saguauçu e baía da Babitonga, como o vapor Babitonga que regularmente deslocava-se entre Joinville e o porto de São Francisco do Sul

Figura 8 – Porto e Estação Ferroviária de Joinville



Fonte: AN Memória, 2012.

Na Figura 8 está o Porto de Joinville com embarcação ancorada no rio Cachoeira (fotografia à direita), onde funcionava o antigo Mercado Municipal em estilo arquitetônico bem trabalhado. E, na imagem à esquerda, da mesma figura vê-se a estação ferroviária da cidade, inaugurada em 1906, com a visita do então presidente da República, Afonso Pena. Nesta imagem também se visualiza duas carroças e algumas pessoas. Atualmente esta edificação, adquirida pela Prefeitura Municipal em 2008, compreende a Estação da Memória, contendo imagens fotográficas e banners explicativos da respectiva história. Nas imediações da edificação são feitas apresentações culturais e feiras de artesanato. Já, a edificação do mercado público foi substituída por uma nova edificação em estilo enxaimel.

Na metade do século XIX eram pouquíssimas as estradas de grande extensão, construídas ou em construção no Brasil e, sobretudo em Santa Catarina, onde a maioria dos caminhos servia de passagem para os tropeiros. Nesse contexto, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, com o apoio da Província e do Príncipe de Joinville, mobiliza-se para a construção da Estrada da Serra, denominada Estrada Dona Francisca que, em 1858, inicia as obras sob encargo do Império Brasileiro, “estabelecendo dotação mensal de cinco contos de réis” (TERNES; VICENZI, 2001, p. 12), para contratação de 40 trabalhadores de ambos os sexos.

No século XIX, foi construída a estrada Três Barras, precariamente concluída em 1842⁹⁷ e a Dona Francisca, da qual, em 1865, desce a primeira carga de erva mate, transportada em lombo de burros que retornam levando couro curtido do curtume de Jacob Richlin. A referida estrada estabelece o início do comércio inter-regional, entre as regiões norte e o nordeste catarinense, bem como o ciclo da erva mate e o fortalecimento do extrativismo madeireiro, abordados a seguir (CAMPO ALEGRE, 2012).

Na construção da estrada, são encontradas dificuldades de intempéries (chuvas intensas), desmoronamentos, paralisações das obras, resistência indígena, com ataques esporádicos, e insatisfação dos operários, devido atrasos dos pagamentos. Entre 1865 a 1870, as obras são paralisadas também por conta do envolvimento do Brasil na Guerra do Paraguai, da qual muitos joinvillenses participaram. As jornadas de trabalho começavam sempre pela manhã e se estendiam até o início da tarde. Dessa forma, os trabalhadores podiam dedicar parte da jornada em atividades agrícolas extras para complementar o orçamento familiar.

Além de a construção da Estrada Dona Francisca oferecer oportunidade de emprego para muitos imigrantes, ela favorece a

⁹⁷ Carlos Ficker (2008, p. 129) escreve que “a Estrada Três Barras, antes de 1838, não era nada mais, nada menos que um picadão em meio da mata fechada e das serras do distrito de Garuva, penosíssima de transitar, e que ‘corria por entre as escarpas e sinuosidades da abrupta e brumosa Serra do Mar.’ [...] e somente a 1º. de março de 1842 o Presidente da Província de Santa Catarina comunicava, através de sua fala à Assembléia Legislativa, ‘que a estrada de Curitiba estava concluída’. Entretanto, informava Léonce Aubé, em *Notice*, p. 84, que, ‘apesar de terminada, a referida estrada jamais se tornara transitável’. E, concluindo, dizia Saint-Hilaire: ‘Como quer que seja, por essa estrada, tal como se achava em 1820, São Francisco recebia de Curitiba carne-seca, mate e toucinho’”.

ocupação das terras da colônia, o surgimento de vilas como Pirabeiraba, Campo Alegre, São Bento do Sul, Rio Negrinho e Mafra. Exceto a primeira (Pirabeiraba), as demais se emancipam e se tornam cidades.

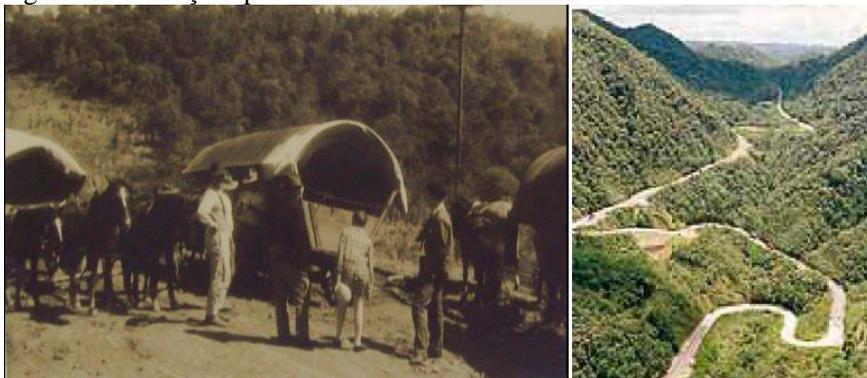
Segundo Ficker (2008), a abertura da Estrada Dona Francisca está ligada ao fato de autoridades políticas catarinenses perceberem que a posição geográfica de Joinville, próxima ao porto de São Francisco do Sul, oferecia mais vantagens em termos de tempo e distância que as cidades litorâneas paranaenses, por onde a erva mate era exportada.

A construção dessa estrada, bem como a realização de outras obras de infraestrutura está associada ao interesse do Império, da Província e da Colônia Dona Francisca em alcançar seu desenvolvimento.

A Estrada Dona Francisca, inicialmente denominada Franciscastrasse (em alemão), contribui para o fortalecimento da economia joinvillense, inicialmente baseada na agricultura, nas pequenas fábricas e oficinas e no comércio.

Com seus atuais 156 quilômetros de extensão (TERNES; VICENZI, 2001), a referida estrada (Figura 9) estabelece ligação entre o litoral e o planalto norte catarinense; partindo de Joinville, atravessa o distrito de Pirabeiraba e os municípios de Campo Alegre, São Bento, Rio Negrinho, Mafra e chega até o Estado do Paraná no município de Rio Negro.

Figura 9 – Carroções parados na Estrada Dona Francisca



Fonte: Clicrbs, 2012 e Denit, 2012.

Na Figura 9 são exibidas duas imagens: à esquerda (produzida em 1929) estão carroceiros com seus cavalos e “carroções de São Bento do Sul, que atuavam no transporte de mercadorias e ajudavam a fazer a

economia circular”, parados na Estrada Dona Francisca e, na imagem à direita (mais recente), vê-se um pequeno trajeto da referida estrada, provavelmente no distrito de Pirabeiraba, na descida da Serra do Mar.

Além de possibilitar a locomoção das pessoas e o transporte de mercadorias, a Estrada Dona Francisca, atual BR – 301, configura-se elemento atrativo turístico, devido sua sinuosidade e acentuada declividade. Atravessando em meio a floresta da Serra do Mar, conforme se vê no lado direito da Figura 9. A estrada permite a visualização de belas imagens da Mata Atlântica e do litoral nordeste catarinense.

Juntamente com a referida Estrada Dona Francisca, ao longo da história da cidade, outras vias de acesso rodoferroviário tornaram-se importantes para atender a crescente circulação e fluxo de veículos automotivos.

Antes da construção da BR 280 e a estrada de ferro, ligando Joinville a São Francisco do Sul, o transporte hídrico era bastante utilizado para o abastecimento do município com produtos importados, bem como para o escoamento da madeira, erva mate e demais mercadorias da região.

De acordo com Vladimir T. Constante (2003), a estrutura viária da cidade remonta à época da ocupação dos primeiros lotes coloniais, quando características geomorfológicas, especialmente rios e elevações, delinearão seu traçado sem a observância de critérios modernos. Isso se torna bastante visível nas vias de acesso à sede municipal e nas áreas pioneiramente ocupadas que acabaram influenciando o delineamento da urbanização em sentido Norte-Sul.

Ao longo do século XX, o transporte rodoferroviário substitui o hídrico, sobretudo a partir da construção da estrada de ferro e da ampliação e melhoria das estradas de rodagem. A diminuição do uso do transporte hídrico torna-se evidente com o fechamento do canal do Linguado e o assoreamento do rio Cachoeira (principal rio que atravessa à cidade).

Ao funcionar como porta de entrada e saída de produtos, o porto de São Francisco do Sul e o complexo hídrico da baía da Babitonga contribuíram significativamente para a expansão econômico-comercial da cidade.

A partir do século XX, o transporte hídrico começa a entrar em declínio com a construção da estrada de ferro, em 1906, ligando Joinville ao porto de São Francisco do Sul, e o fechamento do canal do Linguado, concluído em 1935.

Finalmente, com a conclusão do asfaltamento das BR – 101 e 280 na década de 1970, e a duplicação da BR – 101, na década de 2000, tanto o ingresso de mercadorias na cidade, quanto sua saída para o referido porto passou a ser feita totalmente por meio rodoferroviário.

No momento, lideranças da região mobilizam-se para reivindicar do governo federal a duplicação da BR – 280, devido a sua intensa movimentação e transporte, sobretudo no final e início do ano, época do veraneio nos municípios do Balneário Barra do Sul e São Francisco do Sul, quando inúmeras pessoas se deslocam para as suas praias.

A conurbação⁹⁸ entre as cidades de Joinville e Araquari, também, está intensificando a circulação nessa rodovia federal. Esse fenômeno de conurbação, nos últimos anos, vem sendo corroborado com a aplicabilidade da lei de incentivos fiscais no município de Araquari, visando o desenvolvimento de sua economia, por meio da instalação de novas empresas e indústrias, a exemplo do que aconteceu em Joinville, principalmente a partir de 1950.

2.3.2 A Cidade das Bicicletas

Em meados do século XX, a bicicleta torna-se o meio de locomoção individual mais utilizado em Joinville. De acordo com matéria divulgada pelo jornal A Notícia, em 07 de julho de 1953, até aquela data a Delegacia Regional de Joinville havia realizando o emplacamento de 13.306 bicicletas, de um total estimado de 15.000. Em função do elevado número desse tipo de veículo, Joinville torna-se conhecida como “Cidade das Bicicletas”. Considerada uma das cidades do mundo que possuía o maior número de bicicletas em circulação, em relação ao montante de habitantes (apud ACIJ, 2011, p. 128). Aproximadamente uma bicicleta para pouco mais de três habitantes.

Segundo o historiador Adolfo Bernardo Schneider, a primeira bicicleta a circular em Joinville foi importada no final do século XIX por seu pai Karl Schneider (ACIJ, 2011).

Em 1965, o município apresenta uma população de 90.000 habitantes e um número de 45.000 bicicletas. “Trata-se de um dos maiores, senão o maior coeficiente do mundo” (FICKER, 2008, p. 393).

Embora preferida por pessoas de classe média e baixa, seu uso não diferencia condição social. O referido periódico (A Notícia, 1953)

⁹⁸ Conurbação consiste na unificação da malha urbana entre duas ou mais cidades vizinhas.

destaca que “tanto andam de bicicleta o operário, como o comerciante, o funcionário público e até muitos empregadores’, não havendo distinção de classe no seu uso, sendo o meio de transporte preferido pela classe pobre e média” (ACIJ, 2011, p. 128).

A topografia relativamente plana dos bairros, cuja altitude situa-se próxima ao nível do mar, faz com que a bicicleta, bastante acessível ao trabalhador, se torne um veículo adquirido por muitos joinvilenses, utilizado sobretudo para ir ao trabalho, favorecendo assim os empresários industriais, que diariamente necessitavam da mão de obra de seus operários.

Segundo Ternes, Corrêa e Rosa (1992, p. 29), a bicicleta começa a ser utilizada no bairro Boa Vista “por volta de 1935 e eram de fabricação estrangeira: Müller, Dürkopp etc.”. Até o final da década de 1960, período que antecede o uso mais intensivo do automóvel e do ônibus, os habitantes se deslocavam basicamente a pé, de carroça ou de bicicleta pelas ruas da cidade.

A bicicleta facilita a realização de compras, passeios, visita a parentes e amigos, percorrendo longas distâncias em bem menos tempo, se comparado com o gasto pelo pedestre. E proporciona aumento da velocidade no dia a dia das pessoas, em benefício do desenvolvimento socioeconômico de Joinville.

Figura 10 – O uso da bicicleta em Joinville



Fonte: AN.portal, 2012.

Na Figura 10 percebe-se várias pessoas pedalando bicicletas em 1969, na rua Princesa Izabel, esquina com a rua Dr. João Colin na região central da cidade, atualmente uma rua das mais movimentadas.

A bicicleta favorece a mobilidade das pessoas que podem intensificar suas relações sociais, como namoro, atividades laborais, comerciais e recreativas⁹⁹.

Também facilita a locomoção, no município, a lancha, o barco a vapor, carroça, barçaça, canoa, mula, cavalo, diligência, bonde, automóvel, trem.

De acordo com João José Amaral (2011), na década de 1960 seu pai se deslocava de bicicleta diariamente de sua casa, localizada no município de Araquari até a indústria de Fundação Tupy, em Joinville, a fim de trabalhar. Entre ida e volta viajava aproximadamente 50 quilômetros de distância.

Um século depois da chegada do primeiro automóvel em Joinville, registrada em 1907, o IBGE (2012) divulga que, em 2010, circulava uma frota de 182.402 veículos automotivos, sem considerar o número de motocicletas, camionetas, ônibus e caminhões. Comparando-se esse número com o de 2005, que era de 125.730, constata-se, em apenas cinco anos, um aumento superior a 45%. Ao mesmo tempo em que esse aumento de veículos proporciona a expansão do emprego da indústria, do comércio e da prestação serviços no setor automotivo aumentam os problemas de mobilidade e congestionamento no trânsito.

Apesar de vários pontos da cidade não oferecerem condições para o tráfego de bicicletas, devido à crescente circulação de veículos automotivos, prefeitos do município são pressionados a aumentar o número de ciclovias.

Em 2012, na tentativa de valorizar seu uso, inclusive como valor histórico para a cidade, o Governo Municipal disponibiliza o empréstimo de bicicletas para pessoas interessadas em circular na região

⁹⁹ Segundo o geneticista e professor do University College de Londres, Stephen Jones (2012), a bicicleta revolucionou o sexo e a genética, ao possibilitar casamentos entre pessoas distantes, pois, “ampliou em 48 quilômetros a distância de ‘paquera’ dos homens ingleses no final do século 19 [...] fez com que os homens não se limitassem mais a encontrar sua companheira sexual na porta ao lado, mas, sim, transportar-se a aldeias vizinhas e manter relações sexuais com uma mulher do povoado ao lado [...] reduziu a frequência do comparecimento de pessoas à igreja, criou novas tendências de cortejo entre os jovens e até mesmo provocou uma diminuição no uso do piano”.

urbana central. Contudo, a intensa movimentação de veículos e pedestres constitui fator limitador na consolidação dessa experiência.

Nos dias atuais, muitos joinvillenses ainda continuam utilizando bicicletas para o deslocamento ao trabalho, escola, igreja, passeio, efetuar compras, visitar amigos e desenvolver práticas desportivas de ciclismo. O elevado número de automóveis e seu intenso tráfego urbano constituem grande problema para a mobilidade na cidade. Nesse sentido, tanto a valorização da bicicleta, quanto a do transporte coletivo feito por ônibus, pode ser importante alternativa para o encaminhamento da crescente dificuldade no trânsito.

2.3.3 Transporte público na cidade

À medida que as estradas foram abertas, veículos de tração animal, como carroças e carroções passaram a ser utilizados em Joinville. Em 1881, inaugurou-se a primeira linha de diligências entre Joinville e São Bento do Sul para o transporte de passageiros e mala postal. A viagem era feita 3 vezes por mês, ida e volta. As pesadas carruagens levavam 4 passageiros de cada vez (FICKER, 2008, p. 312).

Em 1911, inicia o transporte coletivo, por meio de bondes (puxados com burro) que circulavam sobre trilhos de ferro (Figura 11), numa distância de até sete quilômetros, semelhantes aos utilizados por trens. O uso dos bondes perdurou até 1917, quando passaram a ser substituídos pelo automóvel individual que, na época, não chegava a 30 veículos.

Ainda quando a população rural era majoritária, durante sua fase inicial de urbanização, em 1926, Joinville é a primeira cidade do Estado de Santa Catarina a implantar o transporte coletivo urbano regular, (BRUM, 2011).

Figura 11 – Transporte público: do bonde puxado a burro ao ônibus



Fonte: Youtube, 2012.

A figura acima (nº 11) mostra a imagem de alguns ônibus que marcaram a história de Joinville. Na imagem superior, à esquerda, visualiza-se o primeiro bonde puxado por burro, na década de 1910, acompanhado por uma criança correndo. A mesma figura, à direita (parte superior da figura), mostra o segundo ônibus da cidade, construído por Gustavo Vogelsanger.

Conforme a população da cidade aumentava e a malha urbana se expandia, ampliava-se a circulação e o número de ônibus em Joinville. Nesse sentido, assinala-se a mudança dos proprietários das empresas, autorizadas a prestar esse tipo de serviço. Por exemplo, Baggenstoss e Krause tornaram-se proprietários da empresa de ônibus no período de 1936 a 1938; Ernesto Lucht e Krause assumiram em 1938 a 1945; Vogelsanger (1945/1948); Lucht e Bello (1948/1959); Salomé Vieira (1960/1963); novamente Bello em 1963; José Loureiro/Gidion em 1967; Harger/Transtusa (1969); Loureiro/Gidion e Harger/Transtusa dividiram a empresa em 1971; e, a partir de 1978 em diante, Bogo e Roza compraram a empresa Gidion (BRUM, 2011).

O transporte público constitui um importante meio para deslocamento das pessoas no espaço geográfico e uma oportunidade de lucro para empresários do setor, aumentado mediante a realização de contratos de aluguel de ônibus para transportar trabalhadores para as fábricas, garantindo sua assiduidade e pontualidade ao trabalho.

Indústrias como a Tupy, Tigre, Whirlpool (Consul), Docol e Busscar¹⁰⁰, há décadas contratam empresas de ônibus para transportar seus operários.

Proprietários das empresas de ônibus também percebem a necessidade de ampliar o número de ônibus coletivos, em substituição ao uso das bicicletas, bastante utilizadas pelos moradores dos bairros para se deslocar de um ponto a outro, igualmente incentivando a expansão da malha urbana municipal.

Ainda que de maneira pouco expressiva, o poder público também é levado a apoiar o transporte público urbano, promovendo pavimentação e asfaltamento das ruas utilizadas na circulação dos ônibus. Em contrapartida, a PMJ exige das empresas privadas prestadoras desse tipo de serviço, aquisição de maior número de ônibus, constante renovação da frota e mais qualidade e eficiência no desempenho dessa atividade; na década de 1970, a expansão da indústria e a elevação demográfica joinvillenses fazem com que sejam atendidas áreas cada vez mais periféricas da cidade, até então configuradas por manguezais remanescentes e plantações agrícolas.

Já, nos anos de 1990, Joinville passa a contar com terminais de ônibus integrados, entre as regiões norte – sul e leste - oeste, ampliando-se ainda mais na década seguinte. De modo que, em 2011, a cidade dispõe de dez estações de integração, interligando vários bairros do município. Assim, os usuários passam a trafegar distâncias maiores, pagando apenas uma passagem. Em algumas ruas, inclusive, disponibilizam-se vias de acesso exclusivo para a sua circulação.

Apesar dos contínuos investimentos nesse tipo de transporte, a cidade demanda de mais incentivos para que o uso do transporte individual privado, em crescente expansão, torne-se cada vez menos utilizado no deslocamento das pessoas no espaço urbano municipal, principal responsável pelo congestionamento das vias de circulação pública, que ocasiona perda de tempo e aumento do stress no trânsito.

O transporte coletivo é estratégico para contornar a lentidão nas estradas que a cada ano que passa aumenta de forma bastante perceptível, devido à elevação populacional e ao poder de compra dos

¹⁰⁰ Em 2010, a indústria de ônibus Busscar entra em processo de recuperação judicial, embora tenha capital imobilizado, suficiente para pagar as dívidas. Por motivo de insolvência financeira, porém, vê-se impossibilitada de continuar as atividades normais, bem como de demitir mais de 1000 funcionários, que há mais de um ano encontram-se afastados do trabalho.

trabalhadores. Acrescido a esses fatores, mencionam-se as facilidades de financiamento e incentivos do Governo Federal mediante a eliminação do IPI, aumentando assim a produção das indústrias de automóveis, induzindo a população a adquirir mais carros. Uma vez que a malha urbana viária municipal não se expande por falta de investimentos dos governos municipal, estadual e federal, mantendo-se praticamente inalterada. Dessa forma, esse aumento de veículos em circulação nas estradas põe em cheque a mobilidade no espaço urbano, com consequências negativas para o crescimento econômico do município.

Na atualidade, Joinville necessita da construção de túneis, viadutos, elevados e o alargamento de estradas, vias e avenidas, muitas vezes demandam pagamento de ações indenizatórias de alto valor dos proprietários das terras, por vezes, difíceis de realizar por um Estado subordinado à voracidade dos interesses mercantilistas do capital. Justamente por isso, a iniciativa pública e privada não realizam parcerias para promover esse tipo de infraestrutura urbana. Pelo contrário, ao invés de assumir parte desse tipo de responsabilidade, diminuindo um pouco seus lucros, grandes empresas preferem abrir novas unidades fabris em lugares que ofereçam melhores oportunidades econômicas. E se for o caso de poder aumentar seus ganhos, essas mesmas empresas se transferem, ignorando os benefícios auferidos e o próprio crescimento econômico alcançado nos locais de seu pioneirismo empresarial.

Contudo, no país percebe-se a contradição da falta de um planejamento urbano voltado à ampliação e melhoria do transporte coletivo, até mesmo por que, em parte, seu desenvolvimento encontra-se pautado na indústria do automóvel.

O Brasil não tem uma política voltada ao transporte coletivo. Cerca de 30% do custo da tarifa urbana refere-se a tributos federais, estaduais e municipais, que somados aos encargos sociais ultrapassam 40% do custo. Na Europa os usuários pagam em média 34% do custo da tarifa. O Estado subsidia o restante. No Brasil a tarifa é 100% paga pelo usuário. Em alguns países americanos como Colômbia e México, os impostos, encargos sociais, combustível e a tarifa custam pouco mais que 50% do que no Brasil. De todos os deslocamentos no país, os automóveis transportam 22% dos passageiros e ocupam 60% do espaço, enquanto os ônibus transportam 70% dos passageiros e ocupam 23% do espaço. O

transporte público por ônibus no Brasil tem 100 mil ônibus e gera 500.000 empregos diretos. Um passageiro transportado por automóvel consome 13 vezes mais energia e causa 17 vezes mais poluição do que um passageiro transportado por ônibus. Um passageiro transportado por motocicleta polui 32 vezes mais e gasta 5 vezes mais energia do que um passageiro transportado por ônibus (BRUM, 2011, p. 1).

Inúmeras rodovias joinvillenses apresentam problemas de mobilidade, não tão graves, porém semelhantes às de grandes metrópoles brasileiras, a exemplo de São Paulo, que em determinados horários chegam a registrar dezenas de quilômetros de filas de engarrafamentos.

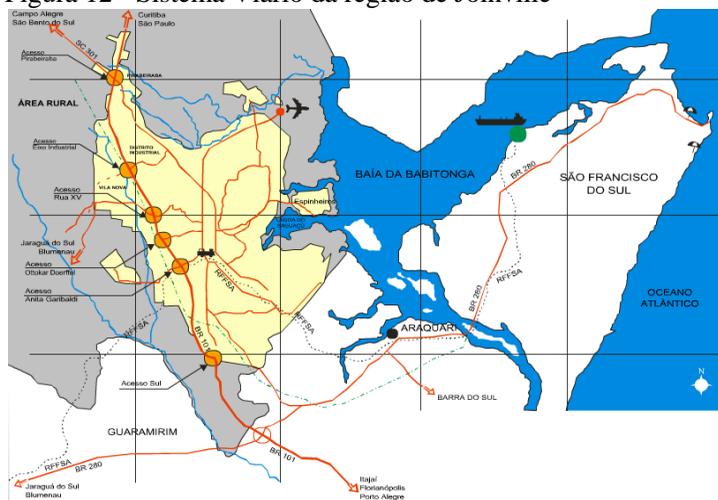
Para contornar essa complexa realidade, cidades metropolitanas chegam a restringir a circulação automotiva, por meio do sistema de rodízio dos veículos na cidade, como é o caso de São Paulo. Entretanto, mesmo assim, o problema acaba não sendo solucionado, pois a economia dos países, pautada no consumo inconsequente, continua incentivando esse tipo de mercado consumidor. Em determinados horários de pico já ocorre proibição da circulação de caminhões na região central de Joinville.

Este quadro tende a se agravar, já que nos próximos anos aumentarão ainda mais os desafios urbanos, a menos que se promova uma mudança importante nessa modalidade de consumo, a começar pelo incentivo do uso do transporte coletivo, deixando-se em segundo plano o privado individual.

A dificuldade de acessibilidade e mobilidade nos grandes centros urbanos pode demandar nova reestruturação viária a ser encaminhada mediante a cobrança de pedágio urbano, já em vigor em cidades como Londres, Manchester e Cambridge (Inglaterra), Singapura (Singapura), Milão (Itália), Estocolmo (Suécia), São Francisco (EUA), Berna (Suíça).

Embora o município disponha de uma razoável malha viária, o alto número de pessoas que necessitam deslocar-se de um bairro a outro, especialmente para trabalhar, estudar (principalmente em cursos de graduação e pós-graduação) e efetuar serviços e compras em lojas comerciais, no presente momento, demanda maior ampliação das vias públicas.

Figura 12 - Sistema Viário da região de Joinville



Fonte: IPPUJ, 2001-2002.

A figura acima mostra algumas das principais vias que permeiam o espaço da cidade, demarcado principalmente pela rodovia federal BR 101 que, além de cortar o município de norte a sul, permite acessar a área urbana em vários pontos. Muitos joinvillenses utilizam essa mesma rodovia para ir ao trabalho, bem como para se deslocar entre determinados bairros.

Embora de maneira insuficiente em Joinville estão sendo criadas vias exclusivas para o acesso e circulação de ônibus, táxis, ambulâncias e bombeiros, como forma de facilitar o deslocamento e o crescente problema de mobilidade.

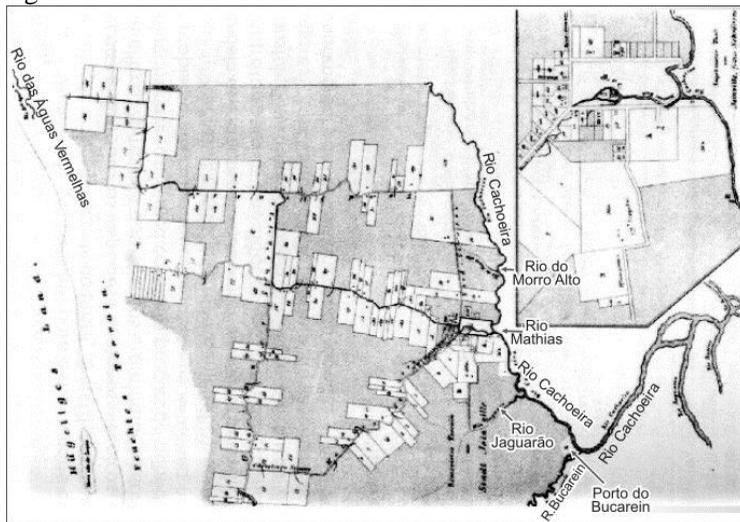
2.4 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO INTRAURBANO EM JOINVILLE

Desde sua fundação, Joinville assume uma característica esparsa de ocupação e povoamento, que proporciona a expansão horizontal da malha urbana, por meio da criação de loteamentos nos sentidos oeste, onde se encontravam solos mais secos e férteis; norte, em direção à Curitiba, e; sul, no acesso às colônias do Vale do Itajaí (TERNES, 1993) e; leste, sobre áreas de manguezais.

A seguir, na Figura 13 visualiza-se a planta da sede da colônia contendo a distribuição dos primeiros lotes dos imigrantes, demarcados

a partir do curso natural dos rios e da abertura das primeiras vias de acesso.

Figura 13 – Primeira Planta de Joinville em 1852



Fonte: Ficker, 2008, p. 137.

Conforme se verifica na figura 13, os rios Cachoeira, Mathias e Bucarein orientam a fixação do povoamento da Colônia Dona Francisca. Às suas margens, ocorre a instalação de unidades residenciais, comerciais e de pequenas unidades fabris. Primeiramente, a ocupação próxima aos cursos hídricos é devida à logística do acesso e abastecimento de água; posteriormente, ao interesse especulativo imobiliário, em função da crescente escassez e valorização das terras.

Segundo Ficker (2008, p. 90), os primeiros “caminhos e picadas encontravam-se encharcados como esponja molhada, e algumas ruas haviam sido beneficiadas com paus roliços, de palmitos, colocados em sentido transversal para proteger os transeuntes contra os lamaçais”.

O projeto de ocupação do município não segue critérios de planejamento urbano luso-brasileiro, que se configura a partir de um núcleo central, a praça da matriz e uma malha ortogonal com caminhos estreitos. Nele, observa-se sobretudo um crescimento linear, ‘orientado’ pelo porto de São Francisco do Sul, mediante eixos de penetração que acaba sediando os primeiros comércios e oficinas da Colônia (SGANZERLA; TERNES, 2001). Constituindo a sede, a partir da qual ocorre o desenvolvimento econômico-espacial da cidade.

No município, as primeiras vias de acesso estendem-se por mil metros em três direções: a oeste, para fixação dos imigrantes suíços, seguia o traçado da picada Jurapé, denominada Schweizer-Pikade ou rua do Meio, atualmente rua XV de Novembro, iniciando na atual rua Dr. João Colin; ao norte, denominada Nordstrasse, hoje rua Dr. João Colin, para instalação dos noruegueses e; em sentido sudoeste, para fixação dos alemães, acompanhando o curso do ribeirão Mathias, Deutsche Pikade ou Mathias-Strasse, atual rua Visconde de Taunay.

O estabelecimento dos colonos por nacionalidade, na mesma estrada, evidencia a diferença linguística e o interesse de manter amizade, frente às dificuldades de comunicação e adversidades iniciais existentes na colônia. Para tanto, buscaram fazer valer o princípio coletivista, “todos por um e um por todos”, “dividindo despesas e lucros em partes iguais” (FICKER, 2008, p. 82,90).

A ocupação do espaço joinvillense faz com que o núcleo colonial seja desmembrado do município de São Francisco do Sul e elevado a condição de vila, em 1866. Dez anos mais tarde, em 1877, com uma população de aproximadamente 10 mil habitantes, a vila é transformada em cidade. Essa transformação interessa sobremaneira à Província de Santa Catarina, interessada em arrecadar e administrar seus tributos, até então sob encargo da Sociedade Colonizadora de Hamburgo.

O ambiente urbano compreende o espaço geográfico onde acontecem as atividades econômicas e a manutenção da organização social em estreita relação com a natureza. Assim, a aglomeração humana e a apropriação dos recursos naturais configuram a interface da cidade (SANCHEZ, 2006).

Até a década de 1940, quando a expansão comercial, urbano-industrial era menos intensa, a ocupação das áreas de manguezais, a segregação socioespacial, bem como o desequilíbrio entre capital e trabalho não se evidenciavam tanto em Joinville.

A partir de meados do século XX, a substituição das importações fortalece as atividades econômicas do município, sobremaneira impulsionadas pela ampliação da indústria que proporciona um novo delineamento socioespacial da cidade.

O Plano de Estruturação Urbana (PEU, 1987), realizado durante a gestão do prefeito municipal Wittich Freitag (empresário industrial que governou Joinville entre 1983 a 1988 e entre 1993 a 1996), menciona:

A comunidade empresarial joinvillense soube aproveitar muito bem os momentos de crise da economia mundial – 1ª Guerra Mundial, crise de

29, 2ª Guerra Mundial – para se firmar no mercado regional, e principalmente nacional, através do processo de substituição de importações. Isto intensificou e especializou os mecanismos de troca, acentuando o parcelamento dos antigos lotes coloniais do centro da cidade, principalmente daqueles voltados para as ruas comerciais já consolidadas desde o período colonial: Rua XV de Novembro, 9 de março, do Príncipe, Princesa Isabel, Dr. João Colin e Getúlio Vargas. As indústrias, ao contrário do comércio, por necessitarem cada vez mais de áreas para sua expansão promoveram em alguns locais a incorporação dos lotes vizinhos, e que lhes permitiu que até hoje permanecessem encravadas na malha urbana (PEU, 1987, p. 28).

A política de substituição das importações¹⁰¹ expande a indústria e intensifica a corrente migratória para a cidade, que repercute diretamente no crescimento demográfico e na urbanização da cidade, bem como no agravamento dos problemas socioambientais. Para seu encaminhamento, Margareth Afeche Pimenta (2005) sugere a necessidade de uma legislação de ordenamento do solo, submetida a um planejamento estratégico, capaz de orientar a consolidação de um projeto de sociedade e de seu espaço que ultrapasse a visão utilitarista e economicista do desenvolvimento.

Beneficiados pelo aumento de emprego e valorização dos imóveis (terreno, casa, edificações), moradores da cidade, praticamente, ignoram as consequências negativas da industrialização, tendo como exemplo a expansão da Fundação Tupy.

Em favor do lucro e do progresso econômico, o poder público permite sua instalação sobre área de manguezais, contígua à Lagoa do Saguaçu. Decisão que não considera a fragilidade, a vulnerabilidade ambiental do ecossistema, sobre o qual se desenvolve todo um processo de povoamento e urbanização, que atinge toda a região leste do município. Destruindo extensas áreas de manguezais que deveriam permanecer preservadas.

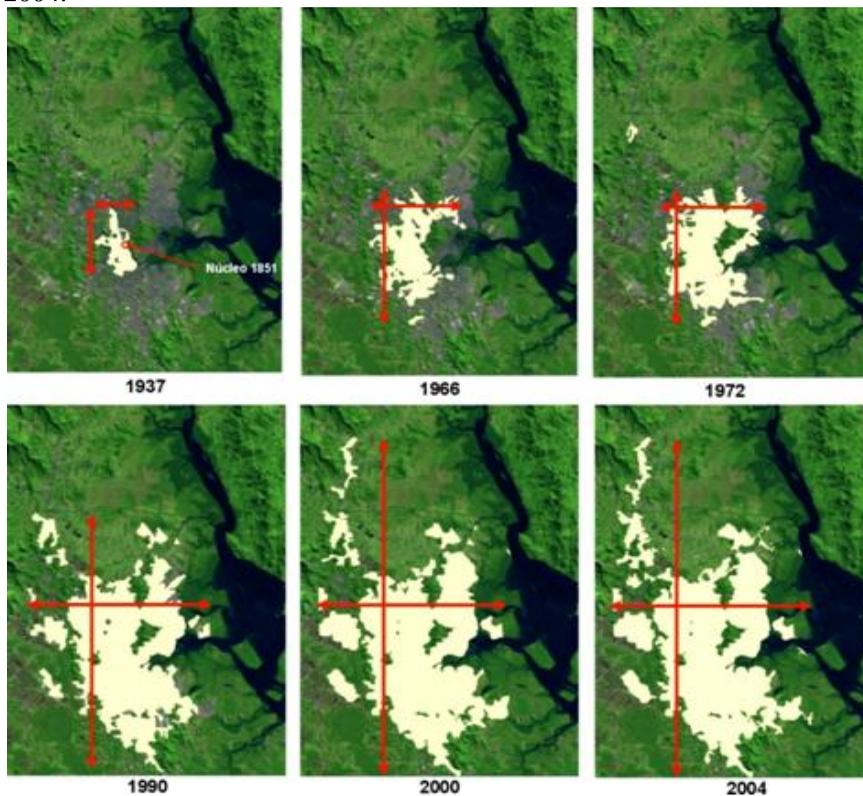
¹⁰¹ Segundo Maria da Conceição Tavares (1972) e Celso Furtado (1997), a crise mundial de 1929 assinala o declínio das exportações de produtos primários e o início da política de substituição das importações que favorece a industrialização brasileira.

Dependendo da forma como a indústria se expande, pode agregar mais ou menos a natureza; cabendo pois a sociedade, articulada junto ao Estado, a criação de mecanismos para buscar o estabelecimento desse equilíbrio.

Durante a década de 1970, depois de quase 20 anos da instalação da Fundação Tupy na região leste, ocorre a criação do Distrito Industrial Tupy e o surgimento de várias indústrias de pequeno, médio e grande porte, a exemplo da Granalha de Aço e Plásticos Tupiniquim, nas proximidades da fundição, que também passam a atrair trabalhadores de vários municípios e localidades, especialmente do Estado do Paraná.

Conforme se pode verificar na Figura 14, a instalação de indústrias influencia a expansão da malha urbana em sentido leste.

Figura 14 - Expansão urbana do município entre os anos de 1937 a 2004.



Fonte: IPPUJ, 2010-2011.

Na Figura 14 são mostradas imagens da expansão urbana joinvillense nos anos de 1937, 1966, 1972, 1990, 2000 e 2004. À leste, influenciado pela Tupy, o povoamento atinge áreas de manguezais contíguas à Lagoa do Saguauçu, parte integrante da baía da Babitonga (cor escura). Ao sul, deve-se ao eixo rodoferroviário, ligando Joinville – Araquari – porto de São Francisco do Sul. E em direção norte, à Estrada Dona Francisca e a criação do Distrito Industrial Norte, em 1975 (aprovado pela Lei nº 1.411), já contemplado no Plano Diretor de 1973, sancionado pela Lei nº 1.262.

Em 1950, a cidade apresenta a Zona Central e o bairro Bucarein bem delineados pela ocupação e povoamento. Na década seguinte verifica-se a ampliação da malha urbana em sentido sul, originando o bairro Itaum e, em sentido leste e sudoeste os bairros: Boa Vista, Nova Brasília e Glória (PBU, 1965).

A conclusão do asfaltamento da BR 101, no início da década de 1970, e sua duplicação no final do século XX e início da década de 2000, também configuram aspectos estruturantes da expansão econômica, que influenciam o delineamento da malha urbana em sentido norte – sul e oeste do município.

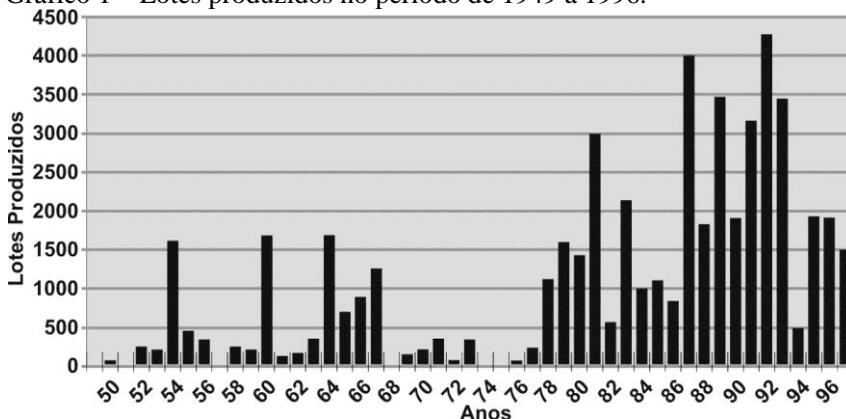
A construção de vias públicas, como Santos Dumont, JK (Juscelino Kubitschek), Procópio Gomes (beira rio Cachoeira), Paulo Schroeder, Marques de Olinda, Eixo Sul (de acesso a BR 101), Quinze de Novembro, Albano Schmidt, Minas Gerais, Prefeito Baltazar Buschle, Tuiuti, Hans Dieter Schmidt, São Paulo, e várias outras, igualmente constituem fatores determinantes na configuração da malha urbana, bem como da própria expansão econômica do município.

O desenvolvimento socioeconômico joinvillense demanda ações de planejamento urbanístico do Poder Público, de modo que em 1965, o Plano Básico de Urbanismo apontava a existência das seguintes dificuldades: distribuição desordenada dos estabelecimentos industriais e residenciais; baixa densidade demográfica no perímetro urbano, com apenas 12 habitantes por hectare; elevado crescimento populacional e uma população economicamente pobre. E para o seu encaminhamento propunha: realização de investimentos de melhoria nos setores de saneamento básico, saúde, higiene, estradas, educação e lazer; elevação da densidade demográfica dentro do perímetro urbano, por meio da verticalização da cidade ao não permitir a construção de edificações, contendo menos de seis pavimentos na região central, a fim de evitar a dispersão populacional sobre áreas inadequadas e distantes, bem como conter gastos públicos com a ampliação da infraestrutura urbana;

ordenamento do crescimento e ‘reocupação’ da cidade no sentido sul-norte, no limite compreendido entre a BR 101 (a oeste) e o rio Cachoeira (a leste). Também sugere a concentração das indústrias em locais específicos e apropriados, em distritos industriais situados nas proximidades da rodovia federal.

Entretanto, as propostas apresentadas pelo referido plano, praticamente, não foram implantadas pela administração pública municipal e a cidade acabou se expandindo horizontalmente, inclusive sobre áreas de manguezais. De acordo com o gráfico 1, é possível perceber que essa expansão urbana reflete-se na aprovação de loteamentos, que se evidencia a partir de 1978 (SANTANA, 1998).

Gráfico 1 – Lotes produzidos no período de 1949 a 1996.



Fonte: PMJ, apud Santana, 1998, p. 70.

O Gráfico 1 também permite estabelecer uma relação entre urbanização e industrialização, vetores configuradores do espaço intraurbano municipal, ao longo do período que se estende de 1949 a 1996.

Segundo Santana (1998), durante o período de 1949 a 1996 deu-se uma expansão urbana sobre áreas indevidas, por consequência do (des)controle urbanístico do Estado, associado ao baixo poder aquisitivo dos trabalhadores.

Nesse sentido, Bruske (2002) observa a influência de aspectos político-econômicos na configuração da área urbana central entre os anos de 1950 a 2001.

A expansão urbana joinvillense é configurada pela lógica do capital industrial, que imprime um ritmo acelerado de crescimento, sem se preocupar com a questão ambiental e social desse crescimento, gerador da ocupação de extensas áreas de manguezais. Basta considerar que 14 bairros da cidade: Adhemar Garcia, Aventureiro, Boa Vista, Bucarein, Comasa, Espinheiros, Fátima, Guanabara, Jardim Iririú, Paranaguamirim, Pirabeiraba, Rio Bonito, Ulysses Guimarães e Vila Cubatão¹⁰², estendem-se sobre essas áreas de manguezais, mediante o próprio consentimento do Poder Público, ao aprovar sua ocupação por meio da regularização de loteamentos.

2.4.1 Horizontalização e verticalização urbana no município

O desenvolvimento socioeconômico da cidade pressiona a expansão urbana vertical, sobretudo nos últimos anos com a crescente escassez e valorização dos imóveis, maior poder aquisitivo de famílias de trabalhadores e disponibilidade de financiamento habitacional.

Tendo em vista que a urbanização horizontal e vertical são duas formas diferenciadas da ocupação do espaço geográfico, busca-se compreendê-las como elementos explicativos da configuração da cidade de Joinville.

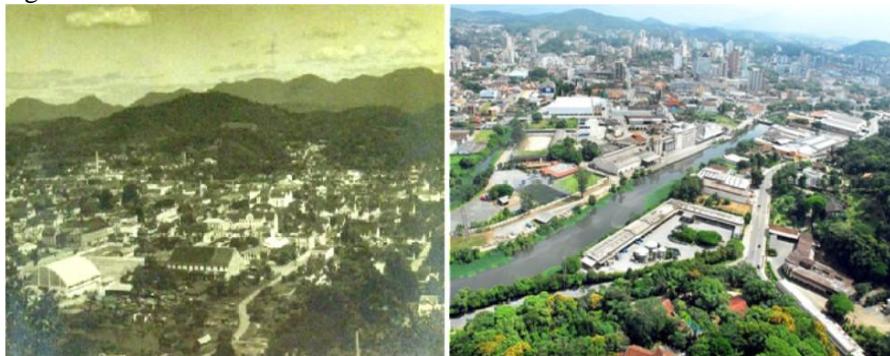
Urbanização é “o processo pelo qual a população urbana cresce em proporção superior à população rural. Não se trata de mero crescimento das cidades, mas de um fenômeno de concentração urbana” (SILVA, 2008, p. 26-27).

A expansão urbana revela características histórico-geográficas de diferentes épocas perceptíveis na paisagem, na arquitetura das casas e nas edificações, no zoneamento e fluxo urbano. Segundo Claval (2007), a cidade revela a atividade produtiva dos homens e suas necessidades de moradia e consumo.

A urbanização horizontal precede à verticalização na configuração do espaço urbano. À medida que o povoamento vai se adensando e o preço do solo aumenta, percebe-se uma tendência na construção de edifícios com vários pavimentos, conforme se pode visualizar na Figura 15.

¹⁰² Parte da área dos manguezais desses bairros ainda encontra-se preservada (remanescente) e parte já foi ocupada, aterrada e urbanizada (PMJ, 2002).

Figura 15 – Joinville nas décadas de 1950 e 2010



Fonte: Clicrbs, 2012 e Joinville zentrum, 2012.

Na Figura 15 mostra-se a região central da cidade na década de 1950 (imagem à esquerda da figura), quando a população urbana joinvillense ainda não chegava a 50.000 habitantes e os edifícios, em média, não tinham mais que dois ou três pavimentos e, na década de 2010 (imagem à direita da figura), quando o município apresenta edifícios de mais de 20 pavimentos e uma população superior a 500 mil habitantes.

O adensamento urbano propicia a racionalização de gastos com a criação de loteamentos na construção de moradias horizontalizadas, bem como para o deslocamento e transporte dos trabalhadores de suas casa até o local de trabalho.

À medida que a construção de edificações de vários pavimentos torna-se mais econômica e interessante para os moradores em relação à construção de edificações horizontalizadas, seja por questão da valorização das terras e a falta de áreas disponíveis ou pela dificuldade de aprovação de novos loteamentos por questão ambiental, o adensamento evidencia-se na configuração da cidade.

Segundo Moreira e Sene (2007), antes de 1850, nenhum país pode ser considerado predominantemente urbano e, por volta de 1900, somente o Reino Unido alcança essa configuração. Embora a urbanização se acelere com as revoluções industriais, até metade do século XX é um fenômeno relativamente lento e circunscrito aos países pioneiros da industrialização que, em sua maioria, atualmente, são considerados desenvolvidos.

Após a Segunda Guerra, o fenômeno urbano estende-se para muitos países em desenvolvimento, notadamente a América Latina e o Leste e Sudeste Asiático.

Nos países desenvolvidos, a urbanização tem-se verificado mesmo sem a ocorrência simultânea da industrialização. Em alguns países emergentes acontece a transferência de indústrias das grandes para as médias e pequenas cidades, promovendo uma descentralização urbano-industrial. Como resultado dessas transformações, nas regiões do mundo consideradas desenvolvidas, já não é mais possível estabelecer a clássica separação entre o campo e a cidade. De modo geral, pode afirmar-se que, apesar das diferenças de tamanho, estilo arquitetônico, idade e funções que exercem, as cidades tendem a ficar cada vez mais parecidas, com a difusão de valores e modos de vida urbano-industriais homogeneizados pela globalização econômica e cultural (MOREIRA & SENE, 2007).¹⁰³

As funções urbanas ou atividades desenvolvidas numa determinada área da cidade trazem consequências previsíveis pelas instituições que as planejam. Para que essas funções urbanas atendam as necessidades e aspirações da sociedade fazem-se necessárias ações de planejamento configuradoras do crescimento econômico da cidade.

A verticalização urbana brasileira começa a acontecer na cidade de São Paulo, a partir da década de 1920, durante o processo de substituição das importações. Sofre influência da modernização tecnológica da construção civil, do financiamento bancário para o setor imobiliário (FRESCA, 2009), da valorização da terra e escolha de uma forma mais racional de moradia e ocupação do espaço. De acordo com Ramires (1988, p. 101), a verticalização é uma característica dos tempos modernos, “responsável por profundas alterações na estrutura interna das cidades”.

Verticalizar a cidade significa criar novos solos sobrepostos, moradias dispostas em andares múltiplos, possibilitando a concentração de maiores contingentes populacionais em relação às ocupações horizontais, valorizando estas áreas urbanas pelo seu potencial de aproveitamento (MACEDO, 1988, p. 9).

¹⁰³ Embora o fenômeno da globalização também encontre resistências, sua influência atinge os mais diferentes setores da economia, cultura e sociedade. Segundo Carlos Adauto Vieira (**A Notícia**: Opinião, 2012, p. 27), a própria escrita sofre mudanças. “Fica cada vez mais difícil escrever com linguagem regional. O Mundo de MacLuhan está tornando popular um esperanto por meio da televisão, o ipod; enfim, a comunicação virtual”. A continuar o ritmo de globalização das últimas décadas, se tornará cada vez mais difícil falar sobre a aldeia e a própria cidade.

Segundo Ramires (1998, p. 77), em 1927 foi inaugurado, no Rio de Janeiro, um edifício de 22 andares, *A Noite*, “considerado o prédio mais alto do mundo em concreto armado nos anos 30; em 1929, o prédio Martinelli, em São Paulo, superando *A Noite* por apenas alguns metros”.

A verticalização urbana reflete a transformação da ocupação do espaço geográfico, não só de conteúdo morfológico e funcional, mas, sobretudo econômico-político e sociológico. Assim, as atividades desenvolvidas em determinado espaço urbano são fundamentais para o estabelecimento da forma e intensidade de ocupação.

Temos à nossa frente um duplo processo ou, se preferir, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Os dois “aspectos” deste processo, inseparáveis, têm uma unidade e, no entanto o processo é conflitante. Existe, historicamente, um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial. Quanto à complexidade do processo, ela se revela cada vez mais difícil de ser apreendida, tanto mais que a industrialização não produz apenas empresas (operários e chefes de empresas), mas sim estabelecimentos diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos. (LEFEBVRE, 1991, p. 09).

Atualmente, Santos/SP é a cidade brasileira mais verticalizada, com 63 apartamentos para cada 100 domicílios existentes, seguida por Balneário Camboriú/SC, com 57% dos imóveis. Florianópolis fica em sexto lugar, com 38% e São José em nono colocado, com 34% (Tabela 16).

Tabela 16 – Cidades brasileiras mais verticalizadas

UF	COLOCAÇÃO	CIDADE	% DE APARTAMENTOS
SP	1º	Santos	63%
SC	2º	Balneário Camboriú	57%
RS	3º	Porto Alegre	47%
ES	4º	Vitória	43%
RJ	5º	Niterói	42%
SC	6º	Florianópolis	38%
SP	7º	São Caetano do Sul	38%
RJ	8º	Rio de Janeiro	38%
SC	9º	São José	34%
MG	10º	Belo Horizonte	33%

Fonte: Censo, 2010, apud Estimativa IBOPE Inteligência.

Na Tabela 16, apresentam-se as dez cidades brasileiras mais verticalizadas, das quais, oito são litorâneas, beneficiadas pela indústria do turismo balneário, que desempenha atratividade de pessoas que buscam espaço de lazer e desfrutam de condições financeiras suficientes para adquirir um apartamento como segundo imóvel. Cinco dessas cidades são capitais estaduais, concentrando uma classe trabalhadora detentora de melhores salários, em relação à da indústria que, geralmente, recebe uma remuneração mais baixa, por desenvolver atividades produtivas que exigem menos formação escolar e consequentemente menos conhecimento, porém não menos esforço e trabalho.

Já, na Figura 16 são mostradas imagens da malha urbana central de algumas das cidades brasileiras mais verticalizadas dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e de São Paulo.

Figura 16 – Verticalização urbana em cidades da região Sul do Brasil



Porto Alegre RS – Fonte: maisimagens.com.br, 2012



Caxias do Sul RS – Fonte: blogdocartoriomais, 2012



Curitiba PR – Fonte: blogdocartoriomais, 2012



Londrina PR – Fonte: Turismo.culturamix, 2012



Maringá PR – Fonte: pt.wikipedia, 2012



Campinas SP – Fonte: gestaopublica.net, 2012



Santos SP – Fonte: skyscrapercity, 2012



S. Caetano do Sul, SP – Fonte: achetudoeregiao, 2012

Na Figura 17 visualiza-se a verticalização urbana em algumas das cidades catarinenses mais povoadas: Joinville, Florianópolis (capital), Blumenau, São José, Criciúma e Balneário Camboriú.

Figura 17 – Verticalização urbana em cidades catarinenses



Joinville / SC – Fonte: Blogdasaquaires, 2012



Florianópolis / SC – Fonte: skyscrapercity, 2012



Blumenau / SC – Fonte: lacybarra.com.br, 2012



São José / SC – Fonte: pt.wikipedia.org, 2012



Criciúma / SC – Fonte: skyscrapercity.com, 2012



Bal. Camboriú / SC – Fonte: google, 2012

Embora seja uma cidade pouco verticalizada (Cf. Figuras 16 e 17), Joinville é uma das mais povoadas, perdendo para cidades como Curitiba, que possui uma população de 1.751.907 habitantes, Porto Alegre, que concentra 1.409.351 habitantes e Campinas que abriga 1.080.113 habitantes (IBGE, 2010)¹⁰⁴.

¹⁰⁴ De acordo com dados do IBGE (2010), Joinville apresenta uma densidade demográfica de 449,44 habitantes por km², significativamente inferior, por exemplo, à Curitiba (que chega a 4.024,84 habitantes por km²), Porto Alegre (2.837,52 habitantes por km²), Balneário de Camboriú (2.309,74), Santos

Cidades brasileiras pioneiras no processo de verticalização são caracterizadas pela emergência de uma classe social média, média alta e rica, como é o caso das capitais (Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis) e das cidades para onde aflui grande número de turistas, oriundos dos mais diferentes lugares, detentores de capitais acumulados em algum setor da economia, bem como daquelas que (proporcionalmente) possuem mais trabalhadores com melhores salários e menos disponibilidade de terras urbanas disponíveis e baratas, como é o caso de Santos, Caxias do Sul, Londrina, Maringá, Campinas, São Caetano do Sul, Blumenau, São José, Criciúma. No município de Balneário Camboriú, o aumento da procura por imóveis (verticalizados) também ocorre em razão da boa imagem turística que a cidade ostenta. Atrai pessoas de maior poder aquisitivo, como empresários, profissionais liberais de outros estados e até mesmo de países estrangeiros, que adquirem apartamentos para utilizá-los em época de férias de veraneio, bem como para fins de investimento.

Para que aconteça verticalização não basta elevado produto interno bruto (PIB) e de habitantes. Se isso fosse suficiente, a cidade mais populosa e que possui o maior PIB do Estado de Santa Catarina, Joinville, seria bem mais verticalizada¹⁰⁵.

As cidades mais verticalizadas, necessariamente, não apresentam média salarial mais elevada, em relação às menos verticalizadas, como é o caso de Balneário Camboriú (2,2 salários mínimos - SM), São José (2,3 SM), Blumenau (2,8 SM), Criciúma (2,5 SM), Caxias do Sul (3,4 SM), Londrina (2,7 SM), Maringá (2,5 SM), Santos (3,3 SM) e São Caetano do Sul (3,3 SM), que apresenta uma média salarial inferior a de Joinville (3,6 SM) (IBGE, 2012).

O que ocorre, no entanto, é que no município há um grande número de trabalhadores, mais de 50%, que recebem menos de três salários mínimos mensais (SANTANA, 1998), contra pequeno número, principalmente empresários e profissionais liberais, que auferem rendimentos mais elevados. Isso faz com que a média salarial dos

(1.492,23), Campinas (1.358,63), São José (1.388,17), Criciúma (816,15), Maringá (732,12), Florianópolis (627,24) e Blumenau (594,44).

¹⁰⁵ Embora Joinville apresente um expressivo PIB e uma renda per capita na ordem de R\$ 26.865,04 (IPPUJ, 2010-2011), sua concentração faz com que muitos trabalhadores, especialmente os desempregados e subempregados, sequer recebam um salário mínimo mensal, R\$ 622,00 (2012), que se multiplicado por 12 meses, mais décimo terceiro salário, resultaria numa renda per capita, aproximadamente, de apenas R\$ 8.086,00.

trabalhadores seja superior a de muitas outras cidades brasileiras que apresentam menores taxas de desigualdade socioeconômica.

Com a expansão da indústria, Joinville passa a demandar mais mão de obra, sobretudo, aquela não especializada e conseqüentemente de baixa remuneração. Muitas vezes, exigindo dos trabalhadores apenas disposição para desenvolver tarefas simples e repetitivas, como abastecer as máquinas e fornos de fundição com matéria prima e a retirada dos produtos ou peças fabricadas para, em seguida, despachá-los para o mercado consumidor. Esse perfil socioeconômico influencia na configuração urbana horizontal dos bairros por meio de loteamentos.

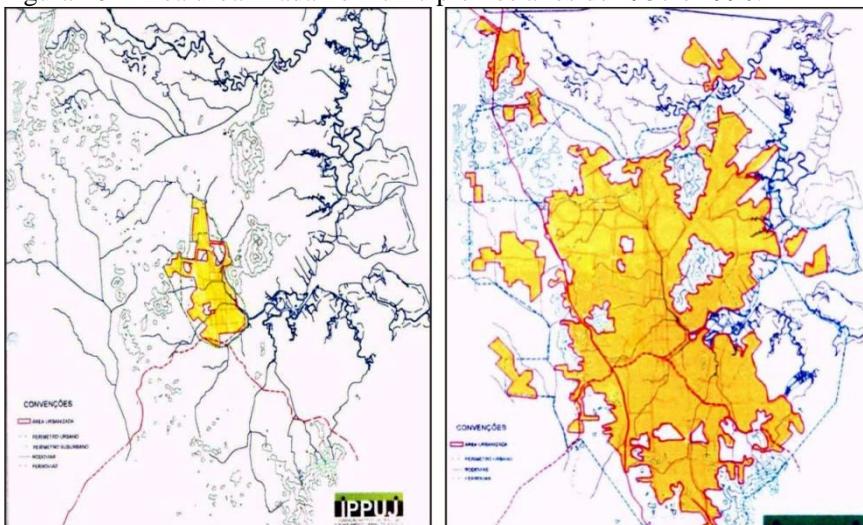
Conforme entendimento de Naum Alves Santana (1998), da mesma maneira que as relações mercantis, o processo de industrialização de Joinville segue trajetórias de formação social e industrialização em permanente relação com os centros comerciais e os polos industriais nacionais e internacionais. Esse processo repercute no surgimento de formas e funções relacionadas ao seu desenvolvimento econômico, determinando relações sociais peculiares para cada uma das fases de sua ampliação e crescimento urbano.

A urbanização horizontal joinvillense é perceptível nos loteamentos residenciais, criados para a fixação dos migrantes que se estabeleceram no município para trabalhar nas indústrias da cidade que demandavam mão de obra para se expandirem.

Em sua Dissertação de Mestrado, Naum Alves Santana (1998) analisa a evolução dos loteamentos em Joinville e observa que eles surgem com a formação da Colônia, quando os Príncipes de Joinville e Francisca Carolina transferem oito das 25 léguas para a Sociedade Colonizadora de Hamburgo que, em seguida, são subdivididas para poder acolher os imigrantes.

Embora a urbanização brasileira desenvolva-se no século XX, as cidades tiveram importância estratégica para o país, mesmo durante a colonização baseada na agricultura e no extrativismo. Destaca-se que no período imperial, com o fim da escravidão e a influência do positivismo, cujo lema *ordem e progresso* estão estampados na bandeira nacional, emerge o processo de industrialização e urbanização nacional.

Figura 18 - Área urbanizada no município nos anos de 1937 e 1990.



Fonte: PMJ/IPPJ, 2001.

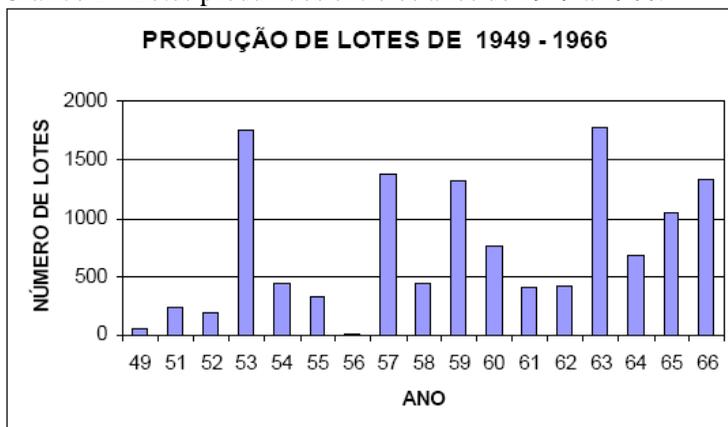
Na Figura 18 estão expostas duas imagens da malha urbana joinvillense (cor amarela), as quais registram a área urbanizada em 1937 (imagem à esquerda da referida figura) e em 1990 (imagem à direita).

Em Joinville, a urbanização intensifica-se após a segunda guerra mundial, com a expansão da indústria, pautada no modo de produção capitalista.

A expansão urbano-industrial aumenta os negócios no espaço joinvillense, que resulta em acúmulo de capital e parcelamento dos lotes coloniais da região central, em consequência dos novos investimentos que acontecem na cidade (SGANZERLA; TERNES, 2001).

Na década de 1950, a industrialização do município provoca um crescimento urbano acelerado e desordenado, implicando o surgimento de milhares de lotes (Cf. Gráfico 2), que possibilitam o assentamento de muitas famílias de trabalhadores.

Gráfico 2 - Lotes produzidos entre os anos de 1949 a 1966.



Fonte: Prefeitura Municipal de Joinville – Cadastro de Loteamentos

Nesse período de 1949 a 1966, a Fundação Tupy influenciou na produção de loteamentos, quando de sua expansão e transferência para o bairro Boa Vista, até então lugar de difícil acesso. Após vencer os obstáculos do manguezal e fixar suas chaminés, a indústria eleva seu quadro funcional de pouco mais de 700 trabalhadores, em 1954, para 3.000 em 1962.

Sganzerla e Ternes (2001) destacam que a instalação da Fundação Tupy no bairro Boa Vista gera transformações urbanas de grandes proporções, demandando a primeira iniciativa de planejamento estratégico. A força de trabalho empregada na fundição representava nada menos que 17% da população da cidade, fazendo com que a ocupação do bairro Boa Vista se intensifique rapidamente, por meio da criação de loteamentos; atualmente, na parte Leste da cidade estão situados os bairros mais populosos de Joinville.

De acordo com Santana (1998), o ritmo de crescimento demográfico-urbano da cidade ocorreu com intensidade tão forte, que nem mesmo os planos diretores e as normas urbanísticas complementares foram suficientes para garantir a ocupação racional do espaço e evitar problemas de degradação ambiental.

Joinville é uma cidade industrial, produtora e rica, que emprega expressivo número de trabalhadores de baixa renda, 3,6 salários

mínimos mensais¹⁰⁶, dificultando-lhes a aquisição de um apartamento, mesmo financiado, ou o pagamento de aluguel, mais despesas de água, energia elétrica, e ainda gastos com condomínio.

Conforme o Plano de Estruturação Urbana (PMJ, 1987), nos primeiros 50 anos do século XX, a malha urbana apresenta-se bastante concentrada e dinamizada pelo comércio e atuação de pequenas e médias indústrias. Do núcleo central partiam vias arteriais, traçadas desde o assentamento da colônia, que se tornaram determinantes para a configuração dos bairros e a expansão urbana.

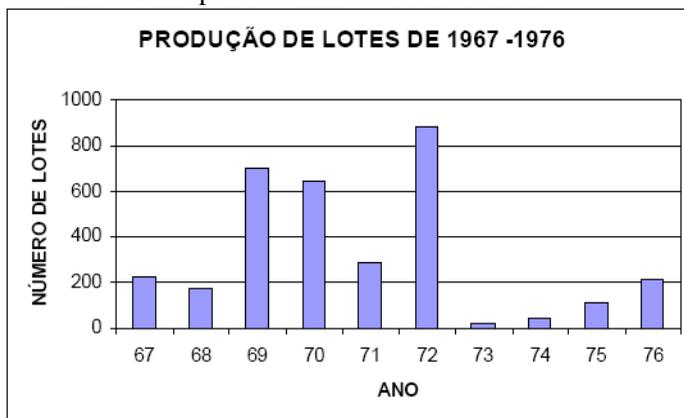
Em 1950, a cidade constitui-se basicamente pela região central e o bairro Bucarein. No início da década de 1960, a malha urbana é estendida para o Sul, onde se forma o bairro Itaum, seguindo para o Sudoeste, originando a formação do bairro Nova Brasília. Ao final dessa década também despontam os bairros Glória e Boa Vista (PBU, 1965).

A falta de controle e planejamento urbano leva o Prefeito Municipal, Helmuth Fallgatter¹⁰⁷ (1961 a 1965), a encaminhar a elaboração do primeiro Plano Básico Urbanístico de 1965 (PMJ, 1965), a fim de se beneficiar com o recebimento de verbas federais (SANTANA, 1998). No Gráfico 3 apresenta-se a produção de lotes, delimitadores da configuração urbana do município.

¹⁰⁶ Assinala-se que nessa média salarial há uma minoria que recebe salários bem mais expressivos e um grande número de trabalhadores que recebem pouco mais de um salário mínimo, justamente os que se obrigam a ocupar áreas de risco e sem infraestrutura urbana.

¹⁰⁷ Sob sua administração, o Prefeito Municipal Helmut Fallgatter (1961 - 1966) promove a elaboração do *Plano Básico de Urbanismo*, decreta a instalação do Museu Nacional de Imigração e Colonização, cria a primeira Comissão para recolher peças (entre as quais a Coleção Guilherme Tiburtius: 1892-1985) para o acervo do Museu Arqueológico de Sambaqui. E adquire terrenos para a instalação deste museu e do Arquivo Histórico de Joinville. Fonte: <http://www.joinvillecultural.sc.gov.br/noticia.php?cd_noticia=207>. Acesso em 06/01/2008.

Gráfico 3 - Lotes produzidos entre 1967 a 1976.



Fonte: Prefeitura Municipal de Joinville – Cadastro de Loteamentos

As altas taxas de crescimento da economia nacional, registradas nas décadas de 1960 e 1970, não foram acompanhadas pelo aumento do número de loteamentos em Joinville, conforme se observa no Gráfico 3. Nos anos seguintes, a cidade também sofre as consequências econômicas da crise do petróleo, com a expansão da malha urbana sobre áreas sem infraestrutura.

O pouco número de loteamentos produzidos no período de 1967 a 1976, em parte, deve-se à implantação do Regime Militar Brasileiro (1964 – 1985), que representa a ruptura de um período de maior liberdade no campo da habitação popular e na questão do uso social da propriedade (PESSOA, 1982 apud SANTANA, 1998).

Nesse período, o interesse pelo desenvolvimento econômico fica evidente em relação a não preservação da natureza. Por vezes, os próprios manguezais são considerados áreas de menor importância. Justamente por isso são aterrados com barro deslocado dos morros (SANTANA, 1998).

Na década de 1970 verificam-se núcleos de expansão urbana horizontal, mais expressivos nos bairros Costa e Silva, Santo Antônio, América, Saguazu, Iririú e adjacências, Anita Garibaldi, Floresta e Santa Catarina e outros menos acentuados na Vila Nova e no distrito de Pirabeiraba (SANTANA, 1998). A ocupação desses bairros é favorecida pela criação de loteamentos economicamente acessíveis, muitas vezes financiados pelas próprias imobiliárias, com pouca infraestrutura urbana e comunitária e áreas periféricas da cidade.

A expansão da área urbana acontece paralelamente ao aumento populacional da cidade, historicamente registrado em Joinville que, em 1980, conta com uma população de 235.803 habitantes e, em 1991, sobe para 347.151. Por conta da recessão econômica da década de 1980, verifica-se uma onda migratória que resulta na ocupação de áreas sem infraestrutura urbana (TERNES, 1993).

A crise econômica nacional mostra reflexos na configuração socioespacial, que no município de Joinville se agrava com o ingresso de migrantes à procura de emprego. Consequentemente, também cresce a economia informal, expressa pelo número de vendedores ambulantes e de subempregadas (VIEIRA, 2002).

De acordo com Ternes (1993), no período de 1983 a 1989 a administração municipal empreende esforços para urbanizar as áreas de manguezais invadidas e conter novas invasões. Milhões de dólares, com a participação do governo federal são destinados à urbanização das áreas faveladas. Devido aos problemas emergentes da época, o poder público municipal encaminha a realização de uma ampla revisão do Plano Diretor de 1973, que origina Plano de Estruturação Urbana de 1987.

A década de 1980 foi marcada pelo acirramento das discussões em torno da questão ambiental. Os principais instrumentos de controle e gestão ambientais foram editados durante este período. Contudo, tiveram efeito positivo muito tímido sobre as atividades relacionadas à produção do espaço urbano como um todo.

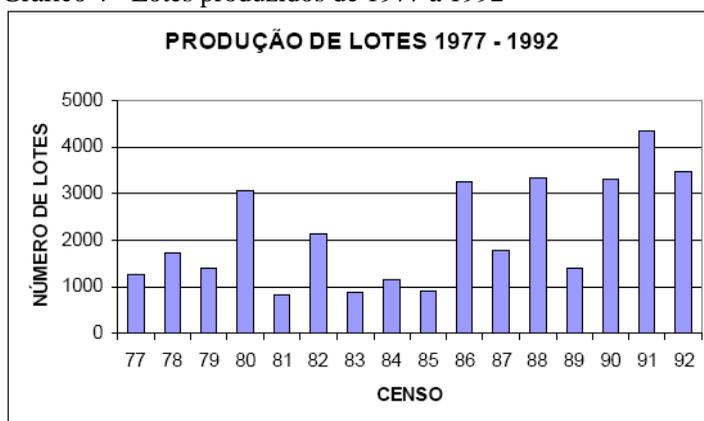
Ações mais efetivas somente passaram a ocorrer a partir da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento e meio ambiente, a Eco/92, no Rio de Janeiro. Como resultado da conferência a sociedade brasileira, mais especificamente o cidadão comum, teve seus princípios basilares de alguma forma atingidos ou pelo menos sacudidos. Esse movimento implicou aumento considerável da presença da temática ambiental em praticamente todos os setores da vida comunitária. Juntamente com a questão ambiental, que encaminhava uma discussão a respeito de uma nova sociedade firmada sobre os pilares do desenvolvimento sustentável, com todas as ambiguidades que o termo suscita, ganhou força o discurso do neoliberalismo que integra os meios de comunicação de massa.

Nesse período é encaminhada a reavaliação do processo de parcelamento urbano joinvillense, mediante o estabelecimento de uma nova legislação relacionada ao meio ambiente e à infraestrutura urbana (WELTER, 2005).

Na década de 1990, acontecem adensamentos populacionais nos bairros Morro do Meio, São Marcos, Jardim Paraíso, Aventureiro,

Fátima, Jarivatuba, Jardim Sofia, Espinheiros e também no Distrito Industrial nas proximidades das ruas Dona Francisca e Ruy Barbosa. Nos últimos anos, percebe-se aumento populacional em sentido Leste do território do município, com a emergência da conurbação com o município de Araquari, no bairro Paranaguamirim, ao surgimento da Vila Cubatão, contígua ao aeroporto e a elevação da população do Distrito Industrial Norte (IPPUJ, 2010-2011). A expansão dos loteamentos no período de 1977 a 1992 é representada no Gráfico 4:

Gráfico 4 - Lotes produzidos de 1977 a 1992



Fonte: Prefeitura Municipal de Joinville – Cadastro de Loteamentos

O Gráfico acima apresenta o período de maior produção de lotes urbanos no município de Joinville, espalhados nas regiões Leste e Nordeste, próximos à Fundação Tupy, nos bairros Aventureiro, Iriú e Boa Vista; na Sudeste, nos bairros Guanabara, Jarivatuba, Fátima e Jarivatuba; ao Sul, nos bairros Itaum e Floresta, e; ao Norte e Oeste, nos bairros Jardim Sophia e Vila Nova.

De acordo com Santana (1998), a vigência da Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015 de 1976) dá um novo direcionamento à produção dos loteamentos em Joinville, até então revestida pela informalidade, uma vez que o Poder Judiciário assume o controle efetivo dos registros e documentos de fé pública.

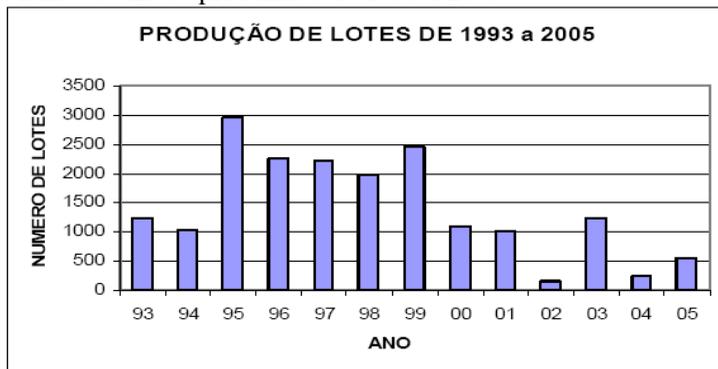
Além do aumento do número de lotes por empreendimento, também se registra elevação de loteamentos, uma média superior a 1.000 lotes por ano, praticamente durante todo o período que se estende de 1977 a 1992 (Cf. Gráfico 4).

Essa elevação do número de lotes, igualmente correlaciona-se à expansão econômica brasileira, observando-se um expressivo aumento no final da década de 1980, estando associada ao crescimento da exportação nacional e principalmente local, que consegue manter a estabilidade do nível de emprego (SANTANA, 1998).

Com a regularização da Lei de Registros Públicos, imobiliárias passam a explorar este segmento lucrativo em franca ascensão. A venda de imóveis passa a ser feita não mais pelos proprietários dos imóveis, mas sim por essas empresas (imobiliárias), que passam a cumprir as novas exigências legais, apesar dos limitados recursos financeiros disponíveis para realizar loteamentos bem estruturados.

A partir da década de 2000, registra-se diminuição da produção de lotes no município, se comparado com as décadas anteriores (Gráfico 5), em decorrência do maior controle e rigor no cumprimento da legislação ambiental.

Gráfico 5 - Lotes produzidos de 1993 a 2005.



Fonte: Prefeitura Municipal de Joinville – Cadastro de Loteamentos.

No período de 1993 a 2005, o parcelamento do solo se concentra basicamente nas regiões Leste, nos bairros: Boa Vista, Espinheiros e Comasa, e na Sudeste, nos bairros Fátima, Jarivatuba e Paranaguamirim. Também são produzidos lotes na parte nordeste da cidade, nos bairros Aventureiro, Iriú e Jardim Iriú; ao sul, nos bairros Itaum e Boehmerwald, e; ao sudoeste, no bairro Nova Brasília. Entre os anos de 1993 a 2005 são criados aproximadamente 18.360 lotes (WELTER, 2005).

Até o início da década de 1990, as imobiliárias se interessam em produzir loteamentos, mas o maior controle urbanístico e exigências

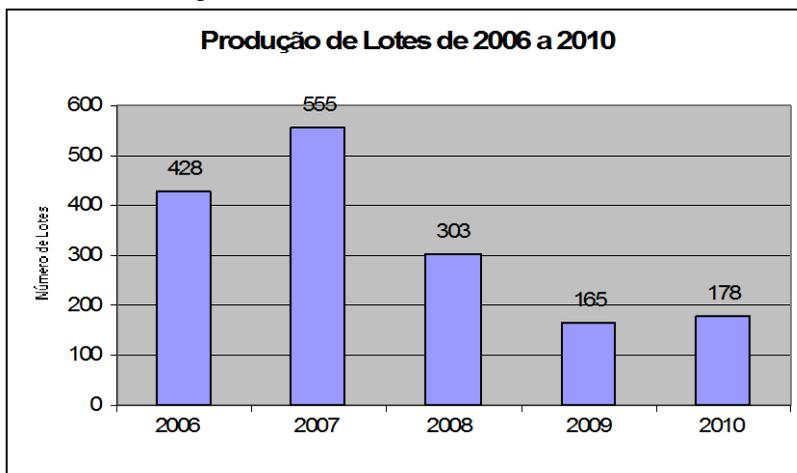
ambientais fazem com que esse interesse diminuísse. A nova legislação implica a elevação dos custos e diminuição da margem de lucro das vendas dos lotes. Em função disso, imobiliárias passam a atuar mais no ramo da construção civil, locação e venda de imóveis de terceiros (WELTER, 2005).

Até então, facilidades da criação de loteamentos urbanos estimula a expansão horizontal da cidade, por vezes, avançando sobre áreas rurais e de manguezais, fenômeno impulsionado pela forte corrente migratória e grande demanda de moradias populares.

A partir da década de 1990, a elevação das restrições ambientais começa a refletir-se na expansão urbana vertical, uma maneira mais racional de ocupação do espaço e ambientalmente menos agressiva, por meio da construção de residências multifamiliares e edificações contendo vários pavimentos.

Conforme Tabela 16, a crescente procura por apartamentos reflete-se no número de aprovação de alvarás de construção de unidades multifamiliares, mudança também associada à valorização imobiliária, disponibilidade de financiamento habitacional e aumento do número de trabalhadores com maior poder aquisitivo, que lhe possibilita pagar as prestações. Segundo Tamires Gislaine de Oliveira (apud GUERRA, 2011), a economia torna-se fator decisivo na aquisição de um apartamento pelo valor de 118 mil reais, visto que, em 2011, só o preço do terreno, no bairro Floresta, custava aproximadamente 80 mil reais.

Gráfico 6 - Lotes produzidos de 2006 a 2010.



Fonte: Prefeitura Municipal de Joinville – Cadastro de Loteamentos.

Comparando-se o gráfico 5 com o 6, é possível verificar que a partir de meados da década de 1990 houve uma diminuição do número de loteamentos aprovados pela Prefeitura Municipal, devido o declínio das invasões de áreas de manguezais. Enquanto nos anos de 1995 a 2000 foi aprovada uma média anual superior a 2000 lotes, nos anos entre 2005 a 2010 essa média caiu para menos de 1000, chegando abaixo de 200 lotes nos anos de 2009 e 2010. Esse quadro, pois, revela o declínio da expansão horizontal da cidade e uma tendência à verticalização urbana, conforme se verifica na tabela 17.

Tabela 17 – Área de construção residencial aprovada pela PMJ (2007 a 2011)

ANO	ÁREA UNI-FAMILIAR APROVADA (M ²)	ÁREA MULTI-FAMILIAR APROVADA (M ²)	TOTAL
2007	181.402,00	151.120,00	332.522,00
2008	167.985,00	299.331,00	467.316,00
2009	220.261,00	298.671,00	518.932,00
2010	244.280,00	292.745,00	537.025,00
2011	242.773,00	234.360,00	477.133,00
2012	122.268,00	227.800,00	350.068,00 (*)

(*) Números computados até 31 de julho de 2012.

Fonte: Seinfra/PMJ, 2012.

Na Tabela 17 confere-se que nos anos de 2008, 2009, 2010 e em 2012 (até o mês de julho), a aprovação da construção de unidades residências multifamiliares (apartamentos e geminados), pela Secretaria de Infraestrutura Urbana de Joinville (SEINFRA/PMJ), supera a de unidades residenciais unifamiliares. O aumento da construção de área multifamiliar sugere uma tendência de crescente verticalização urbana que se consolidará cada vez mais nos próximos anos.

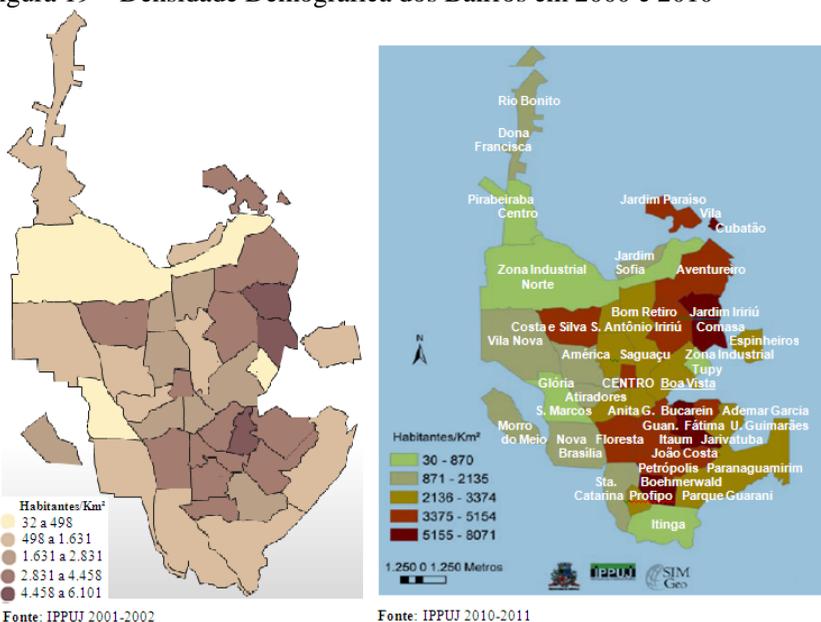
Segundo o IBGE (2012), entre 2007 e 2010 registra-se, em Joinville, um aumento de 62% do número de alvarás de construção de edifícios. Em 2010, a cidade computa 135.330 casas, equivalente a 84% das unidades residenciais, contra 25.321 apartamentos, correspondente a 16% do total. Comparando-se esse número de apartamentos (25.321, em 2010) com o de 2000 (11.219 apartamentos), percebe-se uma elevação da ordem de 125%.

Segundo Nadia Somekh (1997, p. 64), a verticalização urbana revela o desenvolvimento tecnológico, bem como uma,

[...] nova forma de manifestação ideológica da livre iniciativa, da concorrência e do consumo que ele propõe à arquitetura. Cada fase do seu desenvolvimento se repercute no conjunto do espaço urbano. A dialética que se estabelece entre arranha-céu e cidade não é apenas volumétrica, mas essencialmente simbólica, jogo constante de transições que geram novas transformações no resto da cidade.

A evolução da densidade demográfica da cidade, conforme se pode verificar na comparação das imagens da Figura 19, favorece sua verticalização

Figura 19 – Densidade Demográfica dos Bairros em 2000 e 2010



Nas imagens da Figura 19, é possível perceber um aumento da densidade demográfica urbana joinvillense, no período compreendido entre os anos de 2001-2002 (imagem à esquerda) a 2010-2011 (imagem

à direita da Figura), sobretudo nos bairros localizados na região leste do município, particularmente, Jardim Iririú, Comasa, Bucarein, Fátima e Boehmerwald, onde ocorre a predominância étnica luso-brasileira e trabalhadores migrantes que se estabeleceram, principalmente, a partir da década de 1970.

Já, os bairros da região oeste e próximos do centro, como o Glória, Atiradores, Saguacu, Anita Garibaldi, São Marcos, foram os que sofreram menor pressão por ocupação e, conseqüentemente ainda não se verticalizaram. Essas terras eram mais valorizadas e ocupadas por descendentes de imigrantes.¹⁰⁸

A configuração socioespacial urbana mais densamente povoada na região leste sofreu influência da Fundação Tupy, instalada ao lado da Lagoa do Saguacu, sobre parte de áreas de manguezais, acessíveis aos trabalhadores de baixo poder aquisitivo que, a partir da segunda metade do século XX migram para Joinville. Por outro lado, as terras da região oeste eram ocupadas por imigrantes e seus descendentes, desde as primeiras décadas da ocupação e povoamento da Colônia Dona Francisca.

A expansão urbana horizontal é igualmente favorecida pela topografia plana da cidade, ao leste, compreendida por extensas áreas de manguezais, muitas das quais são deliberadamente invadidas e ocupadas para a instalação de unidades fabris e residenciais.

De acordo com o Gerente da SEINFRA/PMJ, Luís Antônio Luz Constante (2012), o mercado é determinante na expansão horizontal da cidade. Muitos agricultores aceitam negociar suas terras por preços relativamente baratos para imobiliárias realizarem loteamentos, com o propósito dessas pessoas trabalharem nas indústrias da cidade.

Conforme item anteriormente analisado, empresas e pessoas que adquirem terras para fins de investimento econômico, de certo modo também influenciam a expansão urbana horizontal, visto que pressionam a compra de áreas cada vez mais periféricas do território municipal.

Segundo depoimento do Coordenador de Pesquisa e Documentação do IPPUJ/PMJ, Darli Martins (2012), 37% da população joinvillense reside em propriedades não registradas em cartório de registro de imóveis. Para regularizar essa situação, a Prefeitura

¹⁰⁸ Nesses bairros ainda verifica-se a presença de pequenos agricultores que se dedicam ao cuidado de animais, especialmente gado leiteiro e ao cultivo de horta e plantas ornamentais.

Municipal está buscando obter a cessão dessas terras, de ocupação consolidada e urbanizadas, junto à Marinha.

Em Joinville, foi comum a não regularização de lotes agrícolas e urbanos, bem como dos localizados em áreas de manguezais, nas encostas de rios ou de morros e os localizados acima da cota 40. De acordo com Deputado Estadual Kennedy Nunes (2012), candidato a prefeito municipal de Joinville, em 2012, no município há 50 mil moradores que não possuem escritura pública de seus terrenos (casas), configurando-se em um problema, especialmente para àqueles que desejam vendê-los, bem como um prejuízo para os cofres do município que muitas vezes deixa de arrecadar IPTU e outros impostos quando de sua venda, a exemplo do ITBI (Imposto sobre transmissão de bens e imóveis). Por sua vez, o candidato eleito prefeito, em 2012, Udo Döhler, também declara que a regularização fundiária será uma de suas propostas do seu plano de governo.

Com a expansão urbana, muitos proprietários de terras, especialmente agricultores, ao serem abordados por pessoas interessadas em adquirir um pequeno lote para a construção de uma moradia, acabam negociando-os sem aprovação da Prefeitura Municipal, até por que as terras rurais só podem ser desmembradas a partir de um lote mínimo de 20.000 metros quadrados.

Para a realização de um desmembramento ou loteamento urbano, dependendo do caso, faz-se necessário a realização de projetos de topografia e terraplanagem da área, arruamento com pavimentação, energia elétrica, drenagem e esgoto, devidamente assinados por profissionais técnicos, aprovados junto aos órgãos ambientais e a Prefeitura Municipal. Como esse processo é demorado e representa custo relativamente alto para os proprietários, muitos buscam uma saída mais cômoda, negociando-os por meio de um contrato de gaveta e permitindo a construção de pequenas casas que, mais tarde, são ampliadas ou substituídas por novas edificações. Por vezes, essa prática irregular é facilitada pela falta de fiscalização dos órgãos públicos e o consentimento ‘solidário’ dos moradores vizinhos.

Ao residirem em propriedades não legalizadas, os moradores deixam de contribuir para a manutenção da máquina pública, uma vez que o Poder Público Municipal não cobra Imposto Territorial Urbano (IPTU) de propriedades não regularizadas.

Constante (2012) assinala que a expansão horizontal também é influenciada pela cultura da maioria dos migrantes, oriundos de um contexto agrícola, acostumados a ter animais e a cultivar hortas. Essa característica sociológica manifesta-se no próprio tamanho dos lotes.

Mesmo nos bairros mais próximos do núcleo urbano, moradores pobres ocupam lotes razoavelmente grandes, em torno de 300 a 400 m²; situação bastante diferente de muitas favelas brasileiras aglutinadas.

Apesar da forte desigualdade social existente em Joinville, a indústria tem sido o setor que mais gerou capital e renda, e por conta disso mais atraiu a atenção de empreendedores locais, recebendo significativos investimentos públicos e privados. Isso se comprova mediante o expressivo número de indústrias na mão de empresários locais. Outro segmento tão lucrativo quanto a indústria, como é o caso do comércio, turismo e especialmente a construção civil, só nos últimos anos vem se destacando em Joinville.

Nas últimas duas décadas, porém, o expressivo crescimento da cidade está motivando muitos investidores de outros municípios brasileiros e até estrangeiros a implantar, bem como a adquirir empresas nos mais diferentes tipos de segmentos.

Por exemplo, desde 1977 a Consul integra-se ao grupo Brasmotor e mais tarde à corporação Whirlpool; a Akros é negociada com a Amanco e depois com a Mexichem; a Indústria Schneider realiza negociações com Franklin Electric; a Tupy é vendida para fundos de pensões dos bancos do Brasil e Bradesco.

Da mesma forma, verifica-se o surgimento de estabelecimentos comerciais, cuja matriz encontra-se fora do município: Walmart, Angeloni, Giassi, CompreFort, Bistek, Makro (supermercados); Casas Bahia, Koerich, Americanas, Colombo, Magazine Luiza, Havan (de eletrodomésticos); Casas da Água, Breithaupt, Baloroti, Cassol (material de construção).

Entre as empresas comerciais e de prestação de serviço, constituídas por joinvillenses ou pessoas que se estabelecem na cidade, destaca-se a rede de farmácias Catarinense; lojas diversas: Salfer, Miliun, Valdir Móveis, Vanessa Modas, Calçados Apolo, Miquelute, Steil; supermercados: Joinville, Lajeano, Arco Iris, Cinco Estrelas; Peixarias da Barra; informática: Datasul (Totvs); transporte público: Transtusa e Gidion e construtoras: Convisa, Momento Engenharia, Correia, Rudnick, Vogelsanger.

De acordo com Abiko, Almeida e Barreiros (1995), o ritmo de crescimento das cidades está superando a previsão feita por autoridades públicas que se deparam com a falta de recursos para a realização de obras de grande vulto, a fim de encaminhar problemas e demandas socioeconômicas.

O capitalismo pode não ter criado a cidade, mas constrói a grande cidade, particularmente a metrópole e a megalópole, fenômenos urbanos

típicos de uma fase relativamente recente do desenvolvimento do sistema capitalista, marcado pelo estágio financeiro e monopolista, alcançado em fins do século XIX e início do XX (MOREIRA & SENE, 2007).

A partir da urbanização deficitária, bastante horizontalizada compreende-se a necessidade de estímulo à racionalização do espaço geográfico, por meio da verticalização urbana. Dessa forma, torna-se mais fácil assegurar a preservação da natureza, fundamental para proporcionar melhores condições de vida aos habitantes da cidade.¹⁰⁹

2.5 O BAIRRO BOA VISTA

Localizado na região leste do município, o bairro Boa Vista (Figura 20) é oficialmente criado pela Lei 1.526 de 05 de julho de 1977. Segundo Ficker (2008), o nome Boa Vista decorre da bela paisagem constituída pela densa floresta, visualizada a partir do morro da “Boa Vista”,¹¹⁰ que, antes da fundação da Colônia, assim como a região do bairro denominavam-se ‘Cachoeira’, devido à presença de várias cachoeiras.

¹⁰⁹ A análise, especificamente sobre horizontalização e verticalização urbana joinvillense está sendo aprofundada pelo Professor Naum Alves Santana (2012), em sua Tese de doutorado em processo de realização junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC.

¹¹⁰ Com seus 220 metros de altitude, o morro da Boa Vista constitui o mirante da cidade, uma vez que é a parte mais alta da região urbana central, permitindo sua vista panorâmica. Assim como as áreas de manguezais, este morro é área de preservação permanente (APP), protegido pela Lei da cota 40. Nele também se encontra o Museu Fritz Alt. Em 1877, suas fontes alimentam a primeira rede de água potável de Joinville e em 1880 passa a ser utilizado para anunciar, por meio de bandeiras brancas, a chegada e partida de navios do porto de São Francisco do Sul (Ficker, 2008).

Figura 20 – Bairro Boa Vista.



Fonte: Adaptação feita a partir de Google, 2012.

Na Figura 20, mostra-se o bairro Boa Vista, ao leste, contornado por áreas de manguezais remanescentes, contíguas à Lagoa do Saguçu e pela Zona Industrial Tupy, ao norte, pelos bairros Comasa e Iririú, ao oeste, pelo bairro Saguçu e Centro e, ao sul, pelos bairros Bucarein e Guanabara.

Por ocasião da chegada dos primeiros colonizadores, o bairro e o morro Boa Vista, assim como as terras da região leste do atual território do município, não faziam parte das 25 léguas quadradas de terras do dote imperial concedido ao Príncipe de Joinville, que também não integravam as oito léguas cedidas à SCH, pois “pertenciam a diversos brasileiros, como Laurindo Laranjal, Agostinho Bada e Antônio de Oliveira Cercal”. Nessas terras adquiridas nos primeiros anos da colonização pelo Príncipe de Joinville, por meio de seu Procurador,

Léonce Aubé¹¹¹, desde 1826 residia o proprietário de escravos Cel. Antônio Vieira, instalado as margens do rio Bucarein (FICKER, 2008).

Até a década de 1960, no porto de Joinville¹¹², localizado na confluência dos rios Cachoeira e Bucarein, aportavam várias embarcações, entre as quais, o navio Catarina e o Urbano que transportavam mercadorias para a cidade e abasteciam o moinho de trigo, e o Dourado, rebocador de barças, utilizado para transportar madeira de pinho (araucária) até o porto de São Francisco do Sul. A madeira era trazida por trem e caminhões do planalto norte catarinense. Nas proximidades do porto funcionavam madeireiras, a exemplo da Gugelmin, Cia Hanseática e a Lepper. Na década de 1970, a maior madeireira, a Lepper, é adquirida pela Cia. Catarinense de Empreendimentos Florestais (fundada em 1971¹¹³), que passa a comercializar madeira de pínus e funciona no local até a década de 1980 (REINERT, 2012).

Além da criação de animais e plantações de subsistência, moradores do bairro Boa Vista (famílias Amaral, Oliveira e Cidral) possuíam engenhos de farinha e de açúcar mascavo e cultivavam, em escala comercial, arroz, vendido às firmas Lange, Colin & Cia. Ltda. e Comércio e Indústria Germano Stein S.A. Marcolino de Oliveira Borges.

A maioria dos habitantes pescava no rio Cachoeira, nas ilhas do Mel e dos Espinheiros. Nas terras onde se encontra instalada a indústria

¹¹¹ Léonce Aubé representa “os interesses da Sociedade Colonizadora, como seu Diretor, os interesses do Príncipe de Joinville, como seu bastante procurador, e, ao mesmo tempo, os interesses do Duque d’Aumale, irmão do Príncipe de Joinville” (FICKER, 2008, p. 163).

¹¹² Na década de 2000, na localidade onde funcionou o Porto de Joinville, constrói-se a ponte Vereador **Mauro Moura**, para ligar os bairros Bucarein, Guanabara e Boa Vista, e na frente da ponte, implanta-se o Estádio de Futebol Arena Joinville, cedido ao Joinville Esporte Clube (JEC). Ao lado do Mercado Público Municipal de Joinville, também, havia um porto fluvial bastante movimentado na cidade.

¹¹³ Controlada pelo Brookfield Brazil Timber Fundo de Investimento em Participações, a Comfloresta atua em 16 municípios dos estados de Santa Catarina e Paraná, possuindo um plantio de uma área de 45,8 mil hectares. Atualmente a sede da empresa situa-se na Rua Benjamin Constant, nº 2.815, 1º andar, no bairro Glória, do município de Joinville/SC. Fonte: <<http://www.comfloresta.com.br/site/empresa.php>>. Acesso em 14 de agosto de 2012.

Termotécnica (antiga Tecnofibra, fundada em 1978), ao lado da Fundação Tupy, havia um pequeno porto e abundância de pesca, bem como diversos tipos de caça: aracuã, tatu, gambás, jacu, tucano, jacupemba, veado, tamanduá, cotia, inhambu, gralha, garças e saracuras (TERNES; CORRÊA; ROSA, 1992).

Segundo depoimento de Ivo Reinert (2012), até o início dos anos 1960 era comum as pessoas pescarem nas proximidades dos rios Cachoeira e Bucarein, cujas margens eram ocupadas por pescadores para guardar canoas. Mais tarde, as margens foram aterradas com areia extraída dos próprios rios para dragagem e desassoreamento. A intensificação da poluição das fábricas e das casas, por sua vez, impossibilita qualquer atividade vinculada à pesca.

Tendo em vista que terras do referido bairro Boa Vista estendem-se sobre áreas que eram banhadas pelas águas da maré (manguezais), juridicamente pertencentes à Marinha, ainda hoje muitos moradores não possuem escritura de suas casas. Esse quadro configura um problema fundiário, tanto para o município, que por vezes encontra dificuldade de exigir a cobrança de IPTU, quanto para os atuais proprietários que só dispõem de um contrato expedido pela PMJ, por isso não possuem total autonomia para sua livre negociação no mercado imobiliário.

Até a metade do século XX, o bairro Boa Vista é ocupado por agricultores afros e luso-brasileiros que comercializam folhas de mangue. Segundo Ternes, Corrêa e Rosa (1992, p. 33), as folhas de mangue eram vendidas pela importância de 200 réis cada arroba para as “Indústrias Reunidas C. Kuehne S.A. – Curtume e para o Sr. Ricardo Karman, que delas tiravam uma resina”.

A atual rua Albano Schmidt, que lembra o fundador da Tupy, antigamente, sem laterais, chamava-se Boa Vista e depois Léonce Aubé, em homenagem ao diretor da Colônia Dona Francisca e procurador do Príncipe de Joinville e do Duque d’Aumale¹¹⁴.

Segundo Juvenal Pereira, a estrada era bem conservada e passava pelo manguezal e na “frente da Indústria de Fundação Tupy existia uma

¹¹⁴ Segundo Ficker (2008, p. 163), Duque d’Aumale, irmão mais novo e mais rico que o Príncipe de Joinville (casado com Marie-Caroline de Bourbon da Sicília), em 1855, comprara de François Ferdinand Philippe (Príncipe de Joinville) as terras dotais compreendidas pelo atual Distrito de Pirabeiraba. E parte do valor do pagamento dessa negociação permitiu ao o Príncipe de Joinville adquirir 800 ações da Sociedade Colonizadora de Hamburgo.

grande pedreira, e as pedras dela retiradas foram utilizadas também na rua” (apud TERNES; CORRÊA; ROSA, 1992, p. 28).

Ao final da década de 1940, a decisão de implantar a indústria Tupy no bairro incentiva a instalação da rede de água e energia elétrica que passa pela estrada Aubé, atualmente, denominada Albano Schmidt. Contudo, “a energia elétrica passou a fazer parte do cotidiano dos moradores, somente na década de 50, quando a extinta SAMAE instalou a água encanada” (TERNES; CORRÊA; ROSA, 1992, p. 30).

A realização de obras de infraestrutura urbana no bairro possibilita a instalação da indústria, bem como sua ocupação, mediante o ingresso de operários. Elevando sua densidade demográfica e valorização das propriedades, devido à crescente procura por áreas de terras para a construção de casas, estabelecimentos comerciais e de serviço, como escolas a exemplo da Escola Primária Tupy, fundada em 1961 e que, atualmente, já não existe mais.

Desse modo, as oportunidades de emprego e renda que a indústria e a expansão urbana ocasionam tornam simpática a atuação do Estado e da fundição na região leste da cidade, assim como de outras iniciativas econômicas que proporcionam seu desenvolvimento.

Antes da intensa ocupação do bairro Boa Vista, em 1950, Joinville ocupava o terceiro lugar em número de habitantes, ultrapassada por Florianópolis, primeiro lugar e Blumenau, segunda colocada. Em 1960, o município ultrapassa Blumenau e fica em segundo lugar (PELUSO JÚNIOR, 1979).

Contudo, passado algum tempo da negociação das terras, muitos moradores acabam percebendo que nem sempre o ganho econômico e o conforto urbano compensam a mudança dos padrões de vida, isto é, o distanciamento com a natureza, a poluição e uma vida mais corrida e agitada no dia a dia que exige mais trabalho das pessoas para poderem usufruir os benefícios da cidade.

Conforme Ternes, Corrêa e Rosa (1992), habitantes do bairro Boa Vista declaram que na localidade valorizava-se bastante o lazer. Havia diversas festividades e bailes nas residências e nos salões (animados com bandas, bandonion, gaita, viola, cavaquinho), corridas de cavalo e torneios de futebol, envolvendo vários times da cidade e região.

De acordo com o estudo do Plano Básico de Urbanismo (PMJ, 1965, p. 5, 10), até 1940 o bairro era pouco povoado. Em 1950, porém, contabiliza-se uma população de 2.743 habitantes que, em 1960, após a instalação da Fundição Tupy, eleva-se para 10.592.

Em depoimento concedido ao autor da Tese, Edemilson Becker¹¹⁵ (2012) declara que há décadas passadas, no bairro Boa Vista existiam várias sociedades esportivo-recreativas, a exemplo da *Boa Vista, Cruzeiro, Garcia* e a *Estrela da Praia* (única remanescente). Todas possuíam campos de futebol, mas devido à valorização econômica das terras, seus proprietários extinguiram-nas a fim de ganhar dinheiro com a sua venda para a construção de edificações.

Essa realidade é muito comum também nos demais bairros da cidade, principalmente até a década de 1970, quando a expansão da malha urbana da cidade pressiona fortemente a ocupação dos diferentes espaços do território municipal, desconsiderando a ‘vocação’ natural e a funcionalidade social dos ambientes.

Muitas instituições recreativas acabam sendo extintas ou tendo que mudar de endereço, conforme se verifica, por exemplo, com a *Sociedade Internacional* que, após vários anos de funcionamento no bairro Boehmerwald, teve o terreno negociado pelo respectivo proprietário.

Na cidade, também há casos de sociedades terem sua sede leiloadada para pagamento de dívidas trabalhistas, contraídas com funcionários, por ineficiências político-administrativas.¹¹⁶

Na verdade, o poder público deveria possuir mecanismos de controle para evitar que instituições que desempenham importante função social, proporcionando qualidade de vida aos moradores dos bairros e, conseqüentemente, a própria cidade sejam desfeitas para a obtenção de ganhos financeiros em benefício de poucos.

A comercialização dessas áreas públicas, bem como a ocupação das áreas de manguezais demonstra a prevalência dos interesses do capital privado que beneficia particularmente uma pequena minoria, em relação ao capital público-social que favorece a sociedade como um todo ao promover o lazer, o envolvimento, a participação da

¹¹⁵ Residente no bairro Boa Vista, Edimilson Becker presidiu a Sociedade Estrela da Praia (fundada em 1957 e atualmente localizada na rua Pedro Lessa, nº 700) durante o período de 2009 a 2011.

¹¹⁶ O poder público deveria ser capaz de providenciar uma maneira de supervisionar as administrações de sociedades que desempenham funções sociais na comunidade, para que não cheguem a se tornar insolventes, obrigando-se a fechar as portas para saldar dívidas, bem como por conta da valorização imobiliária, que leva os respectivos proprietários das terras a venderem-nas, acabando com um benefício social que proporciona qualidade de vida aos moradores do bairro e conseqüentemente da própria cidade.

comunidade e a configuração de um espaço de cidadania nos bairros da cidade.

A indústria desencadeia a transformação socioespacial da região leste, de modo que, em 1980, o bairro Boa Vista se torna o mais populoso da cidade, abrangendo 32.410 habitantes que, em 1991, elevam-se para 42.876. Aumento demográfico semelhante é constatado no bairro vizinho Iriirú que, nesse mesmo ano (em 1991), registra a segunda maior população do município, 34.408 habitantes (Tabela 18).

Tabela 18 - Evolução Populacional dos Bairros Boa Vista, Espinheiros, Comasa, Iriirú, Jardim Iriirú, Guanabara e Fátima (1980 a 2010)

Ano	Boa Vista	Espinheiros	Comasa	Iriirú	Jardim Iriirú	Guanabara	Fátima
1980	32.410	-	-	31.088	-	8.637	6.480
1991	42.876	-	-	34.408	-	10.044	17.407
2000	16.598	6.139	19.048	21.357	19.162	9.465	13.468
2010	16.735	8.006	19.576	22.328	22.801	11.423	14.417

Fonte: IPPUJ, 2010/2011.

Na Tabela 18, nota-se uma diminuição da população dos bairros Boa Vista e Iriirú, em consequência do seu desmembramento que origina o surgimento dos bairros Jardim Iriirú, Espinheiros e Comasa¹¹⁷, até então conhecido como Comasa do Boa Vista, um Conjunto Habitacional inaugurado em 1972.

Em decorrência da criação desses novos bairros (Espinheiros, Jardim Iriirú e Comasa), o referido bairro Boa Vista também reduz sua área de 19,87 km² (IPPUJ, 1994) para 5,36 km² (IPPUJ, 2010-2011); diminuição superior a 70%, de sua antiga área.

Diferentemente dos bairros Glória, Anita Garibaldi, América e Atiradores, basicamente, ocupados por descendentes de imigrantes, o bairro Boa Vista, bem como outros compreendidos na região leste do município, a exemplo do Comasa, Jardim Iriirú e Espinheiros, foram povoados por migrantes que se estabeleceram, sobretudo, a partir da década de 1960, com o desenvolvimento da indústria que demanda o aumento do número de operários sem especialização.

¹¹⁷ O bairro Jardim Iriirú foi criado em 27/10/1995, pela Lei n° 3.219 (Lei Complementar n° 54, de 18/12/1997), o Espinheiros, em 27/10/95, pela Lei 3.219 (Lei Complementar n° 54, de 18/12/1997) e o Comasa, em 18/12/97, pela Lei Complementar n° 54, de 18/12/1997 (IPPUJ, 2010-2011).

O perfil dos operários migrantes, sem formação profissional técnica, reflete-se na renda per capita¹¹⁸ média mensal no bairro Boa Vista, que se limita em 2,5 salários mínimos, bem como nos bairros Jardim Iririú e Aventureiro: 1,79 salários mínimos; Espinheiros: 1,58; Fátima: 1,45 e; Ademar Garcia: 1,42. Já, os bairros mais próximos da área central que concentram mão de obra mais especializada, dispõem de um rendimento bastante superior, a exemplo do Glória (5,83), Anita Garibaldi (7,3), América (9,5) e Atiradores (11,68) (IBGE, 2000, apud IPPUJ, 2010/2011).

Embora a verticalização urbana não seja uma realidade consolidada em Joinville, ao final da década de 1970 e início da década seguinte, no bairro Boa Vista, constroem-se conjuntos residenciais verticais, conforme pode visualizar-se nas imagens da figura abaixo.

Figura 21 – Conjuntos Residenciais do Bairro Boa Vista



Fonte: Google, 2012

Na Figura 21 são mostrados dois conjuntos habitacionais construídos na década de 1970: o Adriana (imagem à esquerda), contendo 226 apartamentos, localizado entre as ruas Albano Schmidt e Prefeito Helmuth Falgatter, e o Parque Flamengo (imagem à direita), edificado sobre área de manguezal aterrada, de frente para a rua Ministro Luiz Galotti, contendo 96 apartamentos.

¹¹⁸ Renda per capita indica a soma de todos os rendimentos (em um bairro, município, estado, ou país), divididos pelo número de habitantes.

Figura 22 – Região de Manguezal Urbanizada do Bairro Boa Vista



Fonte: Acervo fotográfico do autor, 2012.

Na figura acima há duas imagens da região próxima à indústria de Fundação Tupy. Na imagem à esquerda, observa-se a rua Juazeiro do Norte (asfaltada), ladeada pela construção de unidades habitacionais geminadas, no lugar de casas edificadas após a realização do arruamento e aterro do manguezal. E na imagem à direita, visualiza-se a rua Noruega (ainda não asfaltada) e a vala de drenagem que separa as terras do Distrito Industrial Tupy, contendo água de maré em seu leito.

2.6 A INDÚSTRIA DE FUNDAÇÃO TUPY

Na virada do século XIX, Joinville contava com uma população de aproximadamente 20 mil habitantes e uma economia em processo de expansão, beneficiada pela pequena propriedade e os pequenos negócios agrícolas, comerciais (principalmente de importação e exportação), fabris e de prestação de serviço.

A Fundação Tupy origina-se de um pequeno empreendimento, criado com poucos recursos financeiros, em 1897, por Frederico Birckholz, sobre o terreno de seu avô, localizado na antiga rua Atiradores, atual rua Pedro Lobo. Inicialmente, compreende uma ferraria e oficina de consertos e fabricação de carroças, na época, o veículo de transporte mais utilizado em Joinville.

Filho de imigrante alemão, Frederico Birckholz nasce em 1869, no mesmo ano em que o avô de Albano Schmidt chega da Rússia. Aos 14 anos, começa a trabalhar como aprendiz de ferreiro na Ferraria do Sr. Brand na Estrada Dona Francisca, quilômetro 11. Sua principal atividade consistia em fabricar carroções, das quatro horas da manhã até às oito da noite. Em 1887, desloca-se para São Bento, a fim de trabalhar

na ferraria do Sr. Julius Baechtold, cunhado de Band. Aos 21 anos, Birckholz se dirige para Santos e emprega-se na Cia. de Transportes. Em 1896, dois anos depois de casado, sua mulher Maria morre grávida e, no ano seguinte, retorna para Joinville (TERNES, 1988).

Em 1910, Birckholz constitui sociedade com Augusto Klimmek e amplia a oficina com a instalação da fundição de metais não ferrosos. Três anos mais tarde, Birckholz & Klimmek importam tornos, furadeiras, fornos e demais equipamentos da Alemanha e implantam uma fundição de ferro. Assim, a empresa passa a produzir bombas, moinhos, serras circulares e de fita, tachos e ferros de engomar. A importação se torna possível mediante um empréstimo de 30 contos de réis, concedido por Paulo Max Keller, gerente geral da Malharia Arp & Cia.¹¹⁹

Emigrante da Prússia Oriental, em 1902, o sócio Augusto Klimmek ingressa na cidade com a formação de técnico mecânico. Inicialmente, trabalha na Fundição Bennack, fundada por Otto Bennack, mais tarde denominada Usina Metalúrgica Joinville do Grupo Romi. Em função de problemas de saúde, em 1904, migra para Porto Alegre. Já, em 1906, por dificuldade de adaptação ao novo lugar, retorna à Joinville para trabalhar na mesma fundição. Em 1905, é contratado para a implantação da estrada de ferro que liga Joinville e São Francisco do Sul, juntamente com outros 160 trabalhadores, com a missão de construir a ponte sobre o canal do Linguado. De personalidade difícil e bastante exigente, demite 16 trabalhadores oriundos do Norte e de São Paulo, que o juram de morte, conquanto afasta-os do trabalho armado com revólver, dos quais promete matar seis (TERNES, 1988).

Em 1920, a razão social da empresa Birckholz & Klimmek altera-se para Birckholz, Klimmek & Enterlein, ao admitir a participação de um terceiro sócio, Johann Enterlein. Engenheiro alemão e funcionário da Siemens, Enterlein ingressa no município para efetuar a instalação da energia elétrica. Embora de extraordinária capacidade profissional, Enterlein era de forte personalidade, assim como o era Augusto Klimmek.

Atrás apenas da fundição Bennack, nessa época, a Birckholz, Klimmek & Enterlein se torna a segunda maior fundição de Joinville.

¹¹⁹ Diferentemente da grande maioria das indústrias joinvilenses, que iniciaram pequenas, de fundo de quintal, a Malharia Arp é uma das poucas indústrias que começa grande, visto que resulta de um desdobramento da matriz sediada no Rio de Janeiro (BENDER, 2012).

Em 1922, em função da deficitária saúde do sócio Augusto Klimmek que, em 1905, contraiu malária no Linguado, solicita seu afastamento da empresa e conseqüentemente a mudança da sua razão social. Em seguida, transfere-se para Curitiba e se associa ao empresário Carlos Schmidlin, proprietário da empresa Iguazu. Sete anos mais tarde, novamente por questão de saúde, retira-se dessa empresa (Iguazu) com um capital de 250 contos de réis e, em São Bento do Sul, em 1929, funda a Indústria Augusto Klimmek que, em meio século, transforma-se na maior fábrica de escovas do País e da América Latina.

Birckholz e Enterlein garantem o funcionamento da empresa, mas uma explosão do aparelho de solda, ocorrida em 23 de março de 1923, deixa Frederico Birckholz praticamente cego e impossibilitado de continuar os trabalhos na empresa que há 26 anos fundara.

Em 1924, Paulo Max Keller empresta uma quantia de 40 contos de réis para Enterlein se associar à fundição, originando assim a indústria Enterlein, Keller & Cia. Na ocasião, Albano Schmidt se torna procurador da empresa.

Embora Albano também possuísse parcela de ações da empresa, em 1927, Keller torna-se o seu único financiador, mudando sua razão social para Keller & Cia. (Figura 23).

Figura 23 - Keller & Cia instalada na área central, na rua Pedro Lobo



Fonte: Ternes, 1988, p. 27.

O estilo arquitetônico da construção da empresa se assemelha ao de residências. Apresenta janelas de vidros, portas de madeira e telhados pontiagudos, comuns na Europa setentrional para evitar o acúmulo da

neve frequente no inverno. As mesmas edificações eram utilizadas para o comércio e indústrias, que começavam no ambiente familiar. À medida que as atividades da empresa se desenvolviam, as instalações eram ampliadas com a construção de edificações mais apropriadas.

A pequena produção mercantil, baseada em conhecimentos técnico-científicos e na pequena propriedade influencia a configuração socioespacial do município, visto que, além da proibição de contratar escravos, os imigrantes dispunham de poucos maquinários para desenvolver uma produção agrícola em grande escala.

Ao analisar a influência do comércio na formação socioespacial, José Messias Bastos (2011, p. 425) assinala a importância da “pequena produção mercantil introduzida desde os inícios da efetiva ocupação do território catarinense”.

Sob a administração de Albano Schmidt, durante os anos de 1927 a 1938, a indústria Keller & Cia. enfrenta dificuldades econômicas para sua manutenção, visto que auferia uma receita mensal de 25 contos de réis contra uma despesa de 28. Mesmo assim, a empresa se mantém focada na fundição, atividade principal que marcará o futuro da indústria. Segundo Ternes (1988, p. 26):

A tenacidade, disciplina, talvez teimosia do líder dos negócios nesse período, é que fundamentarão, inteira e completamente, a essência da filosofia Tupy de Trabalho. [...] As jornadas das 4 da manhã às 8 da noite, a rudeza da vida no começo do século e a dramática necessidade de cada um construir o seu próprio destino, tudo isso moldou o sentimento daqueles homens esculpindo suas histórias, feitas de fracassos e sucessos, de derrotas e vitórias.

O trabalho dos operários e empreendedores tem norteado o sucesso de muitas indústrias joinvillenses. Sem esforço e dedicação, a empresa não consegue manter a qualidade de seus produtos, indispensável para enfrentar um mercado consumidor cada vez mais competitivo.

Em 1937, a Keller & Cia. desenvolve a tecnologia da fundição do ferro maleável, por conta do Engenheiro Luetzmann que transmitiu aos senhores Hermann Metz (responsável pela usinagem) e Arno Schwarz (responsável pela fundição) a fórmula da transformação do ferro cinzento fundido, frágil e quebradiço, que tem aproximadamente 4% de

carbono em ferro maleável branco, obtido mediante a queima do carbono (BENDER, 2012)¹²⁰.

Depois de 41 anos de história e o domínio da nova tecnologia da fundição do ferro maleável, em 15 de fevereiro de 1938, constitui-se a indústria de Fundição Tupy S.A., com um capital inicial integralizado de R\$500.000.000, pelos sócios majoritários Albano Schmidt, diretor presidente e sua mulher, Adele; R\$150.000.000 por Paulo Max Keller e sua mulher, Clara Luíza; R\$150.000.000 por Hermann Metz e sua mulher, Vera; e R\$50.000.000 por Eugênio Schmidt, irmão de Albano (TERNES, 1988).

Nascido em Joinville, em 25 de julho de 1900, Albano Schmidt descende de Daniel Schmidt, imigrante alemão que em fins do século XVIII se estabelecera na Rússia, atendendo pedido da Czarina Catarina II (a Grande) para trabalhar na modernização do país, cujo neto, Eugen Hohann Gottlieb (avô de Albano), emigra para Joinville, em 1869, em função de suas ideias liberais contrárias as da nobreza russa.

Em 1915, Albano Schmidt ingressa na firma Arp & Cia (cuja matriz localizava-se no Rio de Janeiro) e, em 1924, a pedido de Paulo Max Keller (diretor da Arp & Cia.) torna-se administrador da indústria Enterlein, Keller & Cia.

Em 1930, casa-se com Edele Emma Wetzel, filha de Germano Wetzel, proprietário da então Companhia Industrial Wetzel (indústria pioneira da cidade), fábrica de sabão e velas, fundada em 1856. De seu casamento nascem os filhos Gert (1931), Hans Dieter (1932) e Helga Schmidt, em 1935.

O segredo do sucesso empresarial de Albano Schmidt, segundo Apolinário Ternes (1988, p. 34), deve-se a “uma personalidade onde a paixão do desafio e o rigor da disciplina se mantiveram em permanente equilíbrio e produziram, de 1938 a 1958, talentosa demonstração de competência empreendedora no Sul do Brasil”. Segundo Apolinário Ternes (1988), além de Albano Schmidt, o mecânico Hermann Metz e fundidor Arno Schwarz tornam-se os personagens responsáveis pela implantação da Fundição Tupy.

¹²⁰ Casado com a filha de Jorge Keller, um dos sócios da indústria Keller & Cia, Nilson Wilson Bender ingressa, como contador, na Fundição Tupy, em 1950 e quatro anos mais tarde, em 1954, torna-se diretor. Função que desempenha até o ano de 1996. Nesse período, ausenta-se da empresa nos anos de 1966 a 1970, para desempenhar o cargo de Prefeito Municipal da cidade de Joinville.

Segundo Fábio Napoleão (2005, p. 55), os responsáveis pela implantação da Fundição Tupy (Schmidt, Metz e Schwarz) “conseguem a proeza de produzir em território nacional o ferro maleável em fase de recrudescimento das importações em virtude da Segunda Guerra Mundial”.

Hermann Metz descende de uma família alemã de comerciantes tradicionais, cujo pai, Hermann Carl Georg Metz, emigra para a cidade em 1889. Inicialmente, trabalha como mecânico na Fundição Bennack, depois no Curtume Kuehne e, em 1924, ingressa na indústria Enterlein & Keller, na qual, introduz a fabricação do ferro maleável, juntamente com Albano e Arno Schwarz.

Arno Schwarz também filho de imigrantes alemães decide trabalhar na Enterlein & Keller, em 1924, depois de trabalhar na fundição Mueller Irmãos, em Curitiba e na oficina mecânica de seu irmão, em São Paulo. Juntamente com Albano e Hermann, Ricardo Schwarz emprega-se na indústria Tupy para ajudar no processo de fundição do ferro maleável (TERNES, 1988).

Ao analisar a história da Tupy, Apolinário Ternes (1988, p. 51,62) assinala que o domínio da técnica da fundição do ferro maleável possibilita que as conexões até então importadas da Inglaterra e do Japão sejam produzidas em Joinville. Em 25 de julho de 1938 (dia do aniversário de Albano Schmidt), a empresa efetua uma venda de:

11.000 ‘joelhos’ de $\frac{1}{2}$ polegada, 10.000 de $\frac{3}{4}$ de polegada, todo o estoque de ‘tê’ e assim por diante. O cliente era um dos principais atacadistas do Rio de Janeiro, a tradicional Silva Sampaio & Cia. Foi segundo Albano, o ‘melhor presente de aniversário de sua vida’.

As vendas da fundição demandam a elevação do número de funcionários, de modo que os 60 trabalhadores, empregados na empresa, em 1938, aumentam para 150, em 1939; 320, em 1940; e 500, em 1941.

A crescente demanda do mercado, estimulada pela substituição de importações¹²¹ pressiona a ampliação das instalações da indústria para poder expandir a produção. Como a Tupy se encontrava localizada

¹²¹ A substituição de importações consiste em passar a produzir no Brasil àquilo que até então era importado, para tanto, elevam-se os impostos de importação.

na área central, era preciso transferi-la para uma localidade acessível e com boa logística. Segundo Ternes (1988, p. 80):

Era preciso tirá-la da área urbana por dois aspectos vitais: espaço para crescer ordenadamente e livrar a população dos inevitáveis percalços de ruído, fuligem e outros tipos de poluição, num tempo em que nada disso era questionado, mas o empresário tinha consciência dos futuros aborrecimentos.

A dificuldade de realizar a ampliação das instalações da indústria, na região central, levou Albano Schmidt a cogitar a possibilidade de transferi-la para Curitiba/PR, sob a hipótese de haver maior disponibilidade de mão de obra e energia elétrica. “Mas a opção acabou sendo abandonada quando informações mais precisas sobre o fornecimento de energia elétrica davam conta de que também no Paraná, em meados da década de 40, este era irregular e precário” (TERNES, 1988, p. 80).

A falta de energia elétrica era constante em Joinville, bem como no Estado de Santa Catarina. Segundo Joel Gehlen (2011, p. 105), em 5 de junho de 1944, a Associação Comercial e Industrial de Joinville (ACIJ) discute o racionamento de energia elétrica na cidade.

A ata dessa reunião registra que vários dos presentes manifestaram-se com ‘argumentações poderosas’ contra o sacrifício que seria imposto aos joinvilenses em decorrência da ‘imprevidência das indústrias de Blumenau e da Empresa de Luz e Força daquele município’. É a primeira vez que a cidade se vê em tal contingência, desde que foi inaugurado esse serviço, em 1909. Apesar da reação, o racionamento de energia elétrica, por motivos vários, especialmente a falta de investimento no setor para fazer frente ao aumento da demanda, será um tema recorrente com o qual a cãs se baterá ao longo dos próximos 20 anos. Insumo basilar da produção industrial, a carência de energia será, certamente, a principal ameaça ao desenvolvimento socioeconômico de Joinville. A exemplo do papel que o fator transporte exerceu nas décadas anteriores sobre as atividades econômicas da cidade, energia elétrica

será determinante do ritmo do progresso nas duas décadas seguintes.

Ternes (1988, p. 80) escreve que apesar da falta de energia, em 1945, Albano Schmidt decide permanecer em Joinville e para tanto adquire

[...] vasta área no Boa Vista, então uma imensa solidão de mata e mangue. Distante seis quilômetros do centro, o local era quase inteiramente inabitado. Apenas uma meia dúzia de casas, isoladamente fincadas aqui e acolá, representavam a ‘civilização’ joinvillense no terreno, onde se chegava através de um caminho apenas carroçável.[...] A localização era quase perfeita, com a possibilidade de se instalar um porto de embarque dos produtos pela via marítima, como também de receber matérias-primas de forma direta, o que de fato viria a acontecer.

A construção da nova unidade e sede da fundição constituiu um empreendimento de grande magnitude que origina transformações significativas na região leste do município, compreendida por área de manguezais, bastante sensíveis ao desenvolvimento produtivo-industrial.

Antes da instalação da Fundição Tupy, os manguezais do bairro Boa Vista¹²² eram ricos em peixes, moluscos, crustáceos e desempenhavam importante função estuarina, visto que propiciavam a procriação de várias espécies de seres vivos. Nas proximidades, também, praticava-se a agricultura de subsistência (TERNES; CORRÊA; ROSA, 1992).

Embora corresponsável pela expansão econômica da cidade, atribui-se à fundição, bem como ao governo municipal, parcela da responsabilidade pela destruição desse tipo de ecossistema na referida região leste.

Nesse sentido, ao analisar a ciência geográfica, Dresch et. al (1955, p. 30) criticam a classe dirigente, muitas vezes,

¹²² Todavia o bairro Boa Vista fosse ocupado por luso-brasileiros mesmo antes de 1851, data da fundação da Colônia Dona Francisca (Joinville), a partir da metade do século XX registra-se sua urbanização, desencadeada pela instalação da Fundição Tupy.

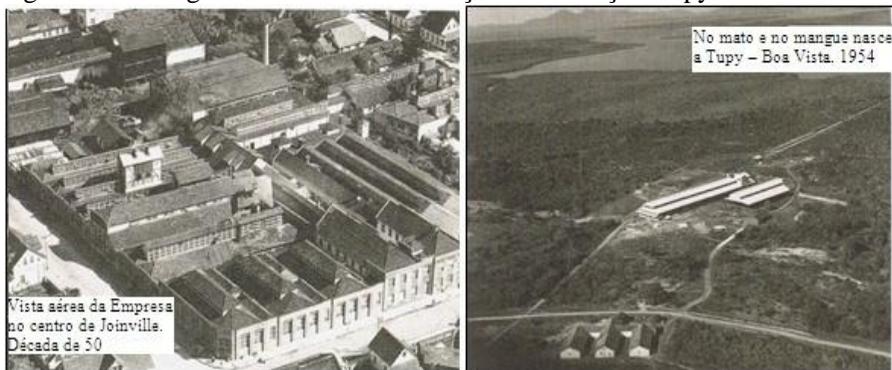
[...] mais preocupada em obter imediatamente os lucros mais elevados, pela exploração das riquezas naturais mais acessíveis, do que na exploração racional da terra com o objetivo de assegurar o máximo de satisfação das necessidades de seus habitantes. [...] A necessidade de aumentar os lucros rapidamente para se manter na concorrência mundial levou, então, a uma pilhagem desordenada dos recursos naturais, que não parou de se agravar [...] À medida que essa pilhagem toma proporções mais consideráveis, cresce o desejo das classes dirigentes de mascarar os efeitos.

A prevalência do interesse pelo desenvolvimento econômico e a falta de consciência ambiental permite compreender os motivos que levaram a instalação da referida indústria sobre área de manguezal, estratégica para a utilização do transporte hídrico, pelo fato de localizar-se ao lado da Lagoa do Saguçu.

.Torna-se difícil, pois, esperar do Estado e governantes a preservação dos manguezais, se a própria sociedade não manifesta consciência de sua importância, muitas vezes, vistos apenas ambientes alagadiços, propícios à procriação de diferentes tipos de insetos.

Até o presente momento, percebe-se que a preocupação predominante das pessoas consiste em resolver os problemas imediatos, vinculados à obtenção de recursos para o pagamento de encargos, compromissos, bem como na aquisição de mercadorias para o consumo diário. Com isso, descuida-se da preservação dos manguezais, conforme se observa na figura abaixo (imagem à direita).

Figura 24 – Antiga e atual área de instalação da Fundação Tupy



Fonte: Ternes, 1988, p. 78,83.

Na imagem à esquerda da Figura 24, mostra-se a antiga instalação da Fundação Tupy, localizada na região central da cidade, na rua Pedro Lobo, em meio a unidades comerciais e residenciais, completamente desativada na década de 1970, onde, desde 1995, funciona o Shopping Mueller Joinville. E, na imagem à direita, da referida figura, vê-se a mesma indústria instalada na região leste do município, sobre área de manguezais em processo de destruição. Pouco adiante dos galpões da empresa, visualiza-se a Lagoa do Saguauçu, que foi durante muitos anos bastante utilizada para transportar matéria prima e produtos industrializados.

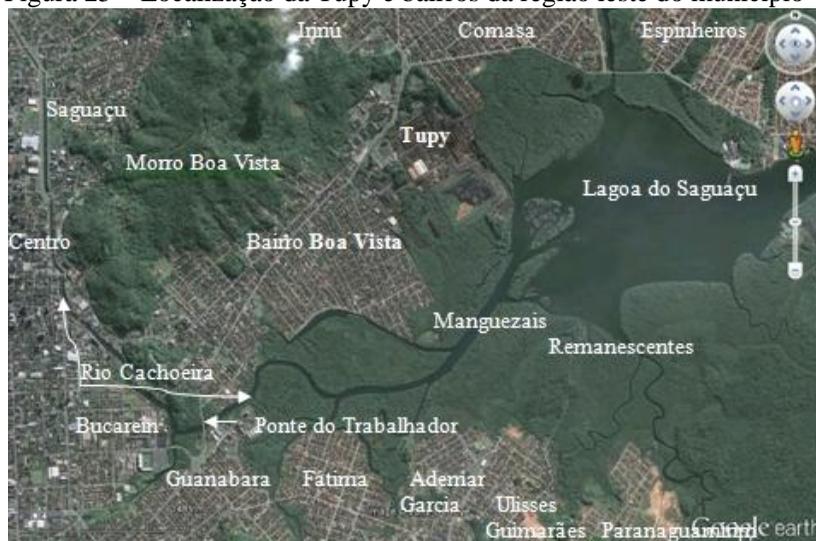
Além de a Tupy poder utilizar a Lagoa do Saguauçu e a Baía da Babitonga no escoamento de sua produção para o porto de São Francisco do Sul, uma vez que, na década de 1950, as estradas também eram precárias na região, a indústria se beneficia da disponibilidade de terras baratas e acessíveis, próximas ao centro da cidade para a instalação de seus trabalhadores, indispensáveis no desenvolvimento das atividades produtivas.

A transferência da empresa para a região do Boa Vista demanda do poder público a criação de estradas e a instalação de rede de energia elétrica, que por sua vez estimula a fixação de trabalhadores, a expansão da malha urbana, bem como da indústria e a economia da cidade. Dessa forma ocorre aumento da população residente e a abertura de escolas, lojas comerciais, estabelecimentos de prestação de serviços e novas industriais.

A Fundação Tupy incentiva a economia do município e em especial do mencionado bairro, por meio da geração de renda e elevação do número de emprego.

Observando-se a Figura abaixo é possível perceber a influência da Tupy na ocupação da região leste do município, uma vez que na década de 1990 chega a empregar mais de 9.000 trabalhadores, muitos dos quais residem nas proximidades da empresa.

Figura 25 – Localização da Tupy e bairros da região leste do município



Fonte: Google, 2012.

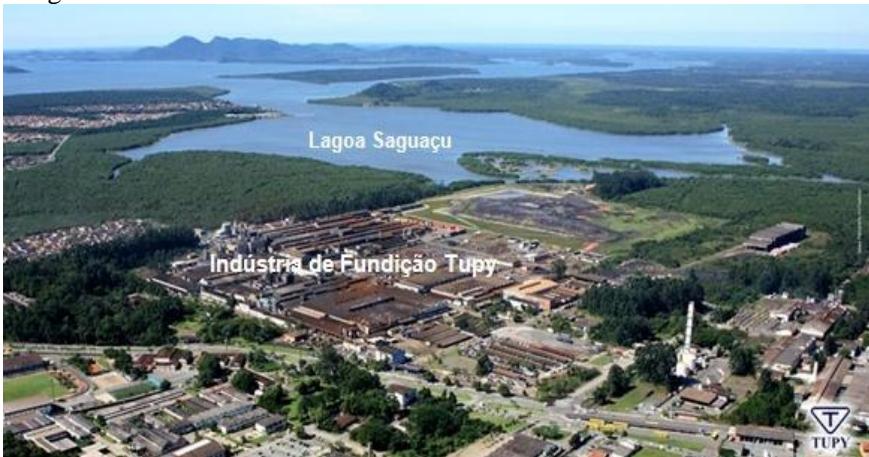
Na imagem aérea da Figura 25 é possível visualizar o rio Cachoeira, a ponte do Trabalhador, a Tupy, o morro¹²³, o respectivo bairro Boa Vista, a Lagoa do Saguçu, as áreas de manguezais remanescentes e a configuração parcial dos bairros Espinheiros, Comasa, Irirí, Saguçu, Centro, Bucareim, Guanabara, Fátima, Ademar Garcia, Ulisses Guimarães e Paranguamirim.

¹²³ Em 1946 assinala-se que o município de Joinville atravessa um sério problema de saúde pública, com 201 pessoas com malária. Fiscais da saúde chegam a capturar 1.173 pernilongos transmissores da doença. Por conta disso o próprio morro da Boa Vista sofre desmatamento (GEHLEN, 2011), uma vez que se chega a associar a procriação do mosquito com a presença da mata no respectivo morro.

Além da Tupy, outras empresas também impulsionaram a economia e a urbanização dos bairros, a exemplo das indústrias Tubos e Conexões Tigre/Hansen, Consul, Embraco, Duque, Schulz, Wetzel, Akros e demais que demandaram grande número de operários, bem como de várias que já encerraram suas atividades: Busscar, Meias e Malhas Centauro, Martric, Cassemiro Silveira, Nylonsul, Raimann e Ambalit.

No início da década de 1980, a inauguração da ponte do Trabalhador sobre o rio Cachoeira possibilita a circulação dos moradores entre os bairros da região leste da cidade e o deslocamento de muitos operários para a indústria Tupy (Figura 26).

Figura 26 – Tupy ao lado da Lagoa do Saguau, na região de manguezais



Fonte: Tupy, 2012.

Na figura acima se visualiza as instalações da Tupy, ao lado da Lagoa Saguau, em meio a áreas de manguezais remanescentes e já degradados pelo desmatamento, aterro e construção de edificações. Ao fundo, a Lagoa do Saguau, contígua à baía da Babitonga, pela qual se chega ao porto marítimo de São Francisco do Sul.

Em 1954, depois de mais de um século da fundação de Joinville, a transferência da Fundação Tupy para a região leste marca uma fase de crescimento econômico da cidade, segundo Ternes (1988, p. 81):

Uma empreitada de proporções épicas jamais ousada em solo joinvillense desde a chegada dos

primeiros imigrantes, em 1851. Repetir-se-ia, um século depois, a façanha da colonização. Agora, pioneiros da civilização industrial venceriam de novo o mato e o manguê para fixarem as chaminés do progresso, os fundamentos da modernidade joinvillense.

A seguir, pela Tabela 19 tem-se o expressivo aumento do quadro de funcionários da Fundação Tupy, no período compreendido entre os anos de 1953 a 1962. A evolução do número de operários sugere uma equivalente expansão econômica da empresa, bem como demográfico-urbana do bairro Boa Vista e região circunvizinha.

Tabela 19 – Nº de funcionários da Fundação Tupy (1938 a 2010)

ANO	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS
1938	60
1942	500
1953	740
1958	1.160
1962	3.000
1970	3.072
1972	4.500
1973	5.155
1975	6.000
1980	6.765
1990	9.264
2000	5.428
2010	8.100

Fonte: Tupy, 2011

Ao comentar a importância da Fundação Tupy, Maria Aparecida Borgueti Zafalon¹²⁴ (2008, p. 93-94) alerta a comunidade para o compromisso com o meio ambiente, bem como destaca que,

[...] toda e qualquer peça de vestuário [...], toda e qualquer peça do produto do trabalho do homem depende direta ou indiretamente de fundição, de peças fundidas. Então a fundição é a indústria-

¹²⁴ Ex-coordenadora do Museu da Fundação de Joinville.

mãe das demais indústrias (a indústria de base), que fabrica máquinas. E como tal ela é uma indústria altamente poluidora.

Na primeira metade do século XX, a malha urbana do município concentrava-se em um pequeno centro, dentro do qual se encontrava o comércio e a indústria e partiam as vias públicas, em direção aos bairros, traçadas desde o início da colonização (PEU, 1987).

À proporção que a Fundação Tupy e o povoamento da região leste se expandem, no bairro Boa Vista, surgem unidades comerciais, industriais, educacionais e de prestação de serviço, a exemplo da Escola Técnica Tupy, fundada em 1959, a Cooperativa de Consumo da Tupy, criada, em 1962, para os trabalhadores da empresa (aberta ao público em geral), e o Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, inaugurado em 1984, construído sobre uma área doada pela empresa.

A implantação do Conjunto Habitacional Comasa do Boa Vista ocorre em 1972, promovido em sistema de parceria com a Prefeitura Municipal de Joinville que realizou a infraestrutura urbana no local, e o Banco do Estado do Paraná que disponibilizou o financiamento das casas aos trabalhadores.

De acordo com Bender (2012), a administração da Fundação Tupy se preocupava com a questão social, buscando assegurar qualidade de vida aos funcionários, bem como à comunidade joinvillense. Essa atitude também é demonstrada mediante a doação de um terreno para construção de 500 casas populares, compreendidas pelo projeto Habitacional Comasa do Boa Vista. Na década de 1970, a Tupy também disponibilizou pensão para abrigar trabalhadores migrantes.

Em conversa com o autor desta Tese, Alois Prachthaüser (1995), disse que na década de 1970, após ser demitido, por ocasião de uma reestruturação interna da empresa, teria pedido ao diretor proprietário da fundição para continuar no emprego, visto que dependia do salário para sustentar seis filhos ainda de menor idade. Diante da solicitação, Dieter Schmidt concordou em recontratá-lo, dizendo-lhe que seria preferível ele ficar sem vinho na mesa que privar sua família do pão.

Apolinário Ternes (1988, p. 124) escreve que a Tupy constitui marca de progresso em Joinville. Em 1968, 70% dos veículos brasileiros contêm peças da fundição.

Em 1970, quando a Volkswagen produzir o seu milionésimo veículo no País, a marca Tupy estará presente em 875.000 destes automóveis utilitários,

e a produção global para a indústria automobilística, nesse ano, registra o fornecimento de 3.500.000 tambores de freio. Assim, a Fundação é uma das grandes fornecedoras de peças para a indústria do automóvel no País, sendo a maior fornecedora de ferro maleável à Volkswagen brasileira.

Ao fornecer componentes automotivos para as montadoras (Wolkswagem, Ford, General Motors e BMW), a Tupy expande sua influência para além do espaço local, estadual e nacional. Seu crescimento ajuda a projetar o setor metal-mecânico da cidade, incentivando o segmento de moldes, usinagem e ferramentaria¹²⁵, também estimulado pela indústria do plástico.¹²⁶

A Tupy proporciona novas oportunidades de emprego a muitos migrantes oriundos de vários municípios brasileiros e influencia a instalação de outras indústrias nas proximidades, como a Granalha de Aço, fundada em 1956; Plásticos Tupiniquim, atual Termotécnica¹²⁷, inaugurada em 1961; Perfilados Tupy, atual Metaltécnica, em 1975; Tupiniquim Termoindustrial, atual Dânica Termotécnica¹²⁸, em 1976; Tupiniquim Polímeros, atual Tupy Termoindustrial, em 1981; a Indústria Vick Ltda., em 1969; a Mecânica Boa Vista, em 1966.

Ao analisar o expressivo ingresso de trabalhadores atraídos pelas indústrias joinvillenses, especialmente pela Fundação Tupy, Niehues (2000) pontua sua importante participação para o desenvolvimento

¹²⁵ Entre os dias 20 a 23 de março de 2012, Joinville realiza sua 6ª edição da Feira de Ferramentaria Modelação e Usinagem (FMU), tendo a participação de empresas de renome internacional, com o intuito de estimular negócios e o respectivo segmento produtivo industrial da cidade.

¹²⁶ Para compreensão da gênese, significado e importância dessa atividade produtiva em Joinville, sugere-se a leitura da Tese de Doutorado do professor e pesquisador Fábio Napoleão (2005).

¹²⁷ Fundada por Dieter Schmidt em 1961, a Termotécnica é a maior indústria transformadora de EPS (Políestireno Expandido), mais conhecido como isopor, da América do Sul. No Brasil lidera a produção de embalagens para produtos industriais. Possui filiais, em Goiânia/GO, Sumaré/SP, São José dos Pinhais/PR e Manaus/AM (TERMOTÉCNICA, 2012).

¹²⁸ Atualmente a Dânica Termotécnica de Joinville (matriz), possui 19 filiais e conta com 850 colaboradores. Na América Latina, é líder na produção de painéis (3 milhões de m²) e de portas termoisolantes (25 mil) por ano (DANICACORPORATION, 2012).

socioeconômico da cidade, por vezes, preteridos pela própria história em favor do empreendedorismo dos imigrantes.

Na vida política, a Fundação Tupy projeta várias lideranças empresariais no governo e na administração pública, a exemplo de Nilson Wilson Bender, Diretor da Tupy, eleito Prefeito Municipal para o mandato de 1966 a 1970 e Hans Dieter Schmidt, sócio e diretor executivo da fundição, nomeado Secretário da Indústria e Comércio do Estado de Santa Catarina em 1981¹²⁹.

Segundo a Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Joinville (IPPUJ, 2008):

A implantação da Tupy (atualmente com mais de 7.000 funcionários) influenciou o crescimento populacional do bairro Boa Vista, nos anos seguintes, além de acelerar a instalação dos serviços de abastecimento de energia elétrica e de água encanada que aconteceu no início da década de 1950.

Pouco mais de vinte anos de sua fundação, nos anos de 1960, a Tupy torna-se a maior fundição da América Latina, projetando a indústria metalúrgica e de moldes, bem como de usinagem e ferramentaria (esta ocupa o segundo lugar nacional), reconhecida pelo *know-how* e capacidade tecnológica. Segundo Relatório de contribuinte por Atividade da PMJ (2011), em Joinville há aproximadamente 400 empresas vinculadas a esse segmento produtivo¹³⁰. No período de 20 a 23 de março de 2012, no Megacentro Wittich Freitag, realiza-se a 6ª Feira de Ferramentaria de Modelação e Usinagem (FEIRA DE FERRAMENTARIA, 2012).

Na década de 1960, a ampliação das instalações na região leste leva a Fundação Tupy a encerrar as atividades no centro da cidade e a se transferir integralmente para o bairro Boa Vista. Desse modo,

¹²⁹ Além de Nilson Wilson Bender, Prefeito Municipal ligado à indústria, eleito em 1966, destaca-se o nome do industrial Wittich Freitag (fundador das indústrias Consul, em 1950, e da Embraco, em 1971), que por duas vezes vence as eleições municipais. A primeira vez em 1983 e a segunda em 1993.

¹³⁰ De maneira semelhante ao que ocorre com os setores metal-mecânico e plástico em Joinville, em Blumenau e Brusque acontece com o setor têxtil e confecção, com centenas de empresas de pequeno, médio e grande porte em funcionamento.

estimulando ainda mais a ocupação dessas áreas de manguezais remanescentes nas proximidades da empresa.

Na década seguinte, a expansão dos negócios da Tupy leva-a a adquirir, bem como criar novas unidades industriais, dentro e fora do país, como a Fiação Otto Hertz no Estado de São Paulo, adquirida em 1954; a subsidiária Tupy, em Hamburgo (Alemanha), em 1977/1979; a Plasbe (atual Tupy Tecnoplástica), em São Bento do Sul (1986); a Tupy Tubos e Conexões (PVC), em São Paulo (1986); Tupy Tecnoplástica, no Rio de Janeiro (1987) e, no ano seguinte (1988), Tupy Goiás Tubos e Conexões, Tupy Mecanoplástica, Foseco – Tupy Produtos Metalúrgicos, Tupy Plásticos de Engenharia e Tupy Termotécnica – Isolamentos (TERNES, 1988).

Em Joinville, a unidade da Fundação Tupy se destaca na produção de blocos de motor, sistema de freio, suspensão, eixos, transmissão e direção, destinadas ao abastecimento de indústrias montadoras do setor automobilístico e na fabricação de conexões, gralhas e perfis diversos para o respectivo mercado consumidor nacional (TUPY, 2012).

Passados quase 60 anos de funcionamento da Tupy na região leste do município, é possível perceber o equívoco (erro) de sua instalação naquele lugar, permeado por áreas de manguezais que, além de destruir parte dessas áreas com resíduos de fundição, tem influenciado na poluição¹³¹ e assoreamento da Lagoa do Saguacu, cuja diminuição da profundidade das águas impede a própria empresa de utilizar o transporte hídrico.

Nos dias atuais, a Tupy utiliza somente o transporte rodoviário que atravessa bairros urbanizados, próximos à região central da cidade (Bucarein e Anita Garibaldi, ou Bucarein, Floresta, Boehmerwald). Diariamente, são 80 caminhões de 10 m³ de areia fina que são transportadas para a realização do processo de fundição na empresa. Mesmo assim, a fundição consegue expandir-se. No presente momento, compreende um grupo de empresas (Grupo Tupy), atuando em vários setores, com filiais espalhadas por todos os continentes.

Nas últimas décadas do século XX, o despertar da consciência ambiental está levando muitos joinvillenses a perceberem não somente os benefícios gerados pela empresa, mas também os danos provocados ao ecossistema. Resíduos de fundição, despejados livremente sobre

¹³¹ Claudia Rocha (2005) analisa a falta de tratamento do esgoto sanitário e sugere a implantação de um sistema de Tratamento, em conformidade com normas de controle e qualidade do meio ambiente.

terrenos baldios e constituídos por áreas de manguezais têm contaminado o solo, os cursos d'água e o lençol freático, visto que até a década de 1970, o tratamento desses resíduos não era feito, pois não havia essa preocupação por parte da sociedade e do poder público.

Em depoimento ao autor da tese, Osmar Pinoti¹³² (Presidente do Sindicato dos pescadores da região joinvillense, no período de 2006 a 2010) declarou que a Tupy despejou resíduos (restos de macharia, de moldes) e muita areia utilizada no processo de fundição¹³³ no interior da baía da Babitonga e sobre áreas de manguezais do município, por vezes a pedido dos próprios moradores que desejavam aterrar seus lotes.

Em depoimento concedido ao autor da Tese, Gert Roland Fischer (2010) declara que a região ocupada pelo Shopping Muller guarda um enorme passivo ambiental¹³⁴, acumulado ao longo de décadas de funcionamento da Fundição Tupy no local (1938 a 1960), antes de sua transferência para a região citada (Cf. Figura 24).

¹³² PINOTI, Osmar. Depoimento prestado ao autor desta Tese, em 10 de fevereiro de 2012.

¹³³ Pelos estudos analisados verifica-se que ainda faltam pesquisas sobre os efeitos negativos que a areia de fundição pode provocar ao homem e ao ecossistema. Para tanto, sugere-se investigar a vida dos moradores do bairro, especialmente instalados sobre lotes aterrados com areia de fundição.

¹³⁴ Assim como as obrigações de uma empresa, para com terceiros, constitui o passivo contábil, os danos causados ao meio ambiente representam um passivo ambiental, uma dívida social, ocasionada por uma empresa, instituição ou indivíduo. A identificação do passivo ambiental pode ser feita por meio do EIAs (Estudo de Impactos Ambiental), com o objetivo de “identificar todos os efeitos ao meio ambiente que podem ser originados pelas atividades das companhias, bem como os mecanismos que devem ser utilizados para contê-los, sendo um ponto de partida não apenas para identificar os fatos geradores dos passivos ambientais, mas também para atribuir valores a eles em função, dentre outros aspectos, do custo dos insumos requeridos, dos investimentos em máquinas e equipamentos, extensão da área que deve ser recuperada e volume de refugos que devem ser tratados e as RIMAS (Relatórios de Impacto ao Meio Ambiente), que descreve o ocorrido, em relação ao meio ambiente, durante o processo operacional. Este documento identifica os efeitos ambientais, possibilitando a mensuração dos custos ambientais” (KRAEMER, 2010, p. 5). Segundo Dullely (2004), ativos e passivos ambientais são as mais recentes tentativas de valorização dos recursos ambientais, naturais.

Grande quantidade de areia de fundição foi lançada na localidade, contaminando o solo, subsolo, lençol freático e as águas do rio Mathias, ao lado do qual se encontrava instalada.¹³⁵

Gert Fischer (2010) também destaca que no período em que a empresa utilizava o transporte hídrico para aquisição de areia de fundição, extraída na região de Araquari e imediações, resíduos de fundição contendo óxido de ferro poluente foram despejados no leito da Lagoa do Saguacu, durante o próprio percurso de busca da matéria prima.

Nesse sentido, a pesquisa realizada por Oliveira et al (2006) comprova a existência de metais pesados¹³⁶, zinco, cromo, cobre, chumbo, arsênio, mercúrio, cádmio e níquel na Lagoa do Saguacu. Destacando que a concentração desses metais era mais expressiva em 1982 se comparada com a do ano de 2000, por conta do maior controle ambiental.

A instalação da Fundição Tupy no bairro Boa Vista tenha se dado antes de 1965, data da promulgação do primeiro plano diretor da cidade (Plano Básico de Urbanismo) e do Código Florestal Brasileiro, que estabelecem os manguezais como áreas de preservação permanente (APP).

Entretanto, em decorrência das atividades poluentes, a fundição representa o ‘calcanhar de Aquiles’ para o Poder Público Municipal que tem a responsabilidade de encaminhar as demandas em favor da preservação da natureza.

Em vários pontos da cidade ainda é possível perceber a poluição (fuligem) expelida pelas chaminés dessa fundição (bem como de outras de menor magnitude), transportada pelo vento e dispersada sobre a superfície do solo, telhados, calçadas e mesmo no interior das casas, onde também é aspirada pelas pessoas.

Segundo Paulo Moritz Neto (2003), dados estatísticos referentes ao índice de mortalidade por doença pulmonar obstrutiva crônica, registrados no ano de 1998, indica maior incidência no bairro Boa Vista,

¹³⁵ Ao analisar os passivos ambientais em Joinville, Giesel (2007) comprova laboratorialmente a presença de elementos contaminantes nas águas subterrâneas das bacias hidrográficas do município e infere sua correlação com doenças existentes, comprovadas pelo potencial patogênico descrito na literatura.

¹³⁶ “[...] o poder cumulativo dos metais pesados representa risco à saúde das populações, mesmo quando expostas a baixas concentrações, mas em períodos longos de exposição” (OLIVEIRA et. al., 2006, p. 75).

em parte, devido à presença de resíduos poluentes expelidos pelas chaminés de fundição de ferro.¹³⁷

Apesar da atividade altamente poluente da referida fundição, localizada em área ambientalmente frágil, seu Alvará de funcionamento é anualmente renovado pelo poder público municipal, visto que, além de empregar milhares de trabalhadores e desempenhar função importante para a economia da cidade, no passado sua instalação foi autorizada pela PMJ.

Ao mesmo tempo em que a Tupy tem sua expansão econômica favorecida pelo Estado ao receber autorização para se instalar sobre área de manguezais, atualmente ela se encontra pressionada a conter a degradação no bairro Boa Vista, por meio de ações capazes de mitigar¹³⁸ o passivo ambiental produzido na cidade.

Conforme Milare e Benjamin (1993), a degradação da natureza pode ser atenuada mediante a realização de medidas preventivas ou mitigadoras que compreendem aspectos naturais e sociais, delineados ao longo do desenvolvimento econômico da cidade.

Em função disso, para o cumprimento da legislação ambiental que prevê diferentes formas de compensar a degradação¹³⁹, a empresa

¹³⁷ Ao se analisar a degradação na cidade, também, destaca-se a dissertação realizada por Ruy Pedro Schneider (1999), na qual discute a poluição do rio Cachoeira e alerta o Estado para ações civis judiciais e criminais por negligência e omissão ao cumprimento da legislação ambiental, que estabelece a obrigatoriedade de preservar o meio ambiente e seus cursos hídricos, como forma de assegurar à qualidade de vida a toda a sociedade. Nesse sentido, Francisco Carlos Duarte (2009) igualmente assinala que populações prejudicadas por algum tipo de agente poluente, produzido dentro ou fora do município, poderão reivindicar junto ao Poder Público, indenização por danos a saúde e ao desempenho de atividades voltadas para o seu sustento. Ações dessa natureza poderão beneficiar todos àqueles que de alguma maneira possam estar sendo prejudicados em função de danos causados ao meio ambiente, por descaso e negligência.

¹³⁸ Como exemplo de ações mitigadoras, para conter a degradação da natureza, menciona-se o reflorestamento de áreas desmatadas, o estabelecimento de parques florestais, a preservação de parte da propriedade (reserva legal), que não pode ser utilizada e desmatada, a compensação ambiental, mediante aquisição de uma área de floresta, equivalente a área a ser desmatada, explorada, para a realização de um empreendimento econômico-produtivo.

¹³⁹ O Item VII, do Artigo 4º., da Lei n.º 6.938/81, que trata sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, prevê “à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da

possui extensas áreas florestais que agregam valor patrimonial e garantem a continuidade de seu funcionamento.

Ao mesmo tempo em que Joinville é beneficiada pela expansão da fundição, também é prejudicada pela poluição e destruição de áreas de manguezais, com a instalação de milhares de trabalhadores para o seu entorno geográfico, inicialmente, bastante carente de infraestrutura urbana.

Embora o município de Joinville tenha se projetado como o maior polo econômico catarinense, especialmente vinculado ao setor metal mecânico, o poder público municipal se encontra diante do desafio de firmar sua economia, preservando os recursos naturais, bem como encaminhando uma solução consistente para a segregação socioespacial que adquiriu visibilidade na ocupação das áreas de manguezais.

2.7 OCUPAÇÃO DOS MANGUEZAIS DO BAIRRO BOA VISTA

Neste tópico, busca-se a compreensão de como essa ocupação foi impulsionada pelo desenvolvimento econômico, norteador pela expansão da indústria, particularmente do setor metal mecânico, vinculado ao setor automobilístico e à urbanização nacional.

Conforme comprovam registros, remanescentes, presentes em sambaquis (sítios arqueológicos contendo artefatos, oficinas líticas, conchas, esqueletos) há mais 5.000 anos o bairro Boa Vista tem sido objeto de ocupação por esses povos primitivos sambaquianos. Sua presença era favorecida pelas condições geográficas favoráveis que propiciavam a reprodução de peixes, mariscos, caranguejos, moluscos, nos cursos hídricos e áreas de manguezais, bem como de pássaros e animais silvestres.

Interesses econômicos e a falta de compreensão do seu valor histórico ocasionaram a destruição de muitos sambaquis para a fabricação de cal, aterros e até mesmo vias públicas.

Ao longo da história, a exploração dos recursos naturais e a ocupação do espaço ocorrem em base às necessidades econômico-sociais imediatistas, muitas vezes, sem considerar as consequências

contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos”. Nesse sentido, Cairncross (1992, p. 26,99) sugere estratégias ambientais governamentais, dando “incentivos às empresas no sentido de introduzir produtos mais verdes e maneiras mais verdes de produzi-los”, como forma de fazer valer o princípio de “quem polui paga”.

dessa prática que ocasiona, por exemplo, a destruição do patrimônio cultural (sambaquis) e natural (manguezais), conforme se verifica em Joinville e especificamente no bairro Boa Vista.

Em 1969, devido a maior valorização em torno do conhecimento da cultura dos povos que habitaram a região, o poder público municipal cria o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (Lei Municipal n.º 1042) que, atualmente, já possui dezenas desses sítios (sambaquis) cadastrados (IPPUJ, 2010/2011).

Segundo Mário Sérgio Oliveira (2000), no município há 37 sítios arqueológicos de sambaquis, dos quais 54% estão em Área de Preservação Permanente de Mangue (APPM).

Apesar de se desconhecer o motivo do seu desaparecimento, sabe-se que os povos sambaquianos foram sucedidos pelos indígenas e estes, antes mesmo da fundação da Colônia Dona Francisca, por pequenos agricultores vicentistas, luso-brasileiros. Assinala-se que a ocupação litorânea, tanto por povos sambaquianos, quanto por indígenas, não ocasiona alterações contundentes no ecossistema.

Em 1849, a negociação de oito léguas quadradas de terras pertencentes aos príncipes com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo possibilita a implantação da colônia, bem como a valorização fundiária, sobretudo com a abertura da Estrada Dona Francisca, concluída na década de 1870.

Nesse sentido, Ficker (2008, p. 135,138) chega a escrever que havia certa “rivalidade entre o empreendimento colonial de Hamburgo e a administração dos bens de sua Alteza Real, o Príncipe de Joinville”. Léonce Aubé, procurador do Príncipe, “entrava em verdadeira concorrência com a Colônia, aforando lotes da sesmaria adquirida na margem oposta do Rio Cachoeira”. Em 1853, essa sesmaria acusava a existência de 10 casas. Três anos mais tarde “já se tinham vendido 25 lotes em forma de ‘arrendamento’. A iniciativa de Léonce Aubé “não somente teve finalidades lucrativas, como ainda foi o começo da exploração das vastas áreas pertencentes ao Príncipe de Joinville, ao norte da Colônia Dona Francisca”. Para iniciar a exploração comercial das terras foram abertas estradas e a sua ocupação.

Nos primeiros anos da colonização, a maior parte da atividade humana acontece próximo aos rios Mathias, Cachoeira e Bucarein, pelo fato de servirem como meio de acesso natural das pessoas e o transporte de mercadorias, assim como a Lagoa do Saguacu, em cujas proximidades se encontravam áreas de manguezais, muitas das quais acabaram ocupadas e urbanizadas.

Os manguezais são frequentes na região leste do município, drenada por bacias hidrográficas que recebem águas da maré do Atlântico e transbordam sobre a sua superfície.

Nas décadas de 1950 a 1970 evidencia-se o crescimento da atividade industrial, seguida pelas crises econômicas das décadas de 1980 e 1990, quando acontece aumento do desemprego, terceirização do processo produtivo nas indústrias, baixa dos salários e empobrecimento da classe trabalhadora.

De acordo com Apolinário Ternes (1993, p. 189),

[...] a partir de meados da década de 1970 em diante, a prefeitura já não mais conseguiria dar encaminhamento eficiente às múltiplas situações de desequilíbrio social e atrofiamento urbanístico. Inapelavelmente, repetir-se-ão daqui para frente os casos de invasões, de ocupações desordenadas, de favelização das periferias e notadamente das áreas de mangue.

Conforme exposto, toda essa problemática decorre da comercialização das terras joinvillenses, incentivada pelas leis do mercado que favorecem a concentração de riqueza na mão de poucos. A especulação imobiliária tem sido praticada por muitas pessoas físicas e jurídicas (empresas), a exemplo do próprio Príncipe de Joinville e a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, ao vislumbrarem nas terras da Colônia a possibilidade de investimentos e captação de recursos, mediante a ocupação e comercialização das terras.

A acelerada expansão da atividade econômica industrial, acompanhada pelo povoamento de áreas até então ocupadas pela mata nativa e, particularmente, a vegetação de mangue, intensifica a degradação do ecossistema.

Quase um século depois da chegada dos primeiros imigrantes, a expansão do crescimento econômico pressiona a ocupação de áreas contíguas à Lagoa do Saguacu e à baía da Babitonga, por meio da instalação de fábricas, unidades residenciais, comerciais e obras de infraestrutura urbana.

Desde a primeira revolução industrial, ocorrida a partir do século XVIII, acontece crescente aumento da produtividade, vinculada ao lucro e ao consumo inconsequentes, uma vez que se passa a enxergar o espaço de ocupação e a natureza como mercadoria possível de apropriação e

comercialização, assim como os recursos naturais e o trabalho dos homens.

Esse processo é iniciado com a aquisição de extensa área de terras para a instalação da Fundação Tupy, parte das quais de manguezais pertencentes à União, onde, nos anos seguintes realizam-se obras de aterro e construção da nova sede e unidade fabril.

Segundo Ternes, Corrêa e Rosa (1992, p. 29), antes da instalação da Tupy no bairro Boa Vista havia famílias que se dedicavam às

[...] plantações de subsistência e à criação de animais [...]. O arroz era cultivado em larga escala e vendido às firmas Lange, Colin & Cia. Ltda. e Comércio e Indústria Germano Stein S. A. [...]. A maioria dos moradores praticava a pesca [...]. Como o verde era abundante na região, existia muita caça [...].

Mais tarde, a ocupação dessas áreas de manguezais está ligada à necessidade de terrenos disponíveis e acessíveis para a construção de moradias populares, a fim de abrigar famílias de baixa renda, em sua maioria constituída de migrantes egressos dos meios rural e urbano, que busca se fixar nas proximidades da indústria.

De acordo com Ternes (1993, p. 162), na década de 1950

Joinville vive as transformações de um ininterrupto processo de industrialização. A oferta de emprego é superior ao que a cidade normalmente poderia atender, e começa assim um novo ciclo de emigração, transfigurando a geografia da cidade e desfigurando de forma definitiva do joinvillense.

A ampliação da atividade industrial influencia o ingresso de migrantes do campo e da periferia de grandes cidades, notadamente de Curitiba/PR, que chegam na busca de novas oportunidades de trabalho.

Muitos migrantes atraídos pela Fundação Tupy acabam instalando-se nas suas proximidades, mesmo sobre áreas de manguezais, originando favelas, sem estradas, energia e saneamento básico.

Embora o Código Florestal Brasileiro de 1965 constitua um impedimento legal para a ocupação de áreas de manguezais, nas últimas décadas do século XX, a própria Prefeitura Municipal de Joinville promove aterro de parte dessas áreas povoadas, nos bairros Boa Vista,

Fátima, Aventureiro, Comasa, Espinheiros, Iririú e Jardim Iririú, atendendo demandas político-sociais dos moradores, em termos de criação de infraestrutura urbana sobre essas áreas de manguezais ocupadas (Figura 27), sob risco e pena de continuar negligenciando esse fenômeno urbano que configurava a degradação desse tipo de ecossistema.

Figura 27 – Área de Manguezais ocupada nos bairros Comasa e Jardim Iririú



Fonte: Tebaldi, 2008, p. 182.

Na Figura 27, mostra-se a abertura de um canal para contenção de novas invasões de áreas de manguezais que, no passado, pertenceram ao bairro Boa Vista e, atualmente fazem parte dos bairros Comasa e Jardim Iririú, com partes urbanizadas pelo poder público municipal, entre os anos de 1986 a 1996.

Ao invés de se providenciar terreno e moradia em locais próprios e adequados para a instalação das famílias residentes nessas áreas alagadiças, a Prefeitura opta por urbanizá-las com verba do Governo Federal, a fim de melhorar um pouco esse espaço geográfico da cidade, garantindo-lhe a aprovação dos moradores beneficiados.

Nas últimas décadas do século XX, a expansão urbana sobre áreas de manguezais é agravada, devido à falta de uma política de crescimento econômico sustentável, isto é, uma política que contemple a natureza e a sociedade nesse processo.

Conforme o ambientalista Gert Roland Fisher (2012), nos últimos 35 anos Joinville perdeu 7,03 km² de áreas de manguezais, equivalente à área de 703 hectares. Sobre essas áreas estendem-se ruas, loteamentos e parte dos bairros da cidade.

No âmbito da cidade, o crescimento econômico resulta em ampliação da malha urbana, acompanhada de problemas socioambientais. Para encaminhá-los, o Estado cria “políticas de atenção à heterogeneidade da pobreza” (ARRETCHE 1995, p. 11), isto é, políticas de bem estar social (*Welfare State*), como é o caso da urbanização das áreas de manguezais, empreendimento denominado “Projeto Mangue”.

No período em que a Prefeitura Municipal realiza aterro e a urbanização dessas áreas (1986 a 1996), Belini Meurer (1993) denuncia os contrastes entre a região central da cidade, cartão postal, cuidado com canteiros de flores e a periferia, compreendida pelos bairros distantes da sede, muitas vezes constituídos sobre áreas de manguezais, até então bastante relegadas pelo poder público municipal.

No mesmo ano, Niehues (1993) contextualiza a institucionalização da urbanização das áreas de manguezais e assinala esse fenômeno como resultado da falta de uma política habitacional do Estado.

A ocupação dos manguezais também decorre do descaso político-econômico para com os trabalhadores de baixa renda, no sentido de não lhes providenciar locais acessíveis para a instalação de residências. Essa tarefa caberia, primeiramente, à administração pública municipal, estadual e federal, quanto à própria classe economicamente dominante, bastante atenta aos seus interesses¹⁴⁰.

¹⁴⁰ Embora para a cidade se desenvolver industrialmente precise de uma boa infraestrutura, fortemente requisitada por instituições como a ACIJ, assinala-se a falta de mobilização popular capaz de exigir do Poder Público, a necessária atenção para o encaminhamento dos problemas urbanos que afetam o conjunto da sociedade e, sobretudo, a classe menos favorecida, em termos de ensaibramento e asfaltamento das ruas, saneamento básico, melhoria no atendimento médico-hospitalar e escolas com educação de qualidade, para educação das crianças. Nesse sentido, destaca-se o trabalho do Padre Luiz Fachini, que desde a década de 1970 atuou nos bairros

Em razão da expansão econômica e do número dos trabalhadores, especialmente da referida fundição, o Governo Federal, por meio do Banco Nacional da Habitação, disponibiliza recursos para a implantação de um conjunto habitacional de 490 casas populares (Tabela 20), construídas pela Construtora Comercial e Industrial S.A. (COMASA), entregues em 1972. Esse conjunto habitacional estende-se sobre parte da área de manguezal.

Conforme já mencionado, a urbanização do bairro Boa Vista dá-se de forma arbitrária, por meio da invasão de áreas de manguezais e, de forma ordenada, através de loteamentos (ver Tabela 18).

Tabela 20 – Loteamentos aprovados pela PMJ, no Bairro Boa Vista (1953 – 1999)

ANO	DENOMINAÇÃO	Nº LOTES	RUA	PROPRIETÁRIO
-	Olimpio	70	Pref. Baltazar Buschle	Antonio Diogo de Oliveira
-	Jose Vicente Fernandes	04	Albano Schmidt	Jose Vicente Fernandes
-	Vila Guaia	177	Rio do Campo	Imobiliária Represent. Guaia Ltda.
-	Santa Terezinha	25	Albano Schmidt	Laurentino de Souza
-	Jose Vicente Fernandes	04	Albano Schmidt	Jose Vicente Fernandes
-	Luiz C. Junkes	16	Dr. Francisco Mascarenhas	Luiz C. Junkes
-	Schneider	182	Dos Ipês	Eronidina Raimundo
-	Jardim Horto Florestal	36	Cardeal Pacelli	Alberto Baugarten
-	Antonio De O. Borges	12	Pref. Helmuth Fallgatter	Antonio de O. Borges
-	Conj. Res. Tupy	490	Albano Schmidt	B.N.H.
-	Herd. Dr. Plácido Gomes	45	Albano Schmidt	Herd. Dr. Plácido Gomes
-	Planta Isabel Ii	30	Albano Schmidt	SIL (Soc. Investimentos Ltda.)
-	Planta Boa Vista	247	São Miguel	Alfredo E. Jorge K. Zattar

Floresta, Santa Catarina, Profipo, Boehmerwald e Itinga, liderando a formação de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), bem como a criação de cozinhas comunitárias e abrigo para crianças carentes, como é o caso da Fundação Pauli-Madi Pró Solidariedade e Vida, em funcionamento desde 1994.

-	Vila Boa Vista	121	Albano Schmidt	Rudolfo Bohn
1953	Boa Vista	107	Albano Schmidt	SIL e Jose Soares Lopes
1954	Arthur C. Mayer	61	Albano Schmidt	Arthur C. Mayer
1954	Rudolfo Garcia	28	Albano Schmidt	Rudolfo Garcia
1955	Bela Vista	39	Dr. Emilio Petry	Arthur Carlos Klug
1959	Central	98	Das Violetas	Antonio Wilpert e outros
1959	Jardim Colon	33	Albano Schmidt	Jose Vicente Fernandes
1961	PMJ	08	Albano Schmidt	PMJ
1963	Jardim Boituva	1.130	Prefeito Baltazar Buschle	Antonio Ari Santangelo
1964	Planta Bela Vista	25	Albano Schmidt	Paulo Mertens e Outros
1965	Gustavo Sell	32	Pedro Lessa	Gustavo Sell
1965	João De Souza	69	Paquetá	João de Souza
1968	Francisco B. Arins	28	Xavier Arp	Francisco B. Arins
1969	Dona Ana	49	Albano Schmidt	Eugenio Treischel
1969	Darcy Veridiano e Outros	11	Albano Schmidt	Darcy Veridiano
1977	Conj. Res. Pasteur II	81	Pasteur	Fundição Tupy S/A
1979	Jardim Carlos Gottschalk	58	Min. Luiz Galotti	Edgar Gottschalk
1989	Jardim Boituva III	107	Altair	Antônio Ari Santangelo
1980	Parque Resid. Moinho dos Ventos	718	Pref. Baltazar Buschle	W. Freitag Emp. Imob. Ltda.
1989	Lagoa Saguacu	207	Jose A. do Livramento	Coluna Comércio e Representações Ltda.
1989	Jardim Boituva III	107	Altair	Antônio Ari Santangelo
1994	Espinheiros II	580	Max Boehm	PMJ
1999	Boa Vista III	659	Santa Mônica	PMJ
1999	Vila Real	37	BR - 101	PMJ
Total de Lotes:		5.624		

Fonte: PMJ/SEINFRA. Unidade de Parcelamento do Solo, 2012.

Na Tabela 20 observa-se o ano de aprovação da maioria dos loteamentos no Bairro Boa Vista, sua denominação, a rua de acesso e os respectivos proprietários dos loteamentos aprovados pela PMJ, no período que vai de 1953 a 1999. O primeiro loteamento público, de 490 lotes, pertence ao BNH e a PMJ realiza um total de 1.284 lotes. O maior loteamento, de 1.130 lotes, aprovado em 1963, na rua Pref. Baltazar

Buschle, pertencente a Antonio Ari Santangelo. A Tupy realiza um loteamento de 81 lotes, em 1977, o Conjunto residencial Pasteur II, na rua Pasteur.

O forte ingresso de migrantes de baixo poder aquisitivo pressiona o Estado, o poder público e privado a promoverem loteamentos no bairro Boa Vista, por vezes sobre áreas de manguezais, como forma de encaminhar, ainda que de maneira insuficiente, a demanda por moradia no espaço da cidade.

Durante o ‘milagre econômico brasileiro’ e o vislumbrar de um novo horizonte para o país, percebe-se forte expansão urbana sobre áreas sem infraestrutura e impróprias à ocupação, visto que se considerava que os problemas socioambientais

[...] se resolveriam naturalmente como consequência do crescimento econômico: a famosa partilha do bolo delfiniano. Nessa perspectiva, a cidade era tida como um aspecto relevante do processo econômico. Ela precisava estar ajustada ao projeto desenvolvimentista. Deveria representar, simbolicamente, os anseios de um país ansioso por desenvolver-se, industrializar-se, tornar-se moderno (MENEZES, 1996, p. 34).

Nesse sentido, David Harvey (2012) considera que o capitalismo não resolve as crises, mas apenas as transfere geograficamente de um lugar para outro, já que elas fazem parte da própria manutenção do sistema.

Ao se integrar ao mercado econômico brasileiro, Joinville é influenciada, tanto pelo crescimento da economia nacional, principalmente no final dos anos de 1960 e início de 1970 (um desdobramento da crise internacional do petróleo que nos EUA acontece nesta década) quanto pela recessão dos anos de 1980 e 1990.

Se por um lado a terceirização beneficia o capital industrial ao diminuir gastos com mão de obra, por outro lado, empobrece a classe trabalhadora que se vê pressionada a ocupar áreas impróprias de baixo valor econômico.

Essa situação leva o próprio poder público a permitir a ocupação de áreas impróprias, tanto para instalação de indústrias, quanto residências para abrigar os trabalhadores das fábricas.

Nesse sentido, realiza a urbanização do mangue (Projeto Mangue), que consiste na realização de aterro, arruamento, saneamento

básico e instalação de energia elétrica nas áreas de manguezais ocupadas, especialmente durante as décadas de 1970 a 1990, com o intuito de estabelecer melhorias das condições habitacionais precárias dos moradores, bem como conter novas invasões das áreas, por meio da abertura de um canal artificial para contenção de novas invasões e a conscientização dos habitantes, particularmente os beneficiados pelo empreendimento sobre a importância da preservação dos manguezais remanescentes.

Ao participar da realização desse empreendimento, que implica a urbanização dessas áreas de manguezais ocupadas, o ex-secretário municipal, Marcos Antônio Tebaldi, torna-se uma das principais figuras públicas envolvidas nesse processo. Por consequência desse envolvimento, consegue eleger-se facilmente ao cargo de vereador em 1992 (segundo mais votado), prefeito municipal em 2004, e deputado estadual em 2010.

Em depoimento concedido ao autor da Tese, Juarez dos Santos (2012) declara que em 1976, por ocasião de sua mudança do município de Itajaí/SC para o bairro Boa Vista, a ocupação da rua dos Gerânios (ver Figura 28) estendia-se até a sua casa, localizada a aproximadamente 50 metros de distância da rua Albano Schmidt. Nos anos seguintes, presencia essa ocupação de manguezais por famílias de baixa renda, nessa rua dos Gerânios até as proximidades da atual Avenida Beira Mangue (ainda não concluída)¹⁴¹, numa extensão de aproximadamente 500 metros.

O depoente acima igualmente destaca que as casas das famílias inicialmente bem simples, construídas sobre terrenos alagadiços sofriam frequentes inundações da maré. Com o passar do tempo, porém, os terrenos receberam aterro e aos poucos, as construções simples foram substituídas por novas edificações, melhores e mais confortáveis.

¹⁴¹ Iniciada na década de 1990, a avenida Beira Mangue margeia o canal fluvial, aberto pela Prefeitura Municipal de Joinville para impedir a continuação do processo de ocupação das áreas de manguezais remanescentes.

Figura 28 – Vista parcial do bairro Boa Vista



Fonte: Google, 2012.

Na Figura 28 mostra-se: parte do bairro Boa Vista; o canal aberto para conter a invasão de manguezais remanescentes; áreas de manguezais remanescentes, e; a rua dos Gerânios ocupada nas décadas de 1970 e 1980.

Ao analisar a ocupação dos manguezais de Joinville, Luiz Alberto Souza (1991) assinala o envolvimento das indústrias, dos proprietários fundiários, dos trabalhadores de baixa renda, dos promotores imobiliários e do próprio Estado. E também sugere sua vinculação ao sistema econômico dominante, bem como a estruturação urbana que, no Brasil, origina-se no início da fase republicana e, no município, agrava-se nas décadas de 1970 e 1980 com o fenômeno migratório; o mesmo autor (2005) igualmente aborda a transformação socioespacial ocasionada pela urbanização, que em menos de 100 anos leva as cidades a concentrarem mais da metade da população mundial. Aponta como uma das consequências desse processo: a emergência do *direito à cidade*. Desafio a ser encaminhado por meio de políticas urbanas que contemplem “a função social da propriedade e da cidade”, uma vez que o Plano Diretor (Plano Urbano) e a legislação vigente ainda se mostram incapazes de garanti-lo.

Ronaldo Gomes Silveira (1994) também estuda o processo de urbanização dos manguezais, áreas impróprias à ocupação humana e o desenvolvimento de atividades econômico-produtivas no espaço da cidade, remetendo a mesma linha de raciocínio de Souza (1991).

Embora até a década de 1980 tivesse ocorrido a construção de alguns poucos conjuntos residenciais verticais, Joinville evidencia uma característica de urbanização essencialmente horizontal, que se expande sobre áreas de manguezais, principalmente durante as décadas de 1970 e 1980 (Figura 29). Já, nas décadas seguintes, a maior fiscalização e proibição desse tipo de ocupação pressionam a cidade para uma configuração urbana mais da verticalizada.

Figura 29 – Vista parcial da região contemplada pelo Projeto Mangue.



Fonte: Tebaldi, 2008, p. 190.

Através da Figura 29 vê-se parte da região leste do município, compreendida por áreas de manguezais ocupados e ainda remanescentes, que limitam a expansão da malha urbana, permeados por cursos hídricos que deságuam na Lagoa do Saguacu. Na parte esquerda, estão os morros do Finder e da Boa Vista, em torno dos quais se configura parte da área urbana da cidade. O traçado amarelo (basicamente contornando manguezais remanescentes) sinaliza o anel viário Avenida Beira Mangue (Eixo Ecológico), que ainda se encontra em fase de implantação (linha pontilhada).¹⁴²

Segundo Gert R. Fischer (2012), no Brasil, os manguezais foram ocupados à revelia da legislação ambiental. Em Joinville, esse fenômeno teve a orquestração de políticos que, mais tarde, acabaram se candidatando à política e sendo eleitos a cargos de vereador, deputado e prefeito. Vários chegavam a veicular que essas terras públicas, da União, não tinham donos e podiam ser ocupadas. Houve até quem divulgasse uma cartilha, orientando interessados em se instalar nessas áreas.

A PMJ¹⁴³ e o Serviço de Proteção da União (SPU) não impunham qualquer tipo de resistência. O presidente do SPU (Dalton Heringer) chegava a declarar que para o Governo interessava arrecadar impostos dos interessados que desejassem regularizar sua situação, mediante o pagamento do Laudêmio para a obtenção do título de posse. Primeiramente era preciso instalar uma casinha e em seguida pagar o Laudêmio¹⁴⁴. Imobiliárias também se beneficiaram ao utilizar nomes de terceiros ('laranjas') para ocupar e comercializar lotes nas áreas de manguezais.

A invasão de áreas de manguezais (ver Figura 30) é uma demonstração de que a sociedade e o respectivo poder público não se preocuparam em garantir "o direito à cidade" (LEFEBVRE, 1991, SOUZA, 2005) a todos os trabalhadores atraídos pela indústria (Moser,

¹⁴² Um dos fatores que dificulta a conclusão da avenida é a resistência de pessoas preocupadas em garantir a preservação das áreas de manguezais remanescentes.

¹⁴³ Segundo Fischer (2012), apesar de um lote urbanizado sobre área de manguezal chegasse a custar, ao Poder Público, três vezes mais que outro efetuado sobre área normal, a PMJ demarcava o local para o cidadão construir sua residência.

¹⁴⁴ O Laudêmio compreende uma taxa recolhida junto aos cofres públicos do Governo Federal, cobrada na proporção de 2,5% a 5%, para fins de obtenção do título de posse do terreno.

1993), no sentido de providenciar-lhes moradia em locais adequados, com infraestrutura urbana mínima necessária.

Figura 30 - Área de manguezal ocupada em Joinville antes da urbanização



Fonte: Tebaldi, 2008, p. 160.

Na Figura 30, mostra-se área da Vila Paranaense¹⁴⁵, localizada no bairro Comasa, com residências em precárias condições, construídas em região de manguezal, sobre palafitas e madeiras estendidas na altura das portas das casas, a fim de possibilitar o acesso dos moradores durante a maré alta.

Em Joinville, a invasão das áreas de manguezais, bem como seu aterro, loteamento e comercialização, têm sido praticadas arbitrariamente por agentes imobiliários, com o consentimento do poder público, que legitimou essa ocupação, e dos proprietários das posses, muitas das quais regularizadas documentalmente em cartórios da cidade.

Segundo o pesquisador, filósofo e sociólogo Lefebvre (1991, p. 17):

¹⁴⁵ Em 1993, Belini Meurer (1993) apresenta Dissertação de Mestrado, denunciando o descaso do poder público municipal para com a periferia da cidade, compreendida por áreas de manguezais, ainda carentes de infraestrutura urbana.

Os subúrbios, sem dúvida, foram criados sob a pressão das circunstâncias a fim de responder ao impulso cego (ainda que motivado e orientado) da industrialização, responder à chegada maciça dos camponeses levados para os centros urbanos pelo ‘êxodo rural’. Nem por isso o processo deixou de ser orientado por uma estratégia.

A partir dessa compreensão, verifica-se que o espaço da cidade é uma construção social (BERGER; LUCKMANN, 1973), vinculada a interesses político-econômicos que desconsideram a natureza como meio de sobrevivência da sociedade.

Em 1993, diante da crescente demanda por moradia popular, a PMJ cria a Secretaria da Habitação, a fim de contornar esse problema social de falta de moradia. Já, ao final da década de 2000, o Governo Federal passa a disponibilizar mais recursos financeiros para a construção de unidades habitacionais, por meio do “Projeto Minha Casa, Minha Vida”, voltado a famílias de baixo poder aquisitivo, ou seja, que recebem até três salários mínimos mensais.

Para encaminhar os problemas das cidades, o Governo Brasileiro promulga o Estatuto das Cidades (Lei nº. 10.257 de 10 de julho de 2001) entre outras questões, estabelecendo que: “A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas” (BRASIL, 2001, p. 30).

Agricultor migrante da cidade de União da Vitória (de ascendência luso-ucraniana), João Pereira Lubi (2012)¹⁴⁶ declara que em 1988, estabeleceu-se na rua Santa Mônica. No primeiro ano, enquanto ainda não possuía moradia própria, residiu com sua mulher na casa de um amigo, localizada ao lado do terreno de manguezal que comprara pelo valor de cinco mil cruzados. O terreno alagado pelas águas da maré era da Marinha e por isso ainda hoje não possui escritura, embora pague IPTU junto a PMJ. Também disse que nos primeiros tempos, antes da rua Santa Mônica ser aterrada (Figura 31)¹⁴⁷, ele saía de casa em meio às

¹⁴⁶ Lubi (2012) disse que chegou a Joinville para trabalhar na Tupy, depois que o seu irmão, seguido pelos pais haviam se estabelecido na cidade.

¹⁴⁷ Segundo Lubi (2012), antes da rua Santa Mônica ser aterrada pela PMJ, a água da maré chegava até o assoalho de sua casa.

águas da maré e depois de caminhar mais de 100 metros com as roupas debaixo do braço, na outra rua, vestia-as para, em seguida, dirigir-se à Fundação Tupy, onde durante quase 10 anos trabalhou na máquina de limpeza, no esmerilho, no vácuo (onde puxava lenha), até se aposentar em 1997. Também destaca que apesar das condições de vida terem melhorado bastante no bairro, encontra dificuldades de sobreviver com uma aposentadoria de pouco menos de três salários mínimos mensais e que, em função disso, permanece morando no local. Segundo o depoente, depois de sua filha concluir a faculdade, pretende voltar a trabalhar na sua terra natal, onde ainda possui parentes, amigos e um pequeno lote.

Figura 31 – Moradias em área de manguezal urbanizada no bairro Boa Vista



Fonte: Google, 2012.

Na Figura 31 há uma casa assobradada, ao lado de outra de um padrão médio, na rua Santa Mônica, próxima à Avenida Beira Mangue e moradias mais antigas e simples na rua São Leopoldo (a uns 500 metros de distância da rua Santa Mônica e da Fundação Tupy), localizada em uma área de manguezal urbanizada no bairro Boa Vista.

Embora o ‘Projeto Mangue’, na região leste do município, tenha beneficiado muitas famílias de baixa renda com a melhoria de infraestrutura urbana, em vários bairros da cidade ainda permanece sem o atendimento das necessidades básicas. Segundo matéria veiculada no jornal A Notícia (2005, p. 4):

O loteamento do mangue do bairro Fátima conta, conforme cálculos dos moradores, com cerca de mil casas, abrigando mais de quatro mil pessoas, o loteamento não dispõe de mínima infra-estrutura necessária. Esgotos pluviais e sanitários

simplesmente não existem [...]. Além de sistema de esgoto sanitário, luz, água e abertura complementar de diversas ruas, os moradores do loteamento sonham também com a instalação de um telefone público.

De acordo com Marcos Antônio Tebaldi (2008), inicialmente o projeto enfrentou resistência dos próprios moradores, descrentes de sua realização e de pessoas ligadas à imprensa e ao Partido dos Trabalhadores, na época de oposição política.

A resistência tinha amparo legal, do Art. 2º do Código Florestal Brasileiro (Lei Nº 4.771, de 15 de Setembro de 1965) que prescrevia: “consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas: [...] Nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues”.

Na Figura 32 são vistas áreas de manguezais ocupadas, principalmente, durante as décadas de 1970 e 1980, próximas ao rio Cachoeira, compreendidas nos bairros Boa Vista, Fátima, Guanabara e Bucarein. Parte dessas áreas foi inundada pelas águas das chuvas, juntamente com as da maré.

Figura 32 – Áreas de manguezais em processo de ocupação (1980).



Fonte: Tebaldi, 2008, p. 160.

A ocupação de áreas de manguezais próximas ao rio Cachoeira (Figura 32) evidencia a prevalência de interesses econômicos da parte dos empresários, preocupados em aumentar seu capital, dos trabalhadores que necessitavam de uma casa para se instalar, bem como do próprio Governo Municipal que precisava encaminhar a questão habitacional e de saneamento público, e aumentar a arrecadação de impostos para atender as demandas da administração pública.

Ao longo de mais de um século e meio de história, ao mesmo tempo em que Joinville se desenvolve, economicamente, de maneira expressiva, deixa marcas de destruição tanto ao ocupar as referidas áreas de manguezais, quanto ao provocar poluição e assoreamento dos cursos hídricos compreendidos pela baía da Babitonga, desta forma atingindo, direta e indiretamente, municípios vizinhos, como o de Araquari.

A pressão pela ocupação das áreas de manguezais, em Joinville, é observada desde a localidade Vigorelli, contígua aos rios Palmital (localizada ao nordeste do município), próxima ao bairro Cubatão até o morro do Amaral, pertencente ao bairro Paranaguamirim, localizado ao sudeste do município. Ocorre com maior intensidade às imediações dos cursos hídricos, como é o caso dos rios Mathias (no Centro) Cachoeira (Centro e Boa Vista), Jaguarão¹⁴⁸ (Anita Garibaldi e Bucarein), Bucarein (bairro Bucarein, Guanabara, Fátima, Boa Vista), Ferro (bairro Aventureiro), Comprido (bairro Espinheiros, Comasa, Jardim Iririú) e nas proximidades da Lagoa do Saguacu que ainda hoje drena áreas de manguezais remanescentes, especialmente, do bairro Boa Vista.

¹⁴⁸ Por ocasião das enxurradas, este rio, assim como o rio Mathias e vários outros, transborda suas águas e causa transtorno aos moradores.

3 REFLEXOS DA EXPANSÃO ECONÔMICA JOINVILLENSE

A ocupação de áreas que deveriam permanecer preservadas, em Joinville, é uma decorrência da pressão e prevalência do desenvolvimento socioeconômico atrelado a indústria.

Joinville nasce de um contrato de colonização que se estabelece entre o Príncipe de Joinville e a SCH, com o aval do Governo Imperial Brasileiro, influenciado por um contexto de transformações socioeconômicas, ocasionadas pela industrialização que tem sua origem na Revolução Industrial do século XVIII.

Nos primeiros 100 anos de história do município, sua economia é firmada a partir da exploração de recursos naturais, como é o caso da madeira e da erva mate, que são os principais produtos geradores de capital e renda, chegando a caracterizar dois importantes ciclos econômicos.

Conforme análise em curso, o conhecimento técnico, a cultura de valorização do trabalho, contribuiu para o crescimento econômico da cidade. Segundo Isa de Oliveira Rocha (1997), desde o início da fundação, é perceptível na colônia a divisão da terra em pequenas propriedades e a realização de pequenos negócios agrícolas, comerciais e fabris, de fundo de quintal, anexos às residências.

Carlos Gomes de Oliveira (1982) assinala que Joinville tem sua expansão econômica delineada pela cultura, trabalho, conhecimento técnico do imigrante e auxílio externo, pois, constitui uma das únicas cidades coloniais que, além da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, recebe apoio da Província (Santa Catarina) e do Governo Imperial Brasileiro.

Investimentos públicos na construção de estradas, pontes, saneamento básico, energia elétrica, telefonia, bem como do setor privado em decorrência da poupança dos próprios colonizadores, incentivaram o crescimento econômico do município.

Diferentemente da visão schumpeteriana que credita o desenvolvimento econômico da cidade ao empreendedorismo dos imigrantes (COSTA, 2006), Ido Luiz Michels (1998) e Valdete D. Niehues (2000) assinalam a participação da classe trabalhadora e sobretudo do Estado, incentivados por meio da concessão de financiamentos públicos ao setor privado, como ocorre durante o regime militar com a Fundação Tupy, que recebe várias visitas oficiais e generosos empréstimos governamentais. Entre os anos de 1971 a 1981,

segundo Michels (1998), a empresa registra uma elevação do seu patrimônio líquido, superior a 600%. Passando de 17 para 125 milhões de dólares.

Acontecimentos econômico-recessivos mundiais, como é o caso da 1ª. Guerra mundial (1915-1919), a queda da bolsa de valores de Nova Iorque (1929), a 2ª Guerra Mundial (1939-1945) e a alta de preço do petróleo (década de 1970), favoreceram o desenvolvimento nacional e municipal, com a implantação da política de substituição de importações.

O parque fabril joinvillense também firma-se dentro do mercado produtivo brasileiro também em decorrência do ingresso de migrantes, muitos dos quais se instalaram sobre áreas de manguezais, relativamente baratas e próximas ao local de trabalho.

Nesse sentido, a expansão da Fundação Tupy não só pressionou a ocupação dessas áreas no bairro Boa Vista, bem como ajudou a promover o crescimento econômico da cidade, particularmente do setor metalmeccânico.

Segundo Valdete D. Niehues, 2000, p. 97:

[...] o crescimento econômico das indústrias joinvillenses está vinculado às circunstâncias do contexto histórico nacional, ao aproveitamento das condições financeiras, postas pela reestruturação do capitalismo, e à divisão internacional do trabalho, a que se soma, ainda, a exploração dos trabalhadores, em sua maioria procedentes das áreas rurais.

Dentro dessa perspectiva, se destaca a influência da indústria de autopeças automobilística e da urbanização brasileira, ao demandar mais produtos fabricados por indústrias joinvillenses¹⁴⁹, a exemplo de tubos e

¹⁴⁹ Diferentemente de várias cidades brasileiras, que tiveram seu desenvolvimento industrial proporcionado pela instalação de indústrias filiais, Joinville originou indústrias de grande porte, a exemplo da Tupy, Tigre, Consul e Embraco, que com o passar dos anos se expandiram e criaram filiais em diversos lugares no Brasil e no mundo.

A urbanização e a industrialização nacional tanto beneficiaram, quanto foram beneficiadas pela indústria joinvillense. Nesse sentido, as indústrias Schneider e Tupy fornecem peças para indústria brasileira, assim como a Tigre, a Akros (Amanco), a Consul (Whirpool) comercializam mercadorias para o consumo, particularmente, dos moradores residentes nas cidades.

conexões de aço e plástico, geladeiras, aparelhos de ar condicionado, metais sanitários, compressores de ar, ônibus, peças de bicicleta, parafusos e porcas, bombas hidráulicas, tecidos e artigos de malha¹⁵⁰.

Atraídas pela oportunidade de emprego e a perspectiva de melhores condições de vida, migrantes ingressam em Joinville, necessitando vários benefícios sociais, dentre os quais, habitação, atendimento médico-hospitalar, saneamento básico, educação, transporte e segurança pública. Visto que a cidade não consegue suprir totalmente esses benefícios, a segregação socioespacial se torna perceptível principalmente nas áreas de manguezais, por consequência da falta de vontade política dos governantes ou da influência do próprio sistema capitalista que deixa os trabalhadores a sua própria sorte.

A proximidade das áreas de manguezais da região central e das vias de escoamento leva a Fundação Tupy a se fixar sobre essas áreas, a seguir, acompanhada por um grande número de trabalhadores. Segundo matéria divulgada pelo jornal A Notícia (1998), no bairro Boa Vista é difícil conhecer alguém que não esteja empregado ou que não tenha tido algum parente trabalhando nessa indústria.

A urbanização dessas áreas, mediante a construção de estradas, saneamento básico e energia elétrica, especialmente efetuada pelo poder público municipal, bem como a realização de loteamentos, por parte de imobiliárias, em comum acordo com os detentores de sua posse, intensificam esse processo.

A esses fatos acrescenta-se que até a década de 1990, com certa facilidade, cartórios produziam escrituras e registros de imóveis urbanos e rurais, inclusive dessas áreas, sem precisar passar pelo processo judicial de usucapião.

A ocupação dos manguezais possibilita a realização do sonho da casa própria a muitas famílias que não têm condições de adquirir um terreno com mais infraestrutura, próximo ao local de trabalho. Dessa forma, são beneficiadas muitas famílias de migrantes, geralmente atraídos por emprego nas fábricas, sem recursos para adquirir uma moradia em local adequado e sem apoio do poder público.

¹⁵⁰ Nas últimas décadas do século XX, a indústria de malharia e tecido diminui sua expressão econômica em Joinville, por conta da competitividade produtiva do mercado internacional. Na cidade, o declínio do setor têxtil evidencia-se nas décadas de 1980 e 1990, com a abertura econômica do mercado de importação.

Outras áreas de risco e de menor valor econômico, a exemplo das do morro do Boa Vista, proibidas de serem ocupadas pela Lei Municipal da Cota 40, assim como terrenos mais distantes da região central são povoados, embora de maneira não tão intensa, em parte, devido à própria a disponibilidade das áreas de manguezais. Tal fato implica problemas difíceis de solucionar, conforme se verificam nas cidades de Rio de Janeiro, Niterói, Blumenau e muitas outras que possuem expressiva população residindo sobre áreas de risco, passíveis de desmoronamento.

Uma vez instalados sobre essas áreas alagadiças, é bastante compreensível a vontade dos moradores de promoverem obras de aterro e infraestrutura urbana, com o intuito de melhorar suas condições de moradia, sinônimo de qualidade de vida para as suas famílias.

Antes da urbanização, encaminhada pela Prefeitura Municipal de Joinville, o espaço do manguezal caracterizava-se por constantes alagamentos, mau cheiro, presença de lixo e esgoto a céu aberto, insetos, cobras, ratos e falta de saneamento básico, energia elétrica, telefonia fixa, postos de saúde, creche e escolas. Tal ambiente de segregação socioespacial propiciava a propagação de pragas e doenças entre a população residente. De acordo com divulgação do periódico Tupy (1961, p. 3), o espaço do manguezal ocupado era “povoado de torturantes, mutucas e maruins, para não falar nos ofídios venenosos”

Embora a urbanização dessas áreas ocupadas tenha elevado a qualidade de vida dos habitantes, registra-se significativo aumento da poluição e assoreamento dos cursos hídricos, em especial dos rios Cachoeira e Bucarein, da Lagoa do Saguau e do Canal do Linguado, espaços geográficos configuradores da região estuarina compreendida pela baía da Babitonga.

Segundo Gildo C. Bastos (2006), para a quase totalidade dos pescadores, a pesca na baía da Babitonga diminuiu significativamente nos últimos anos, em decorrência de sua poluição, sobretudo após o fechamento do canal do Linguado.

A realidade socioeconômica dos trabalhadores pressionou a ocupação de áreas impróprias, quer seja por meio da invasão ou mediante sua negociação (compra e venda) a preços mais acessíveis, encaminhada por promotores imobiliários, em parceria com proprietários de sua posse e a permissão do Estado, através dos governantes.

Assim como o interesse logístico, em meados do século XX, orienta a instalação da Fundação Tupy em área contígua à Lagoa do Saguau, na década de 1970 se estabelece o Distrito Industrial Norte nas

proximidades da Estrada Dona Francisca e BR – 101. Tanto o primeiro, quanto o segundo caso ajudam a expandir a malha urbana do município, devido sua proximidade ao local de trabalho.

Analisando-se a configuração da cidade, é possível inferir que empresários e gestores públicos priorizaram o crescimento econômico, ao invés da questão social, correlacionada à falta de moradia popular.

Se, por um lado, esse crescimento produz ganhos para a cidade, sobretudo para uma elite econômica que consegue capitalizar recursos, por outro lado, ocasiona problema de degradação e segregação socioespacial, que onera o conjunto da sociedade, uma vez que é acompanhada por conflitos, miséria, violência, exclusão.

O descaso para com a natureza e interesses capitalistas faz com que áreas que deveriam ser preservadas sejam disponibilizadas à instalação de indústrias e famílias de trabalhadores, como ocorre no bairro Boa Vista, onde reside parte expressiva da população da cidade e se encontra instalada a maior fundição da América Latina que, nos dias atuais, configura uma multinacional brasileira.

Entre os principais fatores que estimulam a ocupação de áreas de manguezais, assinalam-se:

1. Falta de consciência ambiental com relação à importância dos manguezais para a preservação das espécies e o equilíbrio do ecossistema, muitas vezes, considerados ambientes insalubres e desprezíveis pelos moradores, visto que no seu habitat proliferam insetos que repelem a presença humana;

2. Negligência do Estado em não promover uma política habitacional adequada, capaz de ofertar moradia a todos os trabalhadores de baixa renda, sobretudo àqueles atraídos pela indústria;

3. Descumprimento do Código Florestal Brasileiro de 1965, do Plano Urbanístico de 1965, do Plano Diretor de 1973 e do Plano de Estruturação Urbana de 1987;

4. Ausência de fiscalização dos órgãos públicos, tais como IBAMA, Polícia Florestal, FATMA e a FUNDEMA, por vezes, com limitado número de fiscais atuando na defesa e proteção do meio ambiente;

5. Diferentemente dos morros protegidos pela Lei Municipal da Cota 40 e pelos seus proprietários, muitas vezes utilizados com lavouras, os manguezais pertencentes à União (terras de Marinha), acabaram tendo sua preservação negligenciada pela sociedade e o Poder Público;

6. Priorização do crescimento econômico inconsequente, legitimado pelo governo e sociedade capitalista;

7. Condição social dos trabalhadores, especialmente dos migrantes que a partir dos anos de 1970 ingressaram massivamente na cidade;

8. Interesses público-privados atrelados ao capital econômico industrial, sobremaneira visto como responsável pela expansão econômica da cidade;

9. Participação e envolvimento de promotores imobiliários na realização de aterros e loteamentos dessas áreas sem controle do Poder Público Municipal;

10. Expansão da indústria, impulsionada pela urbanização brasileira e a política de substituição de importações;

11. Necessidade de espaço para abrigar indústrias e famílias dos trabalhadores, que buscam qualidade de vida.

O fato de Joinville resultar de um dote de casamento, concedido pelo Império Brasileiro, também abre precedente para sua escrituração, diante da interpretação de que esses manguezais não pertencem mais a União. Por vezes, tal interpretação faz com que a Justiça extinga o direito da Marinha de cobrar tributos das áreas ocupadas e urbanizadas, mesmo que no passado fossem banhadas pelas águas da maré.

A projeção econômica que Joinville adquiriu sobretudo no passado, na atualidade vem ganhando visibilidade em Araquari, que de certa forma está reproduzindo semelhante modelo de crescimento descontrolado, uma vez que empresários começaram a perceber suas atratividade econômica, em termos de isenção de impostos, incentivos fiscais, logística, terrenos baratos, rapidez na aprovação dos projetos ambientais. Segundo Marina Andrade (A NOTÍCIA, 2012), para os próximos quatro anos está previsto um aumento de 5 mil novos empregos.

3.1 CONSEQUÊNCIAS DA FALTA DE UMA POLÍTICA HABITACIONAL

Em decorrência da indústria e do expressivo crescimento urbano-demográfico, na segunda metade do século XX, Joinville tem-se mostrado o município do estado de Santa Catarina que mais se desenvolveu economicamente. Por outro lado, o baixo poder aquisitivo da classe trabalhadora e a falta de uma política habitacional resultaram no problema da ocupação de áreas de manguezais, a começar pelas do bairro Boa Vista.

Comparando-se as duas imagens da Figura 33, percebe-se que a malha urbana do bairro Boa Vista alcança tanto sobre áreas acima da cota 40, quanto sobretudo de manguezais.

Figura 33 – Região do bairro Boa Vista



Fonte: PMJ/SIMGEO, 2012

Nas duas imagens da Figura 33 é possível enxergar o referido bairro urbanizado. À esquerda constam terras situadas acima de 40 metros de altitude (coloração verde claro), que integram parte das terras do morro Boa Vista, e áreas da Marinha (coloração cinza), que no passado, antes de serem aterradas e urbanizadas, eram banhadas pelas águas da maré. Já a imagem a direita da mesma figura, também mostra o bairro sem a demarcação das terras altas e as da Marinha. Nessa imagem igualmente vê-se terras do morro e de manguezais ainda cobertas pela vegetação (coloração verde escuro).

A fim de providenciar moradias para a instalação das famílias de seus operários, empresários do setor produtivo encaminham trabalhadores para as imobiliárias locais. Segundo palavras de Ari Pereira (2011), proprietário da extinta Imobiliária Cruzeiro, ao final da década de 1970 e início da década seguinte, era comum a Tupy levar operários para a sua imobiliária, a fim de negociarem a compra de terrenos com ou sem casas para abrigarem seus familiares, cuja maioria, aproximadamente 90%, provinha do Estado do Paraná¹⁵¹.

Tendo em vista que a configuração socioespacial está diretamente relacionada à apropriação do espaço geográfico, a seguir, apresenta-se

¹⁵¹ Ari Pereira (2011) assinalou que ajudou muita gente em Joinville. E que, sozinho, vendeu mais de três mil lotes, distribuídos em vários bairros da cidade, para trabalhadores das indústrias da cidade.

uma relação dos maiores proprietários de terras urbanas (pessoas físicas e jurídicas), que acabaram influenciando o delineamento urbano configurado pela acumulação de capital e investimento imobiliário.

Tabela 21 – Os 17 maiores proprietários de terras urbanas – 1994

	PROPRIETÁRIO	ÁREA (M ²)
1.	HACASA – Administração de Empreendimentos S/C Ltda.	7.137.146,00
2.	Prefeitura Municipal de Joinville	5.745.396,00
3.	Fundição Tupy S.A	4.390.088,00
4.	Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina – CODISC	4.148.290,00
5.	Fiação Joinvilense	2.875.585,00
6.	Wittich Freitag Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1.970.181,00
7.	Companhia Catarinense de Água e Saneamento – CASAN	1.938.139,00
8.	Adilson Brogni	1.683.413,00
9.	Cia. Hansen Industrial	1.564.180,00
10.	Imobiliária Zattar Ltda.	1.185.671,00
11.	Adolfo da Silva	1.032.947,00
12.	H. Carlos Schneider S.A. Indústria e Comércio	959.066,00
13.	Pedro Lenschow	923.699,00
14.	Indústria de Refrigeração Consul S.A.	866.569,00
15.	Rodrigo Lobo Imóveis Ltda.	846.112,00
16.	Ninfa Waltero König	823.130,00
17.	Guilherme Holdereger	788.795,00
	TOTAL	29.771.080,00

Fonte: PMJ, Cadastro Técnico. Tabulação Especial – 1994, apud Santana 1998, p. 159.

Os 17 maiores proprietários de terras localizadas na área urbana, em 1994 (Cf. Tabela 21), são empresários industriais, bem como instituições públicas, como Prefeitura Municipal, CODISC (Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina) e CASAN (Companhia de Águas e Saneamento, atualmente, Companhia Águas de Joinville),

Apesar de a concentração imobiliária estimular a expansão horizontal da malha urbana, por vezes sobre áreas que deveriam permanecer preservadas, ela se constitui uma prática legal, assegurada pelo Estado, defensor da economia de mercado.

Nos dias atuais, a ocupação das áreas de manguezais ainda continua acontecendo em Joinville, embora de maneira mais lenta e pouco perceptível, mas igualmente destruidora do ecossistema e relacionada à habitação. Atualmente nota-se a existência de focos de ocupação dessas áreas nos bairros Estevão de Matos, na cabeceira do rio Paranaguamirim, no Aventureiro, no entorno do rio do Ferro e no Fátima e Ademar Garcia (SANTANA, 2012).

Muitas famílias que habitam áreas de manguezais urbanizadas há mais de 20 anos e com o apoio do poder público, muitas vezes, permitem que parentes e pessoas conhecidas, na maioria dos casos necessitando de uma casa para morar, continuem invadindo e aterrando esses espaços. Por vezes, até ignorando a fiscalização e autuações do poder público, bem como resistindo a embargos. Em pouco tempo constroem casas modestas e acabam fixando sua residência, visto que nem sempre os órgãos ambientais conseguem impedir sua instalação, sem antes passar por demoradas ações judiciais, até serem julgadas.

Nesse momento, a dinâmica da ocupação é determinada pela problemática da habitação, sob condições diferentes daquelas do passado, mas que igualmente precisa ser contida, por meio de políticas sociais para impedir que essa prática continue acontecendo.

Arranjos diferentes em tempos diferentes configuram diferenças na formação socioespacial (Cholley, 1964). Inicialmente, a população pioneira luso-brasileira, no bairro Boa Vista, é substituída por operários, que melhoram sua condição econômica, assim como a área também agrega valor com a urbanização. Quem habita o local se capitaliza ao vender a propriedade a novos moradores que dispõem de recursos financeiros.

Em 1950, as combinações socioambientais eram de um jeito: instalação de Fundação Tupy no bairro Boa Vista, sua expansão e aumento de oferta emprego, suprida pela migração de trabalhadores, cuja falta de política habitacional, pressiona inúmeros trabalhadores a se instalarem em condições precárias no referido bairro, muitas vezes sobre áreas de manguezais;

Nas décadas de 1960 e 1970, a mecanização da agricultura ocasiona excedente de mão de obra no campo, êxodo rural e diminuição do poder aquisitivo, agravada pela inexistência de políticas sociais.

Nas décadas de 1980 e 1990, a globalização acirra a concorrência, por meio da automatização e terceirização do setor produtivo, que resulta em desemprego, baixa dos salários e diminuição do poder aquisitivo;

Em 2010 em diante a configuração socioespacial continua sendo por falta de acesso a moradia, devido ao baixo poder aquisitivo de muitos trabalhadores, por conta da desigualdade social, embora em lento decréscimo em Joinville, que se manifesta nos baixos salários, desemprego, subemprego e a pressão pelo consumo.

Mesmo havendo maior consciência ambiental, esse processo de degradação, por meio da destruição de manguezais, sugere a priorização do crescimento econômico, ainda devido sua carência no espaço geográfico de Joinville, acompanhada pela desigualdade econômica que permeia o tecido social.

A falta de habitação é uma realidade nacional, presente nas diferentes cidades e estados brasileiros. Segundo dados divulgados pela Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina – COHAB/SC (2012), em 2000 o Brasil apresentou um déficit habitacional da ordem de 6.656.526 habitações, principalmente nas áreas urbanas, entre as famílias que recebem até três salários mínimos mensais, quadro social que alcança 83,35% da população brasileira. Na região Nordeste, a falta de moradias chega a 2.631.790, contra 2.412.460 no Sudeste, 411.625 no Norte, 488.482 no Centro-Oeste e 690.312 no Sul. Em 1994, em Santa Catarina, a Secretaria da Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Comunitário registra um déficit habitacional urbano na ordem de 126.410 casas.

Para encaminhar esse crescente déficit por moradia e as precárias condições habitacionais nos bairros da cidade, o Governo Municipal realiza obras de infraestrutura urbana e vários conjuntos habitacionais. No bairro Itaum, nos morros da Formiga e Moto Clube, urbaniza uma área invadida por mais de 400 pessoas, onde inaugura o Conjunto Habitacional N. Senhora Aparecida. No bairro Jarivatuba, constrói o Conjunto Ulisses Guimarães, composto por 595 casas (Ver Figura 34). Em 1987, no bairro Jardim Iriú implanta o Conjunto Habitacional Dom Gregório Warmeling, formado por 1014 moradias. Em 1993, cria a Secretaria Municipal da Habitação (Lei nº 109) para coordenar essa política habitacional. E, em 1999, urbaniza 659 lotes, constituídos sobre uma área de manguezais ocupados no bairro Boa Vista.

Conforme se apresenta na Tabela 22, nos diferentes bairros da cidade, entre os anos de 2003 a 2010, a Prefeitura Municipal de Joinville repassa 1.441 lotes populares, 426 casas e 706 apartamentos, que totalizam 2.573 unidades habitacionais (PMJ, 2011).

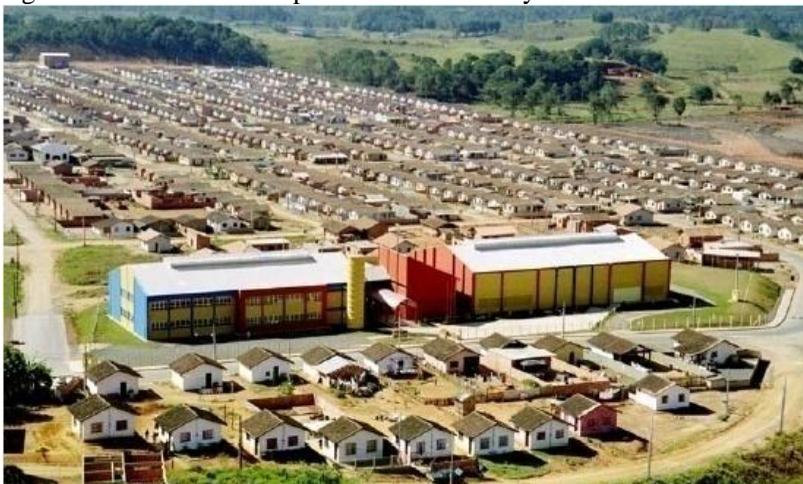
Tabela 22 – Loteamentos Públicos aprovados pela Prefeitura Municipal

ANO	DENOMINAÇÃO	LOTES	RUA	PROPRIETÁRIO	BAIRRO
	Conj. Res. Tupy	490	Albano Schmidt	B.N.H.	Boa Vista
	Conj. Costa e Silva	498	Guilherme	B.N.H.	Costa e Silva
	Conj. Hab. Pop. Castelo Branco	502	Tico-Tico	Cohab-SC	Aventureiro
1983	Conj. Hab. Willy Schossland	176	Benjamin Constant	Cohab-SC	América
1987	Conj. Hab. Pop. Mons. Scarzello	500	Avenida Plutão	Cohab-SC	Itaum
1990	Conj. Hab. Pop. Ademar Garcia	1251	Jarivatuba	Cohab-SC	Jarivatuba
1961	Pref. Municipal de Joinville	08	Albano Schmidt	PMJ	Boa Vista
1964	Pref. Municipal de Joinville	258	Papa João XXIII	PMJ	Iririú
1993	Espinheiros I	390	Pref. Baltazar Buschle	PMJ	Comasa
1994	Espinheiros Ii	580	Max Boehm	PMJ	Boa Vista
1995	Parque Iririú	0	Ponte Serrada	PMJ	Comasa
1995	Espinheiros III	379	João Ebert	PMJ	Comasa
1996	Conj. Hab. Ulysses Guimarães	595	Max Pruner	PMJ	Jarivatuba
1997	Conj. Hab. Dom Gregório Warmeling	1.014	Frontin	PMJ	Jardim Iririú
1998	Conj. Hab. Dom Gregório Warmeling III	272	Frontin	PMJ	Iririú
1998	Conj. Hab. João Pessoa Machado I	258	Boehmerwaldt	PMJ	Boehmerwald
1999	Boa Vista III	659	Santa Mônica	PMJ	Boa Vista
1999	Parque N. S. Aparecida (Morro da Formiga)	415	Colombo	PMJ	Itaum
1999	Gosch	43	Dos Aimorés	PMJ	Petrópolis
1999	Cubatão	210	N. Senhora de Fátima	PMJ	Vila Cubatão
1999	Vila Real	37	BR.- 101	PMJ	Boa Vista
2000	Conj. Hab. João Pessoa Machado Ii	132	Boehmerwaldt	PMJ	Boehmerwald

Fonte: PMJ/SEINFRA. Unidade de Parcelamento do Solo, 2012.

De acordo com a Tabela 22, nas décadas de 1980 e 1990, os governos municipal, estadual e federal promovem a realização de 8.667 moradias (conjuntos habitacionais) em vários loteamentos populares nos bairros da cidade. A Cohab-SC repassa aos habitantes da cidade, 3.417 lotes populares com moradias, enquanto a Prefeitura Municipal, no mesmo período, realiza 5.250 lotes.

Figura 34 - Escola Municipal e Loteamento Ulysses Guimarães



Fonte: IPPUJ, 2010-2011.

Na Figura 34 vê-se o Conjunto habitacional Ulisses Guimarães. Iniciativa do poder público municipal, implantada para contornar a falta de moradias populares, frente à condição financeira deficitária da classe trabalhadora, visto que o próprio mercado não consegue suprir essa demanda.

Segundo Alcione Gomes de Oliveira Filho (2012), Secretário da Habitação de Joinville, em Joinville há 15.000 pessoas cadastradas na Secretaria da Prefeitura, aguardando serem chamadas para adquirir uma moradia popular junto a PMJ. E assinalou que muitas dessas pessoas residem em sistema de coabitação.

Nos últimos anos, o Governo Federal vem encaminhando a falta de moradia popular mediante a execução do projeto denominado “Minha Casa, Minha Vida”, iniciado em 2007, com verbas destinadas ao Plano de Aceleração ao Crescimento (PAC). Na cidade, esse projeto recebe apoio da Prefeitura Municipal, por meio da implantação de infraestrutura urbana, como estradas, postos de saúde e escolas para os

novos moradores dos conjuntos habitacionais. O Governo Federal também disponibiliza recursos àqueles que desejam adquirir uma casa ou um apartamento financiado.

Em 2008, no bairro Boehmerwald, encaminha-se a construção de 144 apartamentos (Le Village Joinville), com uma área privativa de 45 m² cada, por intermédio da construtora FMM Engenharia, a um custo total de oito milhões e 301 mil reais, pagos com recursos do PAC – entregues aos adquirentes em setembro de 2011.

No ano seguinte, em 2009, a mesma construtora (FMM Engenharia) lança, no mesmo bairro, um novo empreendimento habitacional, com recursos da Caixa Econômica Federal. Esse empreendimento compreende a construção de 784 unidades (Trentino I e II), entregues em 2012. As unidades são repassadas a famílias cadastradas na Secretaria da Habitação de Joinville que recebem uma renda de até três salários mínimos mensais, mediante o compromisso de comprometer até 10% do rendimento salarial a ser pago em até 10 anos.

Além de encaminhar o problema da falta de moradia, esse empreendimento habitacional que integra o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), alavanca o número de emprego, a indústria de construção civil e o comércio, bem como aumenta a arrecadação de impostos.

Nesse caso, o estabelecimento de 784 apartamentos em local restrito, representa a concentração de expressivo número de famílias de condições sociológicas deficitárias, marcadas pela exclusão e baixo poder aquisitivo, em função disso, por vezes, gerando desconforto aos próprios condôminos, devido ao envolvimento com drogas, prostituição e furto.

Segundo vizinhos dos Conjuntos Residenciais Trentino I e II, no local é bastante comum a ocorrência de embriaguez, envolvendo discussões e brigas. Com frequência, viaturas policiais são requisitadas para contornar tais problemas. Esse é um dos preços que a sociedade fragilizada pelo capital obriga-se a ‘pagar’.

O investimento público em setores estratégicos, de saúde, educação e habitação popular tende a favorecer a justiça social, o desenvolvimento socioeconômico no espaço da cidade, visto que nem todos conseguem usufruir das oportunidades e benefícios do crescimento econômico.

A necessidade de casa própria tornou-se uma questão notória e emergencial numa cidade que apresenta alto crescimento demográfico, como é o caso de Joinville que, nos últimos 70 anos elevou sua população de 30.040 pessoas, em 1940, para 515.288 habitantes, em

2010 (IBGE, 2010). Nesse sentido, o empresário Udo Döhler (2012, p. 01) reconhece:

Temos de pensar com seriedade em oferecer moradia digna às famílias para que elas tenham as condições reais de cumprir seus papéis na estrutura social. Uma família que mora bem, se alimenta bem e convive bem vai ser o fator primeiro de equilíbrio em todo seu entorno. É certo que não se pode esperar segurança na rua, se não houver segurança e dignidade em casa.

Apesar dessa compreensão se evidenciar nas proximidades da campanha eleitoral de 2012, como é o caso do referido empresário Udo Döhler, eleito prefeito municipal para o mandato de 2013 a 2016, o encaminhamento dos problemas da cidade sempre é possível, desde que se busque uma forma para resolvê-los.

Nesse sentido, percebe-se uma estreita relação entre falta de política habitacional e a ocupação lenta de áreas de manguezais em Joinville, em parte, pressionada pelo elevado déficit de moradias populares, vinculado ao baixo poder aquisitivo dos trabalhadores.

Sendo assim, a segregação socioespacial, sobretudo nas mencionadas áreas, tornou-se um indicativo revelador do descaso praticado para com o homem e a natureza, sobre os quais se assentam as bases da economia. Essa prática ganhou visibilidade no país, especialmente, a partir da Revolução de 1930, com a cultura nacional desenvolvimentista, que acelera o crescimento industrial e agrícola das fazendas. Provocando uma efervescência social e expansão das cidades de nível superior à hierarquia urbana brasileira.

Segundo a Comissão Habitacional de Joinville (PMJ, 1965, pág. 12), em 1965, o déficit habitacional da cidade chegava a 6.000 moradias. Assinalando que:

[...] se continuar no mesmo ritmo o crescimento populacional”, esse quadro deficitário deverá dobrar em cinco anos, até a década de 1970. A referida comissão também apresenta que, naquele ano de 1965 há “mais de 10% de construções clandestinas” e que no ano anterior “foram construídas 166 edificações de alvenaria, 850 de madeira, 133 ranchos de madeira, 25 galpões de

madeiras, quiosques de madeira, 3 cabanas de madeira.

Diante desse quadro habitacional deficitário agravado nas décadas seguintes, é compreensível a ocupação de áreas de manguezais no bairro Boa Vista, uma vez que o poder público ‘não consegue’ encaminhar essa deficiência no município, que não foi por desconhecimento da falta de moradia.

Para muitos trabalhadores de baixa renda, o espaço dos manguezais acabou se constituindo a única opção viável para a construção de suas casas, visto que os imóveis urbanos eram inacessíveis e não havia uma política de financiamento habitacional capaz de contemplar as demandas emergentes da sociedade. Contudo, pessoas de maior poder aquisitivo, também se aproveitaram da oportunidade de ocupar áreas banhadas pelas águas da maré. Promotores imobiliários igualmente se beneficiaram com a comercialização dessas áreas por meio de seu loteamento..

Outro fato que chama atenção é a diminuição do poder aquisitivo que pressionou muitos trabalhadores a venderem suas propriedades e se estabelecerem sobre áreas de manguezais, economicamente menos valorizadas, como forma de equilibrar o orçamento familiar deficitário. Por conta desse fenômeno, nas últimas décadas do século XX, despontam loteamentos irregulares sobre essas áreas.

Em depoimento prestado ao autor da Tese, Osmar Pinoti (2012) declarou que conhece muitas pessoas que transferiram ou venderam suas casas para um parente ou conhecido, e em seguida construíram uma casa sobre áreas de manguezais. Assinalando que a própria Prefeitura Municipal de Joinville aprovou loteamentos nessas áreas, comercializados por imobiliárias da cidade.

Embora inúmeros trabalhadores joinvillenses de baixo poder aquisitivo tenham invadido essas áreas, os maiores beneficiários constituem uma pequena minoria, particularmente formada por àqueles que conseguiram acumular grande soma de capitais, muitas vezes sob a justificativa da promoção do progresso e crescimento econômico na cidade. Dessa forma, ocorreu o agravamento do problema da desigualdade social, acompanhado da violência e segregação socioespacial, geradoras de mal estar na sociedade¹⁵².

¹⁵² Em sua obra *O mal estar na civilização*, Freud (1955) considera que a margem do processo de formação da sociedade, controlada pelo Estado, por

3.2 TRANSFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BAIRRO BOA VISTA

Até meados do século XX, o bairro Boa Vista era coberto pela Mata Atlântica, vastas áreas de manguezais, pastagens e plantações agrícolas. A expansão econômica, sobretudo, impulsionada pela indústria, provoca a transformação do espaço geográfico por meio da criação de infraestrutura urbana e a instalação de estabelecimentos residenciais, comerciais, industriais e de prestação de serviço.

Com a instalação da Fundação Tupy e famílias de operários, juntamente com a sua urbanização e melhoria econômica, o referido bairro agrega valor imobiliário e desenvolvimento. Dessa forma, aumenta a pressão pela ocupação dessas áreas de manguezais remanescentes, contíguas à malha urbana e a Lagoa do Saguacu. E muitos moradores acabam capitalizando recursos, ao comercializar suas moradias para pessoas que dispõem de mais recursos, interessadas em efetuar sua compra.

Para quem viveu em Joinville antes da urbanização das referidas áreas, basicamente a partir da década de 1950, pode perceber uma grande transformação da região leste do município, a começar pelo bairro Boa Vista, que um dia já foi espaço de segregação social. Para muitos, essa transformação foi bastante positiva, pois recebeu obras de infraestrutura e passou a integrar a malha urbana da cidade, contemplada com estradas, saneamento básico, energia elétrica e pavimentação (Figura abaixo, nº 35), possibilitando melhores condições de moradia às famílias. Já para outros, sobretudo pescadores artesanais que dependiam das áreas de manguezais e da Lagoa do Saguacu para obter alimento para o seu sustento, a ocupação não lhes trouxe benefícios, visto que degradou parte do ecossistema que lhe propiciava alimentação e fonte de renda.

meio de normas e leis, desenvolve-se o conceito de cultura e civilização, como forma de garantir a segurança e o convívio social. Por consequência, sacrifica-se o estado de natureza, isto é, a liberdade e a própria felicidade das pessoas. Dentro dessa concepção, o autor compreende que a “civilização começa com a repressão”, *o mal estar*, no qual se estabelece o embate entre o princípio de prazer, movido por forças do inconsciente, e o princípio da realidade, associado ao desenvolvimento humano (mal estar), que traz consigo sensações de mal estar (desprazer).

Figura 35 – Região de manguezal urbanizada no bairro Boa Vista



Fonte: Google, 2012.

Na Figura 35, na imagem à esquerda, consta parte do manguezal aterrado e urbanizado ao final do século, na rua Santa Mônica, esquina avenida Beira Mangue¹⁵³, margeada por uma faixa de ciclistas e pedestres e por um canal artificial aberto na década de 1990 (lado esquerdo da imagem e da figura 35) para conter o processo de ocupação das referidas áreas, conforme já mencionado. O plantio de bananeiras, ao lado da avenida, evidencia a cultura campesina de muitos moradores, migrantes do Estado do Paraná, acostumados ao cultivo de hortas e plantações agrícolas.

A imagem à direita da respectiva figura mostra o canal artificial ao lado da avenida Beira Mangue, com saída para várias ruas que atravessam as ruas (não visíveis) Albano Schmidt e Prefeito Helmuth Fallgatter.

Segundo Tebaldi (2008), entre os anos de 1986 a 1996, sob a sua coordenação, a Prefeitura Municipal desenvolve a urbanização de áreas de manguezais ocupados por invasão (identificado como Projeto Mangue), beneficiando mais de 10.000 famílias e aproximadamente 50 mil pessoas.

Em parte, esse projeto decorre do fato do próprio poder público ver-se pressionado pelas indústrias, que necessitavam de migrantes para ampliar seu quadro de mão de obra, bem como dos trabalhadores que ingressavam na cidade sem disporem recursos para aquisição de uma casa em um lugar condizente, não contemplados por uma política habitacional.

Na Figura 35, se visualiza uma área invadida, inicialmente sem qualquer tipo de infraestrutura urbana, integrada à malha urbana da cidade, após a realização de obras de aterro, estrada, saneamento básico, instalação de energia elétrica e reconstrução das casas. Assim como essa

¹⁵³ A Avenida Beira Mangue é uma paralela da rua Albano Schmidt

área de manguezal ocupada e urbanizada, há muitas outras distribuídas na faixa leste do município que, dificilmente, um visitante saberá identificar sem investigar o processo histórico de urbanização.

Figura 36 – Etapas da urbanização de uma área de manguezal ocupada



Fonte: Tebaldi, 2008, p. 180 e Google, 2012.

Na Figura 36 vê-se quatro etapas do processo de urbanização de uma área de manguezal ocupada, localizada na rua Ataulfo Alves, no bairro Comasa, que já pertenceu ao bairro Boa Vista. Na primeira imagem superior (à esquerda), verifica-se a ocupação efetuada na década de 1980, urbanizada na década seguinte e, atualmente, bastante arborizada.

O problema da ocupação das áreas de manguezais tem-se agravado pelo fato de o poder público não conter esse processo desde o início, encaminhando as famílias para espaços geográficos mais adequados.

Entretanto, em épocas passadas, a degradação da natureza se torna mais compreensível diante da falta de consciência ambiental, atrelada ao insuficiente nível de desenvolvimento socioeconômico da cidade.

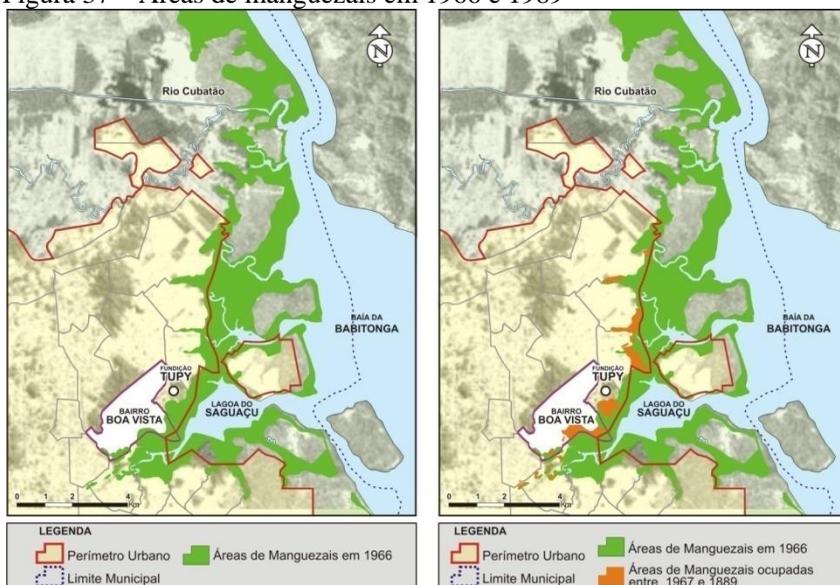
Atualmente, esse processo de ocupação está sob controle, sobretudo no bairro Boa Vista, visto que o mesmo apresenta relativo

grau de desenvolvimento econômico, sendo atendido por transporte público, saneamento básico, rede de energia elétrica e telefonia, posto de bombeiro, de segurança, de saúde e hospital, a maioria das ruas pavimentadas, bancos, igrejas de várias denominações e confissões religiosas, lojas comerciais, vários estabelecimentos escolares e industriais, centenas de empresas de prestação de serviço, bem como possui milhares de residências razoavelmente confortáveis.

Diante da ocupação das áreas de manguezais, governantes preferiram buscar recursos públicos junto ao Governo Federal para urbanizá-las com obras de saneamento básico, rede de energia elétrica, abertura e construção de estradas, sem providenciar, por exemplo, a construção de conjuntos residenciais verticalizados para fixar os moradores instalados sobre esse ecossistema.

Na Figura 37 vêem-se duas imagens contendo parte da baía da Babitonga, a Lagoa do Saguáçu (cor azul claro), os manguezais remanescentes (cor verde) e os ocupados no bairro Boa Vista e na região leste do município.

Figura 37 – Áreas de manguezais em 1966 e 1989



Fonte: Imagens confeccionadas com o apoio de *Andre Felipe Meyer* e *Silvio Braga*, em base a imagem de ortofotos tirados por satélite, em 1966, 1988 e 1989, disponibilizados pela SEPLAN-PMJ (2011).

A imagem localizada à esquerda da Figura 37 indica os manguezais existentes no município de Joinville em 1966, e a imagem localizada à direita da referida figura mostra 5,70 km² dessas áreas de manguezais degradadas pela ocupação antrópica no período de 1967 a 1989, localizadas dentro do atual perímetro urbano e 0,64 km² dessas mesmas áreas, também destruídas nesse período, circunscritas no bairro Boa Vista.

Nos dias atuais, mesmo a parte urbanizada do bairro Boa Vista apresenta áreas de uso restrito à finalidade residencial, não podendo, por exemplo, desenvolver atividades industriais e de prestação de serviço (área amarela, classificada pela sigla ZCD2), conforme se mostra na Figura 38. As indústrias instaladas no bairro devem-se ao fato de que no passado o zoneamento urbano não estabelecia tal restrição.

Figura 38 – Zoneamento Urbano do Bairro Boa Vista



Fonte: PMJ/SIMGEO, 2012

Na Figura 38, mostra-se o zoneamento urbano do Boa Vista. Dependendo da região do bairro, é proibida a ocupação, como é o caso da área classificada em Zona Especial, ZE5A (área na cor verde escuro),

destinada à proteção ambiental, neste caso, situada acima de 40 metros de altitude do nível do mar, de acordo com a Lei da cota 40¹⁵⁴, bem como a Área de Preservação Permanente dos Mangues, APPM (cor verde), localizada na região sudeste, contígua aos limites do bairro; nas demais áreas é permitida a construção de edificações de até dois pavimentos, na parte classificada como Zona Residencial Unifamiliar em Área de Uso e Ocupação Restrita, ZR1 (azul escuro) e, no Setor Especial de Urbanização Específica, SE2 (verde claro) e SE5-d¹⁵⁵ (cor dourada), até seis pavimentos, na Zona Residencial Multifamiliar em Área de Uso Restrito, ZR4a (azul claro) e, até oito pavimentos na Zona de Corredores Diversificados, ZCD2 (cor bege), situada entre as ruas Albano Schmidt e Prefeito Helmuth Falgatter. Já, a Zona de Empreendedorismo, ZE6b-05 (também na cor verde claro) é destinada à implantação de atividades industriais e de empreendedorismo tecnológicos (IPPJU, 2012).

Ao mesmo tempo em que a ocupação das áreas de manguezais sugerem o descomprometimento¹⁵⁶ político do governo e da sociedade, em relação à preservação da natureza, em parte, isso decorre do próprio nível de desenvolvimento socioeconômico capitalista incipiente em que diferentes sociedades ainda se encontram.

Toda a ação ou atividade desenvolvida pelo homem, por vezes, deixa marcas irreparáveis para o presente e o futuro da humanidade. Diante disso, urge compreender as consequências da ocupação de áreas ecologicamente importantes, proporcionadas pela expansão econômica das cidades.

Uma relação equilibrada entre homem, natureza e sociedade é fundamental para a qualidade de vida e a própria sobrevivência da espécie humana, porém não constitui tarefa fácil de realizar, face um Estado e sociedade que buscam crescimento econômico inconsequente, uma vez que, tanto a destruição da natureza, quanto a miséria e a desigualdade social são bastante evidentes em cidades brasileiras como Joinville.

¹⁵⁴ A área situada no Morro da Boa Vista (ZE5A, na cor verde escuro), compreende Área de Relevante Interesse Ecológico (IPPUJ, 2010-2011).

¹⁵⁵ Nessa área classificada como SE5-d (Setor Especial) a metragem mínima dos lotes é de 5.000 m².

¹⁵⁶ Segundo o filósofo Jean Paul Sartre (1987), o homem é um ser que assume compromissos perante si mesmo e o outro, em busca de um mundo melhor, pois do contrário estará agindo de má fé.

Em várias cidades brasileiras, a expansão econômica evidencia a degradação da natureza, acompanhada de segregação socioespacial. Em Joinville, por exemplo, essa degradação e segregação ocorrem nas áreas de manguezais, ao passo que, em metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo, revelam-se mais nas encostas de morros.

O fato do Poder Público urbanizar áreas de manguezais nas décadas de 1980 e 1990 constitui um dado relevante, se comparado, por exemplo, com o Rio de Janeiro que somente nos últimos anos cria Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) junto às favelas.

Entre os motivos que leva Joinville a intervir nas áreas de manguezais, consta a preocupação em conter as invasões, enquanto que no Rio de Janeiro, a intervenção pública se deve ao drama que a violência, associada ao tráfico, estava tomando no espaço urbano, ultrapassando as fronteiras das favelas, em direção à região central.

A contenção da segregação socioespacial e da degradação da natureza, decorre da pressão que as condições sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais impõem, e resulta em benefícios para a cidade e à sociedade como um todo. Nesse sentido, percebe-se a atuação do Estado e governantes no encaminhamento dessa demanda política. Para que isso ocorra, antes do agravamento das condições socioambientais, requer-se a conscientização e a participação de todos nas decisões envolvendo a configuração socioespacial da cidade.

No centro da análise desse problema encontra-se o homem e ao seu entorno a natureza que lhe possibilita a sobrevivência, a qual cada vez mais parece se encaminhar ao esgotamento.

Por conta do desenvolvimento ou subdesenvolvimento econômico, tem-se permitido a degradação, a exploração desenfreada da natureza, como a ocupação de áreas indevidas no bairro Boa Vista, onde não foram pesadas as consequências ambientais.

Conforme estudos científicos divulgados, os manguezais são considerados áreas de preservação permanente pela importante função que desempenham, ao funcionarem como espécie de filtro entre a terra e o mar e pelo alimento que contêm, possibilitando a reprodução de várias espécies de seres vivos. Dessa forma, contribuem para a manutenção do ciclo da natureza e o equilíbrio de diferentes ecossistemas. Por isso, sua preservação deve ser assegurada pelo Estado, por meio da legislação ambiental.

Se as consequências dessa ocupação são irreversíveis, deve pensar-se em como preservar as demais áreas, ainda remanescentes a fim de evitar que se repitam erros passados, atualmente bastante conhecidos que prejudicam o conjunto de toda sociedade.

A preservação das áreas mencionadas ultrapassa a simples ação fiscalizadora do Estado. Constitui um desafio que se relaciona ao problema social, tão difícil de resolver ou mais que o ambiental propriamente dito.

A questão social merece muitas análises que, por sua vez, também afeta a ambiental, à qual se mantém interligada. Seu encaminhamento demanda uma nova relação entre o homem, natureza e sociedade, capaz de envolver a participação dos diferentes grupos e classes sociais presentes nas mais diferentes cidades, estados e continentes do planeta.

3.3 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO ENTORNO GEOGRÁFICO DO MUNICÍPIO

Neste tópico são apresentados reflexos do desenvolvimento econômico joinvillense, no espaço geográfico da região norte-nordeste catarinense, que nos últimos anos está atraindo expressivo número de empresas e migrantes, com destaque especial para o município de Araquari, no período de 2010 a 2011, quando alcançou um crescimento demográfico superior a 4%.

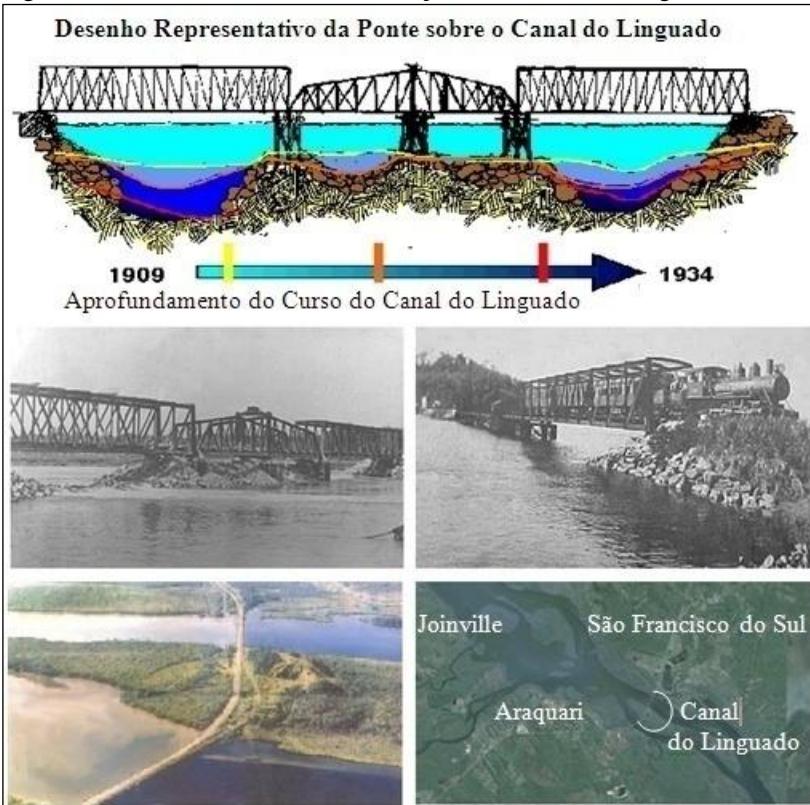
Apesar de ser uma cidade de porte médio, Joinville desfruta de um parque fabril e empresarial consolidado. Segundo levantamento feito pela Fundação Getúlio Vargas, divulgado pela revista Guia 2012 VOCÊS/A (2012), num grupo de 4,3 milhões de empresas brasileiras, Joinville é destacada entre cinco das 150 melhores cidades industriais para se trabalhar: a Tigre (do setor de construção), Whirlpool (eletroeletrônico), Embraco (compressores), Selbetti (gestão de documentos) e a Fundação Pró-Rim (serviços de saúde).

A Tigre, classificada com 77,8 pontos numa escala que vai até 100, além da valorização do quadro funcional, a boa avaliação está principalmente relacionada à transparência e fácil contato com a gerência e executivos. Essa característica é perceptível no surgimento das primeiras indústrias, em Joinville, quando os proprietários trabalhavam no “chão da fábrica”, junto aos seus operários. A Whirlpool Latin America, que no Brasil também opera uma fábrica em Rio Claro/SP e outra em Manaus/AM, é avaliada com 79,1 pontos, por conta da capacitação dos funcionários, por meio da realização de cursos e treinamentos. Já, a Embraco alcança 88,7 pontos, devido à liderança de seu presidente, Roberto Holthausen, reconhecido pela capacidade de formar líderes dentro da própria empresa.

A liderança empresarial ajuda a projetar Joinville como maior polo econômico do Estado de Santa Catarina, composto por um conjunto de 18.577 empresas de prestação de serviço, 11.283 lojas comerciais e 1.338 indústrias instaladas no município (IPPUJ, 2010-2011).

Contudo, essa expansão econômica não se deu sem custos ambientais. Além da expressiva ocupação das mencionadas áreas de manguezais, ocorre o ônus da liberação de resíduos urbanos, orgânicos e inorgânicos, não tratados, despejados diretamente no curso dos rios e da baía da Babitonga, bem como se registra o fechamento do canal do Linguado (Figura 39), concluído em 1935, que agravou fortemente o fenômeno do assoreamento na região.

Figura 39 – Fechamento e transformações do Canal do Linguado



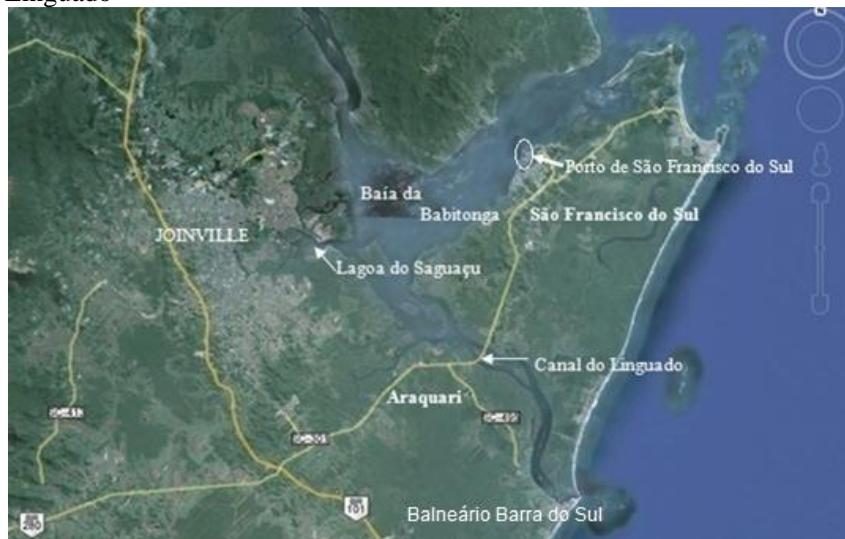
Fonte: Henkels, 2011 e Google, 2012.

Na Figura 39, apresenta-se um desenho representativo da ponte de ferro atravessando o canal do Linguado (imagem superior), sofrendo erosão entre as pilastras antes de seu fechamento. Nas duas imagens do meio da referida figura, vê-se a ponte de ferro utilizada para a passagem de trens, automóveis, carroças, pedestres e animais. Atualmente, a estrada que atravessa esse canal compreende a rodovia federal BR – 280. Na imagem inferior, à esquerda, mostra-se duas partes do canal já fechado. No lado esquerdo, é possível ver a presença de uma lâmina de lama (cor esbranquiçada) do adiantado processo de assoreamento da baía da Babitonga, principalmente resultante da urbanização de Joinville e do fechamento do referido canal do Linguado, que limita a circulação das águas da baía da Babitonga, enquanto, no lado direito, o referido canal se mantém menos assoreado, uma vez que o espaço geográfico circunvizinho ainda é pouco urbanizado. Na parte norte, o canal apresenta largura superior a 500 metros e, na parte sul, superior a 300 metros. Ao oeste, as águas circulam para a baía da Babitonga e, ao leste, para o Oceano Atlântico. Já, na imagem inferior à direita da mencionada Figura, observam-se as duas partes do canal do Linguado que estabelecem a ligação rodoferroviária entre os municípios de Araquari e São Francisco do Sul e sua proximidade com o município de Joinville.

Após a realização dessa obra, a cada ano que passa, intensifica-se o assoreamento e as dificuldades, nos principais recursos hídricos da região para circulação de embarcações, como a do barco *Catarina*, que até o final da década de 1960 transportava trigo para o Moinho de Trigo Joinville (atualmente pertencente à Bunge Alimentos S. A.), localizado próximo ao Mercado Público Municipal, às margens do rio Cachoeira.

O fechamento desse canal continua representando um dos maiores desastres ambientais na região, prejudicando especialmente a população ribeirinha e a própria economia do município de Araquari, impossibilitada de utilizar o transporte hídrico para se deslocar à localidade de Balneário Barra do Sul que, em 1992, emancipou-se do município.

Figura 40 – Região geográfica afetada pelo fechamento do canal do Linguado



Fonte: Google, 2012

Conforme é possível perceber na figura 40, o fechamento do referido canal do Linguado contribui com o agravamento do assoreamento do porto de São Francisco do Sul, tendo em vista que muitos resíduos que circulam pela baía da Babitonga não são mais escoados pela correnteza das águas da maré pelo antigo acesso do mencionado canal. Necessitando portanto, de um estudo sério para promover sua abertura, a fim de se abrandar as consequências socioambientais do fechamento.

As demandas do crescimento econômico regional, especialmente dos municípios de Joinville, Araquari e São Francisco do Sul, que necessita realizar a travessia do canal de maneira segura, pressionou uma solução imediata, por causa do risco de desmoronamento da ponte.

Nesse sentido, os interesses econômicos e a falta de consciência ambiental levaram autoridades políticas a realizarem esse grande empreendimento de maneira mais prática e econômica possível sem, no entanto, avaliar as consequências socioambientais para a região.¹⁵⁷ Com

¹⁵⁷ Assinala-se que, em 1914, os EUA concluem as obras da abertura do canal do Panamá, de 80 km de extensão, na América Central, para facilitar o transporte interoceânico, entre o Atlântico e o Pacífico (SCIARRETTA,

isso, afetando a vida dos pescadores, sobretudo os artesanais que necessitam da preservação do ecossistema local para sua sobrevivência.

O progresso econômico, realizado de maneira arbitrária e equivocado, faz com que os riscos naturais, tecnológicos e sociais se tornem permeáveis, como também crescentes desafios políticos (HERMITTE, 2005) que necessitam de uma ampla análise e discussão por parte de todas as esferas e segmentos da sociedade civil e governamental.

De acordo com o Programa de Proteção dos Remanescentes de Manguezais da Baía da Babitonga (PMJ, 2000), a partir da década de 1970, a expansão da indústria joinvillense acentua a degradação dos manguezais e, conseqüentemente, os prejuízos ambientais na região, que na atualidade acontece no município de Araquari.

Nesse sentido, urge desenvolver o planejamento de ações políticas, envolvendo o futuro da cidade, até mesmo das que resultam em crescimento econômico, tendo em vista que benefícios auferidos por determinadas grupos ou regiões podem ocasionar prejuízos presentes e futuros para a sociedade como um todo, diretamente afetada pela degradação da natureza.

Diante desse quadro, apresenta-se uma contextualização do crescimento demográfico dos municípios da região Norte-Nordeste do Estado de Santa Catarina em relação ao Estado, a região Sul e ao Brasil (Cf. Tabela 23).

2012). Seguindo uma lógica totalmente contrária a abertura do canal do Panamá, duas décadas mais tarde realiza-se o fechamento do Canal do Linguado, pelo qual até então circulavam embarcações de pequeno e médio porte e de jangadas de pescadores ribeirinhos do município de Araquari.

Tabela 23 – Evolução Demográfica do Brasil, da região Sul do país, do Estado de Santa Catarina e de municípios da região Norte-Nordeste (2010 e 2011)

UNIDADES TERRITORIAIS	POPULAÇÃO EM 2010	POPULAÇÃO EM 2011	% DE AUMENTO
Brasil	190.732.694	192.379.287	0,86%
Região Sul	27.384.815	27.562.433	0,64%
Santa Catarina	6.249.682	6.317.054	1,07%
Região Nordeste do Estado de Santa Catarina	746.967	756.211	1,23%
Araquari	24.810	25.860	4,23%
Balneário Barra do Sul	8.430	8.614	2,18%
Campo Alegre	11.748	11.757	0,07%
Garuva	14.761	15.021	1,76%
Itapoá	14.763	15.218	3,0%
Joinville	515.288	520.905	1,09%
Rio Negrinho	39.846	40.011	0,41%
São Bento do Sul	74.801	75.520	0,96%
São Francisco do Sul	42.520	43.305	1,84%

Fonte: IBGE, 2012.

Na Tabela 23, registra-se o crescimento populacional de algumas unidades territoriais entre 2010 e 2011. Enquanto a população brasileira cresce 0,83%, a catarinense alcança um percentual de 1,23%. Em Santa Catarina, esse aumento pode estar associado ao modelo de desenvolvimento econômico firmado desde os tempos da colonização europeia, quando várias cidades da região norte-nordeste do estado projetam sua economia em âmbito estadual e até mesmo nacional, a exemplo do que ocorre com os municípios de Joinville, São Bento do Sul e Rio Negrinho.

Esse aumento demográfico sugere significativas mudanças para os próximos anos, não somente para Araquari, bem como para outros municípios do entorno geográfico joinvillense, uma vez que um pequeno crescimento econômico-demográfico em municípios pouco povoados representa expressivo aumento, que implica elevação populacional e do número de estabelecimentos produtivos, promovendo a expansão urbana e aumento da arrecadação de impostos. Conforme

dados apresentados na Tabela 23, esse aumento populacional proporcionará maior desenvolvimento econômico regional.

A Tabela 23 permite inferir que várias cidades do nordeste do Estado de Santa Catarina superam o índice médio de crescimento populacional brasileiro da região Sul e do próprio Estado, como é o caso do município de Joinville que, no período de 2010 a 2011, cresceu 1,09%. Em parte, esse crescimento deve-se à força da indústria que se expande a partir da década de 1950, num período em que a população urbana supera a população rural do município. Os setores metal-mecânico (Fundição Tupy SA, Refrigeração Consul, Companhia Wetzell, Carrocerias Nielson, Metalúrgicas Douat, Schulz e Duque) e o plástico (Tigre/Hansen, Akros, Cipla, Profiplast) se tornam empregadores de mão de obra e carro chefe do desenvolvimento econômico da cidade, por sua vez beneficiados pela crescente demanda do mercado consumidor nacional.

São Francisco do Sul, a 3ª cidade mais antiga do Brasil, fundada em 1504¹⁵⁸, apresenta uma economia embasada na atividade portuária que, de 2010 para 2011, tem-se expandido e influenciado seu crescimento populacional em 1,84%. A instalação de uma grande empresa multinacional, Arcelor Mittal Vega, do segmento metal mecânico de galvanizados e laminados, também favoreceu a expansão econômica e elevação demográfica da cidade.

De 2010 para 2011, Balneário Barra do Sul aumenta sua população em 2,18%. Mesmo não sediando grandes empresas, conta com atratividade turística voltada ao balneário. Pessoas da terceira idade (aposentados) dirigem-se ao município em busca de melhor qualidade de vida que a prática do lazer proporciona, associada à atividade artesanal pesqueira. Fora do período de veraneio, a cidade é bastante calma e tranquila para as pessoas viverem.

Por outro lado, o município agrícola de Campo Alegre se ressentiu dos efeitos da crise do setor, pois cresce apenas 0,07% no período mencionado, também devido à falta de uma política governamental de incentivo à permanência do homem no campo.

¹⁵⁸ Embora se registre 1504, como ano de chegada da expedição do navegador francês, Binot Paulmier de Gonneville, oficialmente, a data de fundação do município de São Francisco do Sul ocorre em 1658, com o ingresso de Manuel Lourenço de Andrade.

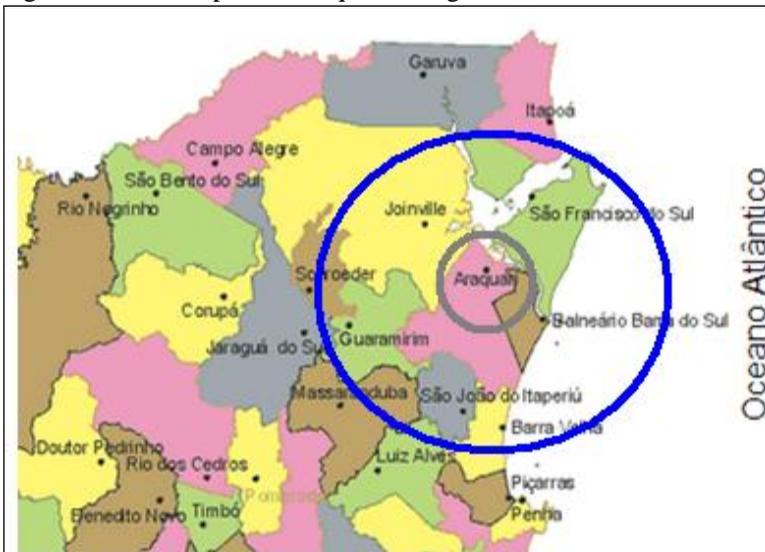
Rio Negrinho também cresce abaixo da média nacional, 0,41%, em função da crise que a agricultura e o setor moveleiro atravessam, influenciada pela conjuntura econômica nacional.

São Bento do Sul cresce modestamente, 0,96%, em decorrência de motivos semelhantes, acima mencionados, crise no segmento moveleiro e do setor agrícola.

Garuva alcança um crescimento demográfico da ordem de 1,76%, impulsionado pela localização geográfica, distante 40 km de Joinville e 90 km de Curitiba, e a proximidade ao Porto de Itapoá, recém construído no município vizinho.

Em Itapoá, o crescimento urbano é ainda mais expressivo: 3,08%, por conta da instalação e funcionamento do novo porto marítimo, inaugurado em 2010, bem como pelo asfaltamento da SC – 415, a construção de uma subestação de energia elétrica e a implantação de novas empresas, especialmente ligadas ao ramo logístico, responsáveis pela criação de novas oportunidades de emprego.

Figura 41 - Município de Araquari e Região Circunvizinha



Fonte: Santa Catarina, 2012.

Localizado na parte sudeste do município de Joinville, Araquari encontra-se próximo de vários portos (Paranaguá, Navegantes, São Francisco do Sul, Itajaí, Itapoá e Imbituba) e aeroportos (Curitiba,

Joinville, Navegantes e Florianópolis), e de um moderno aeroporto de importação e exportação a ser instalado.

Araquari é um município catarinense litorâneo, circunscrito entre Joinville, São Francisco do Sul, Balneário Barra do Sul, São João do Itaperiú e Guarimirim (Figura 41), que integra o ecossistema da baía da Babitonga, ao norte, banhado pelas águas da baía da Babitonga e do Oceano Atlântico, na parte sudeste; colonizado por imigrantes açorianos que estabeleceram contato com luso-brasileiros, indígenas carijós e africanos, traficados durante o regime de escravidão¹⁵⁹.

A sede do município de Araquari dista apenas 25 km da de Joinville, cidade mais populosa e industrializada do Estado de Santa Catarina. Sozinha responde por aproximadamente 20% das exportações catarinenses.

Embora oficialmente fundada em 1848, com o ingresso de uma nau portuguesa, comandada por Manoel Vieira e Rocha Coutinho, em 1658, registros comprovam a presença de bandeirantes portugueses nas terras de Araquari. Sendo que em 1540 já ocorreu, na região, a passagem do navegador espanhol Álvaro Nunes Cabeza de Vaca, acompanhado por uma expedição de 250 homens, entre escravos e indígenas catequizados por padres jesuítas.

Às margens do rio Paraty estabeleceram-se os primeiros moradores da localidade, elevada a condição de freguesia (Distrito), Senhor Bom Jesus do Paraty (Lei Provincial n.º 375, de 8 de junho de 1854), pertencente à vila de Nossa Senhora das Graças do Rio São Francisco do Sul, até sua emancipação, que acontece em 05 de abril de 1876.

Paraty, antiga denominação do município, é substituída por Araquari, pelo Decreto-Lei n.º 941 de 31 de dezembro de 1943, em função da existência de outro município com o mesmo nome, considerado mais antigo, situado no Estado do Rio de Janeiro. Em língua tupi-guarani, a palavra Araquari significa “rio de refúgio dos pássaros”, devido à grande quantidade de aves aquáticas (biguás, garças, gaivotas) e terrestres (a exemplo de aracuã) existentes nas proximidades do canal do Linguado (IBGE, 2012).

¹⁵⁹ A Igreja Santuário Senhor Bom Jesus de Araquari, em livro de batizados, guarda o registro de dezenas de filhos de escravos nascidos antes da Abolição (1888) e após a “Lei do Ventre Livre” aprovada pelo Governo Imperial em 1871.

Até meados do século XX, o extrativismo da madeira constitui a base econômica de Araquari. Na região central do município, nas atuais imediações do Pronto Atendimento (posto de saúde) e do almoxarifado da Prefeitura Municipal, funciona um porto quase que totalmente voltado à atividade madeireira. Boa parte das toras chegava do planalto norte catarinense e depois de beneficiadas na região, eram embarcadas para o porto de São Francisco do Sul, de onde seguiam ao exterior e outros estados brasileiros (CRISTOFOLINI et. al., 2008).

Bastante utilizada na fabricação de embalagens para os produtos industrializados, o uso do papelão representa a diminuição das exportações do produto, bem como desemprego e enfraquecimento da economia da cidade que não dispõe de outras indústrias para absorver a mão de obra excedente do setor. Desde então, trabalhadores de Araquari buscam oportunidades de emprego em Joinville e em outros municípios brasileiros.

Para encaminhar uma solução econômica referente à crise do setor madeireiro, o Senador Carlos Gomes de Oliveira (1900-2004) reivindica do Governo Federal, em 1954, a implantação da Escola Agrícola de Araquari, a fim de estimular a produtividade agrícola. Iniciativa semelhante é realizada no município de Comburiú/SC, pelo então Senador Antônio Carlos Konder Reis (2002).

Em 1968, a Escola Agrícola de Araquari, até então vinculada à Secretaria da Agricultura e Veterinária (SEAV), transforma-se em Colégio Agrícola e, juntamente com a de Camboriú ligam-se à UFSC, a qual permanecem subordinadas até 2008.

Nesse ano, os dois colégios são transformados em Campus do Instituto Federal Catarinense (IFC), com reitoria instalada no município de Blumenau/SC.

Embora o Colégio Agrícola de Araquari tenha contribuído para a melhoria técnica na agropecuária, o mesmo não consegue dinamizar a economia do município, até porque a grande maioria dos alunos, aprovados no exame de seleção, provém de outros municípios e estados brasileiros que, depois de formados, retornam para as suas cidades.

Até o início do século XXI, o perfil socioeconômico de Araquari é essencialmente agrícola, apresentando baixa arrecadação de impostos e atividade industrial. Por conta disso, trabalhadores do município se empregam nas fábricas de Joinville. Em depoimento concedido ao autor da Tese, Francisco Carlos Duarte (2009) assinala que, entre os anos 1968 a 1974, a falta de emprego no município leva muitos araquarienses a se deslocarem para a região Sudeste, a fim de trabalharem na construção da ponte Rio de Janeiro – Niterói.

De acordo com dados do IBGE (2012), em 2003 Araquari apresenta 43,67% de sua população vivendo em estado de pobreza, um dos maiores índices de Santa Catarina, abaixo apenas do município de Monte Carlo, localizado no Centro Oeste do Estado de Santa Catarina, que naquele ano revelava um índice de 46,02%.

Atualmente, a expansão econômica joinvillense se estende aos municípios vizinhos, especialmente Araquari que vem recebendo expressivo número de empresas de pequeno, médio e grande porte que, até o final do século XX, concentravam-se basicamente no município de Joinville.

Influenciada por esse contexto de crescimento econômico, evidencia-se em Araquari uma expansão urbana e industrial sem precedentes, semelhante à registrada em Joinville entre as décadas de 1950 a 1990.

Ao se instalar neste município, empresas favorecem sua economia, bem como passam a ocasionar degradação da natureza, a exemplo da indústria Sampaio Ferro e Aço Ltda., localizada no km 27 da rodovia BR 280 que para implantar sua unidade produtiva no local necessitou desmatar uma área de terra superior a 20 mil metros quadrados, atingindo áreas do complexo estuarino da baía da Babitonga.

O estabelecimento de muitos trabalhadores e empresas em Araquari pode gerar certa preocupação para Joinville, que quer continuar atraindo investimentos estimuladores de sua economia e bem estar social. Entretanto, a mesma expansão econômica que se verifica naquele município, pode ajudar a consolidar ainda mais a economia joinvillense, que se projetou ao longo dos últimos 160 anos de história.

Embora o município vizinho de Araquari se desenvolva economicamente com a instalação de novas empresas, o mesmo continuará bastante vinculado a Joinville, pelo fato de constituir a cidade mais urbanizada da região norte-nordeste catarinense, apresentando boa infraestrutura, com escolas, universidades, bares, lojas comerciais, shoppings Center, hotelaria, espaço de lazer e recreação, etc.

Frente a isso, pode inferir-se que a expansão econômica do município de Araquari contribuirá para fortalecer o crescimento econômico joinvillense, sobretudo do setor terciário, ligado ao comércio e à prestação de serviços.

Se por um lado Joinville apresenta infraestrutura capaz de atender aos interesses do capital econômico, disponibilidade de água e energia elétrica, estradas e mão de obra especializada, por outro, sua configuração geográfica permeada por áreas de manguezais, juntamente com a valorização de suas terras e certo rigor no cumprimento da

legislação ambiental, podem constituir fatores limitadores para a instalação de novas indústrias e empreendimentos econômicos.

Municípios que apresentam boa mobilidade, facilidade de acesso e disponibilidade de terras baratas, tornam-se atrativos para o capital e a consequente expansão econômica.

Outro fator favorável à configuração desse quadro de mudança constitui a isenção de impostos e a disponibilização de recursos públicos, por conta da incipiente economia do município de Araquari que até recentemente não conseguiu projetar-se, devido à herança colonial brasileira, associada ao escravismo e ao latifúndio improdutivo¹⁶⁰. Diferentemente de Joinville, onde se estabeleceu a pequena propriedade, dinamizada pelos imigrantes e a respectiva economia de mercado.

As novas oportunidades econômicas estão atraindo capital que até pouco tempo atrás não recebia financiamentos e benefícios públicos para se instalar em Araquari.

Nos último três anos, o município apresenta um crescimento econômico superior a 100%. Somente em 2011 cresceu quase 37,40%. Desde então, seu ritmo vem aumentando cada vez mais.

Na atualidade o processo de mudança ocorre com o ingresso de empresas de pequeno, médio e grande porte, principalmente vinculadas ao setor secundário e terciário. Ocorre elevação do número de emprego e aumento da arrecadação de impostos, com reflexos no crescimento demográfico, conforme é mostrado na tabela 23, superior a média regional norte-nordeste do estado de Santa Catarina, do país e da região sul brasileira (FERNANDES, 2011).

De acordo com as estimativas do IBGE (2012), em 1º de julho de 2011 Araquari apresentava uma população de 25.860 habitantes, um aumento equivalente a 4,23% em relação ao ano de 2010, quando possuía 24.810 habitantes, isto é, registrou uma elevação média de 1,23%, alcançada pela Região Nordeste do Estado de Santa Catarina. Essa elevação populacional decorre do desenvolvimento econômico que se reflete em urbanização, e demanda maior de disponibilidade de água, energia elétrica e telefonia, além de “terras baratas desvalorizadas com grande potencial de valorização” (BASTOS, 2011, p. 269).

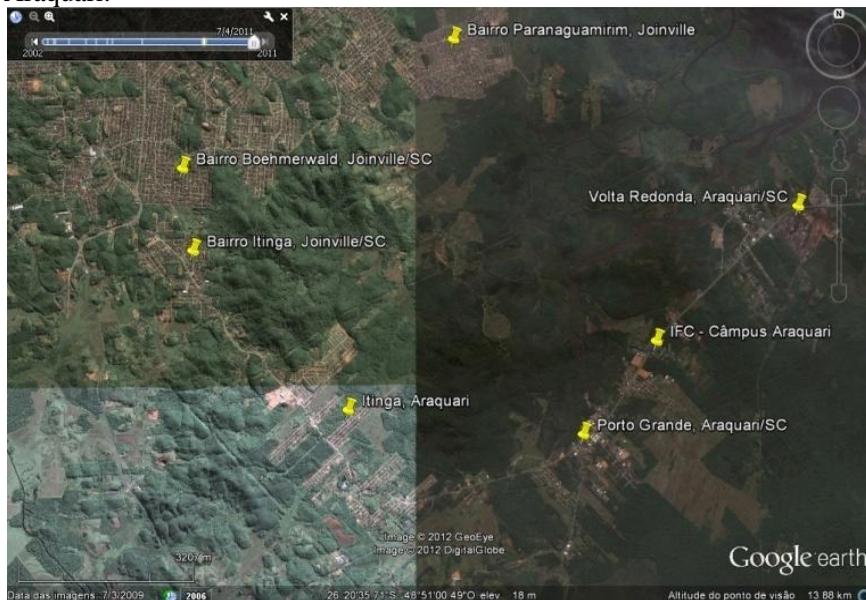
¹⁶⁰ Segundo Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira (2011, p. 15): “A implantação dos latifúndios e a adoção do escravismo impediram a transformação dos trabalhadores em produtores independentes”.

Entre os incentivos econômicos concedidos pelo Governo Estadual, ao município de Araquari, consta o Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (Prodec) e o Pró-Emprego, que facilita linhas de financiamento mediante a geração de emprego e renda, além do desconto de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

Por sua vez, o município concede isenção do pagamento de IPTU (Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana), ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis InterVivos), TLL (Taxa de Licença, Localização e Permanência no Local) e ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza).

O número de carteiras de trabalho emitidas pelo Sistema Nacional de emprego de Araquari também sofre considerável aumento. De 2009 para 2011, foram realizados mais de 2.695 pedidos (SINE, 2012). De acordo com o secretário de Desenvolvimento Econômico de Araquari, Clenilton Carlos Pereira, ao longo de 2012 estão previstos cerca de quatro mil novos empregos nas empresas instaladas. Conforme se demonstra na Figura 42, Joinville e Araquari se encontram em processo de conurbação. Em pouco tempo, os dois municípios consolidarão suas áreas urbanas, tornando suas fronteiras imperceptíveis no entorno e proximidades da rua Waldemiro José Borges (localizada na região sul do município de Joinville), juntamente com as rodovias SC – 301 e BR – 280, que atravessam o bairro Itinga.

Figura 42 – Região em processo de conurbação entre Joinville e Araquari.



Fonte: Google (2012)

Na Figura 42 mostra-se que a expansão dos bairros de Joinville, Boehmerwald, Itinga e Paranaguamirim aumentará, devido ao crescimento econômico de Araquari que está atraindo migrantes paranaenses, gaúchos, paulistas e do Estado de Santa Catarina, fazendo que em poucos anos os dois municípios estabeleçam uma região conurbada.

Quando esse bairro contava com uma população de 9.879 habitantes, em 2000, Joinville recebeu 25 km² de área do território do município de Araquari, por não dispor de condições econômicas para realizar melhorias de infraestrutura urbana, devido à estagnação de sua economia. Assim, a localidade Estevão de Matos, pertencente à Araquari, integra-se ao bairro Paranaguamirim (pertencente à Joinville) elevando sua população, em 2010, para 27.106 habitantes (IPPUJ, 2010-2011). Desse modo, este bairro se tornou mais habitado que todo o município Araquari que, no referido ano, apresentou uma população de 24.810 habitantes (IBGE, 2012).

Chama atenção, o fato de que na região sul de Joinville, também se percebe que os morros existentes, proibidos de serem desmatados e

ocupados pela Lei Municipal da Cota 40 nos referidos bairros podem constituir fator limitador para a respectiva expansão urbana.

Nas imediações da rodovia federal BR – 280, que atravessa o município de Araquari, na diagonal, sentido sudoeste – nordeste, percebem-se vários núcleos de povoamento (Itinga, Porto Grande, IFC – Campus Araquari, Volta Redonda), por vezes, contendo áreas desmatadas e aterradas, prontas para receber edificações (galpões), a fim de sediar indústrias e estabelecimentos comerciais. Tal paisagem revela a perspectiva de crescimento econômico que está se configurando na cidade.

Em contrapartida, Joinville que há décadas vem projetando seu desenvolvimento econômico dentro do cenário regional, estadual e nacional, não se mostra mais tão atrativo, uma vez que algumas empresas estabelecidas na cidade chegam a transferir-se para Araquari, como é o caso da indústria Durín. Também há casos de empresas de outras regiões que constituem filiais nesse município, devido à disponibilidade de infraestrutura, à isenção de tributos municipais e estaduais e à agilidade na aprovação dos projetos necessários para a realização de empreendimentos econômicos. Por exemplo, o tempo médio para a liberação de um alvará para construção de uma empresa é de 10 dias, enquanto que em Joinville pode demorar meses. Esses fatores se tornam atrativos para empresários que vislumbram expandir seus negócios, a curto e médio prazo, visto que a volatilidade dos mercados, muitas vezes, dificulta planejar ações para um prazo estendido.¹⁶¹

Em Joinville, os órgãos fiscalizadores ambientais, embora mais estruturados e eficientes, a exemplo da Fundema, vinculada à Prefeitura Municipal, que segue diretrizes estabelecidas pelo plano diretor e a legislação pertinente, demora mais para aprovar os projetos que dependem dos trâmites de órgãos oficiais. Em função disso, nem sempre sua atuação é vista com simpatia pelos empresários e munícipes, uma vez que fiscalizam com mais rigor ações que ocasionam a degradação da natureza.

Mais tolerante e complacente, em relação à fiscalização ambiental, Araquari vem se tornando mais atrativo para muitos empresários, inclusive joinvillenses que desejam expandir suas

¹⁶¹ Nesse sentido, sugere-se a leitura da obra (Modernidade líquida) de Sigmunt Bauman (2001), bem como (Tudo o que é sólido desmancha no ar) de Marxhall Berman (1986).

atividades ou iniciar novos negócios em uma cidade, tão próximo de Joinville, que busca incentivar sua economia.

Além disso, ainda se percebe o menor preço dos imóveis comerciais, residenciais e industriais no município. Enquanto uma área de 1.000 m² em Joinville custa R\$ 200.000,00, em Araquari, encontra-se por menos da metade desse valor. Por exemplo, nas proximidades da BR – 280 compra-se uma área de 10.000 m², sem mata, por aproximadamente R\$ 1.000.000,00. Já, em Joinville, uma área equivalente não se acha por um valor aproximado de R\$ 2.000.000,00.

Se a especulação imobiliária provoca aumento do preço da terra, por vezes abusivo, pergunta-se até que ponto essa valorização beneficia ou prejudica a cidade, uma vez que ela pode conter a velocidade do processo de crescimento econômico.

Muita coisa daquilo que, ao menos aparentemente, prejudica o ritmo de crescimento econômico, também pode trazer benefícios para o conjunto da sociedade. Apesar disso, questiona-se a legitimidade do lucro fácil, principalmente daqueles que mais se beneficiam com as mudanças estabelecidas pela (in)+sensatez do mercado.

Segundo depoimento prestado pelo Secretário de Planejamento Econômico da Prefeitura de Araquari, Clenilton (2012), nesse período, mais de mil e cem empresas de pequeno, médio e grande porte se instalaram na cidade. Entre as principais, destaca-se:

1) Hyosung, fábrica de fios de elastano, usados na produção de roupas íntimas, de praia, trajes esportivos e jeans; a empresa foi fundada na Coreia do Sul no ano de 1966. E compreende um grupo que tem um quadro de sete mil funcionários e negócios em 150 países. Em 2009, alcançou um faturamento de US\$ 7 bilhões. Desde 2006, no Brasil, a empresa possui uma fábrica na cidade Americana/SP, onde produz tecido para a fabricação de pneus, segmento liderado pela sul-coreana (LÜTTKE, 2011).

No município, já aplicou um montante de R\$ 170 milhões de investimentos, localizada as margens da BR – 101, na altura do KM 69, a empresa ocupa uma área de 40 mil metros quadrados, de um total de 225 mil. Na unidade, trabalham 200 funcionários; setenta oriundos da Coreia do Sul, acompanhados por suas famílias; trinta brasileiros que fizeram treinamentos naquele país e 100, treinados na própria unidade.

A indústria pretende se tornar a quinta maior fábrica de elastano do grupo no mundo, produzindo 150 mil toneladas anuais do produto, equivalente 8% a 10% da produção mundial, capaz de abastecer 60% do mercado brasileiro e sul-americano.

No município, a maior indústria instalada influencia o crescimento econômico da cidade, despertando a atenção de empresários que buscam novas oportunidades do mercado, a fim de expandir ‘seus’ capitais e empreendimentos.

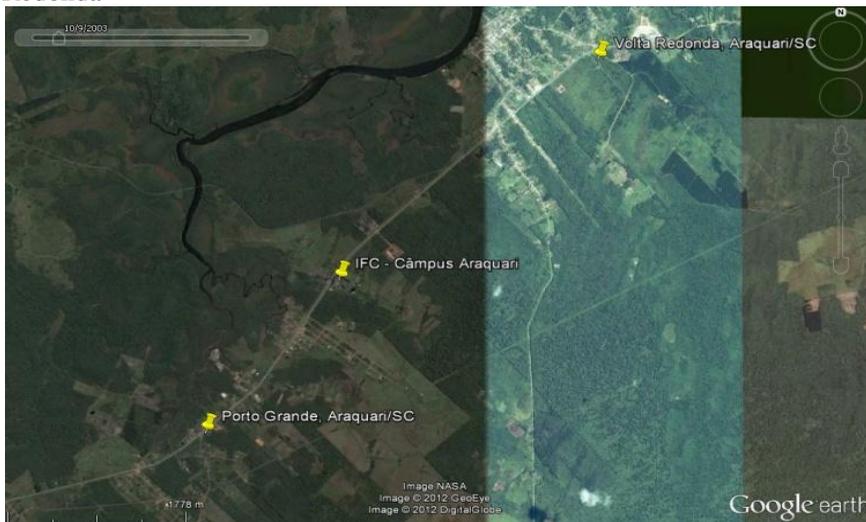
2) Forte Lev é outra empresa de grande porte instalada no município, às margens da Br101, no km 64, em uma área de 20 mil metros quadrados. Emprega cerca de 500 funcionários e tem sua matriz sediada no Estado do Espírito Santo, com filiais na Bahia e em São Paulo. Em Araquari, pretende ampliar suas instalações para dobrar sua capacidade de produção. No Brasil, é uma das líderes na fabricação de reservatórios de água e investe na produção de tubos e conexões.

Incentivos fiscais e baixo valor das terras fizeram com que a empresa Durín se mudasse de Joinville para Araquari. Há dois anos no município, a empresa atua no ramo de conexões, acessórios e metais sanitários. Em Joinville, empregava 110 funcionários em uma área de cinco mil metros quadrados. Hoje, possui sede própria numa área de 15 mil metros quadrados, empregando 300 trabalhadores. Segundo o diretor comercial Rosinaldo de Aguiar, em Araquari, a empresa consegue crescer e diversificar sua produção e, atualmente, vislumbra a possibilidade de fazer novos investimentos.

A recente decisão da instalação da Fábrica da BMW no município, também abre novas perspectivas para o desenvolvimento econômico, com reflexos positivos inclusive aos municípios vizinhos como Joinville. A empresa definiu instalar-se na rodovia federal BR-101, km 67, sobre um terreno de cinco milhões de metros quadrados, do qual, dois milhões já se encontram desmatados.

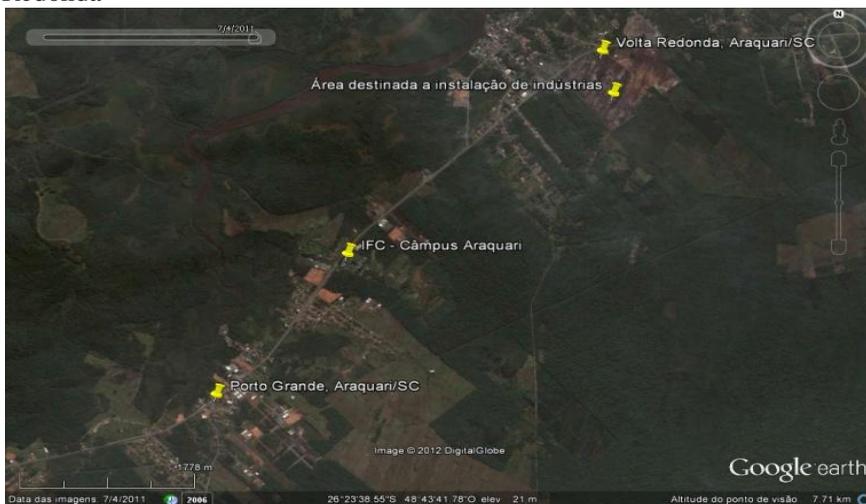
O conjunto das empresas instaladas em Araquari está transformando o espaço geográfico da cidade, com a construção de unidades residenciais, comerciais e industriais, especialmente ao longo das rodovias federais BR – 101 e, especialmente, a BR – 280 que além de atravessar a região urbana do município (Figuras 43 e 44), é bastante utilizada por habitantes dos municípios vizinhos para o abastecimento da região, a importação e a exportação de produtos por meio do Porto de São Francisco do Sul, bem como para a circulação dos veranistas que se dirigem às praias, compreendidas nos municípios de São Francisco do Sul e Balneário Barra do Sul.

Figura 43 – Pontos de povoamento de Araquari, em 2003, nas imediações da BR 280, entre as localidades de Porto Grande até Volta Redonda



Fonte: Google, 2012.

Figura 44 – Pontos de povoamento de Araquari, em 2010, nas imediações da BR 280, entre as localidades de Porto Grande até Volta Redonda



Fonte: Google, 2012.

Ao se comparar a paisagem de 2010 (Figura 43) com a do ano de 2003 (Figura 44 acima), percebe-se expressivo avanço da malha urbana no entorno da rodovia BR-280, especialmente nas localidades de Porto Grande, IFC – Campus Araquari e Volta Redonda.

Para os próximos 10 anos, a Prefeitura de Araquari vislumbra a possibilidade de um aumento populacional superior a 100%, ultrapassando a marca dos 50.000 habitantes. Esse crescimento demográfico demandará ampliação da infraestrutura urbana, a começar pela duplicação da rodovia BR – 280, que se encontra em processo de licitação pelo Governo Federal, bem como e mais saneamento básico, eletricidade, escolas, postos de saúde, habitação popular.

No momento, a população da cidade se depara com a falta de água potável, sendo abastecida por reservatórios de água retirada do lençol freático e não está preparada para atender essa crescente demanda.

Segundo informações veiculadas pela CASAN e a Prefeitura do Município, estão previstos investimentos na ordem de 35 milhões de reais em saneamento básico no bairro Itinga e na região urbana central, deixando de contemplar, porém, as demais localidades da cidade que também estão crescendo.

O consumo de água retirada de poços superficiais e artesianos pelas empresas instaladas próximo às residências poderá traduzir-se em escassez, geradora de conflitos e conseqüente mal estar na comunidade, além do problema da poluição e ruídos.

O abastecimento de energia elétrica se constitui outra preocupação. Embora a cidade disponha de duas subestações de energia, uma no bairro Porto Grande e outra na divisa com o município de Balneário de Barra do Sul, o aumento do consumo industrial e residencial, no município, reflete-se em apagões que poderão se tornar uma rotina cada vez mais frequente.

Como muitas dessas empresas têm suas matrizes instaladas em outros municípios catarinenses (Joinville, Jaraguá do Sul), e mesmo em outros estados (SP, RS, PR, MG) ou países (Coréia, China, Alemanha, EUA), sugerem-se estratégias para conter reflexos eventuais, crises econômicas e de emprego, bem como na questão ambiental, evitando problemas que ocorreram em Joinville, especialmente no bairro Boa Vista, não se repetam no município de Araquari.

Assinala-se que Araquari, também, é um município costeiro que se confronta com áreas de manguezais, sensíveis à ocupação humana, contíguos à baía da Babitonga, drenada por cursos hídricos que permeiam o território do município.

A Figura 45 apresenta espaço de manguezal margeando um afluente do rio Paraty, próximo à rodovia BR-280 no bairro Porto Grande, pressionado pela expansão da malha urbana.

Figura 45 - Área de manguezal de Araquari em processo de ocupação (2009)



Fonte: Google, 2010.

Analisando-se a Figura 45, é possível perceber que o ecossistema contíguo ao afluente do rio está sofrendo degradação por expansão do crescimento econômico, a começar pelo descumprimento da legislação ambiental que, por exemplo, prevê o recuo mínimo de 30 metros do curso hídrico, a fim de assegurar a preservação dos recursos naturais.

Ao dar continuidade ao atual ritmo de expansão econômica do município, sem os devidos cuidados ambientais, é possível que venha a ocorrer em Araquari o que aconteceu em Joinville: destruição de vastas áreas de manguezais (Figura 45), que se traduzem em prejuízos para o ecossistema estuarino da região e segregação socioespacial.

O crescimento econômico revela-se contraditório na medida em que manifesta a prevalência dos interesses privados, a concentração da riqueza na mão de poucos, a exclusão, a segregação social, a degradação da natureza.

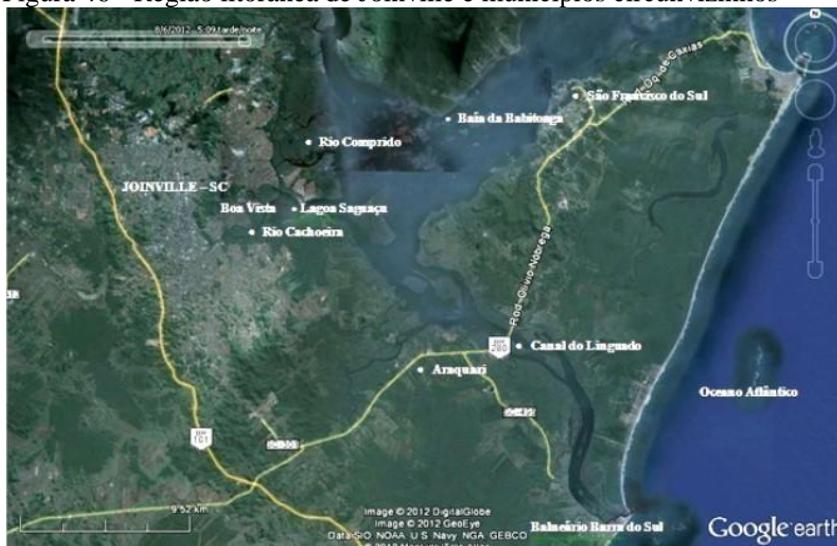
Nesse sentido, Chang (2003) denuncia os países ricos por pressionarem os países em vias de desenvolvimento a promoverem a

abertura de suas fronteiras comerciais¹⁶², favorecendo ainda mais sua economia, apesar de eles, no passado, terem adotado o protecionismo comercial que os teria ajudado a se projetarem dentro do cenário e mercado econômico internacional.

Conforme se assinala na presente análise, esse mesmo fato se verifica em Araquari. Considera-se importante que o plano de ocupação do espaço urbano seja capaz de preservar as áreas de manguezais remanescentes de qualquer tipo de invasão, apesar da justificativa do crescimento econômico do município. Nesse sentido, sugere-se incentivar à verticalização urbana na região.

Na Figura 46 mostra-se a região geográfica dos municípios de Joinville, Araquari e São Francisco do Sul, cuja expansão econômica afeta diretamente os manguezais e o ecossistema fluvial-marinho, compreendidos na baía da Babitonga.

Figura 46 - Região litorânea de Joinville e municípios circunvizinhos



Fonte: Google, 2012.

¹⁶² Uma vez que os países ricos encontram-se numa condição vantajosa em relação aos mais pobres, pelo fato de disporem de mais tecnologia, maquinário e infraestrutura necessária para o desenvolvimento do seu processo produtivo, torna-se sempre um grande desafio para estes (países pobres) abrirem suas fronteiras para competirem, comercialmente, em condições de igualdade.

A expansão socioeconômica do município de Araquari exige o envolvimento e participação da comunidade nas decisões políticas, junto aos órgãos públicos do Estado, sob a pena de agravamento da degradação da natureza e da segregação socioespacial que, no caso de sua ocorrência, prejudica a construção de uma sociedade sadia e inclusive os interesses do capital econômico, que não podem sobrepor-se aos interesses da cidade, a ser resguardada pela legislação e a execução de um bom planejamento urbano.

A seguir, expõem-se as considerações finais, permeadas por algumas reflexões presentes ao longo desta pesquisa acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme análise realizada ao longo dos capítulos, verifica-se estreita relação entre a expansão comercial, urbana e industrial e a ocupação de áreas de manguezais em Joinville/SC, com destaque especial para as do bairro Boa Vista.

Ao longo do século XX, a industrialização impactou fortemente a natureza, em em várias cidades brasileiras e mesmo estrangeiras que passaram por esse processo, a exemplo de Londres e Coréia do Sul que, respectivamente, degradaram o rio Tamisa e o rio Han, recuperados depois de totalmente comprometidos pela sua expansão econômica.

A partir da revolução de 1930, destacam-se os benefícios oriundos do aumento do consumo de produtos brasileiros industrializados, estimulado pela política de substituição de importações e o crescimento demográfico nas cidades.

Em diferentes regiões nacionais e internacionais, a industrialização constituiu um entre os principais fatores que ocasionaram degradação, como foi o caso da ocupação das áreas de manguezais do município de Joinville, sobretudo a partir dos anos de 1950, onde à expansão da indústria desencadeou esse processo no mencionado bairro Boa Vista, com o intuito de capitalizar lucros, para se firmar e fazer frente à concorrência do mercado.

Além da ocupação dessas áreas que deveriam ter permanecidas preservadas, a indústria recebeu incentivos econômicos do Estado, por meio da construção de estradas, pontes, ampliação da rede de energia elétrica, telefonia, bem como o maciço ingresso de migrantes, contratados como mão de obra operária.

O dilema ocasionado pela degradação da natureza sugere a necessidade de maior articulação entre o homem, a sociedade e um Estado mais democrático, capaz de encaminhar demandas da expansão urbana, de forma a garantir o bem estar social de todos.

Ao longo da formação histórico-geográfica da cidade de Joinville, evidenciaram-se interesses público-privados em torno do crescimento econômico, sem a devida atenção para com o problema da segregação socioespacial, perceptível na ocupação de áreas de manguezais. Segundo Fábio Napoleão (2012), a ocupação dessas áreas é uma revelação desse problema.

A ocupação dessas áreas manifesta a prevalência dos interesses econômicos, especialmente, dos detentores de sua posse, de seus moradores, dos promotores imobiliários e dos empresários que

instalaram indústrias sobre áreas de manguezais e também contrataram mão de obra dos trabalhadores nelas instalados.

Sem desconsiderar a participação dos luso-brasileiros, o crescimento econômico foi especialmente desencadeado pelo capital social transplantado da Europa para Joinville. Por consequência da colonização, ocorre a industrialização e a expansão do modo de produção capitalista. Nesse sentido, assinala-se que o município apresenta uma geografia delineada por expressivas áreas de manguezais, parte das quais foram ocupadas principalmente a partir da metade do século XX, por influência da expansão da indústria e o ingresso de milhares de migrantes brasileiros, constituindo um exército de reserva de mão de obra local.

Ao mesmo tempo em que Joinville permitiu a realização de sonhos, objetivos e esperanças, oportunizando melhores condições de vida a muitos trabalhadores, também gerou frustrações, dor, sofrimento daqueles que se viram obrigados a se estabelecer em áreas sem infraestrutura urbana, devido às condições socioeconômicas deficitárias e à incapacidade do Estado de encaminhar essa importante demanda.

Junto ao aumento de oportunidades de emprego e renda para muitos trabalhadores, ao longo dos últimos 160 anos de história, ressalta-se na cidade de Joinville a degradação de expressivas áreas de manguezais.

Se por um lado a mecanização do campo e a industrialização das cidades aumentaram a produtividade, por outro, ocasionaram transformação socioespacial sem precedentes, intensificando a corrente migratória, que acabou resultando em concentração de capital na mão de poucos e degradação da natureza.

Assim como o estabelecimento da sede da Colônia Dona Francisca às margens do rio Mathias desencadeou a ocupação da região central da cidade, configurada por áreas alagadiças de manguezais, a expansão da Fundação Tupy e sua instalação na região leste do município estimularam o povoamento, a urbanização de semelhantes áreas no bairro Boa Vista, que se estendeu nos bairros Comasa, Jardim Iririú, Espinheiros, Costa e Silva, Guanabara, Fátima, Paranaguamirim e Ademar Garcia.

Entretanto, independentemente da Sociedade Colonizadora de Hamburgo e da Fundação Tupy, a ocupação das áreas de manguezais poderia ter ocorrido por influência da morfologia plana; acessibilidade hidroviária, abastecimento e escoamento da produção; proximidade ao centro da cidade, e; pressão ocasionada pela industrialização e urbanização.

Diante disso pode concluir-se que o crescimento econômico joinvillense atrelado ao desenvolvimento do modo de produção capitalista implicou a ocupação de áreas impróprias e de outros casos de degradação, como a poluição e o assoreamento de córregos, rios, Lagoa do Saguacu, baía da Babitonga, fenômenos que começaram a ser agravados desde o fechamento do canal do Linguado.

Outro fator que acabou favorecendo a destruição de áreas de manguezais deve-se à opção pela expansão urbana horizontal, por sua vez influenciada por fatores diversos, como o ingresso de excedente de mão de obra do campo, o baixo poder aquisitivo dos trabalhadores do setor produtivo, bem como a falta de uma política de verticalização e de construção de moradias populares.

Dentro de outro contexto, Joinville poderia ter expandido sua economia e povoamento sem a ocupação dessas áreas de manguezais, visto que no município há muitas espaços disponíveis e adequados para a construção de casas e edificações verticalizadas.

A forma como se estabeleceu a industrialização e a urbanização nas cidades brasileiras teve como consequência a degradação da natureza e a segregação socioespacial. Por conta disso, muitos trabalhadores foram pressionados a se estabelecerem em áreas de manguezais, uma vez que a sociedade e o próprio Estado priorizaram o crescimento econômico, ao invés da questão ambiental e social.

Se fosse feito um estudo comparativo da urbanização de várias cidades litorâneas, certamente se constataria grande semelhança com Joinville, visto que, em todo o território nacional seguiu-se a mesma lógica capitalista, atenta às necessidades econômicas imediatistas, sem se preocupar com as questões ambientais

A obsessiva busca pelo progresso material imediatista e consumista evidencia-se nas relações conturbadas que se estabeleceram no interior da sociedade joinvillense, configuradora da respectiva formação socioespacial.

A partir da década de 1980, a preocupação em torno da questão ambiental, principalmente dos países importadores economicamente mais desenvolvidos, passou a pressionar cidades exportadoras, a exemplo de Joinville, no sentido de conterem a degradação da natureza, bem como a segregação socioespacial, conforme proposições estabelecidas pela Organização Internacional de Padronização (International Organization for Standardization – ISO).

Em função disso, para se alinhar às novas exigências do mercado internacional, o Poder Público Municipal realizou a urbanização das áreas de manguezais degradadas pela ocupação arbitrária. Ao mesmo

tempo em que promoveu a abertura de um canal artificial para conter a ocupação das áreas de manguezais ainda remanescentes. Mesmo assim, porém, esse processo continua acontecendo nos dias de hoje, muito embora com significativo declínio, em parte devido ao crescimento econômico e maior conscientização ambiental que gerou o aumento da fiscalização.

A priorização dos interesses econômicos, sem a devida atenção à preservação da natureza e a justiça social, são perceptíveis até os dias atuais, uma vez que ainda se evidencia a concentração de capital na mão de poucos, a segregação socioespacial e a ocupação de áreas de manguezais, problemas geradores de mal estar e descontentamento de muitas pessoas que gostariam de desfrutar dos benefícios do respectivo crescimento econômico alcançado.

Por vezes, empresas da cidade, principalmente as maiores, distribuem parte de seus lucros aos trabalhadores, não poucas vezes, porém, estas mesmas empresas, notadamente em épocas de crise, sequer conseguem assegurar o direito ao emprego.

Embora a legislação contemple as crescentes necessidades humanas por bens de consumo, ainda se percebe um esforço insuficiente da sociedade em exigir do Estado a preservação dos recursos naturais, devido à carência de desenvolvimento socioeconômico.

Com a automatização do processo produtivo e a especialização da mão de obra, no município, constata-se uma tendência de melhor distribuição de renda e de menor índice de crescimento econômico, motivado pela concorrência internacional e diminuição do aumento populacional. Isso se reflete na melhoria da infraestrutura urbana, na habitação, bem como na racionalização do espaço, por meio da verticalização.

Apesar do progresso científico tecnológico, nos últimos anos observa-se que ainda ocorre ocupação de áreas de manguezais atrelada à condição socioeconômica deficitária de muitos trabalhadores desempregados ou subempregados, impossibilitados de adquirir uma casa própria, através de financiamento habitacional ou não, por falta de rendimentos.

Dessa forma, o baixo poder aquisitivo e a crescente demanda por moradia popular continuam elevando o déficit habitacional e, conseqüentemente, a ocupação dessas áreas que deveriam permanecer preservadas, tanto em Joinville, quanto em municípios vizinhos, como é o caso de Araquari que, nos últimos anos vem crescendo em um ritmo bastante acelerado e, de certa forma, passando por processo semelhante ao de Joinville.

Como conclusão desta tese, assinala-se que assim como em meados do século XX prevalecia à preocupação do governo e da população municipal em expandir a indústria para projetar economicamente a cidade; na década de 1980, essa preocupação volta-se também para a questão ambiental, compreendendo a preservação de áreas de manguezais remanescentes, bem como a urbanização daquelas já ocupadas, para melhorar as condições habitacionais, socioambientais e contemplar o interesse pelo crescimento econômico capitalista.

Municípios onde o crescimento econômico ainda não se consolidou, o interesse pela expansão da atividade produtiva tem prevalecido e ainda prevalece em relação à preservação dos recursos naturais, como é o caso de Joinville, especialmente até a década de 1980, e Araquari, sobretudo nos últimos anos. Diante disso, sugere-se maior articulação entre a sociedade e o Estado, a fim de encaminhar esse processo de crescimento econômico de maneira mais harmônica e sustentável possível.

Problemas envolvendo a ocupação do espaço são de responsabilidade do Estado, do Poder Público municipal, estadual e federal, que precisaria intervir de maneira efetiva sempre que ocorresse algum tipo de degradação e distúrbio social. A questão ambiental está atrelada à social e vice versa, visto que uma interfere direta e indiretamente sobre a outra, provocando mal estar na cidade.

Esta análise do *Desenvolvimento socioeconômico do município de Joinville/SC e a ocupação de áreas de manguezais do bairro Boa Vista*, feita sob o parâmetro da formação socioespacial (SANTOS, 1985, 1999 e MAMIGONIAN, 1996), considerou que o pensar e o agir do homem é determinado pelo modo de produção e reprodução da existência humana (MARX, 1883, 1996) e pelas condições, estágio e nível de desenvolvimento socioeconômico-cultural em que a sociedade se encontra (WEBER, 1991, 2000).

A instrumentalização científica do mundo gerou expectativas econômicas que se refletiram na destruição de áreas de manguezais para a ampliação das atividades econômico-produtivas.

O homem é um ser político que interage socialmente diante dos problemas do dia a dia. Dependendo de sua conscientização e envolvimento, ele é levado a participar mais ou menos ativamente em defesa da preservação da natureza e em favor da questão social, podendo comprometer-se com o crescimento econômico articulado aos interesses sociais e ambientais ou, simplesmente, acomodar-se diante da degradação e da segregação socioespacial.

Ao analisar a ocupação das áreas de manguezais, como é o caso das do bairro Boa Vista, conclui-se que a sua destruição está vinculada aos interesses imediatistas público-privados, atrelados ao crescimento econômico inconsequente, ao se mostrar incapaz de contemplar a natureza e, conseqüentemente, a sociedade como um todo.

Para tanto, faz-se necessário promover um desenvolvimento que estabeleça a integração, a articulação entre o homem, a natureza e a sociedade, a começar pelo investimento em educação, saúde, infraestrutura urbana, e não apenas favorecer a reprodução e o acúmulo do capital.

Apesar do aumento do número de pessoas mais conscientes em torno da necessidade da preservação, nem sempre a legislação ambiental é observada, já que continuam acontecendo grandes crimes contra a natureza, como é o caso da destruição das mencionadas áreas de manguezais. Contudo, a acumulação é uma lei fundamental na sociedade capitalista que dificulta o cumprimento das respectivas leis ambientais. Quando a legislação ambiental é observada, ocorre a construção de uma sociedade mais integrada e sadia, conforme se pode compreender nas análises realizadas. A expansão econômica no bairro Boa Vista representou a destruição de expressivas áreas de manguezais.

Na atualidade, destaca-se que esse processo de expansão socioeconômica, permeado pela segregação socioespacial, continua se manifestando em Joinville e é bastante visível em municípios circunvizinhos, a exemplo de Araquari, influenciado por um expressivo crescimento econômico-demográfico.

Nesse sentido, políticos, agricultores, operários, ambientalistas, planejadores, economistas, empresários, cientistas e todos os trabalhadores têm o desafio de buscar um desenvolvimento socioeconômico que atente para a preservação da natureza e a satisfação das necessidades coletivas.

A difícil tarefa de estabelecer uma relação harmônica entre sociedade, desenvolvimento e meio ambiente demanda a superação da lógica imediatista, individualista, para uma maior participação e comprometimento de todos com a natureza e a questão social. O consumo de bens supérfluos, igualmente, é um dos entraves para que essa mudança aconteça na atual sociedade.

Sob essa perspectiva, destaca-se que a ocupação dessas áreas de manguezais, importantes para sobrevivência das diferentes espécies de seres vivos e o bem-estar social, refletem a desarticulação que se estabeleceu entre o homem, a natureza e a sociedade.

Segundo o chefe indígena de Seattle: “Tudo o que acontecer a Terra, acontecerá aos filhos da Terra”¹⁶³. Nessa mesma linha de raciocínio, Helene e Marcondes (1996, p. 50-51) destacam que “na Natureza, tudo está ligado. Água, solo, ar, seres vivos e energia são todos elos de uma mesma teia viva. Alterar um desses elos sempre significa afetar os demais”.

Com este trabalho acadêmico, que constitui uma tese de conclusão de curso de Doutorado, buscou-se dar uma contribuição para a compreensão das relações contraditórias que se estabeleceram ao longo da expansão econômica da cidade, marcada pela degradação dos recursos naturais e a segregação socioespacial.

Para o encaminhamento do desenvolvimento socioeconômico e da ocupação de áreas de manguezais que em Joinville ainda continua acontecendo de maneira menos expressiva e no município de Araquari ganha maior visibilidade, devido ao forte crescimento que vem sofrendo nos últimos anos. Nesse sentido, assinala-se a necessidade de aprofundamento do presente estudo, bem como a realização de novas análises referentes essa problemática.

¹⁶³ Trecho da carta endereçada ao Presidente dos Estados Unidos, Franklin Pierce, em 1854, por ocasião de seu interesse na compra de uma imensa faixa territorial pertencente a sua tribo. Fonte: <http://www.comitepaz.org.br/chefe_seattle.htm>. Acesso em: 15 de fev. 2012.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Notícia. **Joinville 147 anos**. 1998. Disponível em:
<<http://www1.an.com.br/jville98/ville5.htm>>. Acesso em: 15 set. 2012.

AB'SABER, Aziz Nacib. **Domínios de natureza no Brasil:**
potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ABIKO, Alex Kenya; ALMEIDA, Marco Antonio Plácido de;
FERREIRA, Mário Antônio Barreiros. **Urbanismo:** História e
Desenvolvimento. 1995. São Paulo: EPUSP, 1995. Disponível em:
<<http://publicacoes.pcc.usp.br/PDF/ttpcc16.pdf>>. Acesso em: 23 ago.
2012.

ACIJ - Associação Comercial e Industrial de Joinville. 2011. Disponível
em: <<http://www.acij100anos.com.br/?l=cemanos>>. Acesso em: 10 jan.
2012.

ALMEIDA, Roberto Schmidt de. A questão ambiental no sudeste e suas
relações com a indústria: um sumário conceitual e histórico. **Caminhos
de Geografia**, v. 4, n. 11, p. 53-66, fev. 2004. Disponível em:
<<http://br.monografias.com/trabalhos/industrializacao-questao-ambiental-sudeste-brasil/industrializacao-questao-ambiental-sudeste-brasil2.shtml>>. Acesso em: 12 maio 2010.

ALMEIDA, Rufino Porfírio. **Um aspecto da economia de Santa
Catarina:** a indústria ervateira - o estudo da Companhia Industrial.
Dissertação (Mestrado), Florianópolis: UFSC/CCH. 1979.

ALMEIDA, S. S. Estrutura e Florística em Áreas de Manguezais
Paraenses: Evidências da Influência do Estuário Amazônico. **Boletim
do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Série Ciências da Terra, v. 8, p.
27-34, 1996.

ANDRADE, Marina. Quatro anos, 5 mil empregos. **A Notícia**,
Destaque. 2012, 24-10-2012, p. 4.

ARENDDT, Hanna. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense
Universitária, 1991.

ARRECH, Marta. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. **BID**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 3-40, 1995,

BAKAN, Joel. Entrevista feita por Filipe Luna. In: _____. **CULT**. São Paulo: Daysi M. Bregantini. 2008. p. 8-13.

BARBOSA, Sandra Pires. **A quem pertencem os mangues**. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/13279/a-quem-pertencem-os-mangues>>. Acesso em: 12 set. 2011.

BASTOS, G. C. Atividade Pequeira na Baía da Babitonga. In: CREMER, Marta J; MORALES, Paulo Roberto Dias; OLIVEIRA, Therezinha M. N. de Oliveira. (Orgs.). **Diagnóstico Ambiental da Baía da Babitonga**. Joinville/SC: UNIVILLE, 2006.

BASTOS, José Messias; SILVA, Marcos Aurélio da (Orgs.). **Cadernos Geográficos: O processo de industrialização no sul do Brasil**. Florianópolis: Editora do Departamento de Geociências, 2006.

BASTOS, José Messias. Considerações sobre a urbanização do litoral catarinense. In: PEREIRA, Elson Manoel; DIAS, Leila Christina Duarte (Orgs.). **As cidades e a urbanização: passado, presente e futuro**. Florianópolis: Insular, 2011a.

BASTOS, José Messias. Dinâmica Socioespacial das Redes de Lojas em Santa Catarina. In: MAMIGONIAN, Armen et. al. (Org.). **Santa Catarina: Estudos de Geografia Econômica e Social. Série Livros Geográficos IV**. Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011b.

BASTOS, José Messias; ESPÍNDOLA, Carlos José. Ignácio Rangel e a crise brasileira. **Princípios** (UFRN), n. 76, p. 72-77, 2004. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=185&id_indice=1442>. Acesso em: 22 jun. 2011.

BASTOS, José Messias. Depoimento concedido ao autor da Tese, em 29 jan. 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BAVARESCO, Paulo Ricardo. **Os ciclos econômicos do extremo oeste catarinense**: modernização, progresso e empobrecimento. 2003.

Disponível em:

<file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Desktop/economia/economia%20d%20sc.htm>. Acesso em: 10 ago. 2012.

BECKER, Edemilson (Fresador ferramenteiro). Morador do bairro Boa Vista desde a década de 1970. Depoimento concedido ao autor da Tese, em 24 set. 2012.

BENATO, Vanira Silva. **Produtos Químicos Descartados no Mar de Florianópolis e Pesquisa de Metais Pesados em Tecido Muscular da Tainhota e Parati** (Gênero Mugil). 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência dos Alimentos) – Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Alimentos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

BENDER, Nilson Wilson (Ex-Prefeito Municipal e Ex-Diretor da Fundação Tupy). Depoimento concedido ao autor da Tese, em 20 out. 2012.

BRASIL. **Política nacional de biodiversidade**: roteiro de consulta para elaboração de uma proposta. Brasil: MMA, 2000. 48p.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. Tradu. Floriano de Souza Fernandes. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BIGARELLA, João. J. Contribuição ao estudo da planície litorânea do estado do Paraná. **Arquivos de Biologia e Tecnologia**, Curitiba, v. 1, p. 95-143, 1946.

BLAY, Eva Alterman (Org.). **A luta pelo espaço**: textos de sociologia urbana. Petrópolis: Vozes, 1978.

BOSSLE, Ondina Pereira. **História da Industrialização Catarinense**: das origens à integração do desenvolvimento brasileiro. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.

BRANCO, Samuel Murgel. **O meio ambiente em debate**. São Paulo: Moderna. 2000.

BRASIL - Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, **A Notícia**, 02 dez. 2012.

BRASIL – Presidência da República. **Lei n. 7.661**, de 16 de maio de 1988b. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17661.htm>. Acesso em: 26 maio 2012.

BRASIL - Presidência da República. **Lei n. 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em: 19 abr. 2012.

BRASIL – Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, 1988a. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 26 maio 2012.

BRASIL – Presidência da República. **Decreto-Lei n. 9.760**, de 5 de setembro de 1946. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9760.htm>. Acesso em: 26 maio 2012.

BRASIL. **Estatuto da cidade: Lei n. 10.257**, de 10 de julho de 2001. – 3. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. Disponível em:
<http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2444/estatuto_cidade_3ed.pdf?sequence=5>. Acesso em: 20 de abr. 2012.

BRASIL - Presidência da República. **Lei n. 12.651**, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em: 19 out. 2012.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Livro Plano Diretor – Anexo H Ações Municipais: “Critérios de Elegibilidade e Roteiro Básico para Elaboração e Revisão de Planos Diretores Municipais Participativos”**. Papirus, 1994.

BRUM, Mário. **A História do Transporte em Joinville**. 2011. Disponível em: <<http://www.gidion.com.br/curiosidades/santa-catarina>>. Acesso em: 21 out. 2011.

BRUNDLLAND, Gro Harlem (Presidente). Comissão Mundial sobre Meio Ambiente. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>>. Acesso em: 21 set. 2011.

BRUSKE, Dinorah Luisa de Melo. **A área central de Joinville: sua configuração atual e aspectos de seu processo de expansão entre 1950 e 2001**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Florianópolis: UFSC, 2002.

CAIRNCROSS, Francês. **Meio ambiente: custos e benefícios**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Nobel, 1992.

CAMPO ALEGRE. Disponível em: <<http://www.campoalegre.sc.gov.br/conteudo/?item=21997&fa=2260>>. Acesso em: 25 set. 2012

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1999. 256p.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. 21. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

CAPRA, F. **As conexões ocultas**. Ciência para uma vida sustentável. São Paul: Cultrix, 2002.

CARLOS, Ana Fani. **Espaço – Tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTELNOU, A. et. al. Sustentabilidade socioambiental no Pantanal Mato-grossense e seu espaço vernáculo como referência.

Desenvolvimento e Meio Ambiente: Diálogo de saberes e percepção ambiental. Curitiba, PR: Editora da UFPR, n. 7, 2003. p. 43-70.

CCJ/UNIVILLE. **Plano de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Norte** – Joinville – Santa Catarina. Joinville: apostila digitada. 2003.

CHANG, Há-Joon. **Chutando a Escada** – Estratégia de Desenvolvimento em Perspectiva Histórica. São Paulo: Unesp, 2003.
CHOLLEY, A. **Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. BG – CNG/IBGE.** Ano XXII – n. 179, mar./abr. 1964. n. 180, maio/jun. 1964.

CISER, 2012. Disponível em: <<http://www.ciser.com.br/o-grupo>>. Acesso em: 23 maio 2012.

CISER, 2012. Disponível em: <<http://www.ciser.com.br/sobre/historico>>. Acesso em: 23 maio 2012.

CLAVAL, Paul. **Geografia Cultural.** Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta. Margareth de Castro A. Pimenta. Florianópolis: UFSC, 2007.

CLICRBS. **AN Memória domingo:** estação ferroviária. 07 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/anmemoria/category/joinville/page/4/?topo=84%2C2%2C18%2C%2C%2C84>>. Acesso em: 17 nov. 2012.

CLICRBS. **AN Memória sábado:** antigo Porto de Joinville. 30 de junho de 2012. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/anmemoria/category/joinville/page/14/?topo=84%2C2%2C18%2C%2C%2C84>>. Acesso em: 17 out. 2012.

CLICRBS. **AN Memória domingo:** carroções. 25 de março de 2012. Disponível em: <wp.clicrbs.com.br/anmemoria/category/joinville/page/23/?topo=84%2C2%2C18%2C%2C%2C84>. Acesso em: 15 nov. 2012.

CLICRBS. **AN Memória Sábado: área central.** Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/anmemoria/category/joinville/page/20/?topo=84%2C2%2C18%2C%2C%2C84>. Acesso em: 25 nov. 2012.

COELHO, Ilanil. **Joinville e a Campanha de Nacionalização**. São Carlos: UFSCAR, 1993.

COELHO, Ilanil. **Pelas tramas de uma cidade migrante**. Joinville: Editora da Univille, 2011.

COGGIOLA, Osvaldo. Ecologia e Marxismo. **Motrivivência**, ano. XVI, n. 22, p. 39-46. jun. 2004. Disponível em: <<http://www.journal.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/viewFile/1183/1887>>. Acesso em: 20 maio 2011.

COHAB/SC - Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.cohab.sc.gov.br>>. Acesso em: 11 fev. 2012.

COMFLORESTA. Disponível em: <<http://www.comfloresta.com.br/site/empresa.php>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

COMITÊ CUBATÃO CACHOEIRA JOINVILLE. Disponível em: <http://www.cubataoJoinville.org.br/recursos_precip_mensal.php?codPrece=15&ano=2009>. Acesso em: 14 ago. 2010.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução n. 01**, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 22 ago. 2011.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução n. 303**, de 20 de março de 2002. Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30302.html>>. Acesso em: 22 ago. 2011.

CONSTANTE, Vladimir Tavares. **Bases para o Plano Diretor de Transportes de Joinville**. 2003.

CORBISIER, Roland. **JK e a luta pela Presidência**: uma campanha civilista. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

CORDEIRO, Olívio B. (Org.). **Anuário de Joinville**. 1951.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Prefácio Milton Santos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORREIA, F. Z. O Álcool voltou para ficar. **Discutindo a Geografia**, n. 8, p. 58- 61, São Paulo, 2005.

CORREIO DA TUPY. Ano 1, n. 5, 15 ago. 1961.

COSTA, Achyles Barcelos da. O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter. **Cadernos Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo/RS: Unisinos. ano. 4, n. 47, 2006.

COSTA, Iara Andrade. **A cidade da ordem**: tensões sociais e controle – Joinville: 1917-1943. Dissertação (Mestrado em História)- UFPR, Curitiba, 1996.

COSTA, Iara Andrade. Onde estavam os pobres de Joinville? In: THIAGO, Raquel S. **Tempos de Joinville**. Joinville/SC: Univille, 2008.

CREMER, Marta J. O Estuário da Baía da Babitonga. In: CREMER, Marta J; MORALES, Paulo Roberto Dias; OLIVEIRA, Therezinha M. N. de Oliveira. (Orgs.). **Diagnóstico Ambiental da Baía da Babitonga**. Joinville/SC: UNIVILLE, 2006. 256p.

CREMER, Marta J; MORALES, Paulo Roberto Dias; OLIVEIRA, Therezinha M. N. de Oliveira. (Orgs.). **Diagnóstico Ambiental da Baía da Babitonga**. Joinville/SC: UNIVILLE, 2006. 256p.

CRISTOFOLINI, Nilton José. **Nacionalização do ensino**: estratégia para a construção da nacionalidade e sua contextualização em Joinville. Dissertação (Mestrado em História), Florianópolis: UFSC, 2002.

CUNHA, Idaulo José. **Evolução Econômico-Industrial de Santa Catarina**. Florianópolis, FCC, 1982.

CUNHA, Dilney. **História do Trabalho em Joinville**. Joinville: Editora Toda letra. 2008.

CUNHA, Idaulo José. **O salto da Indústria Catarinense**: um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo 27, 1992. Disponível em:

<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/589/828>>. Acesso em: 21 set. 2011.

CURA PLANETARIA. Disponível em: <www.curaplanetaria.com>. Acesso em: 21 set. 2012.

DALSENTER, Dario (Funcionário público municipal aposentado e Corretor imobiliário). Depoimento concedido ao autor da Tese, em 12 maio 2012.

DANICACORPORATION, 2012. Disponível em: <<http://www.danicacorporation.com/sfDanica2/web/index.php/empresa/index/id/1>>. Acesso em: 21 maio 2012.

DANNEMANN, Fernando Kitzinger. **Período Imperial – 1872 - Questão Religiosa**. 2011. Disponível em: <<http://www.efecade.com.br/index.php?texto=1913>>. Acesso em: 11 fev. 2012.

DANTAS, Aldo. **Pierre Monbeig: um marco da Geografia brasileira**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da História Cultural francesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DEAN, Warren, 1932-1994. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. Tradução Cid Knepel Moreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DENIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. **Dona Francisca (1867)**. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/planejamento-e-pesquisa/historico-do-planejamento-de-transportes>>. Acesso em 27 de set. 2012.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 5. ed. São Paulo: Gaia, 1992.

DIAS, Genebaldo Freire. **Pegada ecológica e sustentabilidade**. São Paulo: Gaia, 2002.

DIESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Subsídios para políticas públicas de emprego, trabalho e renda**. Joinville, 2012.

DÖHLER, Udo. **Déficit habitacional, uma questão crítica**. Disponível em: <<http://udodohler.com.br/blog/2011/deficit-habitacional-uma-questao-critica/>>. Acesso em: 21 set. 2012.

DORNELLES, S. S.; MOREIRA, F. M.; FREITAS, L. M. Caracterização da Estrutura Vegetal dos Manguezais do Canal do Linguado, Baía da Babitonga. In:

CREMER, Marta J; MORALES, Paulo Roberto Dias; OLIVEIRA, Therezinha M. N. de Oliveira. (Orgs.). **Diagnóstico Ambiental da Baía da Babitonga**. Joinville/SC: UNIVILLE, 2006. 256p.

DRESCH, J. et. al. **Reflexões sobre a Geografia**. São Paulo: AGB, 1955.

DUARTE, Francisco Carlos (Professor Pesquisador e Procurador do Estado do Paraná). Depoimento concedido ao autor da tese, em 15 nov. 2009.

DULLEY, R. D. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. **Agric. São Paulo**, São Paulo, v. 51, n. 2. p. 15-26, jul./dez. 2004. Editora, 1998.

EITEN, G. **Classificação da vegetação do Brasil**. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Brasília, 1983.

ESPAÇOTURISMO. **Joinville Requintada**. Disponível em: <http://www.espacoturismo.com/nacionais/sul/joinville-requintada>. Acesso em 25 de nov. 2012.

ESTEVES, Maria Guilhermina; AMÊNDOLA, Pedro Luiz. A questão da poluição industrial. In: _____. **Diagnóstico Brasil: a ocupação do território e o meio ambiente**, IBGE, Rio de Janeiro, 1990.

FAORO, Raymundo Faoro. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FEIRA DE FERRAMENTARIA, MODELAÇÃO E USINAGEM EM JOINVILLE. Disponível em:

<<http://solid3d.blogspot.com.br/2012/03/feira-de-ferramentaria-modelacao-e.html>>. Acesso em: 25 set. 2012.

FERNANDES, A. J.; PAIS, C. **A Economia Brasileira na Década de 80**: consequências da crise da dívida externa, inflação e crise do Estado. Lisboa – Portugal. Universidade de Aveiro. 1990. Disponível em:

<<http://www2.egi.ua.pt/xxiaphes/Artigos/a%20Fernandes%20onInflam%20a%20C3%A7%C3%A3o.PDF>>. Acesso em: 11 set. 2010.

FERNANDES, Cláudio. **Das Notícias do Dia**. 2011. O exemplo de Araquari, oásis industrial de Santa Catarina. Disponível em:

<<http://www.gazetadeitapoa.com/2011/10/10/o-exemplo-de-araquari-oasis-industrial-de-santa-catarina/>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

FERNANDES, V.; SAMPAIO, C. A. C. Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente. **Desenvolvimento e meio ambiente**, n. 18, p. 87-94, jul./dez., 2008.

FERREIRA, Jackson. Técnico em eletrônica residente no bairro Boa Vista. Depoimento concedido ao autor da Tese, em 25 out. 2012.

FICKER, Carlos. **História de Joinville**: Crônica da Colônia Dona Francisca. 2. ed. Joinville: Editora Letradágua, 2008.

FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **Uma história voltada para a indústria catarinense**. Florianópolis, 2000.

FIORI, Neide A. **Aspectos da evolução do ensino público**: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

FISCHER, Gert Roland. **Mangues**: conseguiremos conservá-los? Ensaio impresso. [s.n.], 1983. 48p.

FISCHER, Gert Roland (Engenheiro florestal, fundador e Presidente da Associação de Preservação e Equilíbrio do Meio Ambiente – APREMA.

Em 1987 foi condecorado, em Bruxelas, com o prêmio Global 500).
Depoimento prestado ao autor desta Tese, em 21 maio 2010.

FISCHER, Gert Roland. **FlotFlux = dinheiro jogado fora**. 2006.
Disponível em: <<http://retotodavida.blogspot.com/2006/05/flotflux-dinheiro-jogado-fora.html>>. Acesso em: 11 out. 2010.

FISCHER, Gert Roland. **Histórico da recente destruição dos mangues de Joinville** (YouTube). Disponível em:
<http://www.youtube.com/watch?feature=endscreen&NR=1&v=u8AbP_4v_1Y>. Acesso em: 11 jun. 2012.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável**.
Tradução: Marise Manoel. Campinas: Editora da Unicamp. 2001, 221p.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Preocupação ambiental cresce devagar, diz estudo**. 23/05/2006. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u14656.shtml>>.
Acesso em: 10 ago. 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 9. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

FREITAS, Vladimir Passos de (Org.). **Direito Ambiental em Evolução**. Curitiba: Juruá

FRESCA, T. M. Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina. **Geografia**. Londrina, v. 11, n. 2, p. 251-274, jul./dez., 2002.

FREUD, Sigmund. **O mal estar na civilização**. Tradução do inglês por Joan Riviere, Londres, Hogarth, 1955.

FUNDEMA, 2010. **Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Municipal: compromisso com o futuro**. Joinville, SC: Prefeitura Municipal de Joinville, 2ª. Ed. Rev., 1998.

FUNDEMA – Fundação Municipal do Meio Ambiente. In: 24º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental. Belo Horizonte/MG: 02 a 07 de setembro de 2007. **Anais...** Disponível em: <<http://www.saneamento.poli.ufrj.br/documentos/24CBES/VI-082.pdf>>. Acesso em: ago. 2010.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FURTADO, Celso. Reflexões sobre a Crise Brasileira. **Revista de Economia Política**, v. 20, n. 4 (80), out./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/80-1.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2012.

GALBRAITH, John Kenneth. **A era da Incerteza**. Tradução de F. R. Nickelsen Pellegrini. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1984.

GAZETA de Joinville. 02 jul. 2007. **IBAMA Garante: sistema Flotflux não funciona para Joinville**. Disponível em: <<http://www.nossaJoinville.com.br/viverJoinville/tag/flotflux/>>. Acesso em: set. 2010.

GEHLEN, Joel. **O Século Singular**. Participação Empresarial na Formação de Joinville. Joinville/SC: Ed. Letradágua. Apoio ACIJ, 2011.

GIESEL, Sandra Regina. **Os passivos ambientais e seus possíveis impactos na saúde pública na cidade de Joinville**. Dissertação (Mestrado em Saúde e Meio Ambiente). Joinville: UNIVILLE. 2007.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais**. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES FILHO, Alcione. Secretário da Secretaria da Habitação de Joinville. Depoimento concedido ao autor da Tese, em 25 nov. 2012.

GOMES, P. C. DA C.; CORREA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997b.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I et. al.(Orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. RJ: Bertrand Brasil, 1995. p. 48-76.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1996.

GONÇALVES, Mônica Lopes. **Geologia para planejamento de uso e ocupação territorial do município de Joinville**. Tese (Doutorado)-USP (Instituto de Geociências), São Paulo, 1993.

GOOGLE. **Região de Joinville**, com destaque especial ao aterro do canal do Linguado. Disponível em: <<http://hhenkels.googlepages.com/barrasul1.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2009.

GOOGLE. **Região Nordeste do Estado de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl&q=mapa%20dos%20munic%C3%ADpios%20do%20estado%20de%20sc#>>. Acesso em: 22 jul. 2010.

GOOGLE. **Indústria e Fundação Tupy S.A.**, instalada na década de 1950, no Bairro Boa Vista, próxima da Lagoa do Saguacu sobre área de mangue. Disponível em: <<http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.Tupy.com.br>>. Acesso em: 12 out. 2009.

GOULARTI FILHO, Alcides. Formação Econômica de Santa Catarina. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, p. 977-1007, 2002.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação Econômica de Santa Catarina**. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

GOULARTI FILHO, Alcides; MORAIS, Fábio Farias de. A Construção dos Caminhos da Erva-Mate em Santa Catarina: Combinação e Sobreposição de Transportes. In: Iv Encontro de Economia Catarinense, 2010, Criciúma/SC. **Anais...** 2010. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/IV_EEC/sessoes_tematicas/Hist>. Acesso em: 12 nov. 2011.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no oeste do Paraná (1940 – 70). Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (Orgs.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001, 416p.

GUERRA, Larissa (2011). Número de apartamentos cresceu 125% em dez anos. **A Notícia**, 17 jul. 2011.

GUERRA, Larissa (2012). Perini Business Park completa 11 anos. **A Notícia**. 21 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/anoticia/jsp/default.jsp?uf=2&local=18§ion=Economia&newsID=a3778570.xml>>. Acesso em: 15 set. 2012.

HARRIBEY, Jean-Marie. **Marxismo Ecológico ou Ecologia Política Marciana**. 2001. Disponível em: <http://resistir.info/ambiente/ecologia_politica.html>. Acesso em: 11 jun. 2011.

HARRIBEY, Jean-Marie. Marxismo ecológico ou ecologia política marxiana. In:____. **Dictionnaire Marx Contemporain** (sob direção de Bidet J. Kouvélakis). Paris, PUF, Actuel Marx Confrontation, 2001, p. 183-200. Tradução de Fernando Ic. Matins. Disponível em: <http://resistir.info/ambiente/ecologia_politica.html>. Acesso em: 11 set. 2011.

HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. (Orgs.). **A cultura Importa**: os valores que definem o progresso humano. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 15. ed. São Paulo: Ed. Loyola. 2006.

HARVEY, David. O capital não resolve as crises. Entrevista feita por Eleonora de Lucena. **Folha de São Paulo**. 29 fev. 2012. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=2&id_noticia=176771>. Acesso em: maio 2012.

HELENE, M. Elisa Marcondes; MARCONDES, Beatriz. **Evolução e Biodiversidade**: o que é que nós temos com isso? São Paulo: Ed. Scipione. 1996.

HENKEL, Henry. **Santa Catarina e seus Problemas: a Quimera Histórica Canal do Linguado**. Disponível em <http://hhenkels.googlepages.com/canal_linguado1.htm>. Acesso em: 20 fev. 2011.

HERMITTE, M. A. Os fundamentos jurídicos da sociedade do risco – uma análise de U. Beck. In: VARELLA, Marcelo Dias (Org.). **Rede Latino – Americana – Européia sobre Governo dos Riscos**. Brasília: Gráfica Editora Pallotti. 2005, 205p.

HESPANHOL, N. A. **Dinâmica agroindustrial, intervenção estatal e a questão do desenvolvimento na região de Andradina**. Tese (Doutorado em Organização do Espaço)- Rio Claro IGCE – CP. de Rio Claro – UNESP, 1996.

HOBSBAWN, Eric. **A era das revoluções 1789-1848**. Trad. de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBSBAWM, Eric J “A Primavera dos Povos”. In: _____. **A Era do Capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995, p. 29-46.

HOBSBAWN, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2. ed. 29 reimp., São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

HOENICKE, Nilzete Farias. **Distrito industrial de Joinville/SC (1935-2007): análise crítica propositiva**. Tese (Doutorado). FAUUSP, 2007

HOLANDA, S. W. S. **Tolerância de quatro cultivares de *Panicum maximum* Jacq. Ao alagamento**. 38f. 2004. Dissertação (Mestrado em Botânica), Universidade Federal Rural da Amazônia/Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 2004.

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros: gestão pública 2001**. Coordenação de população e indicadores sociais. Rio de Janeiro. 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas de população do Brasil**, grandes regiões, unidades da federação e municípios. Série estudos e pesquisas. v. 22. Rio de Janeiro, IBGE, 2002. 24 p. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2004/metodologia.pd>>. Acesso em: 12 ago. 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Dados fornecidos pela subsede de Joinville). 2012b.

INFOPÉDIA. **Lei das Sesmarias**. Porto: Porto Editora, 2003-2012. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$lei-das-sesmarias](http://www.infopedia.pt/$lei-das-sesmarias)>. Acesso em: 10 mar. 2012.

INSTITUTO ETHOS. **Empresas e responsabilidade social**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

IPPUJ. Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. In: _____. **Joinville Cidade em Dados 2001-2002**. Acervo do IPPUJ (PMJ).

IPPUJ. Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. In: _____. **Joinville Cidade em Dados 2008**. Acervo do IPPUJ (PMJ).

IPPUJ. Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. In: _____. **Joinville Cidade em Dados 2010-2011**. Disponível em <<http://www.ippuj.sc.gov.br/conteudo.php?paginaCodigo=23>>. Acesso em: 22 jan. 2012.

IPPUJ. Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. **Desenvolvimento Sustentável e Função Social da Propriedade Urbana**. Disponível em: <http://www.ippuj.sc.gov.br/conteudo.php?paginaCodigo=63>>. Acesso em 05 de dez. 2012.

JOINVILLE. Disponível em: <<http://www.Joinville.sc.gov.br>>. Acesso em: ago. 2009.

JOINVILLE. Ficheiro: zentrum.jpg. **Região central da cidade**. Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Joinville_zentrum.jpg>. Acesso em: 10 de jan. 2013.

JONES, Stephen. **A bicicleta**. Entrevista ao programa da BBC Science Club. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/2012-11-14/saiba-como-a-bicicleta-revolucionou-o-sexo-e-a-genetica.html>. Acesso em: 14 nov. 2012.

JUTTA, Gubtbert. **Cubatão**: desenvolvimento, exclusão social e degradação ambiental. USP: Ed. da USP. São Paulo: 1996.

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda** (General theory of employment, interest and money). Tradutor: CRUZ, Mário Ribeiro da. São Paulo: Ed. Atlas, 1992.

KINGSLEY DAVIS. A Urbanização da humanidade. In: SALGADO, Plínio. **Como Nasceram as Cidades do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

KLOSTERMANN, Dieter. **Gestão de águas da bacia do Rio Cubatão do Norte (SC)**: da qualidade na água à qualidade do uso. Dissertação de Mestrado em Agroecossistemas. Florianópolis: UFSC. 2003.

KONRAD, Paulo (Corretor que há mais de trinta e cinco anos comercializa imóveis em Joinville). Depoimento concedido ao autor da Tese, em 17 de abril de 2012.

KRAEMER, M. E. P. **Passivo ambiental**. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/passivo-ambiental/passivo-ambiental.shtml>>. Acesso em: 11 jun. 2010.

KRAEMER, M. E. P. **A contabilidade ambiental como sistema de informação**. 2005. Disponível em: <<http://www.gestaoambiental.com.br/articles.php?id=52>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

KUYPER, Abraham. **Calvinismo**. São Paulo: Editora Cultura Cristã. 2002.

LACERDA, L. D. Manguezais: Florestas a Beira Mar. **Ciência Hoje**. v. 3, n. 13, p. 63-70, 1984.

LACERDA, Antônio Corrêa de. et. al. **Economia Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LANDES, David, “Quase toda diferença está na cultura”. In: HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. (Orgs.). **A cultura Importa: os valores que definem o progresso humano**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002, p. 39-70.

LANGSTON, A. B. **Esboço de teologia sistemática**. 6. ed. Rio de Janeiro: Juerp, 1980.

LEFEBVRE, Henri. **Introdução à modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Trad. de Rubens Eduardo Frias. Rev. Maria Ofélia da Costa. São Paulo: Ed. Moraes Ltda. 1991.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2006.

LEFF, Enrique. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In: REIGOTA, Marcos (Org.). **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p.111-129.

LEFF, Henrique. **Para salvar o meio ambiente**. Disponível em: <<http://www.unb.br/acs/unbagencia/ag0803-15.htm>>. Acesso em: 01 maio 2007.

LEITE, José Alfredo A. **Macroeconomia : teoria, modelos e instrumentos de política econômica**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo : Atlas, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. São Paulo: Ed. 70/Martins Fontes, 1981.

LIMA, José Edmilson de Souza. Terceiro setor, qualidade ética e riqueza das organizações. **Revista FAE**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 83-88, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v6_n1/07_pier o.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2012.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

LOPES, Ester. W. B. **Ocupação humana em área de manguezal: o caso do manguezal de Palhoça**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFSC, 1999.

LORENZI, Luciano. A macrofauna bentônica de substrato inconsolidado do canal do Linguado. In: CREMER, Marta J; MORALES, Paulo Roberto Dias; OLIVEIRA, Therezinha M. N. de Oliveira. (Orgs.). **Diagnóstico Ambiental da Baía da Babitonga**. Joinville/SC: UNIVILLE, 2006.

LUTERO, Martinho. **O Catecismo Maior e Menor. Obras Seleccionadas**, v. 7, p. 315-470. São Leopoldo: Sinodal. 1995.

LÜTTKE, Fernanda. Hyosung começa a produzir em Araquari. **ClicRBS**. 22 set. 2011. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/loetz/2011/09/22/hyosung-comeca-a-produzir-em-araquari/>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

MACEDO, Silvio Soares. **Paisagem e Habitação Verticalizada os espaços livres como elemento de desenho urbano**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)- FAU, USP, São Paulo, 1988, p.9.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

MAGALHÃES, Marionilde Brephol de. **Pangermanismo e nazismo**. S P: UNICAMP/ FAPESP, 1998.

MAMIGONIAN, Armen. Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia**. n. 3, ano XXVII, jul/set., p. 388-480, 1966.

MAMIGONIAN, A. Geografia das Indústrias de Santa Catarina. **Revista Geosul**. Atlas de Santa Catarina. Florianópolis: GEOSUL, 1986.

MAMIGONIAN, A. A geografia e a formação social como teoria e como método. In: SOUZA, Maria Adélia A. de. (Org.). **O Mundo do Cidadão**. Um Cidadão do Mundo. São Paulo: Hucitec, 1996,

MAMIGONIAN, A. (Org.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. Florianópolis: UFSC/PPGG, 1997.

MAMIGONIAN, A. Kondratiev, ciclos médios e organização do espaço. **Revista Geosul** (UFSC), Florianópolis, v. 28, n. 14, 1999.

MAMIGONIAN, A. Capitalismo e socialismo em fins do século XX (visão marxista). **Ciência Geográfica**, Bauru- São Paulo, v. 7, n. 18, p. 04-09, 2001.

MAMIGONIAN, A.; BASTOS, J. M. (Orgs.). **Transformações regionais no Brasil**. Florianópolis: Departamento de Geociências - UFSC, 2009. v. 1. 393p.

MAMIGONIAN, Armen et. al. (Org.). **Santa Catarina: Estudos de Geografia Econômica e Social. Série Livros Geográficos IV**. Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011.

MAMIGONIAN, Armen. A indústria de Santa Catarina: dinamismo e estruturalismo. In: _____. MAMIGONIAN, Armen et. al. (Org.). **Santa Catarina: Estudos de Geografia Econômica e Social. Série Livros Geográficos IV**. Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011a.

MAMIGONIAN, Armen. **Desenvolvimento e Infra-estruturas**. Ourinhos/SP: Unesp. 2007.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo**. São Paulo, Hucitec, 1996.

MARX, K. H.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. Lisboa: Avante, 1982.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2. ed., São Paulo, Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: _____. **Marx: Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos**. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Coleção Os pensadores) v. I.

MARX, Karl. **Os Economistas. O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro I. O Processo de Produção do Capital. Singer. Trad. de

Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Ed. Nova Cultural Ltda. 1996, Círculo do Livro Ltda. Seção IV.

MARX, Karl. **Manuscrtos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. Tradução Paulo Roberto Banhara. São Paulo: Escala, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Ed. Presença, Portugal, 1974. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/ideologiaalema.html>>. Acesso em: 12 jun. 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (1848). **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 12. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>> Acesso em: 13 jun. 2012.

MATTOS, Fernando Marcondes. **A Industrialização Catarinense: análise e tendências**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1968.

MEDEIROS, Rodrigo Althoff. **Cidades em crescimento: a influência da Ferrovia Tereza Cristina nas cidades do sul – estudo de caso no município de Tubarão**. Ed. Copiart, 2007.

MELLO, Noerci da Silva. **Os limites imanentes ao conceito de meio ambiente com bem de uso comum do povo**. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental)- Fundação Universidade de Caxias do Sul-RS. 2007. Disponível em: <http://tede.ucs.br/tde_arquivos/2/TDE-2007-08-21T133749Z-133/Publico/Dissertacao%20Noerci%20da%20Silva%20Melo.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2010.

MENDONÇA, Francisco. Geografia Socioambiental. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org). **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002.

MENEZES, Claudino Luiz. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente: A experiência de Curitiba**. Campinas: Papirus, 1996.

MENEZES, M. A. **Causas e dinâmica do desmatamento**. Ministério do Meio Ambiente, 2001.

MEURER, Belini. **Entre flores e manguezais: a construção do real em Joinville/SC**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: PUC. 1993.

MEURER, Belini. **Igreja e identidade: a contribuição germânica no sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: PUC, 2000.

MEURER, Belini. In: THIAGO, Raquel S. **Tempos de Joinville**. Joinville/SC: Univille, 2008.

MICHELS, Ido Luiz. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico – 1956, aos precatórios – 1997**. Campo Grande: UFMS, 1998.

MILARÉ, Édis. Édis. **Direito do Ambiente: Doutrina, Jurisprudência, Glossário**. 6ª ed. São Paulo. 2009.

MILARE, Edis; BENJAMIN, Antonio Herman V. **Estudo prévio de impacto ambiental; teoria, prática e legislação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, DA SAÚDE, DO TRABALHO E EMPREGO, apud **A Notícia**, 02/12/2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2012. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/ministerio-do-meio-ambiente/ministerio-do-meio-ambiente.php>>. Acesso em: 25 nov. 2012.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de. **A Ecologia**. São Paulo: Ed. Loyola, 1995.

MIRANDA, Vinícius Montgomery de et. al. **A evolução econômica No Brasil**. 2009. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-evolucao-economica-no-brasil/26701/>>. Acesso em: 11 ago. 2010.

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. **A Ação Civil Pública e a Reparação do Dano ao Meio Ambiente**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

MOLION, L. C. B. **Desmistificando o aquecimento global**. Instituto de Ciências Atmosféricas, Universidade Federal de Alagoas - Cidade Universitária. Maceió – AL. 2010. Disponível em:

<http://www.precavido.com.br/wp-content/uploads/clima_molion_desmist.pdf>. Acesso em: 10 set. 2010.

MONBEIG, Pierre. **Ensaio da geografia humana brasileira**. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

MONBEIG, Pierre. **Novos estudos de geografia humana brasileira**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.

MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do ensino**. Florianópolis: UFSC, 1984.

MONTE-MÓR, R. L. M. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: _____. **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1994. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper34.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2009.

MOREIRA, João Carlos; SENE, Eustáquio de. **Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização**. 3. ed. Editora Scipione. São Paulo, 2007.

MORENO, Montserrat et. al. **Temas transversais e educação em valores humanos**. São Paulo: Petrópolis, 1999.

MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. Trad. de Catarina Eleonora F. da Silva, Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez, 2000.

MORITZ NETO, Paulo. **Mortalidade por doença pulmonar obstrutiva crônica**, na cidade de Joinville (SC), no ano de 1998. Dissertação (Mestrado em Saúde e Meio Ambiente)- UNIVILLE: Joinville, 2002.

MOSER, Liliane. **Como o mangue virou cidade: um estudo sobre condições de vida e a organização institucional do espaço urbano nas áreas de mangue em Joinville/SC**. Dissertação (Mestrado)- Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1993.

MOURA, Danieli Vilela. **Proteção legal e danos a zona costeira brasileira**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2009-jun-24/protecao-legal-instrumentos-prevencao-danos-zona-costeira>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

MOURA, Danieli Veleda. Análise da proteção do meio ambiente costeiro (zona costeira) brasileiro sob o enfoque do direito ambiental constitucional. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. 65, n. 6, 2009. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6282>. Acesso em: 10 abr. 2010.

MULLER, Hans Peter. Trabalho, profissão e “vocação”; o conceito de trabalho em Max Weber. In: MERCURE, Daniel; SPURK, Jan (Org.). **O trabalho na história do pensamento ocidental**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos e Sônia Guimarães Taborda. Petrópolis: Vozes, 2005.

MURPHY, Orlando Maria. **Conceito de Civilização**. Conteúdo Ministrado na Disciplina História do Pensamento Social, Político, Econômico e Doutrinas Sociais. FEBE - Fundação Educacional de Brusque/SC, 1982.

NAPOLEÃO, Fábio. **Origem, Desenvolvimento e Crise da Indústria Joinvilense de Materiais de Construção em PVC: 1941 – 2002**. Tese (Doutorado em Geografia)- UFSC, Florianópolis, 2005.

NAPOLEÃO, Fábio. Joinville (SC): Polo Latino-Americano de transformação de PVC (1941-2002). In: _____. MAMIGONIAN, Armen et. al. (Org.). **Santa Catarina: Estudos de Geografia Econômica e Social**. Série Livros Geográficos IV. Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2011.

NAPOLEÃO, Fábio. Depoimento prestado ao autor desta Tese, em 03 de out de 2012.

NIEHUES, Valdete Daufemback. **A institucionalização da ocupação das áreas de mangue em Joinville**. Monografia (Especialização em História). Itajaí: UNIVALI. 1993.

NIEHUES, Valdete Daufemback. **De Agricultor a Operário: Lembranças de Migrantes**. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 2000.

NECKEL, Nádia Régia Maffi (Org.); Maria Luiza MILANI (Org.). **Cultura Faces do Desenvolvimento**. Ed. Blumenau: Nova Letra, 2010. v. 01.

NOSSO FUTURO COMUM - Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

O'CONNOR, James. "Socialismo y Ecologismo, Mundialismo y Localismo", **Ecologia Política**. n. 2, Barcelona, 1991.

OHLWEILER, Otto Alcides. **Materialismo histórico e crise contemporânea**. 2. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

OLIVEIRA, Carlos Gomes de. **Integração: estudos sociais e históricos**. Joinville: Gráfica Canarinho, 1982.

OLIVEIRA, Celso Furtado. Viagem ao olho do furacão: Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro. **Novos Estudos**, v. 48. São Paulo, jul. 1997, p. 3-19.

OLIVEIRA, Maria Marly. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Mário Sérgio. **Os sambaquis da planície costeira de Joinville, litoral norte de Santa Catarina: Geologia, paleogeografia e conservação in situ**. Dissertação (Mestrado)- Centro de Filosofia e Ciências Humanas. UFSC, Florianópolis, 2000.

OLIVEIRA, Oséias Santos de. **O materialismo histórico, o esclarecimento e as transformações no mundo moderno**. 2008. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/933723>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

OLIVEIRA, Therezinha M.N.de O. et. al. Integridade Ambiental da Baía da Babitonga: Características Físico-Químicas, Microbiológicas e Ecotoxicidade. In: CREMER, Marta J.; MORALES, Paulo R. D.;

OLIVEIRA, Therezinha M. N. **Diagnóstico Ambiental da Baía da Babitonga**. Joinville/SC: Editora Univille, 2006.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1876-1888. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

PANITZ, Clarice Maria Neves. **Manguezais de Santa Catarina** (Limite Austral): Estrutura, função e manejo. Trabalho do Concurso Público para Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Brasil. 1993, 173p.

PARANA-ONLINE. **Grande Curitiba**: Um olhar sobre a evolução urbana (II). Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/almanaque/news/20518/>>. Acesso em: 22 jan. 2010.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. A Evolução Urbana de Santa Catarina no período de 1940 a 1970. Florianópolis, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. 3. fase, n. 1, II semestre, 1979.

PEREIRA, Ana Paula Camilo; SILVEIRA, Márcio Rogério. O processo de industrialização no Brasil: um retrospecto a partir da dinâmica da dualidade brasileira. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 321-344, dez. 2010.

PEREIRA, Ari (Corretor Imobiliário e antigo proprietário da Imobiliária Cruzeiro, uma das primeiras imobiliárias da cidade). Depoimento prestado ao autor desta Tese, em 15 jul. 2011.

PEREIRA, Elson Manoel; DIAS, Leila Christina Duarte (Orgs.). **As cidades e a urbanização**: passado, presente e futuro. Florianópolis: Insular, 2011.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Da Geografia que se ensina a gênese da geografia moderna. Ed UFSC, 2009. 4ª Edição Revista.

PERINIBUSINESSPARK. 2012. Disponível em: <<http://www.perinibusinesspark.com.br/site/noticias.php>>. Acesso em: 24 set. 2012.

PERROUX, François. **A economia do século XX**. 2. ed. Lisboa: Livraria Moraes, 1967.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. (Org.). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005. v. 1. 163 p.

PIO, Nelson. Professor aposentado morador no bairro Boehmerwald. Depoimento concedido ao autor da Tese, em 25 out. 2012.

PMJ – Prefeitura Municipal de Joinville. Fundação Municipal do Meio Ambiente – SETEMGE. **Serviços Técnicos de Mineração e Engenharia LTDA**. v. I. Joinville. 1991.

PMJ - Prefeitura Municipal de Joinville. **Lei no 1.262/73**. Lei de Uso e Ocupação do Solo, 1973.

PMJ - Prefeitura Municipal de Joinville. **Plano Básico de Urbanismo**. Vols. I e II. Sociedade Serete de Estudos e Projetos Ltda. Jorge Wilhelm Arquitetos Associados. 1965.

PMJ - Prefeitura Municipal De Joinville. **Plano Diretor de Joinville**: Lei n. 1262, 1973.

PMJ – Prefeitura Municipal de Joinville. Secretaria de Finanças. **Vida & Negócios**. Joinville, 1992.

PMJ - Prefeitura Municipal de Joinville. **Potencial Econômico**. 2011. Disponível em: <<http://www.joinville.sc.gov.br/conteudo/10-Pot%C3%A2ncial+Econ%C3%B4mico.html>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

PMJ - Prefeitura Municipal De Joinville. **Relatório de contribuinte por Atividade**. 2011.

PMJ – Prefeitura Municipal de Joinville. Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. **Programa de proteção dos remanescentes de manguezais da baía da Babbitonga** – v. I e II. Joinville: OAP - Consultores Associados Ltda. 2000.

PMJ - Prefeitura Municipal de Joinville. Disponível em:
<<http://www.festadasflores.com.br/a-festa>>. 2011b, Acesso em: 10 fev. 2012.

PMJ – Prefeitura Municipal de Joinville. Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA). **Unidade de Parcelamento do Solo**. 2012.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Ranking do IDH dos Municípios do Brasil**, 2003. Disponível em:
<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH_Municipios_Brasil_2000.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Ranking2003>. Acesso em: 29 nov. 2012.

PORTUGAL, G. **Recursos naturais**. 1992. Disponível em:
<<http://www.gpca.com.br/gil/art80.htm>> Acesso em: 13 de maio de 2004.

POSTAL-JOINVILLE-SC. 2011. Disponível em:
<http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-209268370-joi-6716-postal-joinville-sc-_JM>. Acesso em: 15 dez. 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Historia econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense. 2000.

PREMIUM BUSINESS. **As centenárias estão de olho no futuro**. Revista Premium Business. 2012. Disponível em:
<<http://www.revistapremierbusiness.com.br/site/Post/Post.aspx?id=1652>>. Acesso em: 15 set. 2011.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília, DF: Editora UnB, 1992.

RAMIRES, J. C. L. O processo de verticalização das cidades brasileiras. **Boletim de Geografia**. Maringá: UEM-PGE. v. 16, n. 1, p. 97-105, 1988.

RAMIRES, J. C. L. **A verticalização do espaço urbano de Uberlândia**: uma análise da produção e consumo da habitação. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

RANGEL, Ignácio. O ciclo médio e o ciclo longo no Brasil. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 31-42, 1983.

RANGEL, Ignácio M. **Economia: Milagre e Anti-Milagre**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

RANGEL, Ignácio M. “As crises gerais”. **Revista de Economia Política**. v. 12, n. 2, abr. 1992.

RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2 v., 2005.

RANGEL, Ignácio. O Quarto Ciclo de Kondratiev. **Revista de Economia Política**, vol. 10, nº 4, (40), out – dez, 1990. Disponível em: < <http://www.rep.org.br/pdf/40-2.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

RATZINGER, Joseph. **Jesus de Nazaré: Primeira Parte: do Batismo no Jordão à transfiguração**. 7. reimp. Trad. de José Ferreira de Farias (SCJ). São Paulo: Editora Planeta, 2012, p. 58.

REIS, Senador Antônio Carlos Konder. Entrevista concedida ao autor da Tese, em 22 maio 2002.

RENAS - Rede Evangélica Nacional de Ação Social. Filipe Melanchthon: **Se Deus é por nós, quem será contra nós?** Disponível em:<<http://renas.org.br/2011/08/21/filipe-melanchthon-se-deus-e-por-nos-quem-sera-contra-nos/>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **História Econômica Geral**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

ROCHA, Claudia. **Proposta para o gerenciamento da estação de tratamento de esgotos Jarivatuba: ETE Jarivatuba, Joinville/SC**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental). Florianópolis: UFSC, 2005.

ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville/SC: da gênese às exportações**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1997.

ROCHA, Isa de Oliveira. **O dinamismo industrial e exportador de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Geografia). USP, São Paulo, 2004.

ROCHA, Samir Alexandre. **Parque Municipal Morro do Finder: uma paisagem valorizada**. Blumenau: Nova Letra Gráfica & Editora, 2006, 88p.

RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodoro. **A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil**. Trad. Júlio Chella. Florianópolis: UFSC, Joinville: FCJ, 1992.

RODRIGUES, Léo Peixoto. Sistemas Auto-Referentes, Autopoiéticos: Noções-Chave Para a Compreensão de Niklas Luhmann. **Pensamento Plural**, Pelotas/RS, v. 3, p. 105-120, jul/dez 2008. Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br/isp/ppgcs/pensamento-plural/edicoes/03/05.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2012.

RODRIGUES, Marcos Antonio. **O que é Laudêmio**. Disponível em: <<http://www.laudemio.com.br/>>. Acesso em: 12 maio 2012.

RUFINO, G. A. **Proteção jurídica do litoral: o caso dos mangues brasileiros**. Dissertação (Mestrado em Direito)- Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, 1981.

SAAVEDRA, Jefferson. **A Notícia**. ed. 26, v. 142. 17 nov. 2012.

SAMPAIO, Francisco José Marques. **Evolução da Responsabilidade Civil e Reparação de Danos Ambientais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

SANCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo; Oficina de Textos; 2006.

SANTA CATARINA. **Guia de orientação para treinamento de técnicos de laboratório de entomologia**. 2008. Disponível em: <http://www.dive.sc.gov.br/conteudos/zoonoses/Entomologia/Guia_Orientacao_para_Treinamento_de_Tecnicos_Lab_Entomologia.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2012.

SANTA CATARINA, 2012. Disponível em:
<<http://sistemas.nedel.inf.br:8080/publico/outros/mapa-politico-santa-catarina.png>>. Acesso em: 16 maio 2012.

SANTANA, Naum Alves de. **A produção do espaço urbano e os loteamentos na cidade de Joinville (SC) – 1949/1996**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Florianópolis: UFSC. 1998.

SANTOS, Antônio Silveira Ribeiro dos. A Importância e a Proteção Jurídica dos Manguezais. **Revista de Direito Ambiental**. Ano. 2, n. 5, p. 105-109, jan./mar. 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001a.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Continentes e colonos – a indústria do vinho no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H., GONZAGA, Sergius. **RS: Imigração & colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

SANTOS, Juarez dos. Contabilista residente no bairro Boa Vista. Depoimento concedido ao autor da Tese, em 19 abr. 2012.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética**. São Paulo: Editora 34, 2003.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos metodológicos da Geografia**. São Paulo: HUCITEC, 1988, 198p.

SANTOS, Milton. A metrópole: modernização, involução e segmentação. In: VALLADARES, L.; PRETECEILLE, E. **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. Rio de Janeiro: Nobel, 1990.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. A Aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, Milton, et. al. (Orgs.). **O Novo mapa do mundo: fim de século e globalização**. São Paulo: ANNABLUME, HUCITEC – ANPUR, 2002.

SANTOS, Maria E. P. dos. Algumas considerações acerca do conceito de sustentabilidade: suas dimensões política, teórica e ontológica. In: RODRIGUES, A. M. **Desenvolvimento sustentável, teorias, debates e aplicabilidades**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1996. p. 13-48 (Texto no. 23).

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997a.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, M. et. al. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002, p. 15-20.

SANTOS, Milton. **O tempo nas cidades**. Ciência e Cultura. São Paulo, n. 2, out./dez. 2002.

SANTOS, Rosely Ferreira dos (Org.). **Vulnerabilidade Ambiental: desastres naturais ou fenômenos induzidos?** Brasília: MMA, 2007.

SÃO PAULO - Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em: <http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/historico/tabelas/pop_brasil.php>. Acesso em: 11 jun. 2012.

SARTRE. Jean Paul. **O existencialismo é um humanismo. A imaginação: Questão de método**. Tradução de Rita Correia Guedes, Luiz Roberto Salinas Forte, Bento Prado Júnior. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SCH - Sociedade Colonizadora de Hamburgo. **Trigésimo oitavo relatório da Sociedade Colonizadora de 1849 de Hamburgo.** Hamburgo, março de 1891. Coleção Carlos Ficker. Coleção Memória de Cidade (CMC). Arquivo Histórico de Joinville. Tradução de Helena R. Richlin.

SCHAEFFER-NOVELLI, Yara. **Perfil dos ecossistemas litorâneos brasileiros, com especial ênfase sobre o ecossistema manguezal.** Instituto Oceanográfico, Universidade de São Paulo, 1989.

SCHELER, Max. A diferença essencial entre o homem e o animal. In: **A posição do homem no cosmos.** [tradução e apresentação de Marco Antônio Casanova]. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2003. p. 34 - 46 (Coleção: Fundamentos do Saber).

SCHIARRETTA, Toni. Canal do Panamá. **Folha Online.** Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/americacentral/panama-canal.shtml>>. Acesso em: 03 nov. 2012.

SCHNEIDER, Ruy Pedro. **Poluição do Rio Cachoeira de Joinville (SC), no período de 1985 a 1995:** uma proposta para a sua prevenção e correção. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas)- UFSC. Florianópolis: UFSC. 1999.

SCHULZ. **História Institucional.** 2012. Disponível em:
<<http://www.schulz.com.br/pt/info/institucional-historia>>. Acesso em: 15 set. 2012.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **A teoria do desenvolvimento econômico:** uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SEATTLE, Cacique. **Carta endereçada ao Presidente dos EUA,** em resposta a proposta de negociação das terras ocupadas pelos indígenas, em 1854.

SEBRAE/SC - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina. **Santa Catarina em números.** 2010. Disponível em:
<<http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Joinville.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2012.

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. **Hoje na História**. Disponível em: <<http://historica.com.br/hoje-na-historia/criado-o-senac>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

SENADO FEDERAL. **Decreto nº 73.030**, Art. 4º, de 30 de outubro de 1973. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=73030&tipo_norma=DEC&data=19731030&link=s>. Acesso em: 20 out. 2012.

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. **História**. Disponível em: <http://www.senai.br/br/institucional/snai_his.aspx>. Acesso em: 10 mar. 2012.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público**: as tiranias da intimidade. Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEPLAN - Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão/PMJ –. 1989/2007. **Ortofotos**. Escala de vôo 1:5.000. Executado por Aeroimagem Engenharia e Aerolevantamento. Ano de 1989/2007.

SEPLAN - Secretaria de Planejamento. **Orçamento e Gestão/PMJ**. 2011.

SGANZERLA, N.; TERNES, A. (Coord.). **Instituto 150 anos**. Joinville: Letrad'água, 2001.

SIEBERT, Claudia (Org.). **Desenvolvimento regional em Santa Catarina**. Blumenau, 2001.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2003.

SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

SILVA, M. (Org.). **República em migalhas**: história local e regional. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVEIRA, Marcio Rogério. **Estradas de ferro no Brasil**: das primeiras construções às parcerias público-privadas. Rio de Janeiro: Interciência, 2007.

SILVEIRA, Ronaldo Gomes. **Análise da Expansão Urbana em Áreas de Mangue do Município de Joinville**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil)- UFSC. Florianópolis: UFSC. 1994.

SIMGEO, 2012. In: PMJ – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <<http://simgeo.joinville.sc.gov.br/>> Acesso em: 05 de dez. 2012.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1977.

SINGER, P. **O capitalismo**: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1987.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 14. ed. rev. São Paulo, Contexto, 1998.

SIQUEIRA FILHO, Elio Wanderley de. Mangues: Importância e Proteção Jurídica. In:

SMITH, Adam. **Riqueza das Nações**. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1981 e 1983. 2 vols.

SOCIESC - Sociedade Educacional de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.sociesc.org.br/pt/institucional/conteudo.php?&id=4468&lng=2&mnu=5827&top=0>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

SÓCRATES, Jodete Rios; GROSTEIN, Marta Dora; TANAKA, Marta Maria Soban. **Cidade invade as águas**: qual a questão dos mananciais? São Paulo; FAU/USP; 1985.

SOMEKH, Nadia. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador**. São Paulo: Studio Nobel: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1997.

SOUZA, Luiz Alberto de. **O processo de ocupação das áreas de mangues em Joinville**: agentes, estratégias e conflitos. Dissertação (Mestrado em Geografia)- UFSC, Florianópolis, 1991.

SOUZA, Luiz Alberto de. **A função social da propriedade e da cidade**: entre a cidade do direito e o direito à cidade. Tese (Doutorado)- UFRJ, 2005.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA. R. L. (Orgs.). **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SPERS, Valéria Rueda Elias. Responsabilidade social materializada pelo varejo. **RAE eletrônica**. v. 8, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/redirect.cfm?ID=5442>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 15. ed. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. São Paulo: Unicamp, 1986.

TAVARES, Mauro Calixta. **Gestão Estratégica**. São Paulo: Atlas, 2000.

TEBALDI, Marco Antônio. **Projeto mangue**: preservação dos manguezais e zonas de maré. Joinville/SC: Editora Letradágua, 2008.

TERMOTÉCNICA, 2012. Disponível em: <<http://www.termotecnica.com.br/pt/empresa/empresa.asp>>. Acesso em: 10 maio 2012.

TERNES, Apolinário. **História de Joinville, uma abordagem crítica**. Joinville: Meyer, 1981.

TERNES, Apolinário. **História econômica de Joinville**. Joinville: Meyer, 1986.

TERNES, Apolinário. **A estratégia da confiança**. 2. ed. Fundação Tupy: História. Joinville, 1988.

TERNES, A.; CORRÊA, M. R.; ROSA, T. F. **História dos bairros de Joinville**. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, 1992.

TERNES, Apolinário. **Joinville, a construção da cidade**. São Bernardo do Campo: Bartira Gráfica & Editora, 1993.

TERNES, Apolinário; VICENZI, Herculano. **Dona Francisca. Imperial Estrada da Serra**. Joinville. Editora Letrad'água. 2001.

TERRA. **Inflação média foi de 45,2% ao ano no século 20**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI150480-EI306,00-Inflacao+media+foi+de+ao+ano+no+seculo.html>>. Acesso em: 20 set. 2012.

TIGRE. **História**. Disponível em: <http://www.tigre.com.br/pt/institucional.php?rcr_id=7&ctt_id=11&uni=0>. Acesso em: 20 set. 2012.

TUPY. **Referência Mundial em Fundição**. Disponível em: <<http://www.tupy.com.br/portugues/produtos/perfis.php>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

TUPY. **Empresa Tupy**. 2012. Disponível em: <http://www.tupy.com.br/portugues/empresa/estrutura_jlle.php>. Acesso em: 25 maio 2012.

UDESC - Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.joinville.udesc.br/portal/instituicao/>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

UNIVERSITÁRIO. **Índices da inflação (IBGE)**. Disponível em: <www.universitario.com.br/noticias/imagens_noticias/grafico_inflacao.jpg&ir=http://www.universitario.com.br/noticias>. Acesso em: 15 nov. 2012.

VALENTE, Ivan (Deputado do PSOL/SP). **Adeus a Aziz Ab'Saber, companheiro de trincheiras**. Disponível

em: <<http://www.ivanvalente.com.br/blog/2012/03/adeus-a-aziz-ab%C2%B4saber-companheiro-de-trincheiras/>>. Acesso em: 30 jan. 2013.

VANNUCCI, Marta. **Os manguezais e nós: uma síntese de percepções**. 2. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2002.

VARELLA, Marcelo Dias (Org.). **Governo dos Riscos**. Brasília: Rede Latino Americana – Européia sobre Governo dos Riscos, 2005.

VIANA JUNIOR, Arnaldo. **A Unificação da Alemanha**. Disponível em: <http://www.ohistoriador.com.br/historia-contemporanea/a-unificacao-da-alemanha/>. Acesso em: 10 nov. 2012

VIANA, M. C. Estudo da degradação no manguezal do rio Cocó – Fortaleza/CE. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 4, n. 5, p. 55-65, 2003.

VIEIRA FILHO, Ady. **As Raízes da Industrialização: Grupos Empresariais Catarinenses: Origem e Evolução**. Florianópolis: Ed. do Autor, 1986.

VIEIRA, P. F; WEBER, J. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 2000.

VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques. **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo; Cortez, 1996.

VOCÊS/A. **Guia 2012: As Melhores Empresas para Você Trabalhar**. Diretora de Redação: Juliana De Mari. Editora Abril, 2012.

WEBER, Max. Conceito e categorias de cidade. In: VELHO, Otávio G. (Org.). **O Fenômeno Urbano**. Ed. Guanabara, Rio de Janeiro, 1987.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 15. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. v. 1. Brasília, Ed. UNB, 1991.

WEFFORT, Francisco C. org. **Os clássicos da política**: Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx. 11. ed. São Paulo, SP: Ática, 2011.

WELTER, Rúbia Tânia. **Processo de adaptação estratégica do parcelamento do solo em Joinville**. Dissertação (Mestrado em Administração)- UFSC. Florianópolis, 2005. Disponível em: <http://www.tede.udesc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=358>. Acesso em: 10 set. 2010.

WILHEIM, Jorge. Plano Básico de Joinville: prevê a “reocupação” da cidade. **Revista de projetos, obras, técnicas, materiais e administração da indústria de construção**. São Paulo, v. 3, n. 2. Dirigentes S.A. – Publicações Técnicas, 1966.

WILLEMS, Emilio. **A aculturação dos alemães no Brasil**: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2. ed. il. rev. e ampl. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL/MEC, 1980.

WILLIAM, W. **Limites do Crescimento**: um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Perspectiva, 1972.

YOUTUBE, 2012. **O Verdadeiro Sentido das Coisas**. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?NR=1&feature=fvwp&v=k7drtDdKxcE>>. Acesso em: 11 maio 2012.

WIRPLPOOL – Portal do eletrodoméstico. 2012. Disponível em: <<http://www.portaldoeletrrodomestico.com.br/whirlpool.htm>>. Acesso em: 15 maio 2012.

YOUTUBE. **Transporte Coletivo de Joinville**. Nossa História 43. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=i_cUgc-KYFI&feature=related>. Acesso em: 21 set. 2012.

ZAFALON, Maria Aparecida Borghetti. Fundação, indústria-mãe de todas as outras. In: THIAGO, Raquel S. **Tempos de Joinville**. Joinville/SC: Univille, 2008.